

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**

**GISÉLIA MARIA CAMPOS RIBEIRO**

**A construção da hidrelétrica Candonga e a desconstrução de  
modos de vida: memórias e histórias de trabalhadores em  
Nova Soberbo/MG.**

**UBERLÂNDIA  
2013**

**GISÉLIA MARIA CAMPOS RIBEIRO**

**A construção da hidrelétrica Candonga e a desconstrução de  
modos de vida: memórias e histórias de trabalhadores em Nova  
Soberbo/MG.**

Tese apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em História, como exigência parcial para a obtenção do título de doutora em História, área de concentração História Social, sob orientação da profª. Drª. Dilma Andrade de Paula

**UBERLÂNDIA**

**2013**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

---

R484c Ribeiro, Gisélia Maria Campos, 1981-  
2013 A construção da hidrelétrica Candonga e a desconstrução de modos de  
vida : memórias e histórias de trabalhadores em Nova Soberbo/MG /  
Gisélia Maria Campos Ribeiro. -- 2013.  
272 f. : il.

Orientadora: Dilma Andrade de Paula.  
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia,  
Programa de Pós-Graduação em História.  
Inclui bibliografia.

1. História - Teses. 2. História social - Teses. 3. Usinas hidrelétricas -  
Minas Gerais - História - Teses. 4. Trabalhadores rurais - Nova Soberbo  
(MG) - História - Teses. 5. Minas Gerais - História - Teses. I. Paula,  
Dilma Andrade. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de  
Pós-Graduação em História. III. Título.

---

CDU: 930

## **BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Dr. Davi Félix Schreiner (UNIOESTE/PR)**

---

**Prof. Dr. Paulo Roberto de Almeida (UFU/MG)**

---

**Prof. Dr. Robson Laverdi (UEPG/PR)**

---

**Prof. Dr. Sérgio Paulo Morais (UFU/MG)**

---

**Prof. Dr<sup>a</sup>. Dilma Andrade de Paula (UFU/MG)**  
**(Orientadora)**

## AGRADECIMENTOS

A Deus, pela onipresença que sustenta minha vida e ao qual, apesar de tantas vezes esquecido em meu coração, volto a me unir.

À professora Dilma Andrade de Paula, não só pelas orientações, sugestões de leitura, reflexões partilhadas, mas sobretudo por ter caminhado comigo, ao longo desses anos. Pela dedicação, na leitura atenta de todas as versões da tese que lhe enviei. Nada passava despercebido: da primeira à última página, cada vírgula fora do lugar, cada erro de digitação, cada equívoco metodológico, conceitual ou interpretativo sempre eram apontados por ela. Agradeço por indicar outras possibilidades de reflexão e outros caminhos de pesquisa, sempre com tanta gentileza, ternura e comprometimento. Desde a época do mestrado, admirava-a pela imensa capacidade intelectual, por todo o aprendizado que nos proporcionava, durante suas aulas, e pela humanidade e generosidade que a distinguem e a tornam especial, num universo acadêmico tão vazio, às vezes, de "calor humano".

Aos trabalhadores de Nova Soberbo, da Comunidade Jerônimo e de Rio Doce, que abriram as portas de suas residências, durante a realização das entrevistas. Por todo o aprendizado adquirido, a cada vez que compartilhavam comigo suas experiências de vida. Espero que cada um deles se reconheça neste trabalho e que se sintam correspondidos em suas expectativas.

Aos militantes do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), regional Ponte Nova, especialmente a Flávia, pela disponibilidade em me receber e abrir os arquivos do MAB, contribuindo para a realização desta pesquisa.

Ao professor Paulo Roberto de Almeida, por marcar tão profundamente minha trajetória acadêmica, com sua ampla experiência de pesquisa. Seus posicionamentos políticos e historiográficos sempre foram inspiração para mim e trouxeram importantes direcionamentos para o desenvolvimento desta pesquisa. Agradeço a disponibilidade com a qual sempre me ouviu. Por meio de uma conversa ao telefone, no ano de 2008, quando me preparava para a prova didática do antigo Cefet-Goiás, ajudou-me a transformar um sonho profissional em realidade. Serei eternamente grata.

À professora Heloísa Helena Pacheco Cardoso, que desde a realização da entrevista para a seleção, no doutorado, exerceu, com seus questionamentos e contribuições teóricas, um

papel fundamental no processo de transformação da linguagem do projeto de pesquisa para a tese.

Ao professor Sérgio Paulo Morais, por suas reflexões durante a disciplina "Estudos Alternativos em Trabalho e Movimentos Sociais", que indicaram importantes caminhos para o desenvolvimento desta pesquisa. Obrigada por aceitar compor a banca de defesa, não obstante tantas atividades acadêmicas a desenvolver.

Aos professores Davi Félix Schreiner e Robson Laverdi, por aceitarem se deslocar até Uberlândia, para participar da defesa. Compartilho, nesta tese, de muitas reflexões provocadas por eles, durante a leitura de seus textos.

A Gaspar, Luciana, Joseane, Stênio e Maria Helena, funcionários do Instituto de História, pelas informações, orientações e disponibilização das salas para que eu pudesse estudar, antes ou após as aulas, até a hora de retornar para casa.

Aos colegas da Linha de Pesquisa "Trabalho e Movimentos Sociais" e da "IV turma do doutorado" do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, pela troca de experiências durante as aulas. Em especial, agradeço a Sheille Soares de Freitas, pelos textos indicados, pelas sugestões dadas em relação ao projeto de pesquisa, às vésperas da entrevista para o processo seletivo no doutorado, em 2008.

A Karine Marins Amaral Cruz, por muitas vezes interromper suas próprias atividades de pesquisa para ouvir minhas questões e me ajudar a refletir sobre elas. Nossos diálogos tornaram os momentos do processo de escrita da tese menos solitários.

A Tânia, pela dedicação e presteza com as quais realizou o trabalho de revisão linguística desta tese, em tempo tão exíguo.

A André, meu esposo, pela companhia nas idas até Nova Soberbo para realizar as entrevistas e fotografias, pelo auxílio na digitalização dos documentos pesquisados no acervo documental do MAB, na biblioteca municipal de Ponte Nova, e daqueles que me foram disponibilizados pelos próprios trabalhadores de Nova Soberbo, em suas residências. Agradeço, também, por me auxiliar a converter as fitas de vídeo, cedidas por João Bosco, em DVD's.

A meu pai, por me acompanhar durante as idas até Nova Soberbo, apresentando-me a alguns de seus amigos lá residentes. Por me apresentar como a filha do "Ladim" consegui, mais facilmente, adentrar as casas dos trabalhadores, para entrevistá-los.

A minha mãe, pelas orações e por compartilhar comigo, mesmo à distância, os momentos de ansiedade e alegria. Aos meus familiares e amigos, que sempre estiveram na torcida para que tudo desse certo.

## **RESUMO**

Esta pesquisa trata do processo de construção da hidrelétrica Candonga, atualmente denominada “Risoleta Neves”, entre os municípios de Santa Cruz do Escalvado e Rio Doce, na Zona da Mata de Minas Gerais, buscando compreender a tessitura da hegemonia em torno desse projeto. O seu eixo norteador é a investigação de como os trabalhadores de São Sebastião do Soberbo, distrito rural submerso, reconstroem modos de vida em meio a sentimentos de perdas, novas condições de produção e sociabilidades. Metodologicamente, enfoco a “lógica histórica” proposta por Edward Thompson para, assim, tornar visível “os movimentos formativos reais da consciência”. Nesse sentido, pretendi endossar, no presente, os valores dos trabalhadores expropriados, sobretudo aqueles constitutivos de uma definição alternativa de propriedade, pensada enquanto produto de todo um “processo social vivido” que expressa costumes, práticas e expectativas. Para tanto, trabalho com fontes orais, jornais, documentos produzidos pelas empresas do Consórcio Candonga, Estudos de Impacto Ambiental e Relatório de Impactos Ambientais, fotografias etc. Dialogando no interior do marxismo, busquei, por meio deste estudo, fazer a crítica ao capitalismo no seu atual formato, partindo da premissa de sua historicidade, de sua “origem sistêmica”, de sua “lógica unificadora” e suas “raízes sociais”, cujo sentido tornou-se importante identificar pelo viés da experiência dos trabalhadores.

Palavras chave: Brasil Contemporâneo, Trabalhadores, Hidrelétrica Candonga, Hegemonia.

## **ABSTRACT**

This research study examines the construction process of the Candonga hydroelectric dam, currently called “Risoleta Neves,” located between the municipalities of Santa Cruz do Escalvado and Rio Doce, in the Atlantic Rainforest Zone of the state of Minas Gerais, so as to understand the fabric of hegemony surrounding this project. Its guiding principle is the investigation of how the workers from São Sebastião do Soberbo, a rural district submerged by the dam, rebuild their lives amid feelings of loss, new production conditions and sociability. The methodology focuses on the “historical logic” proposed by Edward Thompson in order to highlight “the real formative movements of consciousness.” In this sense, the study aims to endorse the values of dispossessed workers, especially those who have an alternative definition of property, which was conceived by means of a “lived social process” that expresses customs, practices and expectations. Therefore, it employs oral sources, newspapers, documents produced by the companies of the Candonga Consortium, Environmental Impact Assessments, Environmental Impact Reports, photographs, etc. By means of the concepts encompassed by Marxism, the study endeavors to critique capitalism in its current format, on the premise of its historicity, its “systemic origin,” its “unifying logic” and its “social roots,” whose meaning has become an important identifier due to the bias of the worker’s experience.

**Keywords:** Contemporary Brazil, Workers, Candonga Hydroelectric Dam, Hegemony.

## **LISTA DE SIGLAS**

ALCAN – Alumínios Canadenses no Brasil  
ANEEL(Agência Nacional de Energia Elétrica)  
ASPARPI – Associação dos Protetores e Amigos do Rio Piranga  
BNDES- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
CBE – Companhia Brasileira de Engenharia  
CEAS – Conselho Estadual de Assistência Social  
CEMIG – Centrais Elétricas de Minas Gerais  
CESP- Companhia Energética de São Paulo  
CHESF – Companhia Hidrelétrica do São Francisco  
COPAM/Zona da Mata mineira – Conselho Estadual de Política Ambiental  
CPT-MG – Comissão Pastoral da Terra  
CRAB – Comissão Regional dos Atingidos por Barragem da bacia do Rio Uruguai.  
CRABI – Comissão Regional dos Atingidos por Barragem do Rio Iguaçu  
CVRD – Companhia Vale do Rio Doce  
ELETROBRÁS – Centrais Elétricas Brasileiras S.A  
Eletropaulo – Empresa distribuidora de energia elétrica de São Paulo (leiloada em 1998 para o consórcio Lightgás Ldta.)  
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais  
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
EPP – Energia Elétrica Promoção e Participações Ltda  
FEAM – Federação Estadual de Meio Ambiente  
Furnas – Subsidiária da ELETROBRÁS (Centrais Elétricas Brasileiras S.A)  
IGA/SECTES – Instituto de Geociências Aplicadas/Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Minas Gerais.  
Light S.A – concessionária de energia elétrica no estado do Rio de Janeiro  
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens  
MCP- Movimento Camponês Popular  
MME – Ministério de Minas e Energia

MST –Movimento dos Sem-Terra

NACAB – Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens

ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico

PND – Plano Nacional de Desestatização

PRODEMATA – Programa de Desenvolvimento Integrado da Zona da Mata de Minas Gerais

SEDESE – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social

SPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SUPRAM/Zona da Mata – Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável/ Zona da Mata mineira

THEMAG – Empresa Brasileira de Engenharia Consultiva

## SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	11
CAPÍTULO 1 .....	50
<i>Memórias sobre as condições de vida e de trabalho em São Sebastião do Soberbo.</i>	
CAPÍTULO 2 .....	86
<i>"Entrada Proibida. Propriedade Particular Consórcio Candonga": a reativação econômica e suas incertezas.</i>	
CAPÍTULO 3 .....	123
<i>A "voragem do progresso": Nova Soberbo em marcha.</i>	
CAPÍTULO 4 .....	154
<i>"É guerra no véio Soberbo": memórias e histórias de mudanças.</i>	
CAPÍTULO 5 .....	193
<i>"... é uma briga de elefante contra gafanhoto": Trabalhadores em Movimento - as múltiplas formas e sentidos das mobilizações.</i>	
CAPÍTULO 6 .....	224
<i>A "hidra" e suas estratégias: potencialidades e limites da cidadania na sociedade capitalista .</i>	
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	256
FONTES .....	262
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	266

## Considerações Iniciais

**A pesquisa “A construção da hidrelétrica Candonga e a desconstrução de modos de vida:** memórias e histórias de trabalhadores em Nova Soberbo/MG” foi motivada pela rememoração de minha adolescência na Zona da Mata mineira, região fortemente marcada pela presença de corporações capitalistas privadas, nacionais e estrangeiras, em virtude de seu potencial hidráulico e consequente implantação de projetos de aproveitamentos hidrelétricos.

No ano de 1996, estudante da 8<sup>a</sup> série do ensino fundamental, em Ponte Nova/MG, tive contato, pela primeira vez, com a problemática referente ao aproveitamento de recursos hídricos a partir de projetos de construção de hidrelétricas.

Lembro-me que, durante a aula, fomos interrompidos pelo então presidente da ASPARPI (Associação dos Pescadores e Amigos do rio Piranga)<sup>1</sup>, sr. José Roberto, que nos apresentava a necessidade urgente de defendermos o rio Piranga e nosso município contra “os ataques” dos projetos modernizadores das multinacionais. No caso específico de Ponte Nova, tratava-se do projeto de construção da hidrelétrica Pilar, defendido pelas empresas concessionárias FIAT e ALCAN (esta, desde 2004, após transformações, é denominada Novelis).

A hidrelétrica Pilar, projetada entre os municípios de Ponte Nova e Guaraciaba, destinava-se, como é típico dos projetos hidrelétricos na Zona da Mata mineira, ao abastecimento de energia elétrica para suas empresas concessionárias<sup>2</sup>: a indústria automobilística Fiat e a de alumínio da Novelis, esta última localizada em Saramenha, município de Ouro Preto.

<sup>1</sup>De acordo com o ex-presidente da ASPARPI, José Roberto Castro, a extinção da ASPARPI, após onze anos de existência, no ano 2000, ocorreu em virtude da consolidação da hidrelétrica Candonga, conforme podemos evidenciar em manifesto de sua autoria, publicado no endereço eletrônico “unidade notícias”, em 13 de outubro de 2011: “A ASPARPI-Associação dos Pescadores do Rio Piranga, existiu durante onze anos, de 1989 a 2000, e foi extinta por assembleia realizada ao sabermos da autorização “ad referendum” para construção desse maléfico barramento, tendo em vista antevirmos que culminaria extinguindo os peixes, deteriorando nossa água e ainda não sabemos tecnicamente se interferiu ou não no agravamento da enchente de 2008, quando volume de água correspondente a apenas 63% da enchente de 1979 causou-nos prejuízo muito maior. A Asparpi foi extinta mas seu propósito navega nas águas de Ponte Nova: o Rio Piranga! José Roberto(ex-asparpiano).” Disponível em: <[unidadenoticias.com.br/nrserver7.net/site/index/principal/noticia.asp?id\\_texto=618977&id\\_unidade=56](http://unidadenoticias.com.br/nrserver7.net/site/index/principal/noticia.asp?id_texto=618977&id_unidade=56)>. Acesso em: 10/09/2012.

<sup>2</sup>Ubiratan Garcia Vieira, Mestre em Extensão Rural pela UFV, investigando o processo de licenciamento prévio do projeto da hidrelétrica Pilar, constatou que as empresas concessionárias repassariam “a energia gerada ao sistema de distribuição gerenciado pela CEMIG e esta, por sua vez, repassaria a energia equivalente às unidades fabris das empresas” (FEAM,1997a). (VIEIRA, U.G. Paradoxos do Licenciamento Ambiental de Hidrelétricas em Minas Gerais: O Licenciamento Prévio de Irapé e Pilar. In: ROTHMAN, F.D. et al. *Vidas alagadas – conflitos socioambientais, licenciamento e barragens*. Viçosa: Editora UFV, 2008. p.265.)

Embora, naquele momento, estivesse mais preocupada com meu universo de desenhos, músicas e sonhos da adolescência, aquelas informações inquietaram-me profundamente e aguçaram minha curiosidade. Afinal, por que todo o empenho da ASPARPI em resistir a um projeto com ares tão modernos e progressistas?

Diante das inúmeras dúvidas e questionamentos, decidi aceitar o convite feito à minha turma de 8<sup>a</sup> série e compareci à dita audiência pública. Fui só, nenhum de meus colegas manifestou interesse em participar. A audiência pública foi realizada no famoso “Pontenovense”, clube nobre da cidade de Ponte Nova. À frente do palco estavam sentados, do lado direito, representantes das concessionárias e do projeto da usina Pilar. Do lado esquerdo, trabalhadores e moradores dos povoados rurais conhecidos como “Brecha” e “Penha”, aqueles que seriam expropriados caso o projeto fosse aprovado. Também estavam presentes representantes do poder público municipal e da imprensa local.

Subi para o 2º andar do salão e tive uma visão panorâmica deste. Feria-me os olhos a discrepância e a contradição, vistas de cima: as imagens de adultos bem vestidos, silenciosos, misturavam-se com as imagens de outros, com vestimentas simples, rostos enrugados pelo sol e semblantes de preocupação. Os debates começaram e representantes de ambos os lados defendiam seus interesses, levando-me a conhecer a multiplicidade de versões que envivia o projeto de construção da hidrelétrica Pilar.

As narrativas de representantes da FIAT e dos trabalhadores rurais instigavam-me a assumir um posicionamento. Afinal, quais ideias defender?<sup>3</sup> As do projeto, apresentado como sinônimo de progresso, que supostamente traria o desenvolvimento para minha cidade, que geraria empregos e eletricidade a custos baixos, ou as das famílias e trabalhadores, que se emocionavam ao defender o direito de permanência na terra e viver dos bens que o rio Piranga proporcionava?

No calor dos debates, não hesitava em defender, intimamente, os últimos, porque me identificava mais com suas angústias e anseios. Compartilhava dos valores e expectativas expressos pelos trabalhadores pois via, nas mãos calejadas de cada um deles, as mãos do meu próprio pai e de meus tios, também trabalhadores rurais, que sobrevivem da agricultura nas terras íngremes da Zona da Mata mineira e para os quais o acesso à educação formal significou sonhos e expectativas de vida não realizados.

O projeto da usina hidrelétrica Pilar não vingou, naquele momento, devido à resistência da ASPARPI e dos trabalhadores atingidos. Mas evidenciava uma tendência que se

---

<sup>3</sup>O diálogo com trabalhadores entrevistados e alguns autores, conforme veremos ao longo desta tese, impôs a necessidade de romper com essa postura, inicialmente maniqueísta, diante do processo investigado.

alastraria na Zona da Mata mineira, a partir de meados da década de 1990, e que tem implicações na atualidade.

O projeto inicial de pesquisa, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Uberlândia, em outubro de 2008, emergiu, portanto, da rememoração da história de disputas e embates envolvendo a expropriação de trabalhadores rurais, em virtude da construção de hidrelétricas. A ideia de desenvolvê-lo, forjada a partir das minhas vivências, permaneceu um tempo adormecida, diante da preocupação, no mestrado<sup>4</sup>, em transformar as atividades de catalogação e higienização do acervo documental do CENTEV/UFV – constituintes do projeto de iniciação científica desenvolvido durante a graduação, sob financiamento do CNPq – em conhecimento histórico.

Sempre me incomodei com os processos históricos vividos desigualmente pelos sujeitos e percebi, no doutorado, a possibilidade de me inserir nessa discussão, visando compreender melhor a realidade para, quem sabe, um dia vê-la transformada. Acredito que esta tese pode desencadear, se não a mobilização, pelo menos um debate, na tentativa de romper com a aparência de unanimidade de um discurso eufemista, produzido pelas empresas capitalistas globais e pela mídia, que tendem a apresentar a construção de hidrelétricas como símbolo do progresso e desenvolvimento econômico de um país.

Hoje, mais do que em 1996, quando presenciei a primeira audiência pública, os questionamentos que o aproveitamento de recursos hídricos por hidrelétricas suscita são ainda mais calorosos e complexos. Um desses projetos de aproveitamento de recursos hídricos, que promove ardentes polêmicas no tempo presente, é referente à construção da Usina Hidrelétrica Candonga, no período de 1999 até 2004<sup>5</sup>, entre os municípios de Santa Cruz do

---

<sup>4</sup> No período de agosto de 2002 a julho de 2003, sob financiamento do Programa Interno de Iniciação Científica PIBIC/CNPq, desenvolvi, juntamente com colegas da graduação na Universidade Federal de Viçosa, um trabalho de higienização e catalogação dos documentos referentes às memórias de crianças e adolescentes pobres que viveram em regime de internato na Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor em Viçosa, Minas Gerais. O acervo documental encontrava-se, naquela época, no espaço do CENTEV/UFV (Centro de Tecnologia de Desenvolvimento Regional de Viçosa). Após a finalização da iniciação científica, fiquei instigada a transformar o trabalho de conservação e organização dos documentos em conhecimento histórico sobre as experiências e vivências desses sujeitos sob tutela do Estado. (Cf. CAMPOS, G.M. Vou procurar o melhor lá dentro: vivências e memórias de crianças e adolescentes na FUNABEM (Viçosa, 1964-1989). Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História. Uberlândia, 2007).

<sup>5</sup> De acordo com o histórico do empreendimento publicizado no endereço eletrônico da usina hidrelétrica Candonga, em 27 de agosto de 1999, foi concedida às empresas concessionárias pela FEAM (Fundação Estadual do Meio Ambiente) a Licença Prévia. O processo de implantação do empreendimento Candonga foi concretizado em 30 de março de 2004, a partir da concessão da Licença de Operação pela FEAM, autorizando o funcionamento da usina que teve início, comercialmente, em 07 de setembro de 2004. Disponível em: <[www.candonga.com.br](http://www.candonga.com.br)> Acesso em: 11/09/2012.

Escalvado e Rio Doce, que implicou a submersão do distrito rural de São Sebastião do Soberbo.

A hidrelétrica Candonga passou a ser denominada UHE Risoleta Neves, conforme constatamos na página da usina, na Internet:

*em cerimônia ocorrida em 30 de agosto de 2005, o nome da UHE Candonga passou a ser UHE Risoleta Neves em homenagem a Risoleta Guimarães Tolentino Neves (1917-2003), esposa do ex-presidente do Brasil, Tancredo Neves (1910-1985). A solenidade contou com a participação de seu neto Aécio Neves.<sup>6</sup>*

Podemos entrever, nessa homenagem, indícios das estreitas articulações de interesses entre representantes do governo do Estado de Minas Gerais e empresários capitalistas, traduzidas numa parceria que contribuiu para viabilizar o empreendimento, não obstante o descumprimento de algumas condicionantes.

O distrito rural de São Sebastião do Soberbo, conforme DRPE - Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador<sup>7</sup>, é um dos três que compõem o município de Santa Cruz do Escalvado<sup>8</sup>, na Zona da Mata mineira. Inundado por intermédio de operação policial arbitrária, no dia 03 de maio de 2004, foi o mais diretamente afetado pela barragem, com cerca de 150 famílias expropriadas e deslocadas, compulsoriamente, para o distrito denominado “Nova Soberbo”.

Embora o DRPE apresente caráter mais técnico e não focalize as lutas que perpassaram as negociações entre representantes da usina e moradores, foi importante fonte de pesquisa, na medida em que traz à tona a vida, em São Sebastião do Soberbo, anteriormente à submersão, e os anseios, as reivindicações e os problemas vivenciados pela comunidade de Nova Soberbo, a partir do reassentamento. A pesquisa do DRPE também se fez importante, uma vez que aponta para o significado que as famílias atingidas pela usina Candonga atribuem à terra, conferindo-lhe valor muito mais amplo do que o meramente econômico.

---

<sup>6</sup>Disponível em: [www.candonga.com.br](http://www.candonga.com.br). Acesso em: 13/09/2012.

<sup>7</sup>Esse documento foi elaborado em março de 2004, a partir da iniciativa das equipes técnicas da UFV (particularmente do NACAB-Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens), do Ambiente Brasil Centro de Estudos e do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), e teve como principal objetivo subsidiar um programa de reativação econômica para o novo distrito de São Sebastião do Soberbo.

<sup>8</sup>Santa Cruz do Escalvado foi elevada à condição de município recentemente, quando, pela Lei Estadual nº 336 de 27 de dezembro de 1948, foi desmembrada do município de Ponte Nova, embora sua ocupação remonte ao passado colonial, possuindo, desde o início de sua colonização, as bases econômicas voltadas para a agropecuária. (In: ASSIS, A.A.F.de.; FARIA, A.L.L.de.; REIS, M.V. *História de Santa Cruz*. Dezembro, 2008. p.4-14. Disponível em: [www.santacruzdoescalvado.gov.br](http://www.santacruzdoescalvado.gov.br).)

Ao que o relatório indica, trata-se de famílias pobres, distantes, em sua maioria, do acesso à educação formal. As principais atividades econômicas elencadas no DRPE estão vinculadas à prática da agricultura, desenvolvida, sobretudo, em pequenas propriedades, com trabalho familiar voltado fundamentalmente para a subsistência, além das atividades de mineração, pescaria e criação de animais de pequeno porte. Para esses trabalhadores, a terra e o rio possuem um valor que nenhuma indenização em dinheiro é capaz de pagar.

Santa Cruz do Escalvado possuía, antes da instalação da usina hidrelétrica Candonga, um contingente populacional de aproximadamente 5380 habitantes, conforme dados publicados pelo IBGE, referentes ao censo 2000. Atualmente, esse contingente diminuiu consideravelmente, para 4996 habitantes (IBGE, 2010). Esses números instigaram-me a indagar os processos sociais que têm levado ao decréscimo populacional.

Para lidar com dados estatísticos inspirei-me, teórico-metodologicamente, nos caminhos percorridos por Eder Sader, em suas pesquisas sobre as “experiências da condição proletária em São Paulo, entre os anos de 1970 e 1980”. Ao utilizar dados estatísticos em sua investigação sobre a população residente em São Paulo, com o escopo de compreender o processo que denominou “voragem do progresso”, Sader nos alerta para a utilização dos números como fontes de pesquisa: “*Procuremos, além dos números, olhar os processos sociais que eles registraram. Observaremos então as trajetórias percorridas pela população metropolitana, procurando localizar-se na cidade em mutação.*”<sup>9</sup>

De acordo com dados disponibilizados no sítio eletrônico da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), a concessão de “bem público para geração de energia elétrica” pela Usina Hidrelétrica Candonga, de 140MW, foi outorgada ao Consórcio Candonga, composto pela Companhia Vale do Rio Doce e a multinacional ALCAN – Alumínios Canadenses no Brasil, atual “Novelis Brasil Ltda”, cada uma das empresas concessionárias com participação de 50% no consórcio firmado.

É válido reiterar que a Novelis, multinacional sediada em Atlanta (EUA), com empresas sudsidiárias e associadas em diversas localidades do mundo, é proprietária de uma indústria produtora de alumínio, no município de Ouro Preto/MG, distando cerca de 100 km da barragem Candonga. Em 2007, a Novelis foi incorporada à Hindalco Industries Limited e passou a compor, com ela, um conglomerado indiano de multinacionais, sob denominação de “Adyta Birla Group”. No sítio eletrônico da Novelis há referências de que a fusão

---

<sup>9</sup>SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p.67

possibilitou à Hindalco o status de “maior empresa de laminação de alumínio do mundo e uma das maiores produtoras de alumínio primário da Ásia”<sup>10</sup>.

Os dados pesquisados, no sítio eletrônico da Novelis, permitem evidenciar que, desde o processo inicial de negociação, a maximização de seus lucros aparece interligada ao projeto de construção da hidrelétrica. Ao mesmo tempo em que nos possibilitam compreender que a estratégica proximidade da usina Candonga contribuiu para ampliar a capacidade de geração de energia elétrica para a produção de alumínio da Novelis, em Ouro Preto.

De acordo com o livro *Atingidos e Barrados: as violações de direitos humanos na hidrelétrica Candonga*<sup>11</sup>, publicado em 2004, por meio de ação conjunta entre Justiça Global, MAB(Movimento dos Atingidos por Barragens)-Regional Ponte Nova, CPT-MG (Comissão Pastoral da Terra)e NACAB(Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens da Universidade Federal de Viçosa), a entrada em operação da barragem Candonga, em 2004, possibilitaria às empresas concessionárias, no ano de 2007, uma elevação de 10% para aproximadamente 60% da capacidade de geração de energia para seus próprios parques industriais. Esses números, associados aos valores envolvidos na venda de ações da Usina Hidrelétrica Candonga, permitem perceber os vultosos interesses financeiros que levaram as referidas empresas a se instalarem na região. A empresa EPP – Energia Elétrica Promoção e Participações Ltda., que detinha 50% das ações do consórcio Candonga, vendeu sua quota, em 2001, à empresa ALCAN,“pelo valor de U\$ 7,05 milhões.”<sup>12</sup>

Em Minas Gerais, a Vale opera diversos complexos mineradores, inclusive em parceria com a mineradora Samarco (*joint venture* da qual é detentora de 50%). No sítio eletrônico da Samarco, constatamos que a proximidade em relação à UHE Candonga não é exclusividade da Novelis, pois possui planta industrial denominada “unidade operacional Germano”, entre as cidades de Mariana e Ouro Preto, evidenciando que a prática destas

<sup>10</sup>Disponível em: <[www.novelis.com](http://www.novelis.com)> Acesso em: 16/06/2012.

<sup>11</sup>O livro *Atingidos e Barrados: as violações de direitos humanos na Hidrelétrica Candonga* é aqui referenciado como fonte de pesquisa em virtude do caráter altamente descritivo e factual com o qual aborda o processo de construção da hidrelétrica Candonga. Além disso, parte de uma perspectiva explicitamente denunciadora do processo, como indicada pelo próprio subtítulo: “as violações dos direitos humanos”. Nesse sentido, acaba se posicionando de forma um tanto quanto maniqueísta na interpretação que faz desse processo histórico, distando-se da perspectiva desta tese, que é investigar o processo em suas contradições e conflitos. Contudo, o livro ofereceu indícios que possibilitam entender as motivações que incitaram as empresas Vale do Rio Doce e Novelis a unirem capitais para formação de um consórcio que concorreu, com êxito, para a licitação de concessão de serviço público de energia elétrica, promovida pela ANEEL. (Cf. BARROS, J.N.; SYLVESTRE, M-E. (orgs.). *Atingidos e Barrados: as violações de direitos humanos na Hidrelétrica Candonga*. Rio de Janeiro: Justiça Global, MAB-Ponte Nova, 2004.

<sup>12</sup> Ibidem, p.31.

corporações capitalistas privadas de investir em empreendimentos hidrelétricos tem, por escopo principal, assegurar os recursos energéticos necessários à reprodução do status de principais mineradoras do mundo.

No mapa a seguir verificamos a atuação da Vale, em escala global, nas áreas de mineração, logística, siderurgia e energia. Esse mapeamento nos permite inferir que a energia produzida na UHE Candonga possibilita a otimização das atividades e consecução das metas produtivas de suas mineradoras, na Zona da Mata mineira, conforme fragmento do texto “Vale no Mundo-Brasil”, divulgado na página da Vale, na Internet: “A empresa investe em usinas hidrelétricas, gás natural e biocombustíveis para garantir os recursos energéticos necessários às suas operações.”<sup>13</sup>



Fonte: [www.vale.com.br](http://www.vale.com.br)

Nesse processo de instalação das empresas globais, no mundo, nem mesmo aqueles pedaços mais remotos da superfície terrestre escapam aos imperativos do lucro e às necessidades de *recursos energéticos necessários às operações* dessas empresas.

No documentário “*Nossa História*”, também disponibilizado em sua página na Internet, a trajetória da Vale é narrada em tom enaltecedor das ações da empresa, que se apresenta como aquela que segue o “*ritmo de progresso do Brasil*”. A empresa elege a posição de “*líder das exportações brasileiras*” como elemento articulador da história que pretende legitimar, afirmando sua relevância no contexto de desenvolvimento não só do país, mas também do mundo, a partir da assertiva: “*Boa parte de Xangai é construída com minério*

<sup>13</sup>Disponível em: <[www.vale.com.br/pt-br/o-que-fazemos/mineracao/pagina/default.aspx](http://www.vale.com.br/pt-br/o-que-fazemos/mineracao/pagina/default.aspx)> Acesso em: 11/09/2012

*da Vale, nosso minério.*" No entanto, a produção de uma memória que defende a importância da empresa, no contexto mundial, é acompanhada pelo movimento de ocultação da desapropriação das tradições e relações de trabalho em São Sebastião do Soberbo, como condição primordial do alcance global das forças econômicas da Vale.

Investigando as condições naturais, sobretudo hidrográficas, de Santa Cruz do Escalvado, é possível perceber, com mais clareza, porque a região da Zona da Mata mineira tornou-se interessante para exploração hidrelétrica por parte de empresas nacionais e estrangeiras:

*Pertencente ao trecho superior da bacia do Rio Doce - que está localizada a sudeste do Estado de Minas Gerais, compreendendo uma área de 715 milhões de km<sup>2</sup>, o município conta com uma densa rede de drenagem onde se destacam os rios Doce e Piranga (um dos formadores do Rio Doce), os ribeirões do Escalvado e do Gambá, e os córregos da Onça, da Oncinha e da Esperança, afluentes da margem direita do Rio Doce e córrego São Tomé, afluente do Rio Piranga. Os cursos d'água que drenam o município têm as nascentes no mesmo rio Piranga, nas divisas com os municípios de Ponte Nova, Urucânia, Piedade de Ponte Nova e Rio Casca, exceção feita apenas à cabeceira do rio do córrego da Onça, situada no município de Piedade de Ponte Nova.<sup>14</sup>*

Se atentarmos para o mapa hidrográfico da cidade, esse potencial hídrico salta aos nossos olhos, ajudando-nos a explicar um dos motivos (embora não o único) que tornou os pequenos municípios da Zona da Mata mineira interessantes para grupos capitalistas privados, sobretudo a partir de meados da década de 1990, quando pululam projetos hidrelétricos ao longo dos rios Doce e Piranga:

---

<sup>14</sup>ASSIS, A.A.F.de.; FARIA,A.L.L. de; REIS, M.V. *História de Santa Cruz*. Disponível em <[www.santacruzdoescalvado.gov.br](http://www.santacruzdoescalvado.gov.br)>. Os dois primeiros autores dessa obra são professores da UFV e formados, respectivamente, em História e Agronomia. O último era graduando em História pela UFV, na época da publicação do trabalho conjunto, em Dezembro de 2008. Embora contem uma história ufanista do município de Santa Cruz, o texto traz informações relevantes sobre o município, como aspectos econômicos, relevo, hidrografia, vegetação, clima, histórico de ocupação, dados referentes à educação formal em Santa Cruz, que nos possibilitam situar o município em relação ao Estado de Minas Gerais.



No entanto, faz-se importante ressaltar que ao evidenciar, por meio do mapa, a densa rede de córregos e rios que banham a cidade de Santa Cruz do Escalvado, não pretendi cair na armadilha ideológica de considerar que há uma suposta vocação da região à exploração pelos conglomerados multinacionais, devido aos seus aspectos naturais.

O fato de a inserção do Brasil, na divisão internacional do trabalho, acontecer por meio do subsídio à produção de alumínio e ferro-ligas das empresas multinacionais para a exportação não é uma questão de “vocação” ou “destino”, mas das opções políticas expressas na elaboração do denominado “novo modelo do setor elétrico”, elaborado no governo Luís Inácio Lula da Silva. Portanto, as características hidrográficas precisam ser articuladas a esse novo modelo concorrencial, voltado para o setor energético.

Nessa direção, dediquei-me, na escrita desta tese, a indagar como cada queda d'água, cada rio, cada ribeirão, evidenciados no mapa aqui apresentado, foram disputados por grupos capitalistas privados, na expectativa de lucro. Essas disputas se intensificaram com a apologética da privatização, base do atual modelo do setor energético brasileiro.

De acordo com investigações realizadas por Luis Pinguelli Rosa<sup>15</sup>, há um processo de reconfiguração da política energética brasileira que reflete a tendência histórica, no Brasil, de atendimento às exigências dos interesses de grupos privados nacionais e internacionais:

<sup>15</sup>ROSA, L.P. (org.) *Um país em leilão: das privatizações à crise de energia.* vol. II. Rio de Janeiro: COOPE, IVIG, 2001.

*O sistema produtivo brasileiro, desenvolvido para atender a um modelo exportador que norteou o crescimento do país, obriga, frequentemente, a mobilização de recursos financeiros e tecnológicos não disponíveis no país, nos níveis exigidos. A política energética brasileira é, por sua vez, um espelho desse sistema produtivo e uma herança de um governo autoritário e centralizador [...] Assim, a necessidade de atender a grandes demandas de energia pontualmente concentradas tem levado à construção de grandes usinas geradoras de energia elétrica, o que tem beneficiado grandes grupos nacionais e transnacionais – fornecedores de equipamentos, empreiteiros e aglomerados financeiros – aos quais interessam sobremaneira esses grandes complexos [...] Se as decisões mais relevantes escaparem de todo o controle nacional, a democracia não pode ser efetiva pois ela inexiste no âmbito internacional onde prevalece a desigualdade apoiada pelo poder econômico e militar.<sup>16</sup>*

Esse modelo energético – pautado pela hegemonia das empresas privadas e pelos incentivos governamentais à geração de energia para (e pelos) grupos industriais, utilizando projetos de hidreletricidade – será analisado a partir da forma como os trabalhadores expropriados pela hidrelétrica Candonga o vivenciam e o interpretam.

No discurso das empresas concessionárias, a hidreletricidade é apresentada, do ponto de vista econômico, como a forma mais barata de gerar energia, embora os custos sociais e ambientais dos projetos sejam altíssimos, como veremos na construção da usina hidrelétrica Candonga. No território brasileiro, as empresas encontram, nas usinas hidrelétricas, a possibilidade de produzir a preços baixos (e, o melhor, com o subsídio de políticas estatais) alumínio, materiais metalúrgicos, a partir da extração de minério, material elétrico, celulose, etc:

*O Brasil possui um dos recursos naturais mais ricos do mundo em água doce e um dos maiores potenciais hidrelétricos. Existem aproximadamente 2000 barragens no país. Entre as 625 barragens em operação, 139 possuem um potencial energético de mais de 30MW. De acordo com o Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens (MAB), 1 milhão de pessoas no Brasil já foram expulsas de suas terras por causa da construção de barragens e 70% das famílias expulsas não receberam qualquer tipo de reparação.<sup>17</sup>*

No entanto, há algo paradoxal nesse processo: no Brasil, embora a hidreletricidade represente, aproximadamente, 90% de nossa matriz energética, pagamos uma das tarifas de

<sup>16</sup> Ibidem, p.54.

<sup>17</sup>Dados publicados no Relatório elaborado em 1988 com o mapeamento dos recursos hídricos no mundo: “Água no mundo: Relatório Bienal sobre os recursos de água doce”. (BARROS, J.N; SYLVESTRE, M-E (orgs.). *Atingidos e Barrados: as violações de direitos humanos na Hidrelétrica Candonga*. Rio de Janeiro: Justiça Global, MAB-Ponte Nova, 2004.)

energia elétrica mais caras do mundo e ainda “*existem cerca de 5 milhões de residências sem acesso à energia*”:

*Apesar do discurso de que a fonte hídrica (barragem) é a forma mais econômica de gerar energia no Brasil e de mais de 90% da nossa energia vir desta fonte, paga-se aqui um preço maior pela luz do que em muitos outros países da Europa: a energia elétrica sai das usinas geradoras por uma média de 70 a 100 reais o MW e chega nas casas dos moradores das cidades a um preço de 400 reais o MW. Dados apontam que existem cerca de 5 milhões de residências sem acesso à energia no Brasil, o que equivale a mais de 20.000.000 de habitantes.*<sup>18</sup>

Essa contradição, expressa nos dados supracitados, se conforma com o processo de expropriação dos trabalhadores de Nova Soberbo, em razão da usina hidrelétrica Candonga. Confrontando as narrativas dos trabalhadores de Nova Soberbo com as memórias produzidas pelos representantes da Vale do Rio Doce e Novelis, evidenciamos que o destino da energia elétrica gerada na Usina hidrelétrica Candonga não é público. Embora os *Boletins Informativos Candonga*<sup>19</sup> apresentem o empreendimento Candonga como sinônimo da solução para uma suposta crise energética no país, os trabalhadores de Nova Soberbo estão desejosos de falar sobre a falta de energia elétrica em suas novas residências:

*Evandro: ... E hoje essa energia que a gente tem aqui é muito cara... Então, eu acho que todas as pessoas, é interessante você conversá, mas não escondê nada. Por exemplo, como a Aparecida(obs: a Aparecida estava do outro lado da rua, em frente à sua casa, em Nova Soberbo), a gente lamenta muito o caso dela, que é uma família muito grande, ela não tem emprego, os filhos estão todos adolescentes, deu pra vocês perceber ali. Então, hoje, no mínimo a casa dela já foi cortada umas quatro ou cinco vez a energia... Eles falam que é pra...desenvolvimento, mas não falam de quem, né...que é da empresa né, desenvolvimento delas né, pra gerar mais lucro e o povo fica mais pobre...*<sup>20</sup>

<sup>18</sup>Dados pesquisados no endereço eletrônico do MAB nacional – “Dossiê sobre a ditadura contra as populações atingidas por barragens e aumento da pobreza no Brasil”. (In: BARROS, J.N; SYLVESTRE, M-E. op cit. p.16.)

<sup>19</sup>Esses boletins mensais, intitulados “Informativo Candonga”, foram produzidos pela equipe de comunicação social do Consórcio Candonga sob coordenação do jornalista responsável Celso Charneca (Companhia Vale do Rio Doce) e Maurício Martins (representante da ALCAN, hoje Novelis). Tive acesso ao “Informativo Candonga” por meio da entrevista realizada, no dia 27 de janeiro de 2010, com a senhora Jovina , 81 anos, aposentada, moradora em Nova Soberbo, que disponibilizou todos os boletins informativos, panfletos e documentos que dizem respeito ao processo de negociações que marcou a destruição de São Sebastião do Soberbo em virtude da construção da usina hidrelétrica Candonga. Nas pesquisas realizadas no acervo do MAB e na biblioteca municipal, onde digitalizei os exemplares do Jornal Folha de Ponte Nova, referentes ao período 1996-2004, não havia encontrado qualquer referência ou vestígio da existência de tais informativos. Por isso a entrevista com dona Jovina S. além de muito elucidativa das transformações vividas a partir da transferência para Nova Soberbo, foi significativa, porque tive acesso aos dois primeiros boletins “Informativo Candonga”.

<sup>20</sup>Entrevista por mim realizada com o Evandro, garimpeiro, no dia 30 de julho de 2009. O senhor Evandro é nortista, mas vive em Minas Gerais há mais de 20 anos. Disse-me que o garimpo e o trabalho rural constituem suas principais formas de sobrevivência.

A leitura da narrativa do senhor Evandro colocou-me diante de algumas questões, entre elas a necessidade de compreender os significados políticos e históricos das ações das corporações capitalistas privadas nacionais e internacionais, em nosso país. A esse respeito, Milton Santos nos oferece uma interpretação esclarecedora sobre a lógica que pauta a atuação das empresas globais em nosso território e nos auxilia a compreender a “a ação de desorganização” de modos de vida empreendida pela Novelis, em parceria com a Vale:

*Nesta fase da vida nacional, esse papel extraordinário da ditadura do dinheiro em estado puro acaba por mostrar-nos [...] que cada empresa tem interesses que somente se exercem a partir da desregulação dos outros; ajuda a organizar a empresa em questão e desorganiza tudo o mais. Em outras palavras, a presença das empresas globais no território é fator de desorganização, de desagregação, já que elas impõem cegamente uma multidão de nexos que são do interesse próprio, e quanto ao resto do ambiente nexos que refletem suas necessidades individualistas, particularistas [...]*

*Em última análise é esse o resultado da influência do dinheiro em estado puro sobre o território. A finança tornada internacional como norma contraria as estruturas vigentes e impõe outras [...] ela funciona a despeito de outros autores e acarreta para o lugar uma existência sem autonomia [...]*

*No caso do Brasil isso é grave, porque o fato de que jamais tivemos cidadãos faz com que a fluidez dessas forças de desorganização se estabeleça com a rapidez com que se instala.<sup>21</sup>*

Ao investigar o significado dessas empresas globais, em território nacional, Santos nos possibilita, também, compreender como os projetos políticos e ideológicos dessas empresas acarretam o “desfalecimento de uma política feita pelo Estado e a imposição de uma política comandada pelas empresas”<sup>22</sup>. Por outro lado, sua análise nos permite avançar na problematização da noção de “Estado mínimo”, comumente divulgada em trabalhos que buscam explicar a política dita neoliberal:

*Fala-se, igualmente, com insistência da morte do Estado, mas o que estamos vendo é o seu fortalecimento para atender aos reclamos da finança e de outros grandes interesses internacionais, em detrimento dos cuidados com as populações cuja vida se torna mais difícil.<sup>23</sup>*

---

<sup>21</sup>SANTOS, M. O dinheiro e o território. In: SANTOS, M. et al. *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A Lamparina, 2011. p.21.

<sup>22</sup>SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 15. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2008. p.15

<sup>23</sup> Ibidem, p.19.

Nesta pesquisa, centrei meus esforços na tentativa de compreender e trazer à escrita da história o processo de transformações sociais vivido em comum por trabalhadores de São Sebastião do Soberbo e regiões vizinhas, significado, pela maioria deles, como um processo de desorganização de modos de vidas, decorrente da ação das empresas globais no distrito de São Sebastião do Soberbo, em Santa Cruz do Escalvado/MG. Portanto, o eixo norteador das atividades de pesquisa consistiu em investigar como esses sujeitos históricos refazem modos de vida em meio a sentimentos de perdas.

Nesse sentido tornou-se importante dar visibilidade aos significados conflitantes que os trabalhadores expropriados de São Sebastião do Soberbo (área inundada) e regiões vizinhas atribuem às transformações de suas vivências, ao serem deslocados para “Novo Soberbo” (região do reassentamento). Ao mesmo tempo, busquei problematizar noções de “progresso”, “desenvolvimento”, “democracia” e “sustentabilidade”, utilizadas pelas empresas concessionárias – por meio da elaboração de boletins informativos e catálogos<sup>24</sup> de distribuição gratuita – para apresentar o projeto da hidrelétrica Candonga.

No entanto, no diálogo com as fontes, sobretudo nas narrativas dos trabalhadores expropriados, a utopia democrática dos documentos difundidos pelas empresas concessionárias é desvendada, conforme veremos no quarto capítulo desta tese, no qual torno visível a tensão que marcou o processo de mudanças. As narrativas adquirem relevância, nesse contexto, pois apontam para o fato de que a tão proclamada democracia funcionou como simulacro de uma igualdade de condições inexistente no processo de negociações, perpetuando-se, na realidade vivida no presente, a desigualdade social.

Veremos, no desenvolvimento da tese, que as narrativas apontam para o fato de que, na retórica das grandes corporações capitalistas atuais, como a Vale e a Novelis, a palavra democracia perdeu completamente o contato com a realidade vivida, ratificando a interpretação de Hobsbawm que, ao investigar o discurso público ocidental, no século XXI, satirizou:

*No discurso público ocidental de hoje falam-se mais bobagens e absurdos sobre a democracia [...] do que, praticamente, sobre qualquer outra palavra ou conceito político... a democracia, uma das maiores vacas sagradas do discurso político vulgar do Ocidente, produz menos leite do que em geral se presume. Há palavras com as quais ninguém gosta de se ver associado em público, como racismo e imperialismo. Há outras, por outro lado, pelas*

---

<sup>24</sup>Os boletins Informativos intitulados “Informativo Candonga” e “Informativo Papo Aberto”, articulados ao catálogo intitulado “Café com História”, trazem evidências de como os representantes da Vale do Rio Doce e da ALCAN (atual Novelis) forjam estratégias para obter consenso por meios também pacíficos, buscando exercer controle sobre os meios de doutrinação na sociedade civil: por intermédio da imprensa e da educação.

*quais todos anseiam por demonstrar entusiasmo, como mãe e meio ambiente. Democracia é uma delas...<sup>25</sup>*

Realizei 22 entrevistas com trabalhadores expropriados, não só residentes em Nova Soberbo, mas também na Comunidade Jerônimo(localidade rural no entorno de Nova Soberbo) e no município de Rio Doce. Esses últimos, embora não tenham sido reconhecidos, tecnicamente, como “atingidos”, tiveram direitos lesados e foram expropriados de seus modos de trabalho, em virtude da implantação da hidrelétrica Candonga. Para transcrevê-las, busquei manter a máxima fidelidade à linguagem utilizada pelos narradores, para que a oralidade desses sujeitos não fosse enquadrada nas normas formais da língua portuguesa, incorrendo no risco de os trabalhadores não se reconhecerem nas interpretações que realizei de suas experiências.<sup>26</sup>

Há, nessas entrevistas uma multiplicidade de sujeitos, interesses e visões sobre as transformações vividas. São lavradores, meeiros, garimpeiros, militantes do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) e um comerciante – o senhor Davi, 73 anos, que reafirma a ideia de progresso do empreendimento, em contradição com os significados produzidos por outros trabalhadores. As práticas vividas por esses sujeitos e a pluralidade de significados que atribuem ao processo incitaram-me a problematizar a perspectiva tecnicista com a qual o conceito “atingido” é abordado pelas empresas concessionárias. Também compõe meu acervo particular de entrevistas a realizada com o senhor Alberto, analista socioambiental do Consórcio Candonga, no dia 27 de janeiro de 2010, em Nova Soberbo, durante reunião do Alberto com alguns moradores, para discussão do Projeto de Reativação Econômica.

Utilizei pseudônimos para nomeá-los, em razão do sentimento de “medo” advindo das disputas calorosas entre trabalhadores e representantes das empresas, conforme evidenciamos na narrativa do senhor Evandro:

*Uma reativação econômica a empresa deve pra comunidade. Aí foi quando o cara da empresa respondeu: ‘ \_ É, só se tivesse alguma indústria que tivesse interessada em vir pra cá’. Aí eu disse: Olha, a Vale do Rio Doce é a 2ª empresa mundial, ela não interessou em implantar uma barragem aqui e correr com o povo e ganhar muito dinheiro? Por que que ela não implanta?*

---

<sup>25</sup>HOBBSAWM, E. *Globalização, democracia e terrorismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p.13-97.

<sup>26</sup>Laura A. Maciel nos adverte sobre a necessidade de possibilitarmos aos narradores se reconhecerem naquilo que escrevemos sobre suas vivências, daí a importância de atentar para a transformação da “oralidade” à “palavra impressa”, de forma a não enquadrar a “linguagem das ruas” na “norma culta da redação, padronizada em moldes de narrar.” (In: MACIEL, L.A. et al. *Muitas memórias, outras histórias*. SP: Olho d’água, 2004. p.31)

*Ele num gostou não, quer dizer, a gente sabe que num gosta né. Depois eles ficam atravessando na frente da gente na estrada. Nesse dia eu fiquei até com medo de ficar indo pro Rio Doce, eles ficaram ali no trevo, três.<sup>27</sup> (grifo meu)*

A preservação de suas identidades é uma questão de segurança diante das iminentes coações e do desaparecimento do agricultor João Caetano dos Santos no canteiro de obras da hidrelétrica Candonga, em fevereiro de 2003. Desaparecimento até hoje não desvendado. Mantive, apenas, a identificação do senhor João Bosco e de sua mãe Maria Marta, que faleceram recentemente, no ano de 2012.

Sob influência dos procedimentos teórico-metodológicos utilizados por Yara Khoury<sup>28</sup>, no trabalho com as fontes orais, minha perspectiva foi lidar com essa multiplicidade de narrativas não como “representações do real”, mas enquanto “práticas sociais”. Khoury nos adverte para o fato de que qualquer linguagem – analisada enquanto prática social – constrói sentidos sobre a realidade e, nesse exercício de construir sentidos para a realidade concretamente vivida, as pessoas interferem nela.

A postura de trabalhar com as narrativas orais enquanto “práticas sociais” está estreitamente vinculada com a perspectiva pela qual Khoury nos convida a lidar com a noção de sujeito histórico. Trilhando esse caminho teórico-metodológico, procurei encarar os trabalhadores de Nova Soberbo, não da perspectiva liberal, enquanto sujeitos isolados, mas enquanto “sujeitos que se fazem socialmente, compartilhando experiências e memórias, moldando a realidade ao mesmo tempo em que são moldados por ela.”<sup>29</sup>

Nessa direção, busquei pensar as distintas narrativas dos trabalhadores de Nova Soberbo como práticas sociais nas quais o sujeito que está narrando utiliza-se de múltiplos argumentos, informados pelas culturas<sup>30</sup> nas quais está inserido, cujo entendimento busquei perseguir e desvendar, tendo em vista que o trabalho da consciência é construído, está em processo.

*[...] o uso do termo “linguagens” como um sinônimo de fontes expressa uma reação a uma concepção positivista de fonte, que a vê de maneira estática,*

<sup>27</sup> Entrevista realizada com o senhor Evandro, em Nova Soberbo, no dia 25/01/2010.

<sup>28</sup> KHOURY, Y. O historiador, as fontes orais e a história. In: MACIEL, L.A. et al. *Outras histórias: memórias e linguagens*. SP: Olho d’água, 2006.

<sup>29</sup>Ibidem, p.27

<sup>30</sup>Para lidar com a ideia de “cultura” inspirei-me, teórico-metodologicamente, nas discussões realizadas por Stuart Hall, Thompson, Martín-Barbero e Beatriz Sarlo, em textos citados ao longo desta tese e referenciados na bibliografia, ao final do trabalho.

*como algo dado, e a explora em sua dimensão mais informativa. Entendendo as fontes como práticas e expressão das práticas sociais, imbricadas no fazer-se da experiência social, articuladas ao movimento da história, por meio das quais buscamos explorar e compreender o trabalho da consciência e da memória dos sujeitos históricos, dando significados e sentidos à transformação histórica que se forja nas lutas cotidianas.*<sup>31</sup>

As narrativas dos trabalhadores de Nova Soberbo e regiões vizinhas foram aqui entendidas como possibilidades de compreender as experiências e memórias sendo construídas e reconstruídas socialmente e não como experiências individuais, ou estudos de caso; muito menos dizem respeito somente à história de vida. Na trilha de Khoury, meu propósito foi significar as narrativas orais como “parte de uma consciência contemporânea”, o que impôs a necessidade de indagar sobre como os significados atribuídos pelos trabalhadores de Nova Soberbo, na elaboração de memórias, são mediados pelas formas como a consciência se forja na experiência de luta, ao mesmo tempo em que influí na construção de destinos sociais.

As reflexões de Alessandro Portelli<sup>32</sup> também influenciaram meu olhar em relação às narrativas dos trabalhadores de Nova Soberbo porque, em razão da emoção e dor dos trabalhadores, inclusive diante de memórias de luto, como a do senhor Bartolomeu<sup>33</sup>, ao rememorar o desaparecimento (até hoje não explicado, silenciado) do irmão João Caetano, algumas vezes foi difícil, para mim, substituir a postura de reverência pela interpretativa. A elaboração do conceito de “memórias divididas” e sua postura de especialista diante de viúvas e filhos das vítimas do massacre de italianos pelos alemães, em Civitella Val di Chiana(1944), tornaram-se fontes de inspiração para meu diálogo com os trabalhadores de Nova Soberbo:

*As narrativas de Civitella nos deixam estarrecidos. No entanto, a tarefa do especialista, após recebido o impacto, é se afastar, respirar fundo, e voltar a pensar. Com o devido respeito às pessoas envolvidas, à autenticidade de sua tristeza e à gravidade de seus motivos, nossa tarefa é interpretar criticamente todos os documentos e narrativas[...] Como tentarei demonstrar, na verdade, quando falamos numa memória dividida, não se deve pensar apenas num conflito entre a memória comunitária pura e espontânea e aquela “oficial” e “ideológica”, de forma que, uma vez desmontada esta última, se possa implicitamente assumir a autenticidade não-mediada da primeira. Na verdade, estamos lidando com uma*

<sup>31</sup>KHOURY,Y. op cit. p.28.

<sup>32</sup>PORTELLI, A. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, M.M.; AMADO, J. et al. *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

<sup>33</sup>Entrevista realizada no dia 31 de julho de 2009, com o senhor Bartolomeu, 69 anos, aposentado, morador em Nova Soberbo.

*multiplicidade de memórias fragmentadas e internamente divididas, todas, de uma forma ou de outra, ideológica e culturalmente mediadas.*<sup>34</sup>

Por meio desse conceito de “memórias divididas”, meu posicionamento, diante das entrevistas, consistiu não só em analisar as contradições existentes entre as memórias dos representantes das empresas concessionárias e as memórias dos trabalhadores, mas em explorar os conflitos existentes também dentro desses grupos, pois entendo que não há um bloco monolítico de memória – mas episódios referenciados socialmente. Essa compreensão justifica minha resistência em aceitar a ideia de que os trabalhadores de Nova Soberbo sejam portadores de uma “memória coletiva”:

*[...]Mas não se deve esquecer que a elaboração da memória e o ato de lembrar são sempre individuais: pessoas, e não grupos, se lembram. Mesmo quando Maurice Halbwachs afirma que a memória individual não existe, sempre escreve “eu me lembro” [...] Se toda memória fosse coletiva, bastaria uma testemunha para uma cultura inteira; sabemos que não é assim. Cada indivíduo, particularmente nos tempos e sociedades modernos, extrai memórias de uma variedade de grupos e as organiza de forma idiossincrática. Como todas as atividades humanas, a memória é social e pode ser compartilhada [...] Não podemos continuar procurando oposições somente entre campos de memória, e sim também dentro deles. A brilhante definição, “memória dividida”, precisa ser ampliada e radicalizada para definir não só a dicotomia (e hierarquia implícita) entre a memória institucional da Resistência e a memória coletiva da comunidade, mas também a pluralidade fragmentada de memórias.*<sup>35</sup>

Portelli<sup>36</sup> também nos alerta para a necessidade de operarmos, em nossas pesquisas, um deslocamento da fonte compreendida enquanto “informação”, para ser percebida como relações que se constroem no social, e do nosso dever em interpretar tais relações. Nesse sentido, a atitude positivista de buscar os fatos deve ser substituída pela busca por compreender os significados atribuídos aos fatos passados, a partir das expectativas e lutas do presente. Influenciada por essa concepção mais ampla das fontes históricas, busquei dialogar não só com as narrativas orais, mas também com uma gama variada de documentos históricos pesquisados ao longo desses quatro anos, que inclui catálogos e boletins, panfletos produzidos pela equipe multidisciplinar da usina Candonga, EIA/RIMA (Estudos e relatórios de Impacto Ambiental), jornais *Folha de Ponte Nova*, documento audiovisual produzido pelo senhor João Bosco, residente em Nova Soberbo, fotografias, DRPE (Diagnóstico Rápido Participativo

<sup>34</sup>PORTELLI, A. op cit. p.106.

<sup>35</sup>Ibidem. p.127-128.

<sup>36</sup>PORTELLI, A. A filosofia e os fatos. *Revista Tempo*. Rio de Janeiro: vol.1, nº2, 1996, p.59-72.

Emancipador), Livro de Poesia *Águas Revoltas* e outros documentos e fotografias que compõem o acervo documental do MAB-regional de Ponte Nova.

Ao explicitar as distintas maneiras com as quais filósofos e historiadores abordam as fontes de pesquisa, as reflexões de Edward P. Thompson (sobretudo as críticas feitas à prática teórica e essencialista de Louis Althusser) constituíram-se referenciais importantes para minha atitude de leitura e interpretação, em face dessa diversidade de documentos pesquisados. Nesse sentido, esforcei-me por me esquivar da perspectiva do cientificismo positivista, em sua forma de lidar com as fontes históricas como “provas” ou “ilustrações” do real investigado. Tendo em vista suas advertências de não confundir “modos ou técnicas empíricos de investigação” com o empirismo, tentei enfrentar o desafio de encarar as fontes pesquisadas não como objetos passivos e inertes aos nossos interrogatórios:

*Nossa preocupação, mais comumente, é com múltiplas evidências, cuja inter-relação é, inclusive, objeto de nossa investigação. Ou, se isolamos a evidência singular para um exame à parte, ela não permanece submissa, como a mesa, ao interrogatório: agita-se, nesse meio tempo, ante nossos olhos. Essa agitação, esses acontecimentos, se estão dentro do ‘ser social’, com frequência parecem chocar-se, lançar-se sobre, romper-se contra a consciência social existente. Propõem novos problemas e, acima de tudo, dão origem continuadamente à experiência – uma categoria que, por mais imperfeita que seja, é indispensável ao historiador, já que comprehende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento.<sup>37</sup>*

Essa “agitação” das fontes, de que nos fala Thompson, tornou-se perceptível sobretudo no diálogo com os trabalhadores de Nova Soberbo, que me colocaram diante de novas questões, ao mesmo tempo em que eles próprios também dirigiam-me, frequentemente, indagações do tipo: “Você é do Consórcio?” “Você já foi lá no MAB?” “Eu vô falá com cê a verdade, que eles pra tirá a gente assim do lugá da gente lá de baixo eles tinha que dá uma qualidade de vida melhor pra gente né não? ... Cê acha que eu tô certa ou errada de falá assim?”<sup>38</sup>

---

<sup>37</sup>THOMPSON, E.P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p.15

<sup>38</sup>Essa indagação é parte da narrativa da Cleonice, que aparece recorrentemente em outras narrativas, nas quais os trabalhadores, ao rememorarem o processo de transformações vivido, tendiam a perguntar sobre meu posicionamento, evidenciando que as fontes com as quais trabalhamos não são objetos inertes e passivos, mas nos questionam no mesmo processo em que são questionadas.

A concepção de sujeito histórico, forjada por George Rudé, foi relevante para encaminhar o diálogo que realizei com os trabalhadores de Nova Soberbo; especialmente as advertências que nos faz, em suas investigações sobre a ideologia do protesto popular:

*Portanto, é importante observar duas coisas: não existe tábula rasa no lugar da mente, onde se possam inscrever novas ideias e onde não houvesse ideias antes (noção cara aos que falam de “massa ignara”), também não existe qualquer coisa como uma progressão automática das ideias “simples” para as mais sofisticadas.<sup>39</sup>*

A partir dessa advertência, minha tentativa consistiu em não encarar os sujeitos com os quais dialoguei de forma hierarquizada, como se houvesse um abismo intransponível entre a “intelectual, portadora de conhecimento” e o “trabalhador não intelectual, *tabula rasa*”,<sup>40</sup>, pois há equívocos nessa polarização.

Condizente com essa perspectiva, a experiência de dialogar com os trabalhadores de Nova Soberbo e regiões vizinhas não significou a possibilidade de me defrontar com o outro, mas de reconhecer, nesse outro, os processos excludentes e injustos da sociedade brasileira.

Tendo em vista as advertências feitas por Rudé, Thompson, Khoury e Portelli, optei por analisar essa multiplicidade de fontes enquanto “linguagens constitutivas do real”. Essa escolha demandou, na atividade de pesquisa, o exercício de lidar com as características interpretativas da fonte histórica, não mais entendidas como o lugar de onde se extraem informações ou dados de um passado supostamente preservado.

Explorar as questões e relações que as diferentes fontes expressam e como estas se colocam a favor de projetos hegemônicos significou a possibilidade de interrogar como o projeto Candonga foi e continua sendo realimentado pelas fontes, sem negligenciar o fato de que tal projeto também é contestado e questionado por elas.

Desta forma, ao investigar como os processos hegemônicos se engendram, fui levada, ao mesmo tempo, a indagar sobre minha própria escrita da história, tentando perceber até que ponto não constitui reafirmações dessa hegemonia. Nesse sentido procurei, a todo momento, enfrentar o desafio de disputar hegemonia construindo um conhecimento histórico capaz de traduzir outras memórias, distintas daquelas elaboradas pelos representantes do consórcio Candonga, que tendem a vangloriar o projeto hidrelétrico e perceber como elas se fazem a partir de embates.

---

<sup>39</sup> RUDÉ, G. *Ideologia e Protesto Popular*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p.25.

<sup>40</sup>Ibidem, p.25.

O que permeou a atividade de pesquisa o tempo todo foi, portanto, a perspectiva de discutir os impactos dessas transformações nos seus múltiplos vieses e, dessa forma, compreender a tessitura da hegemonia. O diálogo com Raymond Williams<sup>41</sup>, sobretudo a problematização da noção gramsciana de hegemonia, possibilitaram-me repensar o olhar simplista e maniqueísta que eu tendia a lançar sobre o processo investigado desde o primeiro contato com a temática dos conflitos envolvendo a construção de hidrelétricas na Zona da Mata mineira, ainda na adolescência.

Parti do suposto de que a noção de hegemonia se constitui e se refaz nas relações, na dinâmica social conflituosa. A hegemonia não é uma categoria fixa e imutável, que existe *a priori*. Não é um prêmio que, a nosso bel prazer, pode ser concedido às classes trabalhadoras ou dominantes. Nem se reduz apenas às funções de dominação ou manipulação estritamente econômicas impostas pela coerção, mas se traduz numa direção consensual:

*O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que se deve levar em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida; que se forme certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa. Mas também é indubitável que os sacrifícios e o compromisso não se relacionam com o essencial, pois se a hegemonia é ético-política também é econômica; não pode deixar de se fundamentar na ação decisiva que o grupo dirigente exerce sobre o núcleo decisivo da atividade econômica.[...] a análise dos diversos graus de relação de forças só pode culminar na esfera da hegemonia e das relações ético-políticas.<sup>42</sup>*

Tendo em vista esse entendimento da hegemonia enquanto processo e não simplesmente dominação, percebi que um dos grandes desafios que precisava enfrentar, no diálogo com as fontes e pesquisadores que lidam com a problemática das desapropriações em consequência da implementação de projetos hidrelétricos, era romper com uma posição comumente estabelecida entre alguns pesquisadores, que tendem a generalizar o processo construindo interpretações polarizadas, como se o conflito ocorresse somente entre dois blocos: empresas concessionárias versus trabalhadores, e não entre eles.

O olhar sobre o projeto inicial da pesquisa se modificou e busquei abandonar a posição de vitimizar a comunidade atingida para tentar compreender esse processo em sua desigualdade e contradição, analisando “os diversos graus de relação de forças”.

Nessa direção, busquei superar uma visão dicotomizada entre vencidos e vencedores, para pensar na complexidade das relações de dominação e resistência, buscando perceber

<sup>41</sup> WILLIAMS, R. *Hegemonia*. In: WILLIAMS, R. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

<sup>42</sup> GRAMSCI, A. *Maquiavel, a Política e o Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. p.33-39.

como os trabalhadores de Nova Soberbo e regiões vizinhas se inscrevem, de diferentes maneiras, na reconfiguração dos modos de viver, trabalhar e morar na região do reassentamento e também fora dela. Investigar esse processo social significou a possibilidade de ampliar a reflexão sobre as formas como projetos hegemônicos se forjam e se transformam, em meio a resistências e cooptações.

Embora o processo histórico investigado tenha seguido rumos que não se conformaram às intenções de muitos sujeitos, as memórias e histórias que intencionei tornar visíveis, na escrita desta tese, não se referem a “heróis” ou “vítimas”, mas concernem à “ambivalência crucial de nossa presença humana em nossa própria história, parte sujeitos e parte objetos, agentes voluntários de nossas próprias determinações involuntárias.”<sup>43</sup>

Além de buscar compreender a tessitura da hegemonia, objetei problematizar o fundamento da lógica capitalista: a transformação das relações sociais sob o invólucro de progresso. A esse respeito devo destacar as contribuições do diálogo com outros autores de tradição marxista, como Peter Linebaugh e Marcus Rediker<sup>44</sup>.

Os autores apresentam uma contranarrativa da modernidade, por meio da reconstrução da “história perdida da classe multiétnica essencial ao surgimento do capitalismo e da moderna economia global”<sup>45</sup>. Essa “história perdida” é definida por eles como a história dos trabalhadores que foram indispensáveis à consolidação do capitalismo (a exemplo, os “rachadores de lenha” e “tiradores de água”<sup>46</sup>), cujas diversificadas funções passaram despercebidas pelos historiadores, bem como a resistência contra essa ordem capitalista emergente. É justamente a dinâmica de transformação dentro do capitalismo, investigada pelos autores, que pretendi não perder de vista, ao escrever essa tese.

Mediante a apropriação da linguagem mítica da “hidra de Lerna” e do “mito de Hércules”, os autores nos permitem compreender a dinâmica que marcou a emergência do capitalismo e que continua reverberando no tempo presente. Nesse sentido, o diálogo com Linebaugh e Rediker me incitou a ler, nas fontes, a dinâmica de um sistema de relações sociais que se forma, se expande e se consolida a partir da “expropriação”, “da luta por

<sup>43</sup> THOMPSON, E.P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros; uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p.101.

<sup>44</sup> LINEBAUGH, P.; REDIKER, M. *A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e história oculta do Atlântico revolucionário*. SP: Companhia das Letras, 2008.

<sup>45</sup>Ibidem, p.15.

<sup>46</sup>Ibidem, p.46.

*modos de vida alternativos”, da “exploração e da resistência a ela”, da “imposição da disciplina de classe”.*<sup>47</sup>

Ao aprofundarem a discussão sobre as condições históricas de emergência do capitalismo e das estratégias para se manter enquanto modo de produção hegemônico, Linebaugh e Rediker auxiliaram-me no tratamento dado às fontes de pesquisa, na medida em que permitem fazer conexões entre passado/presente para a compreensão do movimento que está na base de surgimento do capitalismo: “*a exploração a que uma multiplicidade de sujeitos esteve submetida e o renascer de suas ‘cabeças decepadas’ influenciam profundamente a história do mundo em que todos vivemos e morremos.*”<sup>48</sup>

Os autores nos permitem perceber que a existência de grupos privados – como no tempo presente de que trata esta pesquisa, a Vale e a Novelis – lançando campanhas com o objetivo de obter anuênciia pública para seus interesses capitalistas privados não é exclusivo das grandes empresas concessionárias no século XXI. Já nos primórdios mesmo do capitalismo, desde o século XVI, podemos evidenciar a formação das grandes organizações mundiais de comércio, como a Companhia da Virgínia – que buscava explicar e difundir “*incansavelmente que a sua iniciativa capitalista privada era boa para a nação*”.<sup>49</sup>

A partir da leitura de alguns documentos produzidos pelas empresas, com os quais dialogo ao longo da escrita da tese, tais como “Informativo Candonga”, “EIA/RIMA”, “Café com História”, “Informativo Papo Aberto”, é possível perceber que as ideias de progresso e de melhorias para a nação são utilizadas, no tempo presente, para legitimar a implementação do projeto Candonga.

Esses documentos são analisados como representativos de uma visão classista, dentro de um processo hegemônico no qual algumas demandas colocadas pela sociedade foram incorporadas pelas empresas concessionárias e pelo Estado brasileiro, por meio da elaboração de políticas de concessão de serviços públicos de energia. O processo de licenciamento ambiental torna obrigatória a produção de documentos que traduzam uma suposta valorização do social, ambiental, cultural como condição para a implementação dos projetos de hidreletricidade. A elaboração desses documentos por parte das empresas concessionárias evidencia que a hegemonia para se concretizar necessita se apresentar de forma democrática, como estratégia para obscurecer os conflitos inerentes ao processo.

<sup>47</sup>Ibidem, p.24.

<sup>48</sup>Ibidem, p.51.

<sup>49</sup>Ibidem, p.25.

No passado, embora temporal e espacialmente distante de Nova Soberbo, os “propagandistas da Companhia da Virgínia” (conforme evidenciam Linebaugh e Rediker) também reproduziam o discurso de que prestavam um serviço público ao tirar da Inglaterra “enxames de desocupados” e levá-los para trabalhar na Virgínia, livrando a Inglaterra desses “vadios”.<sup>50</sup> Qualquer semelhança com os propagandistas da Vale e da Novelis não é mera coincidência, mas parte inerente do processo de acumulação capitalista. Esses autores evidenciam que a construção do sistema capitalista, na Inglaterra, a partir do século XVII, portanto desde a primeira infância, sempre teve por base a supressão de direitos comuns e destruição de formas de vida:

*Outro grande trabalho de apropriação foi a drenagem de brejos. Uma Lei do Parlamento de 1600 tornou possível para os grandes acionistas dos charcos suprimir os direitos comuns que pudessem impedir seus planos de drenagem [...] O rei Jaime organizou centenas na drenagem e na privatização de partes de Somerset no começo do século XVII, transformando uma economia comunitária de pesca, aves domésticas, extração de junco e escavação de turfa numa economia capitalista de criação de ovelhas [...] Em 1663 Samuel Pepys passou pelos “mais tristes pântanos, observando ao passar a triste vida dos íncolas”, como chamava seus moradores. A tristeza era consequência de uma derrota específica. Thomas Fuller escreveu em 1655: “Dar-lhes a terra drenada e continuar; como os peixes grandes comem os pequenos, assim os ricos devorarão os mais pobres [...] e os ricos, para ganhar espaço, expulsarão os pobres das terras comunais.”<sup>51</sup>*

Embora o processo histórico de desenvolvimento das relações sociais capitalistas seja pautado pela produção de regiões e pessoas mais “ricas” que, como “peixes grandes devorarão os mais pobres”, acredito que não estamos fadados a viver sob tamanha desigualdade e injustiça social. Desta crença, que por muitos pode ser vista como utopia, reside a principal motivação que conduziu minhas atividades de pesquisa ao longo da escrita desta tese. As leis que possibilitam suprimir os direitos comuns também acompanham o desenvolvimento do sistema capitalista: ontem as Leis do Parlamento de 1600, investigadas por Linebaugh e Rediker. Hoje, as “Leis de Concessões,” investigadas pelo professor Carlos Bernardo Vainer, conforme veremos no 6º capítulo.

Nesse sentido, ao escrever esta tese, propus-me refletir sobre o custo humano e social dos movimentos tecnológicos sob o capitalismo<sup>52</sup> e recolocar essas discussões não só na

<sup>50</sup>Ibidem, p.25.

<sup>51</sup>Ibidem, p.54-56.

<sup>52</sup>O próprio Marx já nos alertava para o fato de que o que distingue as formações sociais capitalistas das antecedentes é que tais formações só existem revolucionando ininterruptamente os meios de produção e

academia, mas também na escola em que leciono, nas publicações acadêmicas, nas rodas de amigos e entre familiares.

Os autores nos permitem perceber, portanto, que o desvio dos rios pelos movimentos de tecnologia, a expensas da expropriação de seres humanos, não é exclusivo do empreendimento hidrelétrico Candonga, no século XXI, mas está na base sobre a qual se erigiu o capitalismo. Da mesma forma, o conceito de “progresso”, do qual me utilizo para pensar as relações sociais em Nova Soberbo, não é produto exclusivo do tempo presente, mas o cimento ideológico dos primórdios do capitalismo.

Nessa direção, Linebaugh e Rediker acabam nos instigando a problematizar a idéia de “progresso”, quando afirmam, sobre a construção da nova ordem capitalista, na Inglaterra, no decorrer do século XVI para o XVII: “*Edifícios elegantes e magníficos são construídos sobre alicerces de lodo.*”<sup>53</sup>

Os significados da “hidra de Lerna” e do “mito de Hércules” – retomados da mitologia grega e romana pelos arquitetos da economia transatlântica, a partir do século XVII, e investigados por Linebaugh e Rediker – colocaram-me diante de outras possibilidades de interpretar as fontes, pois tais significados parecem ainda moldar a visão dos defensores e construtores do capitalismo, no tempo presente, quando se referem a todos aqueles que simbolizam ameaças à ordem capitalista:

*Os arquitetos da formação clássica da economia atlântica viram em Hércules – herói mítico dos antigos que alcançou a imortalidade com a execução de doze trabalhos – um símbolo de poder e ordem. Inspiraram-se nos gregos, para quem Hércules foi o unificador do território estatal centralizado, e nos romanos, para quem ele significava a ambição imperial. Os trabalhos de Hércules representavam o desenvolvimento econômico: o desmatamento da terra, a drenagem dos pântanos e o desenvolvimento da agricultura, assim como a domesticação dos animais, o estabelecimento do comércio e a introdução da tecnologia. Governantes imprimiam a imagem*

alterando – para o bem ou para o mal – todas as relações sociais correspondentes. Daí advém a importância de atentarmos para as relações sociais, em vez de exaltarmos a tecnologia por si mesma: “A burguesia só pode existir com a condição de revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais [...] as relações que as substituem tornam-se antiquadas antes de se ossificar [...] Onde quer que tenha conquistado o Poder, a burguesia calcou aos pés as relações feudais, patriarcas e idílicas. Todos os complexos e variados laços que prendiam o homem feudal a seus ‘superiores naturais’ ela os despedaçou sem piedade, para só deixar subsistir, de homem para homem, o laço frio do interesse, as duras exigências do ‘pagamento à vista’ [...] Em uma só palavra, em lugar da exploração velada por ilusões religiosas ou políticas, a burguesia colocou uma exploração aberta, cínica e brutal. A burguesia despojou de sua auréola todas as atividades até então reputadas veneráveis e encaradas com piedoso respeito. Do médico, do jurista, do poeta, do sábio fez seus servidores assalariados. A burguesia rasgou o véu do sentimentalismo que envolvia as relações de família e reduziu-as a simples relações monetárias...” (In: MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. Frente Revolucionária de Defesa dos Direitos do Povo, 2008. p.25-27.)

<sup>53</sup>LINEBAUGH, P.; REDIKER, M. op cit, p. 56.

*de Hércules em dinheiro e selos, em pinturas, esculturas e palácios, e em arcos de triunfo [...] O herói representava o progresso [...] Os mesmos governantes viram na hidra de muitas cabeças um símbolo antiético de desordem e resistência, uma poderosa ameaça à construção do Estado, do Império e do capitalismo. O segundo trabalho de Hércules foi a destruição da venenosa hidra de Lerna. A criatura, filha de Tifão (tempestade ou fúria) e Équidna (metade mulher, metade cobra), era parte de uma ninhada de monstros [...] Quando Hércules decepou uma das cabeças da hidra, nasceram duas novas no lugar. Com a ajuda do sobrinho Iolau finalmente matou o monstro decepando-lhe uma cabeça central e cauterizando o coto com um tição. Em seguida embebeu flechas na bílis do monstro liquidado, dando a seus projéteis o poder letal que lhe permitiu completar os trabalhos.<sup>54</sup>*

A experiência contemporânea em São Sebastião do Soberbo evidencia que as lutas de classes continuam sendo vistas pelas classes dominantes como símbolos da monstruosidade, enquanto o projeto Candonga aparece, na visão dos seus empreendedores, como a “reencarnação de Hércules”, conforme veremos a partir da análise da entrevista realizada em janeiro de 2010 com o analista ambiental do consórcio Candonga, Alberto, sob a qual me debruço nos capítulos 5 e 6 desta tese.

No quinto e sexto capítulos retomo a problemática da criminalização dos movimentos sociais que, por sua vez, tem como foco a invasão da propriedade. Entretanto, gostaria de me antecipar a essa discussão destacando que as pessoas, em suas ações de resistência e luta, “não estão apartadas da sociedade”<sup>55</sup>.

Uma questão que trouxe inquietação durante o diálogo com autores que pesquisam temática semelhante, referente aos conflitos que envolvem trabalhadores e projetos de construção de hidrelétricas no Brasil, é relativa à ênfase dessas pesquisas numa suposta organização comunitária da vida entre os trabalhadores deslocados, em virtude da implantação de barragens. Esse viés interpretativo soou-me como idealização dos pesquisadores em relação aos sujeitos pesquisados, na medida em que os trabalhadores deslocados são investigados como se vivessem isolados numa redoma anticapitalista,

---

<sup>54</sup> Ibidem, p.10-11.

<sup>55</sup>Ao investigar o fenômeno social do “banditismo”, definindo-o em sua composição por “homens sem propriedade e sem emprego que diante de um ato de injustiça e perseguição, não se curvam à força ou superioridade social, preferindo tomar o caminho da resistência”, Hobsbawm esclarece um aspecto fundamental dos processos de resistência, negligenciado ou negado por muitos pesquisadores que tendem a apresentar equivocadamente “os trabalhadores sem propriedade e emprego”, como se vivessem isolados ou apartados da sociedade na qual se inserem: “[...] Contudo, não pode apartar-se inteiramente da sociedade. Suas necessidades e atividades, sua própria existência, fazem com que ele mantenha relações com o sistema econômico, social e político convencional. De modo geral, os observadores desprezam este aspecto do banditismo, mas ele é suficientemente importante para exigir exame”. (Cf.HOBBSBWM, E. *Bandidos*. São Paulo: Paz e Terra, 2010. p.59-113.)

assumindo práticas não-capitalistas, em contraposição aos representantes dos projetos hidrelétricos, apresentados como símbolos do capitalismo selvagem.

O diálogo com Jorge Pagliarini Júnior, que investigou a construção de territórios pelos moradores do reassentamento São Francisco de Assis, em Cascavel, Paraná, embora nos faça avançar na compreensão das lutas dos moradores do reassentamento com o Estado, no momento da construção da hidrelétrica de Salto Caxias, suscitou indagações: até que ponto a ênfase dada por Pagliarini Júnior aos viveres que caracteriza como “comunitários”, quando se refere aos moradores do reassentamento de São Francisco, condiz com as vivências dos sujeitos que ele investiga? A reafirmação da ideia de “*viveres comunitários*” não corresponderia mais a uma utopia do pesquisador do que aos modos de vida dos sujeitos que ele investiga?

No diálogo que estabelece com a obra “Colonos do vinho”, de autoria de José Vicente Tavares, Jorge Pagliariani reafirma as noções de “*coletivismo*” e “*viveres comunitários*”, com as quais pensa a atuação da CRABI(Comissão Regional dos Atingidos por Barragem do Rio Iguaçu) e dos trabalhadores do reassentamento São Francisco de Assis:

*A obra Colonos do Vinho, de José Vicente Tavares, contribuiu para nosso posicionamento a respeito do paradoxo do trabalho camponês inserido no sistema capitalista.*

*Ao destacar as relações de trabalho familiar da década de 1970, José Vicente alerta para o fato da não aceitação de um suposto individualismo camponês...*

*A leitura dessa obra ajuda-nos a perceber que, também, no reassentamento ocorreram novos posicionamentos e práticas em relação ao uso da terra e às relações de trabalho. O resultado desse processo é visível nas falas dos moradores e reflete, por um lado, as dificuldades da organização dos reassentados após o recebimento das propriedades e, por outro, a ênfase dada ao grupo ou aos viveres comunitários... Essas práticas são importantes ao desenvolvimento do movimento dos reassentados e foram cobradas pelas lideranças da CRABI diante das negociações com o Estado. Colaborar com o coletivo, trazer às falas e discursos a coletivização das terras e reivindicar políticas agrárias são exemplos dessas práticas [...] Uma das razões de se acentuar a identidade de reassentado ... é o objetivo da construção comunitária.<sup>56</sup>*

Embora o autor afirme a necessidade de problematizar o termo “comunidade” porque está “*imbuído de certa harmonia*”, tende a apresentar os trabalhadores reassentados com “uma identidade” de luta pela construção coletiva, pelo “*ideal comunitário*”, pela “*coletivização das terras*” em contraposição a uma postura individualista:

---

<sup>56</sup>PAGLIARINI JÚNIOR, J. *Memórias de Luta, Lutas pela Memória: O Reassentamento São Francisco de Assis*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (ONIOESTE). Marechal Cândido Rondon, 2009. p.40-41.

*Além da ênfase em se ter sido no passado um proprietário ou um empregado, destacam ainda a importância de ter ou não raízes na terra e também a crítica ao individualismo, que dificultaria a construção da comunidade [...] As preocupações em formar uma comunidade e trabalhar políticas coletivas foram ressaltadas em uma reunião do Conselho da CRABI, formado por moradores atingidos pelo processo de construção da barragem de Salto Caxias, em 30 de janeiro de 1998[...]<sup>57</sup>*

Outra pesquisadora que tende a interpretar, de forma idealizada, a organização do trabalho e da vida dos trabalhadores rurais pobres é Flávia Maria Galizoni<sup>58</sup>. Galizoni investiga os processos de gestão e uso da água realizados por populações rurais empobrecidas do Vale do Jequitinhonha, Serra da Mantiqueira e Vale do São Francisco em conflito com as formas de gestão pública (no sentido de administrada pelos agentes e agências estatais) e privada da água (hidrelétricas, por exemplo).

Con quanto tenha contribuído para que eu pudesse pensar como as relações de disputas por recursos naturais – como a água – ocorrem em outros espaços, no Brasil, além de Nova Soberbo, o conceito “circuitos de reciprocidade”, utilizado pela autora, trouxe grande inquietação e foi motivo de dissidência nesse diálogo. Galizoni utiliza-se dessa noção para interpretar as relações sociais em torno do uso e gestão da água, ao mesmo tempo em que lida com a noção de “sujeitos coletivos”, no intuito de demonstrar relações calcadas a partir da generosidade entre os trabalhadores rurais que investiga.

A opção metodológica da autora assenta-se na concepção de “sujeitos coletivos” ou “coletividades”. As populações rurais pesquisadas, embora muito diversas e espalhadas territorialmente em regiões também distintas, são encaradas como “coletividades”, como “pessoas morais”. Nisso, inspira-se no diálogo que estabelece com Marcel Mauss, que analisou o denominado “circuito da troca de dons na sociedade hindu”. A partir desse diálogo, Galizoni propõe pensar as relações que as famílias de agricultores estabelecem, com a natureza e entre si, como uma “troca recíproca e obrigatória com Deus e os seres humanos”. Foi a partir do suposto do “circuito de reciprocidade” que a autora interpretou as fontes que pesquisou:

*[...]No circuito das dádivas divinas outros bens são trocados entre os homens: alimentos, trabalhos, festas, tempo, crianças por meio do compadrio, gentilezas e muito mais coisas. A troca de dádiva no interior dos grupos sociais, de acordo com Mauss, é mais que um presente: é prestação; é um pagamento para solver uma dívida que é, principalmente, social e*

---

<sup>57</sup>Ibidem, p.55.

<sup>58</sup>GALIZONI, F.M. Águas da Vida: população rural, cultura e água em Minas Gerais. Tese (doutorado) – Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas. SP: 2005.

*moral, é ato pelo qual alguém cumpre a obrigação que lhe cabe. De acordo com esse autor:*

*Dar é manifestar solidariedade, ser mais, estar mais alto (...) aceitar sem retribuir ou sem retribuir mais, é subordinar-se, tornar-se cliente e servidor, tornar-se pequeno, cair mais baixo (Mauss, 1988:195).<sup>59</sup>*

Sob influência do diálogo com Marcel Mauss, as relações sociais, nas comunidades de agricultores pesquisadas pela autora, são enfatizadas como “*relações de trocas de dádivas no interior de grupos sociais*”, expurgando “as lutas de classes” que perpassam a sociedade capitalista.

Ao travar diálogo com Galizoni e Pagliariani busquei, contrariamente às noções utilizadas por eles de reciprocidade e coletividade, que obscurecem as relações classistas, enfatizar que os sujeitos que investigamos negociam com os agentes estatais e corporações capitalistas privadas e articulam suas reivindicações na sociedade em que vivem. Nesse sentido, expressam os valores dessa sociedade: a luta pela propriedade, a perspectiva de uso individual da terra, o ensejo de obter vantagens individuais nas negociações. Ao mesmo tempo em que nos fazem avançar ao darem visibilidade à vivência dos trabalhadores, reconhecendo como dignos de investigação os sentidos das transformações vividas, os autores acabam por reproduzir uma visão mistificada dos trabalhadores, como autônomos e incontamináveis pelos projetos hegemônicos e culturas oficiais. Dessa forma, acabam negligenciando a complexidade que perpassa os processos conflituosos e contraditórios de transformações.

O ensejo de distanciar-me do viés interpretativo de Galizoni e Pagliarini aproximou-me da concepção de “*cultura popular*”, elaborada por Stuart Hall, como possibilidade de lidar com as narrativas dos trabalhadores de Nova Soberbo sem incorrer no equívoco de despolitizá-las ou analisá-las de formas segregadas:

*A cultura popular é um dos locais onde a luta a favor ou contra a cultura dos poderosos é engajada; é também o prêmio a ser conquistado ou perdido nesta luta. É a arena do consentimento e da resistência [...] A dominação cultural tem efeitos concretos – mesmo que estes não sejam todo-poderosos ou todo abrangentes. afirmar que essas formas impostas não nos influenciam equivale a dizer que a cultura do povo pode existir como enclave isolado, fora do circuito de distribuição do poder cultural e das relações de força cultural. Não acredito nisso. Creio que há uma luta contínua e necessariamente irregular e desigual, por parte da cultura dominante, no sentido de desorganizar e reorganizar constantemente a*

---

<sup>59</sup> GALIZONI, F.M. *Águas da Vida: população rural, cultura e água em Minas Gerais*. Tese (doutorado) – Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas. SP: 2005, p.166.

*cultura popular... Há pontos de resistência e também momentos de superação. Esta é a dialética da luta cultural.*<sup>60</sup>

Ao significar o “popular” como um campo a ser disputado para a construção de uma proposta política, Hall impôs, para mim, no desenvolvimento da tese, a necessidade de ir além das visões simplistas do popular como meramente “puro”, “homogêneo” ou “manipulável”, tais como sustentadas nos trabalhos de Galizoni e Pagliarini. Por outro lado, a proposta de pensar o popular relacionado à dialética da luta cultural, isto é, pensar o popular em seu caráter relacional, foi relevante no desenvolvimento desta pesquisa, porque inibiu meu impulso inicial de levantar a bandeira em prol dos trabalhadores rurais de Nova Soberbo, na perspectiva de heroicizá-los.

Nesse sentido, a ideia de abordar o popular a partir da compreensão do campo da cultura como um campo de batalhas permanentes, conduziu-me a pensar nas formas de conciliação entre trabalhadores de Nova Soberbo e representantes da hidrelétrica Candonga como formas de luta.

As questões suscitadas a partir do diálogo com Hall chamam a atenção para uma preocupação que foi igualmente expressa por Beatriz Sarlo em relação às culturas dos trabalhadores que investigamos, a qual compartilho, na escrita desta tese: “*O olhar político [...] não pratica reivindicações piedosas: é intransigente ante a má consciência com que os intelectuais possam posicionar-se com relação às propostas culturais não-intelectuais...*”<sup>61</sup>

Na busca por romper com a postura paternalista diante dos sujeitos desta pesquisa, o diálogo com Davi Félix Schreiner também adquiriu relevância, porque trouxe novas maneiras de ler as fontes, levando-me à tentativa de superar a interpretação idealizadora do “popular”, levada a cabo por Galizoni e Pagliarini.

Ao investigar o processo de disputas que perpassou a construção da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias-Pr, Schreiner evidencia a intrincada teia de conflitos em torno de interesses entre os trabalhadores expropriados, rompendo com as perspectivas de análises que tendem a interpretar o processo de disputas em termos de “reciprocidade” ou “coletividade”. Nesse sentido, possibilita avançar na problematização das interpretações homogeneizadoras sobre os processos de desapropriação de trabalhadores, em vista da construção de hidrelétricas.

*[...] O processo de construção da resistência organizada não se fez homogêneo. Houve percepções divergentes e conflitantes do mesmo*

<sup>60</sup>HALL, S. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003. p.246-239.

<sup>61</sup>SARLO, B. Um Olhar Político em defesa do partidarismo na arte. In: SARLO, B. *Paisagens imaginárias*. São Paulo: EdUSP, 1997. p.59.

*processo. Entre a população impactada estão os expropriados rurais e os expropriados urbanos que foram forçados à migração – comerciantes, pequenos e grandes proprietários rurais, (meeiros, pescadores, garimpeiros). Ainda incluem-se aí os segmentos sociais indiretamente atingidos como por exemplo as populações de áreas próximas à usina, que não foram diretamente atingidas. Os diferentes sujeitos, em condições sociais, visões de mundo e experiências diversas, não interpretaram (interpretam) os efeitos da construção da usina de forma homogênea, até porque os impactos não se limitaram à dimensão sócio-espacial da área de inundação, provocada pela formação do lago do reservatório.<sup>62</sup>*

A temática dos conflitos e transformações vivenciadas pelos trabalhadores, em consequência de implementação de projetos hidrelétricos, está bastante ausente entre os trabalhos de historiadores, preocupando mais os sociólogos e antropólogos. A consciência dessa ausência foi algo que me instigou ainda mais no desenvolvimento desta pesquisa, pois acredito que se faz necessário inserir esse debate de forma mais ampla na historiografia, e espero contribuir nesse sentido.

Além das contribuições de Shcreiner, devo ressaltar, no diálogo com a historiografia, a relevância do trabalho de Dilma A. de Paula e Daniela F. Soares, que investigaram os sentidos da destruição da primeira cidade brasileira – São João Marcos – por uma obra de engenharia que buscava expandir a Represa de Ribeirão das Lages, que fomentava a usina de Fontes, no estado do Rio de Janeiro. Embora analisem um processo circunscrito em âmbito local, chamam nossa atenção para a dinâmica mais ampla, que ele pôde elucidar: os embates travados entre os múltiplos atores políticos, representantes de interesses de grupos locais, nacionais e estrangeiros, conflitantes e cooptados entre si:

*Em 1941 o alteamento de uma das barragens do Complexo de Ribeirão das Lages destruiu a cidade de São João Marcos, expulsando cerca de 400 pessoas que perderam o espaço para celebrações da vida e da morte. Antecipando os destinos de outras tantas cidades submersas, a destruição de São João Marcos evidenciou uma luta desigual da população contra o poder de uma grande empresa estrangeira articulada a interesses nacionais. De um lado, os marcossenses, de outro, o atendimento à demanda crescente de energia elétrica e abastecimento de água para o Distrito Federal e, ainda, a política cultural do SPHAN. Permeando e incrementando esses conflitos, os interesses estrangeiros representados pela Companhia Light. O exemplo de São João Marcos é pertinente para questionar a condução das políticas “públicas” no Brasil. Foi a 1ª cidade brasileira a ser destruída por uma obra de engenharia e berço da primeira manifestação conhecida de um*

---

<sup>62</sup>SCHREINER, D.F. Terra e Cultura: Resistência Coletiva e Organização Social dos Reassentados de Salto Caxias-PR. In: PORTELLI, A. et al. *Mundo dos trabalhadores, lutas e projetos: temas e perspectivas de investigação na historiografia contemporânea*. Cascavel, EdUNIOESTE, 2009. p.60.

*grupo contra a destruição de sua cidade por uma barragem. Que lições podem ser tiradas da morte anunciada de São João Marcos?*<sup>63</sup>

As respostas a essa questão são dadas na investigação de Paula e Maria Letícia Corrêa, ao investigarem as tramas sociais “que condicionam as políticas públicas” relacionadas ao parque gerador de energia elétrica no Brasil, a partir de meados da década de 1940.<sup>64</sup>

Ao historicizarem o “Plano de Eletrificação de Minas Gerais”, no transcorrer da década de 1940, as autoras advertem que o economicismo constitui-se enquanto base norteadora das políticas “públicas” destinadas a reger o setor energético, no Brasil, que tiveram por escopo o “zoneamento econômico do estado.”

As autoras também identificam a perspectiva mercadológica e os interesses econômicos que se fizeram presentes nos estudos desenvolvidos pela CBE (Companhia Brasileira de Engenharia) – encomendados pelo Estado para a elaboração do Plano de Eletrificação –, permitindo compreender o eixo pelo qual a política energética em Minas Gerais vem-se estruturando, desde a década de 1950.

Até então, conforme indicam Paula e Corrêa, o setor energético no Brasil era gerido, fundamentalmente, por grandes corporações estrangeiras; a exemplo, a Light e Amforp (empresas canadense e norte-americana, respectivamente). As autoras nos instigam a indagar se a mudança no setor de produção de energia elétrica no país, a partir da década de 50, quando assistimos à intensificação da participação estatal, significou melhorias para as inúmeras vidas atingidas:

*A entrada do Estado brasileiro no setor de geração de energia elétrica não significou uma melhoria no tratamento das populações atingidas. Na maioria dos casos, ainda reproduz um padrão autoritário das empresas estrangeiras que se estabeleceram inicialmente no país, veja-se [...] o recente exemplo da usina de Belo Monte, a ser erguida na região de Volta Grande do rio Xingu, no Pará, contra todos os protestos e objeções de alguns setores sociais, como grupos indígenas fortemente afetados. Belo Monte, que será a terceira maior usina hidrelétrica do mundo (atrás de Três Gargantas, na China, e da ainda preponderante Itaipu binacional) foi*

---

<sup>63</sup> PAULA, D.A; SOARES, D. Para não esquecer: a destruição da cidade de São João Marcos (1941-1943). In: ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS, 1., 2005. Rio de Janeiro. *Anais*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005. CD-ROM. p.01-22.

<sup>64</sup> PAULA, D.A.; CORRÊA, M.L. Políticas e Interesses na Implantação de Grandes Aproveitamentos Hidrelétricos: a construção da usina de Furnas em perspectiva histórica (1956-1965). In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA AMBIENTAL E MIGRAÇÕES, 2010. Florianópolis. *Anais*. Florianópolis: Editora UFSC, 2010. CD-ROM.

*projetada durante os governos militares, nos anos 1970, e recuperada pelo atual governo de Lula da Silva.*<sup>65</sup>

Acredito que a construção da UHE Candonga, no tempo presente, traz consigo as características desse processo de transformação, referenciado por Paula e Corrêa, pautado por um discurso desenvolvimentista que busca legitimar a implantação de empreendimentos hidrelétricos com base no argumento de que servem aos interesses gerais da nação, ou que representam o “bem-público”.

Lygia Sigaud, ao refletir sobre o processo de realocação de aproximadamente 60.000 (mil) pessoas, em decorrência da hidrelétrica de Sobradinho, no submédio do rio São Francisco, Bahia, contribuiu para rever algumas interpretações, na medida em que problematiza “a questão dos impactos”. Ela aponta para a necessidade de se repensar a “questão dos impactos” – que via de regra é interpretada sob a forma de uma reação da população atingida às condições que lhe são impostas, exteriormente.

Nesse sentido, Sigaud evidencia que a resposta dada pela população realocada significou muito mais do que reação a uma pressão externa, mas representou, ela mesma, uma pressão, uma “*resposta política no sentido de que foi capaz de influir no rumo que estava sendo dado à solução pensada pelo Estado.*” Fundamentada no suposto de que o “*processo da população realocada não resulta exclusivamente da intervenção imposta verticalmente pelo Estado, nem do modo como as empresas e técnicos encaminham as soluções[...]*”<sup>66</sup>, mas sim de conflitos de interesses, é que prossegui a escrita desta tese.

Nessa direção, a perspectiva de análise foi explicitar o processo de realocação para Nova Soberbo, não a partir da atuação do Estado, entendido como entidade separada da sociedade civil e, por esse motivo, impositor e coercitivo, mas compreender as alianças realizadas e desconstruídas ao longo do processo de transferência. O desafio maior enfrentado, nessa proposta, foi tentar esquivar-me de uma compreensão simplificada das relações de força, como já dadas:

*O processo de realocação da população a partir do qual a literatura tende a pensar os “impactos sociais” de barragens [...] depende não da coerção desta ou daquela ação específica, mas do embate das forças presentes [...] Essas forças não estão dadas a priori, mas se constituem no próprio processo [...] Entre a ação do Estado e seus efeitos, existe um conjunto de*

---

<sup>65</sup> Ibidem, p.14.

<sup>66</sup>SIGAUD, Lygia. Efeitos Sociais de Grandes Projetos Hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho. In: MIELNIK, Otávio; SIGAUD, Lygia; ROSA, Luis Pinguelli (coords.). *Impactos de grandes projetos hidrelétricos e nucleares. Aspectos econômicos, tecnológicos, ambientais e sociais.* Rio de Janeiro: Marco Zero/CNPq, AIE/COPPE, 1988. p.107.

*mediações que não podem ser ignorados sob pena de se perder a especificidade do concreto da vida social. Teoricamente, tratar-se-ia portanto muito mais de se procurar avançar em termos de parâmetros para a análise que incorporem a estrutura das relações sociais sobre as quais se processa a ação do Estado e a dimensão política do processo que se desencadeia, do que em termos de “impactos” produzidos pela interação Estado x População.<sup>67</sup>*

A perspectiva de análise de Sigaud foi relevante no desenvolvimento desta tese, na medida em que me incitou a promover uma ruptura com análises que enfatizam somente os efeitos sociais negativos dos grandes projetos e, dessa forma, promovem uma abordagem estruturalista da população supostamente “frágil” diante de um Estado autoritário e ultrapoderoso.

Inspirada por esse procedimento teórico-metodológico busquei dialogar com as fontes, no intuito de analisar o processo de realocação da população para Nova Soberbo. Tornou-se evidente, no diálogo com as fontes, que não se trata de um processo imposto coercitivamente pelo Estado a uma população fragilizada, muito menos trata-se de um processo marcado pela reação de uma população superpoderosa, cujas reações são ilimitadas, mas de relações sociais perpassadas pela contradição, por uma multiplicidade de interesses em conflito que variaram ao longo do processo histórico.

Ao mesmo tempo, o diálogo com Thompson possibilitou-me novas maneiras de ler e interpretar as fontes, sobretudo as narrativas dos trabalhadores. Pude evidenciar, no diálogo com as narrativas, que não há um sistema de valores coeso e uniforme próprio dos trabalhadores de Nova Soberbo, mas percebi esses valores enquanto foco de conflitos. Nem sempre há articulação ou correspondência de valores entre os trabalhadores, pois os sujeitos discutem e escolhem *valores*<sup>68</sup> em meio às disputas em torno de visões conflitantes sobre um mesmo processo vivido.

Esse suposto demandou rever caminhos iniciais de pesquisa, quando tendia a examinar esses valores valendo-me de posições idealistas, como se houvesse, entre os sujeitos da pesquisa, uma escolha unívoca de não adesão e resistência ao projeto Candonga. As entrevistas realizadas colocaram-me diante de novos problemas: evidenciei que a inserção

<sup>67</sup>Ibidem, p.106-107.

<sup>68</sup>A noção de “valores” é aqui entendida nos termos propostos por Thompson e não como “imposição”, “ideologia” ou “falsa consciência”: “Os valores não são ‘pensados’, nem ‘chamados; são vividos e surgem dentro do mesmo vínculo com a vida material e as relações materiais em que surgem as ideias [...] Além disso, os valores...serão sempre um terreno de contradição, de luta entre valores e visões-de-vida alternativos.” (Cf. THOMPSON, E.P. A miséria da teoria ou um planetário de erros; uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p.194.)

num movimento social ou a prática de resistência não era uma escolha de todos os trabalhadores e que os conflitos de valores ocorriam não só entre os trabalhadores e as empresas concessionárias, mas entre os próprios trabalhadores.

Essa visão do processo enquanto embate de forças e interesses, ora antagônicos, ora complementares, permite interpretar a resistência das pessoas como respostas nem sempre homogêneas e espontâneas de um sujeito coletivo. Nessa direção, outra noção merecedora de reflexão problematizadora é a de “povoado” ou “comunidade”, comumente significada pelas empresas concessionárias como um espaço geográfico constituído por uma “horda indiferenciada”. Faz-se importante ressaltar que, embora me utilize dessas noções, ao longo da tese, para identificar a localização dos sujeitos da pesquisa, não compartilho do significado geralmente atribuído a “sujeito coletivo”. Por “povoado” e “comunidade” entendo não um conjunto de trabalhadores indiferenciados e com interesses análogos, mas como sujeitos que vivenciam posições sociais e expectativas diferenciadas, quanto compartilhem um mesmo modo de vida.

A diferenciação dos trabalhadores de Nova Soberbo, ao nível de posições sociais e em relação às expectativas e projetos de vida, é anulada pelas empresas concessionárias sob a denominação genérica “atingidos”. Ao dialogar com as narrativas dos trabalhadores busquei superar a classificação “atingidos”, tal como pensada pelas empresas concessionárias, tendo em vista que mascara as diferenças definidoras das relações sociais.

Tal categoria, em sua conotação homogeneizadora, conforme definição da lei de concessões de serviços públicos de energia elétrica (Lei 9.074/95), traz marcas da concepção liberal e burguesa de direito que somente reconhece como sujeitos de direitos os detentores de títulos de propriedade na área inundada:

*Essa estratégia, que também se poderia chamar de indenizatória, somente reconhece na área afetada aqueles que detêm direitos de propriedade. Não há população, não há trabalhadores ou moradores, há apenas propriedade. E, nestes termos, o deslocamento se resume e se resolve através de uma infinidade de ações individuais de compra e venda.<sup>69</sup>*

Problematizar a categoria “atingido” implicou não só questionar sua validade jurídica, mas também partir do suposto de que a população atingida é mais ampla do que os números oficiais considerados pelas empresas concessionárias, englobando mais trabalhadores do que a quantidade de pessoas deslocadas para Nova Soberbo. No entanto, a categoria foi elaborada pelas empresas, em conformidade com seus interesses. Há trabalhadores - a exemplo,

---

<sup>69</sup>VAINER, C.B. Recursos hidráulicos: questões sociais e ambientais. In: *Estudos Avançados*, vol.21, nº59, SP: Jan.Abril 2007. p.124.

meeiros, garimpeiros, lavradores, pescadores sem títulos de propriedade - alijados dos seus modos de vida e trabalho, que se autodenominam sujeitos de direitos, embora não sejam reconhecidos pelas empresas e pelo poder concedente de serviços públicos.

Antes de apresentar como procedi à organização dos capítulos, faz-se necessário ressaltar que, a princípio, procurava, obstinadamente, trabalhadores realocados em Nova Soberbo com os quais eu pudesse dialogar. No entanto, os primeiros diálogos que empreendi com esses sujeitos sinalizaram para a necessidade de investigar os sentidos da expropriação fora do espaço físico de Nova Soberbo. O diálogo com as fontes me fez compreender que o espaço de disputas que buscava investigar não corresponde a um espaço físico, mas a um espaço amplo, marcado por transformações. Embora a denominação “Nova Soberbo” aponte para um espaço físico delimitado, o diálogo com as narrativas orais me impuseram a necessidade de investigar as disputas num espaço social que ultrapassa os limites territoriais de Nova Soberbo.

Fundamentada no marxismo, tratado nesta pesquisa como caminho possível de análise histórica e não como teoria finita, supra-histórica e autogeradora<sup>70</sup>, estruturei a tese em seis capítulos:

O 1º capítulo, intitulado – **Memórias sobre as condições de vida e de trabalho em São Sebastião do Soberbo** – emergiu da consciência de que era necessário refazer caminhos em relação ao projeto inicial de pesquisa apresentado à seleção para o doutorado, em 2008. Aqui, foram de fundamental importância as sugestões das professoras Dilma A. Paula e Heloísa Helena P. Cardoso acerca da historicidade desse processo e do necessário recuo temporal para seu entendimento, no conjunto.

Ao longo do 1º capítulo, o diálogo com as narrativas dos trabalhadores traz evidências de que a mudança do campo para o ambiente urbanizado de Nova Soberbo não inaugurou uma situação de desigualdade, pois as clivagens de classes já eram inerentes à vida em São Sebastião do Soberbo, antes do deslocamento. As narrativas possibilitam a compreensão de como os sujeitos vivem e significam as transformações conduzidas pelos agentes globais (Vale e Novelis) em relação ao passado anterior à chegada das empresas concessionárias. Além disso, trabalhei com dados do IBGE, amparada por outros estudos sobre a Zona da Mata mineira.

---

<sup>70</sup>Thompson nos adverte para a distinção fundamental entre uma “prática marxista” e “marxismo”. Essa distinção, por sua vez, só pode ser compreendida a partir do “entendimento da natureza provisória e exploratória de toda a teoria.” (In: THOMPSON, E.P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*; uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p.186.) Embasada nesse suposto é que prossegui à escrita desta tese.

No capítulo 2, intitulado – "Entrada Proibida. Propriedade Particular Consórcio Candonga": a reativação econômica e suas incertezas – o propósito é discutir como esse processo de transformações tem sido vivido como expectativas, inclusive de implantação de uma fábrica, pois há, nas entrevistas, referências a essa proposta como caminho alternativo para se enfrentar as adversidades do tempo presente. Também veremos as divergências entre os projetos de reativação econômica idealizados pelos trabalhadores e aqueles apresentados pelas empresas concessionárias.

Nessa direção, na escrita do 2º capítulo coloco em questão elementos culturais cotidianos compartilhados em São Sebastião do Soberbo, que se encontram ameaçados no presente, e como as pessoas projetam o futuro. Busco compreender as ações dos sujeitos no tempo vivido, de um lado pelo desemprego, de outro pela aspiração às melhorias.

O 3º capítulo, intitulado – A “voragem do progresso”: Nova Soberbo em marcha – expressa a dialética de um processo vivido desigualmente. Tem o propósito de analisar como os trabalhadores de São Sebastião do Soberbo (e regiões do entorno) reconstruíram suas relações sociais em meio à desconstrução de modos de vida e sentimentos de perda decorrentes da construção da UHE Candonga. Acompanhando a organicidade das narrativas, que elegem a construção da usina como marco a partir do qual retornam ao passado para significá-lo em relação ao presente vivido, investiguei as campanhas forjadas pelas empresas concessionárias para legitimar o empreendimento, por via dupla: pela coerção e também cooptação dos trabalhadores.

Coloquei, no foco da análise, as memórias sobre a migração, isto é, os significados que os trabalhadores atribuem ao processo de transformações vivido a partir do deslocamento compulsório para Nova Soberbo. Lembro-me da primeira vez em que fui a Nova Soberbo, acompanhada pelo meu pai<sup>71</sup>, que é trabalhador rural, e da imagem construída por ele sobre a

---

<sup>71</sup>Aproveito para ressaltar a enorme contribuição do meu pai para a realização das entrevistas. Existe, entre os trabalhadores, uma atitude ambígua diante do pesquisador: há aqueles que expressam desejo de falar sobre o vivido e também os que demonstram reservas em relação à concessão de entrevistas. A resistência reside no fato de que muitos já foram entrevistados em outras ocasiões, por assistentes sociais, psicólogos a serviço das empresas concessionárias, militantes de movimentos sociais. As entrevistas concedidas a outros pesquisadores, normalmente, foram vistas por eles como uma oportunidade de transformar as condições de privação. E, por esse motivo, parece haver uma “descrença” em novamente rememorar um processo para outra pesquisadora, que em nada parece poder modificar, concretamente, as relações sociais vividas, no intuito de torná-las mais humanizadas. Além disso, a resistência advém da desconfiança em relação aos propósitos do pesquisador ao adentrar suas casas, sobretudo no momento presente, marcado por disputas calorosas, na medida em que muitos são réus ou protagonistas de processos judiciais em virtude de indenizações não recebidas, de promessas não cumpridas, de sentimentos de injustiça, que expressam em suas narrativas. Nesse sentido, a presença do meu pai, trabalhador rural, que também compartilha padrões culturais dos moradores de Nova Soberbo foi uma “porta de entrada” nas casas dos trabalhadores. Muitos trabalhadores de Nova Soberbo já eram, antes das entrevistas que realizei, conhecidos do meu pai. A 1ª entrevista que realizei em Nova Soberbo foi com a senhora Eleonora, que foi sua vizinha no povoado rural conhecido por Sorriso, em Ponte Nova, onde meu pai reside e trabalha. Foi ele

região, dizendo que “o povo havia se dado bem”, que era tudo muito organizado, asfaltado, e as construções das novas casas, bonitas. Essa imagem de Nova Soberbo, construída por ele, é bastante representativa da maneira como as pessoas que não vivenciaram esse processo lançam, externamente, um olhar sobre as atuais tensões constitutivas do espaço urbanizado do reassentamento. No entanto, o intuito foi contrastá-la com outras imagens e versões produzidas por aqueles que vivem “na pele” os desdobramentos do processo de construção de Candonga e submersão de São Sebastião do Soberbo.

O diálogo com as narrativas dos trabalhadores foram fundamentais, no sentido de romper com os silêncios de outros documentos (EIA/RIMA, Catálogo Café com História, “Informativo Candonga” e “Informativo Papo Aberto”, jornal local “Folha de Ponte Nova”) sobre algo que está sendo vivido por essas pessoas no tempo presente, tornando evidentes essas presenças, ainda que estejam ausentes noutras fontes de pesquisa.

No 4º capítulo, intitulado – “**É guerra no Véio Soberbo**: memórias e histórias de mudanças – focalizo o processo arbitrário de demolição das construções e “limpeza da área” em São Sebastião do Soberbo, para enchimento do lago Candonga. As memórias sobre a expulsão das últimas famílias que insistiram em permanecer no distrito rural de São Sebastião do Soberbo, mesmo sob ordem judicial de despejo, contrariam o rótulo democrático dado ao processo de mudança para Nova Soberbo pelos intelectuais a serviço do consórcio Candonga, nos catálogos e boletins informativos de divulgação gratuita. As famílias renitentes em deixar suas casas atribuem ao “dia da mudança” (03 de maio de 2004) uma imagem de “guerra”, cujo sentido tornou-se importante analisar. Além disso, investigo os elementos de identificação dos trabalhadores, no tempo presente, e suas lutas contínuas pela reestruturação da vida em novo ambiente urbanizado, focalizando as permanências e rupturas nos modos de viver, morar e trabalhar após a mudança para a área do reassentamento.

No 5º capítulo, intitulado – “... é uma briga de elefante contra gafanhoto”: **Trabalhadores em Movimento - as múltiplas formas e sentidos das mobilizações**, busco dar visibilidade aos movimentos sociais que emergem do conflituoso processo de expansão global dos grandes conglomerados capitalistas, evidenciando que a tentativa de se construir um “único espaço unipolar de dominação”<sup>72</sup>, a partir da concentração de capital e poder por

quem me apresentou a ela, facilitando o diálogo e oportunizando-me, a partir desse 1º contato, possibilidades de realização de novas entrevistas. Reitero os meus sinceros agradecimentos a ele.

<sup>72</sup>SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

parte das empresas hegemônicas, sofre contínuas resistências das populações a elas submetidas.

É exatamente em função das pressões exercidas pelas múltiplas formas e sentidos da mobilização social que temos parâmetros para compreender como as empresas concessionárias negociam e se apresentam, publicamente. Nessa direção, propus-me compreender os significados que os trabalhadores (tanto os filiados aos movimentos institucionalizados quanto aqueles que se movimentam para além das instituições representativas) atribuem ao papel e à natureza das ações de resistência organizadas. Partindo da investigação das trajetórias dos sujeitos, em seus engajamentos políticos e disputas com as agências estatais [CEAS, SEDESE]<sup>73</sup>, intentei apreender o que pensam, fazem e vivem como o mundo da política.

A partir do diálogo com documentos (panfletos, cartazes, fotografias e faixas) produzidos pelo MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) e narrativas orais – busco explicitar o que tem viabilizado a organização das reivindicações dos trabalhadores. As movimentações dos trabalhadores trazem evidências das dificuldades enfrentadas pelas empresas concessionárias para legitimarem seus projetos e como muitas demandas colocadas pelos trabalhadores, em suas movimentações, são incorporadas para a construção do projeto de expansão econômica da hidrelétrica Candonga.

Além das dissonâncias no interior do MAB, torno visíveis os conflitos de interesses e ideais entre o MAB e a Associação dos Moradores de Nova Soberbo, instituições que se apresentam como representativas dos trabalhadores expropriados.

No 6º capítulo – **A “hidra” e suas estratégias: potencialidades e limites da cidadania na sociedade capitalista** – investigo as imagens desenhadas pelas classes sociais hegemônicas, valendo-se dos meios de comunicação de massa, sobre o papel exercido pela pluralidade de entidades, bem como sobre as reivindicações dos trabalhadores. Estes, por sua vez, aparecem, frequentemente, nas memórias construídas pelas classes hegemônicas, como uma “horda indiferenciada”, ou “invasores”, conduzindo-me à tentativa de recompor a ideia trabalhada por Linebaugh e Rediker da “hidra de muitas cabeças”.

No desenrolar do 6º capítulo, a apologia da privatização do setor elétrico, conforme evidenciada na cartilha intitulada “Novo Modelo do Setor Elétrico”<sup>74</sup>, é confrontada com outros documentos que evidenciam as movimentações sociais dos trabalhadores, buscando

---

<sup>73</sup>CEAS – Conselho Estadual de Assistência Social; SEDESE – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social.

<sup>74</sup> Disponível em [www.mme.gov.br](http://www.mme.gov.br).

perceber os significados atribuídos por eles às mudanças na política energética, no período pós-privatização<sup>75</sup>. As narrativas dessacralizam uma associação ideológica da privatização como equivalente à descentralização e democratização do setor elétrico, ao mesmo tempo em que evidenciam que os principais beneficiados do processo de privatização das empresas públicas do setor elétrico são os consumidores intensivos de energia, como a Novelis e a Vale do Rio Doce.

---

<sup>75</sup> MARTINS, R.D.F. *O setor elétrico pós-privatização: novas configurações institucionais e espaciais*. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio de Janeiro, IPPUR. Rio de Janeiro, 2009.

## **Capítulo 1 – “Memórias sobre as condições de vida e de trabalho em São Sebastião do Soberbo”**

Antes de investigar a construção da hidrelétrica Candonga, a partir do entendimento dos distintos mecanismos utilizados pelas empresas Vale e Novelis para concretizarem seu projeto hegemônico, desde as primeiras campanhas lançadas com o objetivo de convencer os trabalhadores de São Sebastião do Soberbo da inevitabilidade do “progresso” até as estratégias atuais de realimentação da hegemonia, com a divulgação de boletins informativos, tornou-se necessário um recuo temporal para a obtenção de uma visão mais ampla das mudanças vividas.

A preocupação primordial que moveu a escrita deste capítulo, portanto, consistiu em indagar o que era viver num pequeno distrito rural no interior de Minas Gerais, do município de Santa Cruz do Escalvado, e como os trabalhadores significam as experiências e relações sociais vividas em São Sebastião do Soberbo, antes da instalação da obra, o que implicou refletir sobre os sentidos de ser trabalhador rural na Zona da Mata mineira.

O município de Santa Cruz do Escalvado é assim representado, no site oficial da Prefeitura Municipal:



Figura 7: Municípios limítrofes a Santa Cruz do Escalvado. In: ASSIS, A. A. F; FARIA, A. L. L. de.; REIS, M. V. *História de Santa Cruz do Escalvado*. Dezembro, 2008. Disponível em: [www.santacruzdoescalvado.mg.gov.br](http://www.santacruzdoescalvado.mg.gov.br)

Esse mapa está inserido na “História de Santa Cruz do Escalvado”, contada no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Escalvado que, por sua vez, apresenta a cidade expurgada de seus conflitos e antagonismos de classe.

A concepção de território, proposta por Sheille Soares Freitas<sup>76</sup>, suscitou-me o interesse em investigar os modos de viver, morar e lutar em Santa Cruz do Escalvado, a partir de uma perspectiva que ultrapassa a forma como a cidade é organizada e publicizada nos mapas desenhados pela Prefeitura Municipal, incitando-me a “*mexer nessa conformação e ver como a dinâmica do viver se faz na confluência com outros limites e pressões, muitas vezes localizados nas condições de vida dos moradores*”<sup>77</sup>.

Nessa direção, percebi que a preocupação inicial de apontar Santa Cruz do Escalvado para conhecimento do leitor não poderia ser concretizada, simplesmente, por meio da reprodução do mapa do site da Prefeitura, conforme inserido na página anterior desta tese. Não bastava localizá-la, no mapa, em relação aos municípios limítrofes e ao estado de Minas Gerais, pois a insistência nessa opção metodológica significaria reduzir o potencial das tramas e relações sociais cotidianas que constituem Santa Cruz do Escalvado. Assim, tornou-se importante investigar:

[...] como as pessoas constituem seus territórios, produzem uma cartografia social, ritmando seus modos de viver, traduzindo um viver dinâmico e tenso que expressa alternativas e conflitos acerca da feitura, uso e produção desse lugar, que reconhecemos como cidade. O que vai muito além do cenário de convivência e demarcação de padrões.<sup>78</sup>

As narrativas adquiriram relevância, nessa tentativa de redesenhar novos mapas sociais no intuito de apresentar ao leitor uma cidade produzida e transformada pelas relações sociais, entendida enquanto “espaço real vivido”. Ao mesmo tempo, as memórias dos trabalhadores sobre as transformações vividas nos instigam a refletir sobre o processo de redefinição desse espaço social, seus usos e apropriações, a partir da chegada das empresas concessionárias.

Vasculhando outras formas possíveis de apresentar Santa Cruz do Escalvado, deparei-me com um novo mapeamento da cidade no DRPE. Esse documento, conforme já

---

<sup>76</sup>A compreensão da cidade enquanto “espaço real vivido” é proposta por Sheille a partir do diálogo que estabelece com Raquel Rolnik. (Cf. FREITAS, Sheille Soares de. *Por falar em culturas...: histórias que marcam a cidade – Uberlândia-MG*. Tese (doutorado) Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2009.)

<sup>77</sup> Ibidem, p.17.

<sup>78</sup> FREITAS, Sheille Soares de. *Por falar em culturas...: histórias que marcam a cidade – Uberlândia-MG*. Tese (doutorado) Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2009. p.16

mencionado nas considerações iniciais desta tese, foi elaborado, conjuntamente, pelas equipes do Ambiente Brasil Centro de Estudos, da Universidade Federal de Viçosa e do MAB(Movimento dos Atingidos por Barragens), cujos objetivos, segundo texto introdutório: “*foram apresentar subsídios para a implantação de ações rápidas de motivação e mobilização dos moradores e, orientar a implantação e execução de um programa de reativação econômica para o “Novo Soberbo.”*<sup>79</sup>

As equipes de trabalho, em reunião com moradores de São Sebastião do Soberbo, às vésperas de sua submersão, utilizaram as técnicas do “mapeamento” e “caminhada transversal” para compor o relatório e a partir dela, evidenciei um mapa de Santa Cruz do Escalvado desenhado pelos próprios moradores a partir de outros interesses e referenciais espaciais:

*No intuito de conhecer o espaço geográfico de São Sebastião do Soberbo e compreender a percepção das famílias sobre o lugar, foram utilizadas as técnicas “Mapeamento” e “Caminhada Transversal”. O mapeamento consistiu na elaboração do desenho do mapa da comunidade na percepção dos próprios moradores, momento em que a equipe transdisciplinar levantou informações relevantes para se pensar na reorganização da futura comunidade [...] No início houve uma discussão a respeito de onde iniciar o desenho do mapa: “(...) vamos começar pelo rio e depois fazemos Soberbo em volta dele.” No momento em que a primeira pessoa iniciou o traçado do rio, as demais foram contribuindo. Para realizar alterações, o rio foi apagado diversas vezes e uma pessoa lembrou, simbolicamente, que “estavam desmanchando o Soberbo mesmo”.*<sup>80</sup>

Nesse novo mapeamento da cidade, realizado pelos moradores, é possível evidenciar novas conformações desse território, bem como o valor social da proximidade do rio para os trabalhadores, com o qual identificam seu pertencimento à cidade. Ao redesenarem o mapa, antes da submersão do distrito de São Sebastião do Soberbo, os moradores trazem indícios de que a cidade de Santa Cruz não se reduz a um conjunto harmonioso de elementos naturais, mas constitui o chão da existência onde realizavam suas histórias, em meio a embates e usos desiguais desse “chão”, apontando-nos uma concepção mais ampliada do território, que reitera o sentido elaborado por Milton Santos:

*O território é o lugar em que desembocam todas as nações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a*

---

<sup>79</sup>DRPE-Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador, Março 2004. p.2. Acervo documental do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) – regional Ponte Nova/MG

<sup>80</sup> Ibidem, p.9-10.

*história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência.*<sup>81</sup>

A narrativa da senhora Maria é elucidativa para pensarmos como os moradores experimentam e elaboram uma consciência sobre as transformações da cidade de Santa Cruz do Escalvado, para além de como a cidade foi mapeada e apresentada no site oficial da Prefeitura de Santa Cruz do Escalvado. Ao rememorar quase oitenta e seis anos de vida às margens do rio Doce possibilita refletir sobre os modos de vida e trabalho no ambiente mais ruralizado, hoje inundado, de São Sebastião do Soberbo:

*Gisélia: E o que que a senhora mais lembra, lá na vida em Soberbo?*  
*Maria: Ah minha fia, eu lembro de muita coisa ali! Eu deito na cama e fico pensando, ia lá e voltava, no tempo que eu trabaiei lá, no tempo que eu vivi lá naquela beira de rio. Tinha de tudo ali, tinha verdura, tinha minhas fruta, tinha tudo. Hoje se eu quero eu tenho que comprá tudo. Cabô [...] Segui tudo. Eu assisti tudo, eles devorando tudo. Devorando as árvores, tudo que eu plantei, as fruta...*<sup>82</sup>

Embora em minha indagação inicial eu não me tenha referido à construção da usina, mas às suas recordações sobre a vida anterior à hidrelétrica, podemos perceber que os significados atribuídos pela senhora Maria ao passado, em São Sebastião do Soberbo, emergem associados à obra e à anunciada “reativação econômica”. Nesse sentido, a presença das empresas globais Vale e Novelis é significada como momento de rupturas em relação a um passado vivido na “beira do rio”, onde se “tinha de tudo”, devido à possibilidade de se produzir verduras e frutas.

A partir do diálogo com a narrativa da senhora Maria, podemos observar como os trabalhadores de São Sebastião do Soberbo e povoados vizinhos, progressivamente, se inserem em uma nova teia de complexas relações, sobretudo com o mercado, tornando-se consumidores de produtos antes produzidos nos quintais da casa, em regime de parceria ou em pequenas propriedades com trabalho familiar: “*Tinha de tudo ali, tinha verdura, tinha minhas fruta, tinha tudo. Hoje se eu quero eu tenho que comprá tudo. Cabô.*”

---

<sup>81</sup>SANTOS, M.; BECKER, B.K.(orgs.) *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 3. ed. Rio de Janeiro: DP& A Lamparina, 2011. p.13. Foi com esse suposto do “território usado” que prossegui a reflexão sobre as transformações na cidade de Santa Cruz do Escalvado a partir da submersão de São Sebastião do Soberbo, um dos distritos que a compunham.

<sup>82</sup>Entrevista realizada no dia 16 de julho de 2009 com Dona Maria, agricultora, 86 anos, em sua residência, no distrito de Nova Soberbo.

Na expressão “**devorando**”, utilizada para significar a presença das empresas no local em que a narradora identifica todo um modo de vida, há algo bastante esclarecedor dessas vivências, não apenas do ponto de vista individual.

Sua narrativa nos possibilita refletir como os lugares mais remotos do mundo são incorporados pelo alcance global das forças econômicas, e como as pessoas vivenciam o atual estágio de desenvolvimento do capitalismo que, comumente, conhecemos por “globalização”, como uma dinâmica extremamente “devoradora” das suas condições de vida e trabalho: *Eu assisti tudo, eles devorando tudo. Devorando as árvores, tudo que eu plantei, as fruta...*<sup>83</sup>

Na memória que elabora sobre a vida em São Sebastião do Soberbo, a senhora Maria evidencia “a gula” e avidez das grandes corporações capitalistas privadas que, ao se instalarem em São Sebastião do Soberbo impuseram, aos trabalhadores, a adaptação de seus modos de vida aos imperativos de lucratividade.

Desta forma, associada à riqueza proveniente da energia elétrica produzida por essas empresas, por meio do “devoramento” das melhores fatias do espaço de São Sebastião do Soberbo – aquelas mais férteis, à beira do rio Doce – há a intensificação da pobreza, que não é um problema pontual vivido pela senhora Maria, mas um “*problema estrutural do capitalismo*”<sup>84</sup>.

Nesse sentido, em função das dificuldades de reconstrução dos modos de vida, no tempo presente, muitos narradores tendem a apresentar o passado vivido em São Sebastião do Soberbo numa perspectiva idealizada, como é comum em processos dessa natureza<sup>85</sup>.

<sup>83</sup>Entrevista realizada no dia 16 de julho de 2009, com Dona Maria, agricultora, 86 anos, em sua residência, no distrito de Nova Soberbo.

<sup>84</sup>Ao investigar o processo de produção, disseminação, reprodução ou manutenção da globalização atual, Santos afirma que “A *eliminação da pobreza é um problema estrutural. Fora daí o que se pretende é encontrar formas de proteção a certos pobres e certos ricos, escolhidos segundo os interesses dos doadores*”, contribuindo para pensarmos a lógica sistêmica e perversa do capitalismo manifesta na produção da pobreza e exclusão em escala global. (Cf. SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2008.p.67.)

<sup>85</sup>Dilma A. Paula, interpretando as entrevistas realizadas com “ex-habitantes” de São João Marcos, que migraram para Rio Claro após submersão daquela cidade, em virtude da “ampliação da represa de Ribeirão das Lages, alimentadora da usina de Fontes, localizada em Piraí, RJ”, também constatou a “idealização do passado” nas memórias dos que lá viveram: “[...] O período de decadência passou a ser identificado com a chegada da Light e com os transtornos desencadeados pelo represamento dos rios. Na memória local, a Light representou todos os males, sendo responsável, afinal, pela destruição da cidade. Ainda hoje a cidade é referenciada como portadora de uma grandeza inata, por suas riquezas agrícolas, pelo seu clima anterior à chegada da Light, pelos moradores e suas amizades e por uma idealizada tendência ao desenvolvimento. A memória da destruição e da separação é de tal forma sentida que todo o passado é construído como ideal. Toda a perda, seja de casas e terras, da comunidade de amizades e da referência natal, faz com que, para os ex-habitantes da cidade, a vivência anterior seja sentida como a melhor de suas vidas. A infância e a adolescência de pessoas, hoje aposentadas, vivendo na difícil condição de velhos, em locais diferentes dos daqueles períodos ‘áureos’”, representa a memória de um tempo glorioso. O presente não é o ideal, do futuro pouco se espera, o que mais marca a memória são os

O tempo das transformações decorrentes da implantação da hidrelétrica Candonga constitui o ponto a partir do qual a senhora Maria rememora suas vivências, trazendo indícios significativos para compreendermos o que foi essa vida anterior, conquanto transmita uma espécie de visão do paraíso, antes da transferência para Nova Soberbo:

*Gisélia: Aí, dona Maria, é...nós viemos aqui porque eu sou estudante e eu tô fazendo um trabalho, eu tenho que escrever um livro sobre os moradores de Nova Soberbo, sobre assim, o que que mudou na vida de vocês, e o que que ficou igual. Como ficou a vida depois que vocês vieram pra cá?*

*Maria: Ah! Foi grande...Deixei muita...lá eu tinha verdura, eu tinha tudo, que eu plantei com essas mão que tá aqui, cada arvoredo! ... que eu vi o consórcio cortar aquilo tudo. Eu tinha um pedaço de, de... eu tinha um quintal grande lá, na na beira do rio, tinha muita planta, muitas coisa né. E aqui todo dia que eu quero uma fruta tem que comprá né... Tudo que eu saí de lá, eu "burrici", "doeci" e num tô prestando pra mais nada. Lá eu tinha uma saúde de burro. Cheguei aqui... Vim contrariada pra aqui e pra aqui eu fiquei. Então eu tô cada vez minha fia, cada vez é ficando é... internada, é umas doença..."Burrici" muito.*

*Gisélia: a senhora é nascida lá em Soberbo? Como que foi?*

*Maria: é uai...quer dizer, num nasci lá não...Eu nasci é...*

*(A Marilza, “neta da falecida dona Ana Conceição”, amiga da dona Maria, que estava na cozinha, gritou, aos fundos: “a senhora nasceu foi na ‘Pedra’, dona Maria...”*

*Maria: foi na Pedra do Escalvado, em Santa Cruz, e de lá meu marido foi trabalhá lá em Belo Horizonte... É, minha fia, eu sei que foi muito grande! Ah! pra mim foi muito grande...acabô pra mim o prazer que eu tinha lá acabô tudo[...]Vai levando... num posso gostá nunca! Não, eu tô esperando, Marilza, é mais a morte mesmo né. Eu tô no fim da vida minha fia...A água é ruim demais.*

*Gisélia: Mas, a senhora criou seus quantos filhos lá?*

*Maria: Lá eu criei três...é quatro...86 anos, minha fia!*

*Gisélia: a senhora tá bem demais então, uai!*

*Maria: tô!!! Deus tá vendo! Tô toda quebrada! Não tô valendo de nada mais. Já tive minha saúde...quando eu saí de, de...lá de Soberbo, mudei de lá eu tinha uma saúde daquelas, depois que chegemo aqui nem eu, nem dona Ana, a gente não tivemo mais saúde. Nós carregava lenha junto nesses alto de morro tudo, nós buscava lenha...nós fazia de tudo...Nós vivia igual duas irmã...Aí depois ela faleceu, cabô... Aí nós veio pra aqui, todas duas pra aqui, mas nenhuma veio satisfeita, não.*

Viver no distrito rural de São Sebastião do Soberbo significava a possibilidade de praticar uma agricultura não hegemônica pela mecanização e “modernização” agrícola, de produzir alimentos e plantar árvores “com essas mão que tá aqui”, a partir de um saber-fazer que não foi adquirido nos bancos de escolas ou universidades, mas que lhe permitia, também, sentir vigor físico para o trabalho: *Tudo que eu sai de lá, eu “burrici”, “doeci” e num tô prestando*

tempos passados.” (PAULA, D.A. *A cidade submersa: o processo de destruição de São João Marcos (1930-1945)* Dissertação (Mestrado), Rio de Janeiro: UFRJ, IFCS, 1994. p.61).

*pra mais nada. Lá eu tinha uma saúde de burro. Cheguei aqui... Vim contrariada pra aqui e pra aqui eu fiquei...*

A perda das antigas condições de trabalho no campo acarretou uma sensação de destituição da própria saúde, embora saibamos que a perda da saúde é fruto de um processo árduo de trabalho no campo que demandava “*carregar lenha nesses alto de morro tudo*”, já iniciado em São Sebastião do Soberbo, que a deixou “*toda quebrada*”: *Tô toda quebrada! Não tô valendo de nada mais. Já tive minha saúde... quando eu saí de, de...lá de Soberbo, mudei de lá eu tinha uma saúde daquelas, depois que chegemo aqui nem eu, nem dona Ana, a gente não tivemo mais saúde.*

O trabalho na terra, em São Sebastião do Soberbo, embora fisicamente desgastante e escaldante, era o que preenchia sua vida de sentido. As condições de vida do passado, perdidas no presente, esvaziam de sentido o futuro: *acabô pra mim o prazer que eu tinha lá acabô tudo[...]Vai levando... num posso gostá nunca! Não, eu tô esperando... é mais a morte mesmo né. Eu tô no fim da vida minha fia...*

Não só as relações com a terra e à beira do rio se perderam, mas também as relações de vizinhança, as referências religiosas e sociais, as formas de celebrar a vida:

*Gisélia: E como que é assim, hoje, a relação de amizade aqui?*

*Maria: Ah, ês vieram tudo pra cá. Lá, como se diz, era uma rua só, entrava numa saía noutra assim, era só duas rua. E ali nós via todo mundo, era todo mundo, agora não. Agora mudificô tudo. Quem morava perto, foi morá longe, os “vizim de pertim”... mas a rua era uma só, ia lá e voltava cá no princípio da rua até o fim da rua, cumprimentava todo mundo, era aquela...Tinha festa lá nós tava tudo junto. Uma igreja cê precisa de ver! O dia que ês quebrô a igreja foi a maior tristeza. Cabô com tudo,maior tristeza.*

Para a senhora Maria, as relações de sociabilidade, entre os moradores de São Sebastião do Soberbo, eram intensificadas em função da própria configuração daquele espaço, que facilitava o encontro e contato entre os moradores: “*era uma rua só, entrava numa saía noutra, assim era só duas rua[...] uma só, ia lá e voltava cá no princípio da rua até o fim da rua cumprimentava todo mundo...*”. Ao significar as alterações no convívio entre as pessoas, dona Maria nos permite perceber que a lógica que pautou a utilização do território de São Sebastião do Soberbo, a partir da construção da hidrelétrica, foi a da acumulação de capital da Vale e Novelis, sob a qual todas as formas de sociabilidade anteriormente vividas deveriam se subordinar.

Cruzando essa narrativa com imagens que nos permitem visualizar as diferenças nos espaços de vivências na “Velha Soberbo” e na “Nova Soberbo”, temos outros parâmetros para

o entendimento dessa importância atribuída à terra, ao rio, ao trabalho agrícola, às relações de sociabilidades no passado e, assim, uma melhor compreensão do sentimento dessas perdas.

Nas duas imagens, a seguir, de São Sebastião do Soberbo, podemos visualizar o principal espaço de sociabilidade, uma das ruas referenciadas na narrativa da senhora Maria, onde todas as pessoas, obrigatoriamente, transitavam, fosse para entrar ou sair de São Sebastião do Soberbo e onde, segundo ela, todos se cumprimentavam com maior frequência. Quem entrasse ou saísse da “Velha Soberbo”, necessariamente passava em frente às casas de todos os moradores; hoje, em contrapartida, a configuração urbanizada da “Nova Soberbo”, dividida em quadras, acaba segmentando os espaços de convivência, o que distancia as pessoas umas das outras. Além disso, as residências, atualmente, possuem muros e grades que distanciam as ruas (e transeuntes) das portas de entrada das casas.

Nas imagens do distrito submerso não contemplamos o asfalto, mas a terra. O principal meio de transporte eram os cavalos e não havia centro comercial, mas apenas botequins, pois as pessoas tinham terra no vale fértil para produzir, não dependendo do comércio local como principal fonte de alimentação. Também visualizamos os trabalhadores sentados na calçada de uma das casas, com arquitetura típica do meio rural, em momento de convívio.



Fonte: Imagem de São Sebastião do Soberbo, extraída do vídeo produzido pelo senhor João Bosco.



Fontes: Imagens de São Sebastião do Soberbo, extraída do vídeo produzido pelo senhor João Bosco.

Cabe ressaltar que essas imagens foram extraídas do documento audiovisual produzido pelo senhor João Bosco, morador de Nova Soberbo, com o qual dialogo, ao longo de toda a tese. Os vídeos, embora produzidos com finalidades específicas, não tiveram roteiros, cenas ou pessoas com papéis previamente definidos, mas remetem a vivências cotidianas e a pessoas captadas à medida que transitavam em São Sebastião do Soberbo. Produzidos por quem viveu intensamente esse processo, e não por um grande cineasta, as cenas estavam abertas a qualquer morador ou militante que desejasse falar sobre o vivido.<sup>86</sup>

Nesses vídeos, o sujeito que filma não se esconde atrás da câmera, mas aparece, interroga, se faz visível, produzindo conhecimentos sobre como os sujeitos interagem e se posicionam diante de um mesmo processo de transformações vivido, colocando em questão o devir dessas pessoas.

Assistindo às quatro fitas, evidenciamos que não teve, na técnica ou na arte, as preocupações principais, mas sim na crítica política e na perspectiva de elaboração/difusão de uma memória que lhe possibilitasse divulgar sua interpretação dessa história, participando dela mais ativamente. Foi tendo em vista as condições de produção e peculiaridades dessa

---

<sup>86</sup> As quatro fitas foram respectivamente intituladas, pelo senhor João Bosco: “Soberbo – Destruição”, “Soberbo-Velho”, “Antigo Soberbo”, “Padre Claret e Líderes do MAB com a comunidade reunida”.

fonte que busquei interrogá-la, isto é, levando em consideração o olhar prospectivo do senhor João Bosco, materializado em sua câmera.

Nessa direção, produziu imagens das transformações vividas, a partir de uma narrativa que focaliza as múltiplas temporalidades do processo vivido: os modos de viver em São Sebastião do Soberbo, às vésperas da inundação; as resistências do MAB à expropriação dos trabalhadores; a chegada das viaturas e policiais e a derrubada da barreira de galhos e árvores que os trabalhadores erigiram na entrada de São Sebastião do Soberbo, como tentativa de impedir a entrada dos policiais no dia da “limpeza” da área, para enchimento do lago; e, por fim, a demolição das casas e destruição de todos os pertences daqueles que insistiram em permanecer neste lugar, mesmo sob liminar de despejo.

Cada detalhe das vivências dos moradores e do processo de destruição de São Sebastião do Soberbo foi narrado pelo senhor João Bosco, no mesmo momento em que filmava esses espaços. No entanto, ele não narrou sentimentos de perda, para fixar-se naquilo que os moradores perderam, de fato – as igrejas (Católica e Congregação Cristã), a escola, as casas, os instrumentos de trabalho, os utensílios domésticos, visto seu intuito de divulgar o documento produzido para o maior número de pessoas possível, visando projetar um novo futuro para outras pessoas que se encontram na iminência de serem expropriadas de seus locais de vida em virtude da implementação de projetos hidrelétricos.

Quando indagado sobre o que o levou a registrar, escondido atrás das árvores, o processo conflituoso de despejo e demolição das construções, em São Sebastião do Soberbo, o narrador nos permite perceber que o ato de produção do vídeo foi percebido não só como possibilidade de conscientizar as pessoas das injustiças sociais e arbitrariedades vividas, mas também como oportunidade efetiva de intervir, diretamente, na realidade dos sujeitos que toma por referência, para a elaboração desta memória:

*... Igual muita coisa que todo mundo da barrage vê, principalmente tudo que tá na fita, tudo que aconteceu, e tudo o que o povo fez que eu não tenho gravado aqui, mas que o povo sabe aqui...o povo aqui sabe tudo que aconteceu, então o pessoal de onde vai fazê a barrage, se eles vê tudo isso que acontece em todas as barrage, não aceitaria, não assinaria pra acontecer, não aceitaria pra acontecer a barrage...<sup>87</sup>*

Dessa forma, ao evidenciar seus interesses na elaboração desses vídeos, percebemos que o passado vivido no campo não aparece, nos documentos audiovisuais que o senhor João produziu, como caixa de lembranças e práticas mortas, mas como ponto de partida de suas expectativas e reivindicações, no tempo presente. E, por meio dos vídeos, carecendo de meios

---

<sup>87</sup>Entrevista realizada com o senhor João Bosco, no dia 17/07/2009, na sua residência, em Nova Soberbo.

de expressão, o senhor João Bosco intentou “*abrir para si [...] um caminho a fim de adquirir um espaço de palavra para viver.*”<sup>88</sup>

Em seguida retirei, do endereço eletrônico do Google Maps (Earth), na Internet, uma planta de Nova Soberbo, e identifiquei novos referenciais espaciais desse lugar; a planta, entrecruzada com a imagem panorâmica das novas residências, nos permite visualizar que a transformação dos espaços anteriormente referenciados não foi apenas física ou infraestrutural.

As novas configurações espaciais são indicativas do que era essa vida passada em São Sebastião do Soberbo e das dificuldades dos trabalhadores para refazerem, no urbano, modos de vida anteriores, como a pesca, o garimpo, a plantação, a criação de animais, ao saírem de uma área rural, menor, de apenas duas ruas, para outra, em que o asfalto substitui a terra, onde o cimento nas casas substitui os quintais, onde os lotes destinados à reativação econômica não se situam à beira dos rios, mas na parte mais íngreme e árida de Nova Soberbo:



Fonte: [www.maps.google.com](http://www.maps.google.com) acesso em: 07/02/2013

<sup>88</sup>Laura Antunes Maciel em seu texto “De ‘o povo não sabe ler’ a uma história dos trabalhadores da palavra”, investiga as razões que conduziam os sujeitos populares a escreverem e publicarem textos entre os anos de 1870 e 1920 no Rio de Janeiro, suscitando questões fundamentais para refletirmos sobre as motivações pelas quais as pessoas comuns reconstruem suas experiências por meio da produção e publicização de registros de si próprias. (Cf. ANTUNES, L.A. De “o povo não sabe ler” a uma história dos trabalhadores da palavra”. In. MACIEL, L.A. et al. *Outras histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho d’água, 2006. p.293).



Fonte: Imagem de Nova Soberbo, extraída do vídeo produzido pelo senhor João Bosco.

As novas configurações espaciais, quando cruzadas com as anteriores, evidenciam que as condições mais básicas de vida e trabalho foram determinadas pelos interesses econômicos da Vale e da Novelis. Comparando as imagens da “Velha” e Nova Soberbo, percebemos que do cotidiano compartilhado, mediante usos e práticas agrícolas, definidos conforme as necessidades dos moradores, passa-se a um cotidiano urbanizado e projetado por forças hegemônicas externas aos usos e costumes locais.

Comparando a planta e a imagem de Nova Soberbo (páginas 61 e 62) com as imagens de São Sebastião do Soberbo (páginas 58 e 59), notamos que o que está em questão, no processo de expropriação das pessoas, é muito mais que mudança de paisagem, são transformações profundas nas relações sociais, vividas de formas diferenciadas, levando-nos a indagar sobre as expectativas e necessidades que compõem o campo de possibilidades daqueles que mora(ra)m nesses espaços.

A intervenção das corporações capitalistas privadas nos espaços rurais, transformando-os em pequenas cidades asfaltadas e impondo formas de sociabilidades do meio urbano, evidencia a lógica sistêmica das sociedades capitalistas. Afinal nunca houve, nesse tipo de sociedade, um desenvolvimento no qual as necessidades e os desejos das pessoas comuns tivessem adquirido precedência em relação às exigências de maximização de lucros das empresas privadas.

Em virtude dessas transformações bruscas nos modos de morar, nas relações com o mercado, nas formas de sociabilidade, o passado aparece, recorrentemente, nas memórias produzidas pelos trabalhadores, como um período de equilíbrio, harmonia e ordem abalado pela obra Candonga, conforme a narrativa da senhora Jovina, 81 anos dos quais 42 foram vividos do trabalho agrícola, em São Sebastião do Soberbo:

*Gisélia: Lá a senhora era meeira?*

*Jovina: Lá eu trabalhava de meeira, mais eu num tive direito de “arreceber” não, disse que eu não tinha... Trabalhei de meeira lá... Mais... lá era bão porque ocê tinha terreno pro cê trabalhá, ocê colhia mantimento né... E aqui nós não tem nada disto, tudo aqui é comprado, tudo aqui é no dinheiro mesmo né... Não tem nada de mioria quanto o alimento aqui não, lá nesse ponto era melhor que a gente tinha aonde plantá, tinha aonde criar uma criação e aqui num tem né... Como diz aqui é... mesmo a casa, a morada...*

*Gisélia: A casa lá, é...eu tava conversando com Josemar ontem, seu filho né? Aí ele me disse que lá tinha quintal na casa?*

*Jovina: Tinha “quintali” e aqui num tem, é isso que eu tô falando com cê, lá tinha aonde nós trabalhá e plantá as coisas e aqui num tem... aqui não tem. Lá tinha “quintali” grande, tinha fruta, tem limão, tudo! O terreno aqui é tão bão que eles me deram umas mudas de limão, plantô aí o limão morreu... É, eu num sei se é pedra o quê que deu, que a laranja morreu, o limão morreu, não saiu nada! Aqui o quintal é muito cheio de pedra né, muito cheio de areia, acho que eles pode ter dado numa pedra aí morreu, né? Mais dava minha fia dava limão o ano inteiro, agora nós num tem um limão, se quisé vai comprá. Então lá tudo isso eu tinha tudo, toda... banana, laranja, mixirica, tudo eu tinha plantado lá, e aqui eu não posso tê nada...*

Ao interpretar esse processo de transformações, dona Jovina nos permite compreender que agricultura e pecuária eram as atividades sobre as quais se assentava todo um modo de vida no passado: “lá era bão porque ocê tinha terreno pro cê trabalhá, ocê colhia mantimento né[...]lá nesse ponto era melhor que a gente tinha aonde plantá, tinha aonde criar uma criação e aqui num tem né...”. Além de agricultura e pecuária, cabe ressaltar que as atividades de pesca e garimpo também compunham esse sistema de produção, fundamentado na articulação de distintas formas de trabalho.

Esse sistema de produção foi perdido para compensar os riscos de um projeto de geração de eletricidade que se concretizou a expensas dos trabalhadores expropriados. Diante dos modos de vida antigos, sacrificados pela construção da hidrelétrica Candonga, os sujeitos tendem a interpretá-los focalizando seus aspectos positivos. Uma consequência da elaboração dessa visão de São Sebastião do Soberbo como o “lugar da fartura”, como o tempo no qual o sectarismo, os conflitos e divisões pareciam não existir, é a reafirmação de uma memória de retorno ao “éden”, conforme podemos evidenciar na narrativa do casal Josemar e Neuza:

*Josemar: Meu nome é Josemar M. d. S.*

*Gisélia: Então, em 1996, que eu tive contato pela primeira vez com a questão das hidrelétricas aqui, foi até um projeto da Pilar, a usina hidrelétrica Pilar que não deu certo, né, porque a população reagiu e não deu certo, e aí, de lá pra cá eu venho pesquisando, né....assim as hidrelétricas da Zona da Mata mineira, mas o meu foco são as pessoas atingidas, como que é esse processo, como que é viver isso? Como era a vida em Soberbo Antigo e como que é a vida aqui hoje? Como que vocês veem isso?*

*Josemar: Lá quando a gente morava no Soberbo Velho, eu morava lá no Soberbo Velho...desde mil novecentos e setenta e seis....setenta e seis nós moramo lá, de setenta e seis até dois mil e três nós viemo pra qui. Aí, né, com o processo da barragem, aquele troço todo, aí nós viemo de Soberbo... Agora, em matéria de serviço, ah ficô ruim! Porque lá eu mexia com garimpo, trabalhava na roça, né? Trabalhava no garimpo uns dia, outro dia eu plantava, com o rio cheio eu trabalhava na roça e aqui ficô mais ruim sabe? E aí...agora, em matéria do processo da...da...da...reativação econômica, eles tem mesmo um...um...processo de reativação econômica aqui, desde quando a gente veio embora, mais só ficô naquela: faz hoje, faz amanhã, faz depois e num saiu, sabe? E o processo foi andando, foi andando, foi andando e não saiu...*

*Neuza: Lá tinha muita fartura né das coisa, de fruta né, que aqui nós não tem....Tinha mais fartura das fruta, verdura né, a gente tinha mais, que aqui a terra num é boa pra produzi verdura, a gente tem que ficá carregando carrim de terra pra prantá....Carregá bastante esterco, fofar a terra bem pra fazê uma horta...E lá num tinha nada disso, lá a gente prantava em qualquer lugar dava...Dava as coisa e aqui não, aqui é muita dificuldade pra gente consegui ter uma horta pra despesa, fruta aqui a gente num tem, né...Tudo a gente tem que comprá, aqui tudo que precisa a gente compra.*

*Gisélia: E lá vocês produziam para consumir?*

*Neuza: É*

*Josemar: Isso, lá....lá os quintais era maior né....*

*Neuza: No quintal a gente fazia...prantava e tudo que prantava né dava. Tinha banana, tinha é....manga, época de manga a gente então passava a manga mesmo porque tinha muita manga mesmo, aquela fartura....*

*Josemar: Manga, goiaba, banana...*

*Neuza: Goiaba, tudo....*

*Josemar: Tudo de fruta lá tinha....inclusive esses quintais que a gente, que eles tá fazendo o galinheiro e o capril nele são é....é...resto de quintal sabe? Que lá no Soberbo Velho o quintal era do lado de baixo do rio, ele pegava da rua até o rio, o outro pegava lá de cima....tinha quintal lá de setecentos metro, oitocentos metro, mil metro de....de...sabe...de extensão, então era assim. Então quando veio pra cá, já veio padronizado todos lote trezentos e sessenta metro...<sup>89</sup>*

Importante perceber que, embora o trabalho na terra seja apontado como possibilidade de se possuir fartura de alimentos, o senhor Josemar aponta para a sazonalidade das atividades produtivas como elemento da vida em São Sebastião: “Porque lá eu mexia com garimpo, trabalhava na roça, né? Trabalhava no garimpo uns dia, outro dia eu plantava, com o rio cheio eu trabalhava na roça e aqui ficô mais ruim sabe?”

---

<sup>89</sup>Entrevista realizada com o casal Josemar M. d. S. e Neuza, em 25 de janeiro de 2010.

Nas trajetórias desse casal, entrevemos que o processo de transformações é vivido não apenas como sentimento de perdas, mas também como expectativa de melhorias, evidenciando, ao mesmo tempo, aceitação e recusa desse processo. As dificuldades de sobrevivência, no presente, estão associadas à desapropriação de um saber-fazer e, em função delas, as pessoas criam expectativas de futuro, expressas nas propostas de reativação econômica: *[...]em matéria do processo da reativação econômica, eles tem mesmo um...um...processo de reativação econômica aqui, desde quando a gente veio embora, mais só ficô naquela: faz hoje, faz amanhã, faz depois e num saiu.*

No próximo capítulo, voltarei a discutir como esse processo de transformações é vivido como expectativas, confrontando projetos de reativação econômica, idealizados pelos trabalhadores, com aqueles apresentados pela Vale e Novelis.

Mas, neste momento, torna-se importante indagar o sentido e o papel social da construção dessa idealização da vida, em São Sebastião do Soberbo, no tempo presente. Penso que essa memória idealizadora, ao nos oferecer uma leitura do passado como a idade do ouro, não pode ser vista como produto de uma falsa consciência da realidade, nem muito menos mera falácia. Ao questionar o seu sentido, não queremos desautorizar os trabalhadores, mas propor o entendimento dessa visão do passado como argumento fundamental de reivindicação no tempo presente, uma vez que as pessoas se apropriam do passado na tentativa de superar o desemprego e exigir a concretização de um projeto de reativação econômica que, de acordo com o senhor Josemar, “*foi andando e não saiu...*”

Raymond Williams já nos alertava em relação às “*tradições bucólicas*”, que são tão seletivas quanto quaisquer outras, uma vez que “*o velho hábito de usar o passado, os bons tempos de antigamente*”<sup>90</sup> pode ser utilizado intencionalmente pelos sujeitos históricos como estratégia para criticar o presente.

Ao investigar as imagens produzidas sobre o campo, na literatura inglesa, Williams ofereceu-me pistas para lidar com as fontes orais. O caminho percorrido por ele foi o de analisar tais imagens, carregadas de sentimentalismo em relação ao campo, conectadas à “*experiência historicamente variada*”<sup>91</sup>, isto é, buscando, nas fontes, não a “*verdade histórica*”, mas a “*perspectiva histórica*”: “Sem dúvida, para nos defendermos de relatos

<sup>90</sup>WILLIAMS, R. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Cia das Letras, 1989. p.12.

<sup>91</sup>Ibidem, p.25.

sentimentalizados e intelectualizados da “Velha Inglaterra”, precisamos do mais aguçado ceticismo. O que é necessário investigar, nestes casos, não é a veracidade histórica, e sim a perspectiva histórica.”<sup>92</sup>

Ao investigar as relações entre campo e cidade, a partir da análise das fontes literárias, o autor evidenciou o desenvolvimento de uma “tradição bucólica” nos poemas que tendiam a traçar um “quadro risonho do campo”<sup>93</sup>, em tom de idealização. Contudo, ao investigá-las, tomando por base as experiências concretamente vividas, observou que não se tratava de mera fabulação, mas de perspectiva, de seletividade.

O diálogo com as narrativas orais, entrecruzado com a leitura da obra de Williams, demandou questionar a ilusão convencional do idílio campestre, localizado no passado, como forma de desconstruir a ideia permanente, entre os trabalhadores de Nova Soberbo, de atribuir os sentidos de tranquilidade e inocência à vida em São Sebastião do Soberbo.

A narrativa da senhora Maria, ao mesmo tempo em que constrói a imagem de São Sebastião do Soberbo como o lugar da abundância, da saúde, do trabalho e da fartura, nos permite ir além do “bucolismo” que a fundamenta. Partindo desse aspecto recorrente nas narrativas – o bucolismo – é possível chegar ao entendimento das condições de vida e trabalho, antes da instalação da UHE Candonga:

*Gisélia: a senhora foi pra lá a senhora tinha quantos anos, pra São Sebastião do Soberbo?*

*Maria: ... Nô, muitos ano! Quando meu marido faleceu meus menino ficô tudo desse tamanhazim assim ô. Eu trabalhava na enxada pra podê sustentá eles né, dá uma escolinha. Sai daqui, leva por um lado, leva por outro, no inicio ficô jugado, eles ficô, botei na casa dos parente, depois voltô outra vez, e eu pelejando. Aí, eu sozinha, levei eles na usina pra trabaíá. Eles trabaíava na usina lá ... Tem mais de...quantos anos tem, Teco?*

*Silvio(Teco- Sobrinho da dona Maria), responde: Tem 46...46, 47...*

*Maria: Pois é, tem mais de 46 ano que eu tô viúva, é...que meu marido faleceu.*

*Gisélia: Mas, como que era lá dona Maria? Assim a vida lá em Soberbo, como que era, o que a senhora lembra lá?*

*Maria: Ah, lá nós tirava areia do rio, se faltava água nós ia no rio e “panhava”, plantei no quintal todo lá, né, e trabaiei muito nessas “cortação” de cana, né, foi muito tempo. Porque no tempo que eu casei eu tava com 21... Toda vida trabaiei na roça, nunca tive um dia de escola e meu marido faleceu, cabô, eu criei meus filho lá. Depois deles grande eles saíram e aí eu fiquei lá. Agora eles pôs nós pra aqui né, transferiu nós pra qui...Ah! Quando passô eu fui em Belo Horizonte, clamei tanto lá contra as coisa...*

*Gisélia: a senhora clamou contra a usina, em Belo Horizonte? A senhora foi em Belo Horizonte, na época?*

*Maria: Não, depois. Mas foi pra requerer os tirado de ouro,né...que eles tirava ouro na beira do rio, trabaíava na beira do rio e eles num queria*

---

<sup>92</sup> Ibidem, p.23.

<sup>93</sup> Ibidem, p.33.

*aboná eles lá com esse negócio de “tiração” de ouro né... que eles tinha que aboná eles. Aí lá ...eles juntaram ...nós foi, mais por causa... porque o que nós fazia lá é o que nós vivia lá né, dava pra viver, dava pra comer, aí agora nós num tem mais nada não. Nós agora num tem tiração de ouro por aqui, num tem tiração de areia, num tem pedra, num tem mais nada.... Mas mudô muito, cabô minha saúde, cabô...Aquele prazer que a gente tinha, acabô tudo. Agora nós tá aí...Foi, vieram tudo separado um do outro, o que era vizinho eles foi separaram tudo...cada um tá num lugar agora. E, agora nós ...até...tô no meio de tudo...parente tudo...pessoal tudo do Soberbo, fica tudo separado, eles fica tudo esquisito, parece que esqueceu da gente...sei não. Lá nós era muito assim unido, lá...*<sup>94</sup>

A idealização do passado, tal como aparece nas fontes orais, pode ser interpretada como uma manifestação da vontade persistente dos trabalhadores expropriados, na Zona da Mata mineira, de escapar da expropriação e da ação imposta por grupos capitalistas privados. A partir do diálogo com os trabalhadores, em Nova Soberbo e regiões vizinhas, entrevemos, nessa idealização, outras experiências e desejos específicos, que se chocam com os interesses do projeto da UHE Candonga.

Outra questão interessante, apontada por Williams, refere-se à dimensão social, que se faz presente na idealização e que, muitas vezes, negligenciamos, por tender a encarar as imagens construídas pelos sujeitos como mero misticismo. Após a análise do texto literário de “*Pope, numa tradução categórica de Horácio*”<sup>95</sup>, Williams assim nos alerta para pensar o sentido do idílico:

*A abundância espontânea da natureza, esta imagem mítica ou utópica, agora começa a adquirir, de modo significativo, uma dimensão social: uma propriedade “de bom tamanho”, com criadagem suficiente [...] O que vemos ocorrer nesse processo interessante é a conversão do bucolismo convencional em um sonho localizado.*<sup>96</sup>

Embora haja uma perspectiva entusiástica em relação ao passado, significado como o lugar do trabalho, da proximidade com o rio e das estreitas relações de vizinhança, a narrativa anteriormente citada da senhora Maria nos permite perceber, no processo social evidenciado, seu “sonho localizado” e, portanto, a conversão do tom idílico de sua fala em desejos de realizações econômicas e sociais.

<sup>94</sup>Entrevista realizada dia 16 de julho de 2009 na residência da senhora Maria.

<sup>95</sup>WILLIAMS, R. E Pope, numa tradução categórica de Horácio: “Feliz aquele que só quer do mundo/ O que o torrão em que nasceu encerra/Que se contenta em respirar bem fundo/O ar de sua terra;/Que tira de seu próprio campo o pão,/ E lã e leite do rebanho terno;/ Das árvores tem sombra no verão/ E fogo no inverno.” In: WILLIAMS, R. *O campo e a cidade na história e na literatura*. São Paulo: Cia das Letras, 1989. p.43

<sup>96</sup>Ibidem, p.43-44.

Além disso, sua narrativa é representativa, não só das condições de vida e trabalho no campo, em São Sebastião do Soberbo, mas também é capaz de evidenciar as dificuldades dos trabalhadores rurais da Zona da Mata mineira em relação ao acesso à educação formal e suas lutas no sentido de driblar as restrições vividas: *Quando meu marido faleceu meus menino ficô tudo desse tamanhazim assim ó. Eu trabalhava na enxada pra podê sustentá eles né, dá uma escolinha... Toda vida trabalhei ne roça, nunca tive um dia de escola...*

A partir do diálogo com os narradores, é possível perceber, por detrás do tom idealizador, a realidade social concretamente vivida no campo pelos trabalhadores de São Sebastião do Soberbo. Por detrás do “simplismo idealizador convencional”, entrevemos que a descapitalização dos trabalhadores e as dificuldades para suprir as condições de existência são anteriores à chegada a Nova Soberbo e tenderam a se intensificar em consequência da perda de condições favoráveis, referentes ao acesso às terras.

Por outro lado, é possível depreender, a partir da narrativa, que a vida no campo, às margens do rio Doce, no submerso distrito de São Sebastião do Soberbo, é significada como uma mescla de aspectos positivos (espaço da liberdade, da abundância de víveres e de condições de trabalho) e aspectos negativos (dificuldade de acesso à educação formal, entre os pequenos lavradores da Zona da Mata mineira – “*Toda vida trabalhei na roça, nunca tive um dia de escola...*” Além disso, evidenciamos como a senhora Maria se assume, nesse diálogo, como sujeito histórico vitorioso, que busca realizar, para os filhos, o que era apenas expectativa, em São Sebastião do Soberbo: “*Eu trabalhava na enxada pra podê é sustentá eles né, dá uma escolinha...*”

Dona Maria evidencia um presente marcado pela impossibilidade de realizar a agricultura de vazante, porque a proximidade do rio, em São Sebastião do Soberbo, foi rompida com o deslocamento para Nova Soberbo. Ao mesmo tempo em que constrói memórias sobre as condições de vida e trabalho, em São Sebastião do Soberbo, sua narrativa evidencia um lugar-comum, que é a idealização do passado, e impõe-nos, enquanto procedimento de pesquisa, a necessidade de desafiar esse “lugar-comum”.

A narrativa da senhora Jovina nos possibilita enfrentar esse desafio, pois evidencia que, na Zona da Mata mineira, as condições de vida dos trabalhadores rurais pobres sempre foram difíceis, embora pareçam ter ficado ainda piores após a instalação da UHE Candonga:

*Gisélia: Dona Jovina, igual eu falei com a senhora, eu tô entrevistando as pessoas e eu quero entender esse processo, né, de transferência pra cá... Como que era a vida lá em Soberbo Antigo, né, como que é a vida aqui hoje, se mudou alguma coisa, se não mudou... Como que foi esse processo? Assim... o que a senhora acha disso? O que a senhora pensa de tudo isso que aconteceu?*

*Jovina: Lá era... quando eu mudei pra lá era uma vida muito cansativa, porque eu tinha que trabalhá pra sustentar 12 filho, entre filho e neto tudo era 12 criança e eu trabalhava... O meu esposo morava em Ponte Nova, ficava lá, e eu ficava sozinha com as criança [...] Então eu ficava cá e ele lá no emprego dele que ele trabalhava lá... Aí foi aquela vida que eu vivia na roça trabalhando, isso aqui eu plantava com ...trabalhava aqui na roça, plantava arrozal, plantava roça, trabalhava pros outro, trocava dia com as colega pra me ajudar no meu plantio né? Aí eu trocava dia com elas, eu ia pra elas, elas ia pra mim e foi um sofrimento muito grande pra mim criar essa família... mais Deus teve misericórdia que..... quando... essa empresa veio pra cá meus filho já tava grande... Quase todos trabalhava no rio e eu trabalhava na roça e eles também trabalhava quando tinha várias... tirava uma horinha e favorecia um pouco, né... E foi indo assim até Deus ajudá que todos formaram rapaz, as moça saíram, as mais velha foi saindo pra empregá porque era difícil as coisa e aí minha filha foi... minha vida foi muito cansativa. Quando veio essa empresa pra lá eu já tinha a minha casa, porque quando eu mudei pra lá era de casa alugada né, que eu morava era tudo difícil, tinha dia que eu saía pra trabalhá até bem dizer sem comida, pra podê deixá o pouco pros filho, mais lutei e venci! Louvado seja Deus! Aí chegô a empresa né, chegô a empresa e “descolocô” lugá da gente trabalhá, a gente já ficô... aonde a gente plantava já não podia plantá mais, né... Então ficô tudo difícil, muito difícil! ... Qué dizê que eu que era uma mulher viúva pelejando com dificuldade aí meu esposo morreu, aí piorô mais ainda. Aí ele morreu piorô mais ainda, aí ele morreu e eu fiquei pelejando né, lá naquele lugá... É verdade que eu tenho a pensão, me valeu muito a pensão dele né, eu tenho a pensão. E no mais... aí os menino foi crescendo, as menina foi arrumano os namoro delas deu pra mim é... com muita dificuldade... louvado seja Deus todas minhas filhas são casada! Lutei, pelejei, arrumei elas da maneira que Deus me deu...todas casaram. Então aqui tem uma e as outras... tem uma em Belo Horizonte, tem uma em São Paulo e tem outra lá embaixo no Merengo. Então minha filha Deus me ajudô que eu vim pra qui, eu num tô mal satisfeita, mas quando eu vim, nosso Deus, eu custei me acostumá porque oia... cê vê... eu quando eu mudei pra lá eu tinha trinta e nove ano, eu tô com oitenta e um ano.*

*Gisélia: Uma vida né dona Jovina?*

*Jovina: né... Então eu lutei muito minha filha, mais louvado seja Deus com a ajuda de Deus, Nossa Senhor Jesus Cristo me deu força que eu criei e casei todos os meus filho.*

A narrativa da senhora Jovina S. nos permite evidenciar que a transferência para Nova Soberbo não inaugura a vivência da privação, mas traduz novas formas de privações, nesse processo de reorganização da vida, pois em São Sebastião do Soberbo “era uma mulher viúva pelejando com dificuldade”. A vida, que já era uma “peleja”, parece tornar-se ainda mais difícil depois que a empresa intervém, com sua lógica, naquele espaço: *Aí chegô a empresa né, chegô a empresa e “descolocô” lugá da gente trabalhá, a gente já ficô... aonde a gente plantava já não podia plantá mais, né... Então ficô tudo difícil, muito difícil!* ...

Ao rememorar uma vida de muita dificuldade para sobreviver e criar os filhos, em São Sebastião do Soberbo -“era tudo difícil, tinha dia que eu saía pra trabalhá até bem dizer sem comida, pra podê deixá o pouco pros filho...” -, dona Jovina não está justificando ou banalizando

a pobreza vivida, no tempo presente. Ao contrário, nas interpretações que faz desse processo, as memórias de modos de vida e trabalho, direitos e sociabilidades perdidos alimentam, nos trabalhadores desapropriados, “uma nova e amarga sensação de privação:”<sup>97</sup>

*Gisélia: A senhora então foi pra São Sebastião do Soberbo com trinta e nove anos?*

*Jovina: É, com trinta e nove ano que eu fui pra lá.*

*Gisélia: Como que era a vida lá?*

*Jovina: A vida lá... era bom porque a gente plantava, tinha... tinha... a gente tinha quintali, a gente tinha aqueles fazendeiro, essa Irene que eu tô falando com cê que deu(ela está se referindo ao papel que a senhora Irene lhe passou, comprovando que D.Jovina trabalhava em seu terreno)...a gente trabaiaava no terreno dela, né? Ah, trabaiei no terreno de muita gente, trabaiei no terreno de... com Irene, eu trabaiaava lá no sertão com Zé Barcelos que já é falecido, na fazenda do Sertão, com Quinca, esse Quinca Vieira que mora aqui... trabaiaava lá, capinava, ele plantava alqueire de milho, pode perguntá ele se eu tô mentindo... Ele plantava lá e eu capinava sozinha. Ia pra lá, ele tinha um menino que já tava grandinho assim, o menino ia pra lá, carregava água pra mim, esse menino trabaia lá nesse terreno. Trabaiei pra muita gente, eu não tenho nem quantidade de fazendeiro que eu já trabaiei nesse mundo pra criar minha família nas costa. Porque quando eu mudei pra qui eu mudei com meus filho tudo pequinininho pra Soberbo e tudo cresceu, criei e cresceu e casô tudo lá...É tudo lá em Soberbo.*

*Gisélia: E a senhora criou os filhos tudo lá?*

*Jovina: Criei eles tudo lá, criô e casô lá, tudo foi casado nesse cartório de Soberbo que tá aqui hoje, os meus menino, os rapaz, neto, tudo casado no cartório lá. Ái, minha fia, e tô esse “bagacim” ainda... pelejando ainda, graças a Deus. Mais a vida lá era essa, bão porque tinha aonde a gente trabaíá, se precisá lá morava na beira do rio, se precisá de fazê uma, qualquer uma... um chiqueiro, é uma casa “iguali” foi feita a minha casa lá nós carregamo pedra na cabeça pra construir, areia, nós carregamo tudo do rio... Tudo era mais fácil, tinha aonde ocê plantá uma batata pro menino comê, banana tinha, laranja tinha, limão tinha e aqui nada disso num tem. Lá era muito “mió”(leia-se: melhor). A gente plantava roça com os outro, plantava arrozal, colhia aquele mantimento, eu criava porco, meu chiqueiro era na beira do rio, lá o esgoto caia no rio ... Tudo isso eu tinha lá em Soberbo e aqui eu não tenho nada, só tem a casa e a venda pra mim buscá lá se tivé o dinheiro. É...mais nada, porque lá eu tinha aonde eu plantá e eu plantava roça com os outro né, no terreno dos outro. E lá é... E acabô tudo isso, aí acabô e ficô difícil pra nós.*

---

<sup>97</sup>Ao discutir, amplamente, a desestruturação dos modos de vida vivenciada pelos trabalhadores rurais, em decorrência dos cercamentos das terras comunais, na Inglaterra do século XVIII, Thompson também evidenciou a construção do “mito da perdida comunidade paternalista” como força explicativa entre os trabalhadores, para se referirem ao período de “liberdade” anterior à expropriação das terras comunais: “O selvagem código penal, as privações e as casas de correção da velha Inglaterra foram esquecidos, mas o mito da perdida comunidade paternalista tornou-se força autônoma [...] Chamá-lo de mito não significa classificá-lo como totalmente falso, ao contrário, trata-se de uma composição de recordações [...] em que toda perda e todo abuso se fundem num único todo.” (Cf. THOMPSON, E.P. A formação da classe operária inglesa. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, vol.II, 2002. p.65-66.)

*Gisélia: Aqui, se precisar criar um porco, uma galinha no... dentro de casa...*

*Jovina: Não tem jeito!*

*Gisélia: Não tem jeito?*

*Jovina: Não tem jeito, aqui na rua num pode criá galinha, num pode ter um porco num pode ter nada, e lá não... Tinha... eu tinha as minha galinha solta, né, criava as minha galinha, tinha porco, aqui o que eu tenho? Não tenho nada. Só tenho Deus na minha vida e meus filho e pra mim comê eu tenho que ter o dinheiro pra buscá. Mais não tem nada de favorecimento de um... uma horta não... Pra gente plantá uma rocinha num tem, como é que a gente vai plantá? Aqui a roça num tem, eu força mais de trabaiá em roça eu não tenho e é graças a Deus, dou graças a Deus d'eu ter minha pensão, eu tenho minha pensão, eu vivo da minha pensão.*

As novas e amargas sensações de privação do tempo presente conduzem a senhora Jovina a elaborar a vida, no passado, como um tempo de mais facilidade, não obstante todas as dificuldades anteriormente vividas: *Tudo era mais fácil, tinha aonde ocê plantá uma batata pro menino comê, banana tinha, laranja tinha, limão tinha e aqui nada disso num tem. Não tem jeito, aqui na rua num pode criá galinha, num pode ter um porco num pode ter nada, e lá não...*

O cenário de exclusão, evidenciado pela senhora Jovina, é tão intenso que perder o pouco que tinha torna-se um complicador para reproduzir as condições de existência. Ao indicar a impossibilidade de continuar produzindo os próprios alimentos, retirando do rio os materiais necessários para construir a própria casa e de seguir a vida criando “galinhas” e “porcos”, dona Jovina ressalta o papel importante que a agricultura e criação de animais desempenhavam no sustento da família.

A afirmação “*Não tenho nada*” é muito forte para se pensar o sentido das transformações vividas por esses sujeitos, porque é indicativa de uma das faces mais excludentes e “devoradoras” desse processo, em que os trabalhadores deixam de ser pobres, em São Sebastião do Soberbo, para se tornarem miseráveis, em Nova Soberbo: “*Tinha... eu tinha as minha galinha solta né, criava as minha galinha, tinha porco, aqui o que eu tenho? Não tenho nada.*” As diferenças e desigualdades sociais se aprofundaram a partir do alcance e interferência das forças hegemônicas de atuação global, em São Sebastião do Soberbo.

Nessa direção, as narrativas colocam em questão a situação dos pequenos e médios produtores, que ficam ainda mais pobres com a política governamental reguladora do setor energético, implementada nessa região em fins da década de 1990, quando as empresas Vale e Novelis obtiveram a concessão desse tipo de serviço.

A perda das condições para a criação de animais – aves, bovinos, caprinos, suínos –, com o deslocamento para Nova Soberbo, parece não ter sido elemento exclusivo das vivências dos trabalhadores expropriados pela UHE Candonga, na medida em que foi

compartilhada por outros trabalhadores, no Brasil, deslocados em função de projetos de hidreletricidade, conforme evidenciado por Sigaud acerca dos moradores expropriados pela UHE de Sobradinho:

*No entanto, mais do que qualquer outro bem, a perda da criação [...] no processo de transferência e por ocasião da instalação dos núcleos assinalada pelos autores (Sandroni, 1979 e Barros, 1984) parece ter sido um dos elementos mais ressentidos pela população [...] Como se pode perceber a partir dos dados disponíveis, as perdas dos pequenos rebanhos camponeses foram se sucedendo ao longo da trajetória que está sendo examinada. Há referências a inúmeros casos de animais afogados por ocasião do enchimento do lago por não ser possível retirá-los a tempo, dada a urgência imposta pela CHESF para “evacuar” a área. Outros tantos registros indicam perdas a meio caminho dos núcleos – os animais não suportando o deslocamento a que foram obrigados [...] Segundo Tallowitz (1979) a população muitas vezes gastou parte significativa das suas indenizações no transporte particular de animais [...] A perda da criação pelas razões apontadas contribuiu não apenas para a descapitalização dos pequenos produtores, como subverteu, em função mesmo de sua importância para a reprodução camponesa, as formas tradicionais de provisão econômica.<sup>98</sup>*

As narrativas do casal – senhor Francisco e senhora Cleonice – são elucidativas do significado do papel da criação como principal fonte de sobrevivência da família, antes e depois do processo de transformações vivido em decorrência da construção da UHE Candonga. Embora tenham conseguido que parte de sua criação de bovinos tivesse sobrevivido ao processo de transferência, indicam os problemas para a manutenção dos rebanhos, no tempo presente, em virtude da dificuldade de se obter água, da distância entre a propriedade e as nascentes d’água e da insuficiência dos pastos para a alimentação:

*Francisco: E pra nós no início lá, quando surgiu essa barrage, tava pra surgir essa barrage a gente morava lá na beira do rio nós tinha toda a liberdade lá em baixo, nós tinha nossa terra perto da mãe dela lá... Aí deram de cima da gente lá, da gente que precisava da área lá né... Trabalhei muito com minha minha família né... Tinha minhas roça, trabalhava... no período de roça eu plantava roça, no período de... quando num tinha coisa pra fazê, tava mexendo, construindo minha casa, na minha folga eu tava garimpando porque a vida nossa era o garimpo né. Beira rio perto de casa, aí bom... eles pegaram e falaram pra gente que tinha que desocupá lá, aí eu falei: Mas até aonde isso vai? Porque eles num tinha me dado casa ainda, num tinha me dado terra né, pra gente morá... Eles já tinha comprado umas casa em Soberbo Velho... no Soberbo Velho eles já tinha comprado umas casa lá, aí eles me levaram eu, levaram minha esposa pra vê se a gente agradava da casa lá pra gente morá, mas num período só de noventa dias. Dentro de noventa dias eles arrumaria pra gente a nossa área de terra igual tá essa aqui agora, com a casa com tudo pronto, tava tudo organizado pra nós. Mas acabô que noventa dias não foi coisa nenhuma ...nós saímos de lá de baixo em vez de só noventa dias de nós morá lá, fiquei morando lá quatro*

---

<sup>98</sup> SIGAUD, L. op cit.p.117-118

*anos! Aí num pude plantá na roça, eu tinha minhas criação lá embaixo tudo fui obrigado a vendê todas, umas eu recebi, outras eu já não recebi foi um prejuízo tremendo! Entendeu? E outra, que nós num pedimo pra saí da nossa localidade né... O que acontece é que eles atropela todo mundo...*

*Gisélia: Então a empresa só considerou atingida, ela só negociou com quem tinha propriedade lá?*

*Francisco: É. Eles deram a gente assim um dinheiro, eles pagaram a gente... eles pagaram a gente as benfeitorias. Foi isso... foi isso mais nada, entendeu?*

*Cleonice: Mais nada... A pedreira não deu um centavo dela...*

*Francisco: Num deu um centavo. É do jeito que era lá porque é o seguinte... igual [...] Inclusive na área de terra que nós morava lá nós tinha era quatro nascente de água dentro desse terreno.*

*Cleonice: Era nascente.*

*Francisco: ... Minhas criação se quisesse ir ao rio bebê água bem, se num quisesse ia bebê água na... nas fonte que tinha muita água graças a Deus né. E além disso tinha o rio que minhas criação ia lá... Ela mesma (está se referindo à sua esposa Cleonice) usava água do rio, nós assim pra prepará... lavava roupa e outra, tinha uma ilha de frente da minha casa que as criação podia ficá lá era noventa, era três, quatro mês direto que num tinha “poblema” ...Inclusive quando nós viemo pra qui várias vez nós ficamo sem água aqui. Várias vez chegamo a ficá aqui até quinze dia sem água, viu? Portanto, um dia eles quase me prenderam no Rio Doce...eu saí daqui irado por causa desse “poblema” de água aqui. Quando eu vim vê esse terreno aqui, primeira coisa eu perguntei pra eles... Aí eu falei assim: é o seguinte, tudo bem o terreno é excelente tal e tal, agora eu quero sabê que água ocêns me dão aqui? Eles falaram: “ pra nós num é poblema!” Eu falei assim: pra vocês num pode ser poblema, mas pra nós vai ser mais na frente... Falei: eu queria vê esse terreno se tem alguma nascente de água aqui nesse terreno. “ \_ Mas água não vai ser poblema, cê vai ter água de primeira qualidade viu?” Mas falei assim: como? “– Não, vai ter um poço artesiano”. Eu falei assim: poço artesiano...mas poço artesiano dá manutenção né? É uma bomba, é energia, uma coisa e outra, tudo custa trabalho. Falei não, mas isso tudo é por conta da companhia, tudo por conta da empresa né? De vez em quando a gente fica sem água aí... E aqui a gente num tem serviço pra todos nós aqui dentro e também não tem renda pra isso não, nós não tem renda pra... nós...*

*Cleonice: Aqui num tem renda não... aqui a gente tem, sabe o que que é?*

*Dezoito litro de leite que tem aqui, leite de vaca, nós vive com isso...*

*Francisco: E tudo acontece pra... pra sacrificá a gente. Agora eu soube a questão da terra esse negócio de vinte por cento, nós tamo aí brigando pra vê o que que vai aconçê entendeu?*

*Cleonice: Se eles qué tirá a gente, eles tem que dá um meio de sobrevivência pra gente né não?*

*Gisélia: Hum rum....*

*Cleonice: Tô certa ou tô errada?*

*Gisélia: Tá certa.*

*Cleonice: Eles tem que dá, ué! Eu acho que eles tinha que dá. Como é que nós vão vivê sem salário, sem um pedaço de terra?*

*Francisco: Tem que arrumá uma sobrevivência,uai...E outra coisa que nós tão exigindo dele é arrumá pastage pras nossa criação...e eles pagá, eles se*

*virá e pagá o arrendamento do pasto pra todas as pessoa, pra todos nós atingido aqui.*<sup>99</sup>

Nas narrativas supracitadas podemos perceber o controle das águas como elemento das vivências cotidianas, no passado, e o valor social do rio Doce, para os trabalhadores expropriados. O uso das águas, antes da UHE Candonga, para criar animais, atividades domésticas, parece ter sido subvertido a partir da entrada em operação da barragem, que desorientou as formas costumeiras de uso da água pelas famílias, às margens do rio Doce.

Nessa direção, evidenciam suas lutas no sentido de permanecer com a prática de criar gado, ao mesmo tempo em que indicam que tal prática não tem evitado a privatização de 20% das terras utilizadas para pastagem e requeridas pelas empresas concessionárias para servir de área de reflorestamento, como forma de cumprir uma condicionante do processo de licenciamento ambiental.

Os narradores nos possibilitam refletir sobre a questão dos “efeitos mitigatórios e compensatórios”, como parte de um projeto menos focado em práticas concretas de mitigação dos impactos e mais no cumprimento de uma exigência legal, para obtenção da licença ambiental. O projeto de reflorestamento, apresentado pelas empresas como minimizador dos impactos ambientais advindos da hidrelétrica, maximiza as dificuldades dos trabalhadores em prover o sustento da família, a partir do trabalho na terra.

Além disso, as narrativas do senhor Francisco e senhora Cleonice, embora nos tragam indícios específicos das condições de vida e trabalho, antes e depois da instalação da usina hidrelétrica Candonga, permitem-nos ampliar a reflexão sobre a importância da produção leiteira para as famílias de pequenos trabalhadores rurais da Zona da Mata mineira.

Com o intuito de compreender as condições de vida em São Sebastião do Soberbo, antes da construção da usina hidrelétrica Candonga, como forma de esquivar-me da tentação de me encantar com a idealização do passado, tal como aparece nas fontes orais, busquei travar diálogos com pesquisadores que investigaram os modos de trabalhar dos agricultores da Zona da Mata mineira.

No artigo intitulado “Produção de Leite na Agricultura Familiar”<sup>100</sup>, os autores ofereceram subsídios para a compreensão das características dos modos de trabalho, na agricultura familiar da Zona da Mata mineira, que muito auxiliaram na leitura da narrativa do

---

<sup>99</sup>Entrevista realizada com o senhor Francisco A. P. (54 anos) e Cleonice P., oito filhos, trabalhadores rurais, no dia 29 de janeiro de 2011 na residência do casal na Comunidade do Jerônimo.

<sup>100</sup> ZOCCAL, R.; SOUZA, A.D. de.; GOMES, A.T.; LEITE, J.L. Produção de Leite na Agricultura Familiar. In: <[www.sober.org/palestra/12/090433](http://www.sober.org/palestra/12/090433)>. Acesso em 11 out. 2011.

casal Francisco e Cleonice, pequenos produtores de leite, conforme evidências citadas anteriormente: *Aqui num tem renda não... aqui a gente tem sabe o que que é? Dezoito litro de leite que tem aqui, leite de vaca, nós vive com isso...*<sup>101</sup>

A atividade leiteira, utilizando o trabalho familiar, evidenciada por dona Cleonice como principal fonte de subsistência, pode ser compreendida como um dos elementos de identificação entre os trabalhadores rurais da Zona da Mata mineira, conforme evidenciado por Rosângela Zoccal:

*Nesse estudo foi analisada a situação dos produtores de leite da Zona da Mata de Minas Gerais, classificados como de economia familiar. Foram identificados os sistemas produtivos, as fontes de informações para obtenção de novos conhecimentos, as perspectivas da atividade leiteira e o relacionamento do produtor com o mercado. As análises estatísticas foram realizadas em base aos dados coletados no campo, por meio de entrevistas com produtores de leite. Os resultados permitiram aferir as seguintes características dos sistemas de produção de leite: pequenas propriedades, fácil acesso ao meio urbano, relevo predominantemente de morro [...] Em geral, são produtores com baixo nível de escolaridade que diversificam as atividades para aproveitar as potencialidades da propriedade, melhor ocupar a mão-de-obra disponível, e aumentar a renda [...] Entre os agricultores familiares, a pecuária de leite é uma das principais atividades desenvolvidas, estando presentes em 36% dos estabelecimentos classificados como de economia familiar [...] Minas Gerais é o estado que mais produz leite no Brasil. A produção mineira foi, em 2002, de 6,2 bilhões de litros, o que representava 28,5% da produção nacional e 71% do leite produzido na Região Sudeste... Em Minas Gerais as regiões que mais se destacaram na produção de leite, no ano de 2002, foram o Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (1,5 bilhão de litros), o Sul/Sudoeste de Minas (1,1 bilhão de litros) e a Zona da Mata, que produziu 580 milhões de litros de leite/ano. Nessa região o volume de leite, nos últimos dez anos, aumentou 4,7%... A Zona da Mata de Minas Gerais se caracteriza por apresentar pequenas propriedades. Segundo o IBGE, 78% dos estabelecimentos rurais têm menos de 100 ha. A área das propriedades rurais visitadas apresentaram em média 40 ha, sendo mais comuns áreas de 15 a 30 ha [...] O grau de instrução é mínimo, 59% dos produtores não terminaram o ensino fundamental, e muitos deles sabem apenas assinar o nome... A mão-de-obra feminina assume papel importante em propriedades de economia familiar. É utilizada em aproximadamente um terço dos estabelecimentos. As esposas executam trabalhos relacionados com a ordenha dos animais, fabricação de derivados, como queijos e doces de leite, trato dos animais, lida com os bezerros e limpeza dos utensílios.*<sup>102</sup>

Esse dados, articulados a outros documentos, não nos permitem concluir sobre a existência de uma única experiência de ser trabalhador em São Sebastião do Soberbo e na

---

<sup>101</sup>Dona Cleonice, oito filhos. Entrevista realizada em sua residência, situada na Comunidade do Jerônimo, em 29 de janeiro de 2010.

<sup>102</sup>ZOCCAL, R. et al. op cit, p.1.

Zona da Mata mineira; contudo, são relevantes, porque sinalizam para as dificuldades enfrentadas pelos agricultores em relação à produção leiteira utilizando trabalho familiar. Nisso, o diálogo com Zoccal nos faz avançar. Por outro lado, o diálogo é bastante limitado, sobretudo na forma pela qual os autores interpretam os dados estatísticos pesquisados. A título de exemplo, citam a baixa escolaridade como característica predominante entre os pequenos agricultores que vivem da produção leiteira na Zona da Mata mineira, mas explicam, de forma equivocada, o baixo nível de instrução vivenciado pelos trabalhadores rurais dessa região como empecilho à inovação tecnológica:

*O baixo nível de instrução formal no meio rural é um dos fatores principais que dificulta o processo de inovação tecnológica, e ele cresce de importância quando se verifica a existência de analfabetos[...] Os resultados demonstraram que o nível de conhecimento sobre a pecuária leiteira por parte dos produtores ainda está aquém do ideal. O conhecimento é a primeira fase de um processo de adoção de tecnologia e essa carência limita a modernização da atividade. Por isso, é essencial oferecer aos produtores assistência técnica intensiva que transmita os detalhes da tecnologia. O baixo nível de instrução formal no meio rural dificulta o processo de inovação tecnológica. A televisão é um veículo importante, que atinge a grande maioria dos produtores. Além dela o rádio pode ajudar a disseminar tecnologias de produção de leite, alcançando uma grande parcela dos produtores, considerando que eles têm o hábito de ouvir o rádio durante a ordenha dos animais. A veiculação de um programa de rádio permite atingir maciçamente uma camada de agricultores que tem nesse veículo a única via de informação.*<sup>103</sup>

As limitações da análise dos autores supracitados, quando interpretam as dificuldades vivenciadas pelos agricultores familiares da Zona da Mata mineira, em relação à atividade leiteira, podem ser interpretadas em função da própria formação desses autores, da perspectiva tecnicista que os incitou à pesquisa e da visão liberal com a qual analisam os dados. Rosângela Zoccal, Aloisio Teixeira Gomes e José Luiz Bellini Leite são pesquisadores da “EMBRAPA Gado de Leite” e Antônio Domingues de Souza, outro co-autor do artigo referenciado, é técnico da EMATER.

No artigo, embora contribuam ao evidenciar dados concernentes às condições de trabalho e educação formal dos produtores de leite que se utilizam do trabalho familiar, reduzem a análise dos dados, atribuindo a responsabilidade das dificuldades vivenciadas pelo trabalhador rural na Zona da Mata mineira ao próprio trabalhador, legitimando o discurso liberal presente na sociedade contemporânea, que tende a culpabilizar o pobre pela pobreza, o

---

<sup>103</sup>Idibem, p.3,8,12.

analfabeto pela não alfabetização, o desempregado pela situação de desemprego e a dificuldade de implantarem novas tecnologias, na produção, à situação de analfabetismo.

As narrativas dos trabalhadores rurais de Nova Soberbo não nos permitem reproduzir essa interpretação, impondo-nos a necessidade de problematizar a afirmação difundida pelos autores supracitados de que a dificuldade dos agricultores da Zona da Mata mineira de implantar o processo de inovação tecnológica advém do “baixo nível de instrução no meio rural”.

Sabemos que o “baixo nível de instrução formal” entre os trabalhadores de Nova Soberbo, de forma específica, e da Zona da Mata mineira, de forma geral, não decorre da falta de mérito ou opção de vida. Ao contrário do discurso meritocrático, que ganha força explicativa das desigualdades, na sociedade atual, não é a falta de competência que impediu os trabalhadores de São Sebastião do Soberbo de assinarem o próprio nome, mas a luta diária pela sobrevivência, numa sociedade desigual, concentradora de renda, cujas oportunidades de acesso à educação formal são desiguais, conforme podemos evidenciar na narrativa da senhora Jovina:

*Gisélia: E a senhora estudou?*

*Jovina: Não. O meu estudo foi a enxada, fui criada na roça e não tive... lá no tempo em que eu fui criada não tinha assim escola na roça, tinha que sair longe e longe não tinha condição né? O que o meu pai me ensinou é trabaíá, trabaíá eu trabaiei muito na enxada.*

*Gisélia: Em Soberbo tinha escola?*

*Jovina: Ah, no Soberbo tinha, pros menino. Os meu menino estudô foi eu que pus eles na escola... Aquele que não aprendeu mais, que condição de pagar um estudo pra eles eu não tinha... Eles estudaram um muncadim, cada um tem, num tem muito estudo não, mas pra eles assiná os nome deles todos eles assina, eu não assino nem o meu nome não... Criei assim só no serviço minha fia, não tive estudo, não tive nada. O que eu sei é trabaíá na roça, falá comigo de serviço de roça, as ferramenta minha é enxada e foice. Até pasto eu já batí, até pasto... roçar, cozinar carvão, tudo isso eu sei, só num sei ler. Mas eu já cozинhei muito carvão, já piquei muita lenha. É a gente ia pro mato com meu pai, ele ia picando lenha e nósis “empiando”(leia-se empilhando), cabava de “empiá” nósis ia ajudá ele a picá, foi isso que... eu fui criada dessa maneira. Plantava roça, nósis capinava, nósis quebrava mio(leia-se milho) eu... até eu tinha calo aqui ó de... aqueles balaião que fazia, ocês não sabe disso...Mas nósis fazia aqueles balaião grande, com leitera[sic] assim nas costa do balaio pra num machucá a gente e punha a garrafa... Chegava perto dum, tava com o balaio de “mio” pegava e virava, chegava perto do outro trabaiadô e virava o “mio”... chegava perto... até enchê, quando enchia, a gente descia pra baixo e nas baixada aonde que o carro de boi vinha pegá o “mio” a gente mutuava o milho ali, tudo isso eu já fiz. Essa cacunda que tá aqui que a terra vai comê um dia já fez tudo que era serviço... tudo que ocê pensá que é serviço de roça, tudo eu sei fazê.<sup>104</sup>*

---

<sup>104</sup> Entrevista realizada coma senhora Jovina, 81 anos, aposentada,em Nova Soberbo, dia 27/01/2010.

O acesso à educação formal é pauta de muitas narrativas, nas quais os trabalhadores rurais se referem às dificuldades de cumprir a expectativa do acesso à escolarização, para os filhos e para si próprios. Nesse sentido, a educação formal é referenciada pela senhora Jovina para dizer das dificuldades enfrentadas na vida no campo, no distrito rural submerso de São Sebastião do Soberbo. Ao rememorar a divisão social do trabalho, em São Sebastião do Soberbo, o trabalho feminino é significado, pela narradora, como importante auxílio no sustento familiar, embora constituísse empecilho para a escolarização.

A formação que adquiriu no “serviço de roça” constitui a base de todo seu aprendizado de vida. A afirmação – “*O meu estudo foi a enxada, fui criada na roça*” – nos traz indícios de que a educação no campo, tendo como professor o pai e na enxada e na foice seus instrumentos de aprendizagem, é um elemento comum que identifica os trabalhadores de São Sebastião do Soberbo: *É, a gente ia pro mato com meu pai, ele ia picando lenha e nós “empiando”, cabava de “empiá” nós ia ajudá ele a picá, foi isso que... eu fui criada dessa maneira...*

Interessante perceber que a senhora Jovina não centra sua narrativa apenas nas penosas condições de vida de quem teve, na enxada e na foice, suas principais formas de aprendizagem. Embora se apresente como alguém que não assina nem o próprio nome, ao rememorar o trabalho no campo, “batendo pasto”, cozinhando carvão, picando lenha, empilhando milho, ela se afirma como portadora de saberes que os letrados que a entrevistam (eu e o André) não possuem: “*ocês não sabe disso*”.

Assim, o momento da entrevista constituiu oportunidade de afirmar sua autoridade de transmitir aos letrados conhecimentos que não possuem: “*O que eu sei é trabaíá na roça [...] só num sei ler [...] Essa cacunda que tá aqui que a terra vai comê um dia já fez tudo que era serviço... tudo que ocê pensá que é serviço de roça, tudo eu sei fazê.*” Dessa forma, a senhora Jovina elabora uma contranarrativa capaz de evidenciar as contradições contidas na velha afirmação, ainda em voga na sociedade contemporânea, de que as pessoas que não sabem ler ou escrever são “ignorantes”, ou não têm “cultura”.

Todos esses saberes acumulados pelas diversas experiências de trabalho, valorizados pela senhora Jovina, são desqualificados pelos técnicos da EMBRAPA e EMATER que apresentam os pequenos produtores da Zona da Mata mineira como atrasados em relação à “inovação tecnológica” e às transformações nas atividades agrícola e pecuária, requeridas pela racionalidade técnico-científica: “*o nível de conhecimento sobre a pecuária leiteira por parte dos produtores está aquém do ideal e essa carência limita a modernização da atividade.*”<sup>105</sup>

---

<sup>105</sup>ZOCCAL, R. et al. op cit, p.8.

Nesse contexto, a narrativa da senhora Jovina é bastante significativa porque, ao mesmo tempo em que nos incita a dessacralizar a afirmação do discurso liberal, de que a “educação é um direito de todos”, conduz-nos a problematizar outras duas afirmações, propaladas pelos técnicos da EMBRAPA e da EMATER: a primeira, de que a modernização da agricultura familiar seria capaz de sanar todas as dificuldades vivenciadas pelos trabalhadores da Zona da Mata mineira; e a segunda, de que a falta de acesso à tecnologia advém da baixa escolaridade dos trabalhadores ou de um suposto desinteresse desses sujeitos na inovação tecnológica, em modernizar suas práticas agrícolas.

Aliás, o argumento do baixo uso tecnológico, nas propriedades dos agricultores na Zona da Mata mineira, emitido pelos técnicos da EMBRAPA e EMATER, foi reiterado pelas empresas concessionárias, somado a outros, como a afirmação de que as terras são de qualidade ruim e a agricultura de baixa produtividade, sem relevância, do ponto de vista econômico, para justificar as desapropriações dos agricultores familiares.

Essa agricultura familiar, de acordo com Irene e Ivo Jucksch<sup>106</sup>, é desvalorizada “*pelos levantamentos físicos da região, que compõem os EIA-RIMA, realizados com o propósito de construção das barragens:*”

*Na ótica desses relatórios, a região é estagnada e a agricultura nela desenvolvida é atrasada e sem valor econômico considerável [...] os relatórios depreciam a agricultura e a relação desenvolvida pelos habitantes da área e seus ambientes subestimam os efeitos da construção das barragens sobre as atividades produtivas, favorecendo assim o empreendedor.*<sup>107</sup>

Dessa forma, as explicações dadas pelos técnicos da EMBRAPA e EMATER, corroboradas pelos empreendedores, na formulação dos relatórios de impacto ambiental, ofuscaram a realidade classista e a desigualdade de acesso aos bens produzidos na sociedade brasileira, além de atribuir um sentido positivista à tecnologia, como redentora dos males sociais. As desestruturações dos modos de vida, a partir do grande empreendimento tecnológico Candonga, referenciadas nas narrativas dos trabalhadores que as vivenciaram, não

---

<sup>106</sup>Irene Maria e Ivo Jucksch, ambos professores do Departamento de Solos da UFV, analisaram os ambientes naturais da Zona da Mata mineira a partir da forma como são caracterizados nos EIA/RIMAs das UHEs de Cachoeira Grande(município de Canaã), Cachoeira da Providência(município de Pedra do Anta), Pilar (Guaraciaba e Ponte Nova), auxiliando-nos na compreensão não apenas dos aspectos físicos predominantes na região, mas sobretudo das formas “*como os agricultores manejam e usam estes ambientes*”.( Cf. CARDOSO, I.M.; JUCKSCH, I. Análise dos Ambientes Naturais da Zona da Mata Mineira Estudados em Projetos Hidrelétricos. IN: ROTHMAN, F.D. *Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens*.Viçosa, MG: UFV, 2008. p.220.)

<sup>107</sup>Idem.

nos permitem continuar olhando para tecnologia e modernização agrícola como caminhos para a redenção social.

Com a preocupação de aprofundar a compreensão sobre as condições de trabalho e vida em São Sebastião do Soberbo, no passado, pude encontrar, na biblioteca da Universidade Federal de Viçosa, dois trabalhos significativos<sup>108</sup> na expectativa de investigar e situar melhor o mundo dos trabalhadores da Zona da Mata mineira, nas décadas anteriores à construção da UHE Candonga.

O mais significativo, para a reflexão aqui realizada, de autoria de Kongolo Mukole<sup>109</sup>, permite-nos acompanhar a situação econômica e social dos agricultores que, naquele momento, constituíam-se o público alvo do PRODEMATA (Programa de Desenvolvimento Integrado da Zona da Mata de Minas Gerais).

De acordo com o autor, tratava-se de um programa vigente no período compreendido entre os anos de 1976 e 1985 e “*implementado com a finalidade de aumentar a renda agrícola e não-agrícola dos agricultores da região, a fim de trazer mudanças nas condições de vida da população rural.*”<sup>110</sup>

A partir da interpretação realizada por Mukole, com base nos dados do IBGE, é possível problematizar a idealização do passado, em São Sebastião do Soberbo, construída nas narrativas dos trabalhadores, que partem da construção de Candonga para elaborar suas experiências. O distrito de São Sebastião do Soberbo, embora significado como o “lugar da abundância”, deve ser inserido na conjuntura vivida pela população rural da Zona da Mata, nos anos de 1970 e 1980:

*A população da Zona da Mata de Minas Gerais, em 1980, era de 1.644.500 habitantes, dos quais, em média, 50% residiam no meio rural (quadro I)...*

*A estrutura fundiária da região pesquisada caracteriza-se pelas pequenas propriedades, das quais as que têm área de até 50 hectares constituem 79,70% do número total e ocupam 27,90% da área total. Por outro lado, verificou-se que 20,30% das propriedades da região encontram-se na faixa*

<sup>108</sup> OLIVEIRA, Evonir Pontes de. *A importância do café na formação da renda agrícola na Zona da Mata, MG*. Dissertação (Mestrado). Departamento Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG. 1985. MUKOLE, Kongolo. *Distribuição de renda de agricultores da Zona da Mata, MG – 1977/1984*. Dissertação (Mestrado). Departamento Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 1984. A dissertação de Evonir Pontes de Oliveira, embora seja coerente aos propósitos do autor de investigar a “importância do café na formação da renda agrícola na Zona da Mata mineira”, não contribuiu significativamente para o desenvolvimento de minha pesquisa, uma vez que o foco de Oliveira consistiu em estudar muito mais o retorno da “cafeicultura” ao Estado de Minas Gerais, na década de 1970, do que as condições de vida dos trabalhadores ligados a essa atividade econômica.

<sup>109</sup> MUKOLE, Kongolo. *Distribuição de renda de agricultores da Zona da Mata, MG – 1977/1984*. Dissertação (Mestrado). Departamento Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 1984.

<sup>110</sup> MUKOLE, K. op cit.(*Extrato, vi*)

*de área superior a 50 hectares e ocupam, correspondentemente, 72,10% da área total.*

*Pode-se dizer que a agropecuária é um dos principais setores produtivos da Zona da Mata, MG, visto ser responsável por cerca de 80% da oferta de emprego e 45% da renda total. Entre as culturas temporárias encontradas nessa região destacam-se o milho, o arroz, o feijão e a cana-de-açúcar, além do fumo, em menor proporção, que entra nessa lista de culturas temporárias, apesar de fazer parte de apenas uma microrregião, a Mata de Ubá. Na maior parte das propriedades, a produção de arroz, feijão e milho é destinada à subsistência, sendo a parcela restante comercializada nos mercados.<sup>111</sup>*

Os dados econômicos e sociais evidenciados pelo autor são elucidativos dos altos índices de concentração de terra e desigualdade, nas décadas de 70 e 80 do século passado, o que, por sua vez, continua a permear as experiências dos trabalhadores rurais na Zona da Mata mineira, “*região que possui a maior concentração de pequenas propriedades(em torno de 90% delas com menos de 100 ha) do Estado de Minas Gerais*”<sup>112</sup>.

Nesse sentido, permitem-nos colocar em movimento as imagens idílicas construídas sobre a vida em São Sebastião do Soberbo, ao evidenciarem que as clivagens de classes e as dificuldades de sobrevivência não eram elementos desconhecidos das vivências, no antigo povoado.

A dissertação de Mukole instiga a confrontar suas interpretações com os dados do IBGE<sup>113</sup> sobre os modos de vida em Santa Cruz do Escalvado, no tempo presente, visando compreender, mais especificamente, a situação socioeconômica dos trabalhadores expropriados, em decorrência da usina Candonga.

Para lidar com os dados do IBGE, busquei inspiração nos caminhos teórico-metodológicos percorridos por Sader<sup>114</sup> e Anita Schlesener<sup>115</sup>, que apontam questões pertinentes à prática do historiador diante de dados estatísticos. Ambos chamam atenção para

<sup>111</sup>Ibidem, p.5-8.

<sup>112</sup>CARDOSO, Irene Maria; JUCKSCH, Ivo. Análise dos Ambientes Naturais da Zona da Mata mineira estudados em Projetos Hidrelétricos. In: ROTHMAN, Franklin Daniel et al. *Vidas Alagadas – conflitos socioambientais, licenciamento e barragens*. Viçosa, MG: UFV, 2008. p.223.

<sup>113</sup> A pesquisa dos dados do IBGE foi colocada, pelos professores e colegas do doutorado, durante o curso da disciplina Seminário de Tese I, como caminho importante de pesquisa, no sentido de problematizar uma recorrência nas entrevistas, com os trabalhadores expropriados, de idealizar o passado vivido em São Sebastião do Soberbo, antes da construção da usina hidrelétrica de Candonga.

<sup>114</sup>SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

<sup>115</sup>SCHLESENER, A.H. *Hegemonia e Cultura: Gramsci*. Curitiba: Ed. UFPR, 2007.

o fato de que os números não devem ser encarados como ‘leis supremas’, pois: “*Em qualquer caso que se empregue a estatística, os números têm apenas um valor instrumental, como uma margem de medida para mostrar a correlação de forças em um dado momento político.*”<sup>116</sup>

Influenciada pelos procedimentos teórico-metodológicos sinalizados por Portelli, diante de dados estatísticos, não pretendi elaborar “médias”, mas o propósito foi indagar sobre o “horizonte de possibilidades” vividas ou desejadas em relação à educação, à renda familiar, ao direito de tirar o sustento valendo-se do trabalho, em São Sebastião do Soberbo, sinalizado pelos números. Nesse sentido, ao pesquisar dados do IBGE sobre condições econômicas e sociais, não tive o intuito de exorcizar a subjetividade do processo investigado, pois parto do pressuposto de que os métodos da análise estatística possuem “*uma grande dose de abstração quanto à realidade*”<sup>117</sup>.

Os dados permitem inferir sobre outra construção desse passado, que aparece idealizado em algumas narrativas, e questionar sobre o que significa, para o trabalhador pobre que vivia em São Sebastião do Soberbo, sentir-se perdedor, em Nova Soberbo. Vejamos alguns dados esclarecedores das condições de vida e acesso à educação, em Santa Cruz do Escalvado, para pensar essa questão:

De acordo com a tabela referente à “População e Domicílios do censo 2000 com Divisão Territorial 2001”, a população total de Santa Cruz do Escalvado era de 5.378 habitantes, sendo que São Sebastião do Soberbo constituía um de seus três distritos. As principais atividades e campos de trabalho giram em torno da Agricultura e Prestação de Serviços.

No que diz respeito ao acesso à Educação, os números são estarrecedores e vêm reiterar as narrativas dos trabalhadores, que dão visibilidade à exclusão em que muitos moradores se encontram, no que diz respeito à educação institucionalizada. Embora a Constituição Federal, no capítulo 5º, afirme que a “Educação é um Direito de Todos”, em Santa Cruz do Escalvado ela ainda representa, na prática, o direito de uma minoria. Dos

<sup>116</sup> Ibidem, p.9.

<sup>117</sup> Alessandro Portelli, em seu texto “A Filosofia e os Fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais”, nos possibilita lidar com os dados estatísticos de forma menos idealista e ingênuas, pois aponta os limites que existem nos métodos estatísticos. Contrariamente à perspectiva de que tais métodos têm uma dimensão concreta e objetiva, Portelli afirma que é impossível tirar, dos dados estatísticos, “fatos”, pois nem sempre eles se mostram fiéis à experiência histórica. Interpretando a história de Frederick Douglass, escravo nascido em Maryland em 1817, que, após fugir, tornou-se orador muito solicitado, pela persuasão com que narrava suas experiências como escravo, problematiza os métodos estatísticos, pretensiosamente objetivos. Segundo Portelli, calculavam que os escravos eram açoitados uma média de 0,7% vezes por ano. No entanto, o autor evidencia o alto grau de abstração dessa análise, na medida em que comporta “*um risco sério de falsificação: pois, apesar de tudo, é literalmente impossível açoitar uma pessoa 0,7 vezes.*”

estimados 5.378 habitantes, apenas 2,67% da população santacruzense têm mais de 11 anos de estudos.

Esse dados contêm, em si, um alto grau de abstração, pois não se encontram, neles, referências sobre quem são essas pessoas e como elas significam o acesso a eles ou a ausência deles, no que concerne à educação formal. Contudo, permitem evidenciar o restrito “horizonte de possibilidades” dos trabalhadores de Santa Cruz do Escalvado, em relação ao acesso à educação formal, pois, num total de 5.378 habitantes, 114 pessoas têm entre 11 e 14 anos de estudos e apenas 30 pessoas têm mais de 15 anos de estudos.

O mais alto nível de escolarização alcançado pela maior parte da população de Santa Cruz do Escalvado – 36,53% do total de habitantes – está entre quatro e sete anos de estudo. Para piorar, há ainda aqueles que nunca tiveram acesso à educação (cerca de 704 habitantes), e os 1.235 que tiveram acesso a, no máximo, três anos de estudos.

Embora os trabalhadores focalizem as mudanças, em seus modos de vida, a partir da obra Candonga, as estatísticas do IBGE referentes à demografia, articuladas às narrativas, evidenciam que já experimentavam essas alterações, antes mesmo da implantação da usina.

Vejamos alguns dados populacionais em Santa Cruz do Escalvado, para questionarmos sobre os processos sociais que eles evidenciam:

Há um decréscimo populacional de 19,19%, evidenciado pelo IBGE<sup>118</sup>. A população, em 2007 (cerca de 5.193 hab.), é resultante de um decréscimo a partir dos anos 1991 (cerca de 6.426). Nas entrevistas realizadas, é possível encontrar respostas que nos ajudam a explicar, parcialmente, esse decréscimo populacional. Há referências constantes à migração, como constitutiva da experiência dos trabalhadores pobres, desde a década de 70 do século passado.

A entrevista realizada com o senhor João Bosco, no dia 17/07/2009, é representativa das condições de trabalho que eram vivenciadas em São Sebastião do Soberbo. Sua narrativa nos permite romper com a romancização do passado ao indicar, por exemplo, que a experiência da migração não é resultante da usina, mas acontecia antes, embora, com a implantação da UHE Candonga, adquiriu outra lógica.

Enquanto passava a fita de vídeo que ele produziu, no dia 03/05/2004, quando da operação policial para transferência das famílias que persistiam em continuar em São Sebastião do Soberbo, mesmo após ordem de despejo, João Bosco contou-me que ali viveu até 1977, quando migrou para Ipatinga, em busca de melhores condições de trabalho:

---

<sup>118</sup>De acordo com o último censo (2010), a população de Santa Cruz do Escalvado continua em processo de decréscimo, totalizando 4.992 habitantes, dos quais 65,34% foram identificados como residentes em área rural. O percentual de decréscimo populacional indicado pelo censo de 2010, se comparado com os dados do IBGE de 2007, é de, aproximadamente, 7,18%.

*Gisélia: Deixa eu te perguntar... você foi pra São Sebastião de Soberbo, cê tinha qual idade?*

*João: Eu tinha sete ano mais ou meno.*

*Gisélia: Aí cê casou lá? Como foi?*

*João: Dos sete ano aí eu fiquei aqui plantei roça de tudo mais meu pai, aí depois eu fui trabalá na usina. Aí quando eu tava com... vinte ano aí que eu fui chamado pra Ipatinga pra ir trabalá lá.*

*Gisélia: Aonde cê foi trabalhar?*

*João: Na Usiminas... Na Usiminas*

*Gisélia: Ah...*

*João: Uma das melhó companhia aqui de Minas Gerais... Aí depois essa minha esposa também, com o pai dela, tudo morava aí, foi lá na casa de mãe falô que queria namorá comigo e coisa e tudo... aí eu aceitei... e depois foi acontecendo uma porção de coisa complicada.*

*Gisélia: Ah... então o senhor viveu em São Sebastião do Soberbo dos sete aos vinte anos?*

*João: É...*

*Gisélia: Você chegou a estudar lá em Soberbo antigo?*

*João Bosco: Estudei sim, só que eu estudei pouco, só até o quinto só, mas mesmo assim quando Deus opera na vida da gente é muita coisa... quando eu fiz o teste pra Ipatinga em trezentas e cinquenta pessoas e a maioria com curso superior... passô só trinta e cinco pessoas... até o povo lá ficou revoltado: "não tô entendendo esse camarada não, ele tem só o quinto ano e passô e nós num passamo."*

*Gisélia: Cê trabalhava em qual parte da Usiminas?*

*João Bosco: Eu trabalhava no... no espaço do... na parte onde é que fazia as placa, aí eu trabaiei vinte ano fazendo aquela parte onde é que as placa vinha com defeito cê tinha que pegá o maçarico e tirá os defeito da placa, e depois, quando interô quinze ano que eu tava nela, aí eu pedi o chefe pra mudá eu de serviço, eu não tava aguentano porque o serviço é muito quente, muito complicado. Aí eles falô que ia arrumá outro serviço pra mim, aí me passô pra ponte rolante, a ponte que pega as placa, que vira elas... que coloca... aí eu trabaiei mais doze. Quando foi em 99 ... 98 quando o Lula foi passá a aposentadoria pra 65 anos de idade... quando cê trabaia na área insalubre... eu tinha direito de aposentá com 70% aí eu entrei com os papel, aí ele falô que eu tinha que trabalá mais pelo meno meio ano numa área comum... Quando eu trabalhava aqui na usina, eu tinha cadastrado em Ponte Nova, aí eu vim que eu tava de férias pra vê se o tempo que eu trabaiei aqui, se o cadastro servia pra mim entrá com os papel. Aí eu vim aqui conversei com o gerente lá em Ponte Nova ele falou assim: "não, pego sim, pode dexá que eu atesto"... Peguei os papel e levei. Quando fez um ano que os papel tava lá eu tava até de férias aqui... aí com poco a ex-muié ligô pra mim e falô: "Ó seu chefe falô que não tá te entendeno não"... Aí eu falei: num tá entendendo porque? ... "Uai, chegô um papel aqui que já tem um ano que cê tá aposentado, é pro cê vim pegá o dinheiro aqui" ... Aí que eu fui lá... mas mesmo assim eles não queria que eu aposentasse, de jeito nenhum. Ficô inventando uma porção de coisa assim pra atrapaiá, pra mim não aposentá.*

*Gisélia: O senhor foi pra Ipatinga em que ano, o senhor lembra?*

*João Bosco: Em 77.*

Podemos tomar essa interpretação das experiências de trabalho do senhor João Bosco para refletir sobre a trajetória comum de muitos trabalhadores da Zona da Mata mineira, que

iniciavam uma vida de trabalho na agricultura familiar e, posteriormente, nas usinas de cana-de-açúcar na região. É válido ressaltar que, na década de 1970, Ponte Nova era centro açucareiro da região, e as usinas absorviam quantidades significativas de trabalhadores, em São Sebastião do Soberbo e povoados rurais vizinhos.

O movimento de migração em busca de trabalho, evidenciado pelo senhor João Bosco, compôs o universo cultural de outros trabalhadores, que compartilharam condições e experiências comuns.

A narrativa da senhora Maria, sobre a qual me debruço, no próximo capítulo, permite entrever que a migração não é uma experiência vivenciada pelos trabalhadores de São Sebastião do Soberbo apenas no momento da construção da UHE Candonga, mas antecede a ela. A narradora nos traz indícios de que a migração não finaliza com a construção da usina, mas se intensifica, uma vez que as promessas de trabalho e construção de creche, na área do reassentamento, feitas pelas empresas concessionárias Vale do Rio Doce e Novelis, não foram cumpridas. É do que tratarei, no capítulo seguinte.

## **Capítulo 2: “Entrada Proibida. Propriedade Particular Consórcio Candonga”: a reativação econômica e suas incertezas.**

Ao longo de toda a tese, no diálogo com as narrativas dos trabalhadores, percebemos que as incertezas em relação à sobrevivência, no tempo presente, tornam a temática da reativação econômica uma constante, em suas falas. A reivindicação pela instalação de empresas evidencia a condição de vida do trabalhador rural na Zona da Mata mineira, sinalizando que o trabalho na agricultura de subsistência tem-se mostrado tão insuficiente, que a instalação da “fábrica de vassoura” é vista por muitos trabalhadores como uma alternativa possível para sobreviver:

*Gisélia: E aí quem foi lá negociar com a senhora, na época? Foi alguém negociar com a senhora, como que foi assim?*

*Maria: Aí foi o consórcio, né. O consórcio que foi...o pessoal do consórcio.*

*Gisélia: E o que que eles falaram pra senhora, na época?*

*Maria: Ah, eles falaram ...assinô o Soberbo né com o... o prefeito conformô...tiveram aquele dia...*

*Marilza: Que ia ter uma vida melhor, que ia ter emprego...*

*Maria: É, que ia ter emprego... “cachorrada”... Que ia fazê uma fábrica aqui pra nós trabaiá, que ia fazê isso, ia fazê aquilo, creche...tudo. Aí...todo mundo ficô: “ah, agora nós vão arrumá emprego, arrumá emprego pra todo mundo aqui, serviço pra todo mundo, emprego pra todo mundo, fábrica é de “vassoura”, as mãe solteira tudo vai ter... vai por as criança na creche, vai dá serviço pra elas trabaiá...ah, deu! Promessa...*

*Marilza: só promessa,né...e a água? Fala com ela sobre a água...*

*Maria: A água, coitada! Hum...a água ruim que só vendo aqui. Pra tomá ninguém agüenta tomá ela... Muita gente sente... Meu sobrinho ali ó, logo depois que ele, nós veio pra aqui, apareceu uma aguazinha ali no barranco ali e deu uma biquinha d’água...Mas, eu sei que apareceu uma biquinha d’água aí, todo mundo pegô a “panhá”. Agora minha fia, depois que cabô... a água desapareceu. Desapareceu, nós fiquemo tudo aborrecida comprando água.*

*Silvio (sobrinho da dona Maria interveio): Tem um rapaz que trabalhô, que tá trabalhando aí, tomô ela, fez muito mal pra ele sabe. Eu, eu não tomo ela de jeito nenhum. Eu vou falá com cê a verdade, nem lavá cabelo, nem cabelo eu lavo com ela.*

*Maria: Eu sei minha fia, que a água num é boa não.*

*Gisélia: e aí o pessoal do consórcio prometeu...*

*Maria: Prometeu muito serviço, prometeu tanta coisa aí...Nós veio pra cá oh, e ficô... Diz que eles vai dá um pedacim de terra lá naquele alto lá, acho que um lotezim pra plantá, mas ninguém tá plantando nada não. O povo tá tudo desanimado, a terra muito ruim também né. Tá tudo desanimado, quase ninguém tá fazendo nada aí não. Meus filho foi pra fora.*

*Gisélia: Mas, seus filhos foram pra fora antes de vir pra cá, ou eles...*

*Maria: Antes. Meus menino foi antes. Depois que eles veio, que eles assinô aí, mas eles já tava tudo fora.*

*Gisélia: Mas, os seus filhos moraram em Soberbo com a senhora?*

*Maria: No princípio morô né, quando eles tava novo. Mas, quando...depois que o consórcio veio fazê aí eles já tava tudo fora, trabaiando. Já tava*

*casado, tava tudo fora, trabalhando. Minha menina tá em Belo Horizonte, eu tenho era quatro filho, Deus levô um, ficô três agora.*<sup>119</sup>

Além disso, a narrativa da dona Maria traz evidências de que o deslocamento para outras áreas, inclusive para centros urbanos, já era experimentado pelos trabalhadores, no passado, em São Sebastião do Soberbo, hoje submerso. A diferença é que, a partir da hidrelétrica Candonga, esse deslocamento passa a ser significado não como uma iniciativa que partia dos próprios sujeitos, como estratégia de sobrevivência ou busca de melhores condições de vida, mas como ação forçada por grupos capitalistas, subsidiados pelo Estado, conforme evidenciado pela senhora Eleonora, ao se referir à saída do seu filho da casa em que residia, em Nova Soberbo:

*Esse lugar aqui não serve pra pessoa...pra esses...tem tantos rapazim novo pras rua afora a toa, porque não tem, não tem sobrevivência aqui, não tem um meio entendeu? [...] Num tem serviço pra trabalhá, meu marido fica lá ó coitado, fica cortando uma cana, ô minha fia ele faz bico, ele é aposentado, mas o salário que ganha quattrocentos e pouco reais num dá né minha fia? Eu tenho uma menina comigo dentro de casa né, tinha um menino comigo coitadinho teve que ir embora porque não tem serviço aqui sendo que nós lutô tanto no MAB pra podê eles por uma fábrica de qualquer coisa aqui pra nós e eles não puseram.*<sup>120</sup>

Outros pais, além da senhora Eleonora, parecem se ressentir diante da situação dos seus filhos que, sem alternativas de trabalho no local de reassentamento, se veem sempre na iminência de migrar. Uma recorrência nas narrativas dos pais é o desgaste entre os vínculos familiares, após a transferência para Nova Soberbo, apontando uma ruptura entre local de trabalho e local de se viver, anteriormente circunscritos nas imediações do núcleo familiar:

*Francisco: Aqui num dá um alqueire de terra, eu tenho minhas criação que segura a barra um pouco aí...pouco ou muito, mas ajuda um pouquinho. Pouco porque meus filho num tem serviço, num trabalha fichado, não tem serviço fixo né.*

*Cleonice: as meninas num tem...*

*Francisco: num tem...*

*Gisélia: Todos trabalham aqui com vocês?*

*Cleonice: Hum rum...*

*Francisco: Tem meus menino aqui, quattro...*

*Cleonice: Na verdade assim eles vai pra fora daqui né, quando eles num acha...*<sup>121</sup>

---

<sup>119</sup>Entrevista realizada com a senhora Maria , em sua residência em Nova Soberbo/MG, no dia 16 de julho de 2009.

<sup>120</sup>Entrevista realizada com a senhora Eleonora, em sua residência em Nova Soberbo/MG, no dia 16 de julho de 2009.

<sup>121</sup>Entrevista realizada com o senhor Francisco e a senhora Cleonice no dia 29 de janeiro de 2010.

A narrativa da senhora Eleonora é representativa da situação de incerteza vivida pelos pais, em relação às perspectivas de futuro dos filhos, e evidencia histórias compartilhadas com outras famílias. Embora rememore sua trajetória pessoal, apresenta indícios que se fazem presentes em outras memórias, como naquelas elaboradas pelo casal Josemar e Neuza, ao refletirem sobre as possibilidades de vida presente e futura para os filhos:

*Neuza: Aqui não tem atividade nenhuma pros menino brincá com nada, aqui num tem nada de menino brincá, num tem atividade nenhuma né. Em Rio Doce igual tem banda de Rio Doce, em Santa Cruz tem uma banda pra tocá, aqui num tem nada... Então tudo que a gente precisa tem que ser em Rio Doce, porque nada aqui eles num colocaram pra gente fazê...*

*Josemar: É, ela pensa...igual ela tá pensando no caso dos menino brincá, eu já acho que ela tá certa, tem que ter uma área de lazer, mas no futuro se num tiver uma pequena indústria, um troço, alguma coisa pra pessoa fazê no futuro, como que vai ser a vida aqui no Soberbo? Já tem sete ano, igual eu tô falando, tem sete que a gente mudô pra qui e num tem praticamente nada pro futuro, a gente num vê nada, a num ser negócio dos cabrito, dos galinheiro que também não é muita coisa, num tem nada. Então os meu filho, os filho dos outros né, daqui 15, 20 anos eles vão fazê o que? Eles vão pra onde? Então é isso que a gente tava...preocupado com isso. Porque eu já tenho 44, eu já tô é indo, agora tem meus filho que daqui uns ano tem que estudá, melhorá a escola deles, mas num tem nada pra fazê, vai ter que ir embora! Isso é o que eu vejo...pelo que eu vejo e num sei se alguém vê, que daqui mais uns 10 ano ou 15 vai podê morá aqui só aposentado, porque num tem nada, um meio de sobrevivência num tem. Que ocê olhando assim tá muito bom, Soberbo asfaltado né, bonito, limpo, mas um meio de sobrevivência é zero, num tem mesmo!<sup>122</sup>*

Conforme evidências das narrativas, para as famílias, a lógica que perpassa a migração, a partir desse momento, não é mais a reprodução da vida, mas a do capital, fundamentada no objetivo de maximização de lucros para empresas privadas.

Pode-se dizer que a migração constitui terreno comum que, desde muito cedo, era experimentada pelos trabalhadores de São Sebastião do Soberbo, possibilitando uma identificação entre eles. A narrativa do Tiago, um jovem de 22 anos, é elucidativa para pensarmos como se situa diante das possibilidades de trabalho a que estão sujeitos os jovens em Nova Soberbo. As memórias sobre a migração estão associadas à construção da hidrelétrica. A primeira foi vivida aos 14 anos, quando saiu de São Sebastião do Soberbo para Nova Soberbo. Dali em diante, as idas, de Nova Soberbo para as grandes cidades, parecem ter-se transformado numa “peregrinação” constante em sua vida:

*Gisélia: Quando você veio pra cá (Nova Soberbo), cê tinha quantos anos?*

*Tiago: eu tinha, eu tava com 14...eu tava fazendo 14 anos, tava com 14 anos...*

---

<sup>122</sup>Entrevista com o casal Josemar e Neuza, no dia 25 de janeiro de 2010, em Nova Soberbo.

*Gisélia: E você estudava lá?*

*Tiago: Estudava. Parei na 8<sup>a</sup> né, eu comecei aqui, aí depois eu tive, eu fui pra fora...e voltei de novo há pouco tempo agora...*

*Gisélia: Você foi pra onde? quando cê foi pra fora?*

*Tiago: Pra Ipatinga. Aí depois fiquei um tempo em São Paulo e voltei pra cá de novo, aí comecei esse projeto do Consórcio aí, só que tá no fim né, porque pra mim tá pra acabá porque eles não vão renová com a gente tal esses negócio aí...Aí vô ter que saí de novo pra fora...<sup>123</sup>*

*Gisélia: qual que é o projeto do Consórcio?*

*Tiago: É... serviço deles aí que arrumaram pra gente aí, lá eles falô na reunião que ia ficá por muito tempo, aqui eles já conversa totalmente diferente com o povo, entendeu? Igual nós que tá sendo o último contrato nosso ali, e eles não estão querendo renovar com a gente entendeu? E eles falaram que ia ser pra sempre o serviço aí. Vô ter que vazá pra fora! Aí né, Marcelo mesmo(Marcelo é representante do consórcio)... Aí teve uma última reunião lá eles fala que o serviço vai continuá, esses negócio, aí aqui já fala pra gente que num vai, que vai dispensá todo mundo. Então não dá pra entendê.*

*Gisélia: E qual é seu serviço aqui no Projeto?*

*Tiago: Ali eu sou vigia, eu trabalho de segurança.*

*Gisélia: Na Associação[dos Moradores de Nova Soberbo]?*

*Tiago: é, na Associação. Aí ele(está se referindo ao Marcelo, do consórcio) falou que iria talvez renovar com a gente, só que agora já num vai mais. Aí tem uma turma do lago(está se referindo aos jovens que trabalham na limpeza do lago), aí também que eles ia fazê um contrato com eles até 2016 já não fizeram. Ia fazê pra dois anos, agora já num vai mais. Já fechô contrato com eles pra um ano, entendeu? E todo mundo, alguns acham que vai tê que acabá também entendeu...esses projeto vai ser por algum tempo esses negócio aí, depois eles vão metê o pé e vai saí todo mundo fora...<sup>124</sup>*

Podemos perceber que, para além da questão das perdas, o processo de transformações é vivido por este jovem como possibilidade de permanecer em Nova Soberbo, trabalhando como vigia no projeto de reativação econômica. No entanto, essa expectativa de futuro parece se frustrar, no tempo presente, diante das incertezas quanto à renovação do contrato, por parte das empresas concessionárias: “Igual nós que tá sendo o último contrato nosso ali, e eles não estão querendo renovar com a gente entendeu? E eles falaram que ia ser pra sempre o serviço aí...”

Quando o Tiago afirma “Vô ter que vazá pra fora”! significa a migração não como opção de vida, mas como fruto da impossibilidade de permanecer em Nova Soberbo. O projeto de continuar trabalhando em Nova Soberbo, lugar que reconhece como “seu”, converte-se numa aspiração que está se esgotando, para ele e outros jovens que tiveram suas demandas por trabalho parcialmente atendidas pelas empresas concessionárias e devolvidas sob a forma de contratos temporários de trabalho, na limpeza do lago e na vigilância da Associação de Moradores de Nova Soberbo.

<sup>123</sup>Entrevista realizada em Nova Soberbo, dia 15/12/2012.

<sup>124</sup> Entrevista realizada com Tiago, 22 anos, em Nova Soberbo, dia 15/12/2012.

Ao ser indagado sobre suas preferências entre trabalhar em Nova Soberbo ou a possibilidade de sair em busca de novas condições de trabalho, o narrador evidencia que sua aspiração é recompor, no presente, as relações familiares e sociabilidades do passado:

*Gisélia: Você falou que já saiu duas vezes, né...*

*Tiago: Duas vezes...*

*Gisélia: E você saiu porque...*

*Tiago: num tinha um serviço aqui. Aí eu vim, vim de São Paulo pra cá, porque eu sou assim sinto falta de pai, de mãe, eu fico lá um ano, volto de novo, fico um tempo aqui depois saio de novo. Aí apareceu esse serviço aí, aí eu deixei de ir pro Paraná, entendeu, porque apareceu esse serviço aí. Eu achei que ia ser longo, que num iria acabar mais, igual eles tava falando, entendeu, que eles tava com um projeto de frigorífico aí, que Zé (do MAB) tava na briga com eles aí... e que ia durá pra sempre. E agora já tá no fim e aí eu vô ter que sair de novo, porque num vai ter mais serviço.*

*Gisélia: Mas, por exemplo, se você tivesse a oportunidade de trabalho aqui[em Nova Soberbo] você preferia ficar aqui do que sair?*

*Tiago: É, ficaria aqui porque aqui é muito tranquilo né, entendeu? Num tem...você sai de boa, aqui eu entro dentro de casa de noite. Cidade grande a gente sai sem saber se vai voltar uai, muito movimento, entendeu? Então se tivesse serviço aqui a gente ficaria sem nenhum problema. Não é só a mim não, é um monte de jovem aqui que tá saindo pra fora, alguns que trabaia fora tudo queria voltar, só que eles num sabia se esse serviço iria pra sempre, porque se durasse pra sempre tinha certeza que muitos voltava de novo entendeu, porque aqui é mais tranquilo... Igual lá fora todo mundo ganha bem, só que aqui é mais tranquilo, cada um quer ficá é na sua casa mesmo, trabalhando no lugar mesmo, cê entendeu?<sup>125</sup>*

Ao rememorar a vulnerabilidade e incertezas que marcam a vida dos jovens em Nova Soberbo, o narrador traz indícios dos elementos que ele valoriza do passado – os referenciais familiares e valores – que se mostram ameaçados diante da saída de Nova Soberbo para as grandes cidades.

O temor de se viver nas grandes cidades – “*Cidade grande a gente sai sem saber se vai voltar uai, muito movimento, entendeu?*” – associado ao apego aos costumes e à vivência junto ao núcleo familiar, num ambiente que, segundo ele, é “*mais tranquilo*”, inibe sua disposição para aventurar-se na “*cidade grande*”, mesmo sob o atrativo de que “*lá fora todo mundo ganha bem*”.

Interessante perceber, na sua narrativa, como as perdas se cruzam às expectativas de concretização do projeto de um frigorífico ou à continuidade do trabalho de vigia. O problema maior, evidenciado pelo jovem Tiago, não é tanto a perda das terras e o acesso ao rio, mas o desemprego, que é apontado por ele como um grande problema vivenciado pelos jovens no interior de Minas Gerais:

---

<sup>125</sup> Entrevista realizada com Tiago, 22 anos, em Nova Soberbo, dia 15/12/2012.

*Entrevistador: Uma questão assim que a gente queria esclarecer com os jovens é a respeito de como que era a perspectiva de emprego antes, e como que é hoje...*

*Tiago: Cara, eu vô te falá pro cê que no interior, pra jovem, num tem esse negócio de serviço entendeu? Cê tem o seu terreno, tem a plantação, então no Soberbo Véio...cada um mexia com ouro esses negócio, com ouro tirava muito mais dinheiro do que aqui do jeito que a gente tá ralando. Só que seria bom se esse serviço fosse pra sempre, já que não vai ser entendeu? Porque eu penso, na minha ideia, que não vai ser, entendeu... Os outro fala assim que vai acabá...e depois se acabá, acabou uê, num tem como a gente trabalhá aqui, num tem empresa, num tem nada, então tem que saí pra fora pra trabalha, uê! No Soberbo não, no Soberbo todo mundo mexia com sua plantação, cada um tinha sua roça, tinha...plantava, mexia com seus negócio, entendeu, então tinha como sobreviver...tinha seus pé de fruta, tinha tudo. Agora mudô pra cá...melhora...teve melhora, tipo igual lá tinha enchente, dava barro em época de chuva, as casa são melhô, mas tirando as outras mudança, de plantação esses negócio acabô tudo! Acabô... porque cada um dependia as vez do terreno de alguém pra podê plantá, agora mudô pra cá ficô mais longe. Então um muncado foi desanimando...Até hoje quem que planta mesmo é minha mãe, mexe com roça até hoje é minha mãe, vive de plantação, tudo que colhe é de plantação, arroz, abóbora, tudo entendeu, alho, esses negócio tudo vem da plantação dela que ela mexe.*

Entrecruzando perdas – as adversidades para se “viver de plantação”, como a mãe – e ganhos: “teve melhora, tipo igual lá tinha enchente, dava barro em época de chuva, as casa são melhô” –, o jovem Tiago se situa, nessas contradições, reivindicando a renovação dos contratos de trabalho, no tempo presente: “Só que seria o bom se esse serviço fosse pra sempre... Porque eu penso, na minha ideia, que não vai ser entendeu... num tem como a gente trabalhá aqui, num tem empresa, num tem nada, então tem que saí pra fora pra trabalhá uê!”

Apesar de divergências teórico-metodológicas, melhor explicitadas nas considerações iniciais desta tese, devo ressaltar que Pagliarini Jr. possibilitou avançar na reflexão sobre os movimentos migratórios decorrentes da implantação de projetos hidrelétricos. Os processos migratórios vivenciados pelos trabalhadores rurais reassentados em São Francisco de Assis, em decorrência da construção da hidrelétrica de Salto Caxias-Pr, investigados por ele, têm algo em comum com a migração vivenciada pelos trabalhadores rurais transferidos para Nova Soberbo/MG: ambos os processos dizem respeito à migração imposta com o aval do Estado.

São muitos os estudos que significam os fluxos migratórios, em função de projetos “modernizadores”, levados a cabo por empresas capitalistas e pelo Estado, como causadores de um “desenraizamento” interpretado como “perda de identidade”. Pagliarini Jr. nos incita a romper com essa perspectiva de análise, influenciado pelas discussões suscitadas por Stuart Hall, que nos propõe problematizar tal associação, comumente feita entre “migração” e “crise identitária”:

*Refletir a ocupação e disputas pelos lugares significou, ao mesmo tempo, entender disputas no interior dos processos migratórios. A migração é pano de fundo das disputas cotidianas em que se dão as ‘reconstruções’ de vidas. De acordo com Maura Penna<sup>126</sup>, o estudo sobre migração deve recorrer menos a uma postura essencialista do que a um estudo existencialista. Esta problemática leva em conta as críticas à proposta de se entender a migração como causadora da perda de identidade ou desenraizamento. Na reflexão de movimentos migratórios, as questões de identidade são relevantes quando considerados o lugar físico e social ocupado pelo migrante, postura esta diferente daquilo que prega uma visão escolástica e essencialista. Essas diferenças de lugares ‘adotados’ implicam maior ou menor dificuldade para os migrantes quando reconstruem suas vidas. Nestas relações sociais a exclusão se dá em diferente intensidade. O Reassentamento São Francisco de Assis não deixa de ser resultado de uma resistência que se dá no ato de migrar, daí a ideia de que estavam sendo desenraizados.*

*A crítica dos essencialismos nos levou a acompanhar também as indicações de Stuart Hall a respeito das identidades. Diante das crescentes discussões a respeito da crise de identidade vivida pelo homem ‘pós-moderno’, Stuart Hall aponta para as mudanças na maneira como passa a ser repensado o papel dos sujeitos nas ciências sociais. Os estudos de identidades culturais propostos por Hall nos interessam, na medida em que propõem uma reflexão daquilo que o autor designa por identidades “descentralizadas”, a partir dos pertencimentos que os próprios sujeitos assumem diante de novas configurações culturais e sociais.<sup>127</sup>*

Essa perspectiva teórico-metodológica se confirma nas fontes históricas. O jovem Tiago, por exemplo, ao rememorar a saída de Nova Soberbo para Ipatinga e depois para São Paulo, e a iminência de migrar para o Paraná, não está falando de uma perda de identidade nessas idas e vindas, mas de perdas de referenciais e sociabilidades, que ele valoriza. Quando ele afirma o desejo de permanecer em Nova Soberbo, ou quando diz ter saído de Nova Soberbo para Ipatinga e depois retornado, o que ele buscava, nesse retorno, não era uma identidade intocável de “trabalhador rural”, que estava lá, pronta para novamente ser “vestida”, mas oportunidades de trabalhar e “ganhar bem”, no lugar com o qual se identifica:

*Gisélia: E se você ficasse, por exemplo, se você tivesse oportunidade de ficar em Nova Soberbo, você gostaria de ficar aqui fazendo o quê? Continuando no trabalho na terra, igual sua mãe ou não?*

*Tiago: Ó, é, o importante... o importante, tipo assim, igual eu já falei pra eles, importante é cê tá ali num serviço ali, mas cê ganhando bem, entendeu? Porque eu nunca tive, eu não terminei meus estudo, mas eu*

<sup>126</sup>Pagliarini Jr. dialoga com Maura Penna, especificamente em seu artigo intitulado: “Relatos de migrantes: questionando as questões de perda de identidades e desenraizamento. (In: SIGNORI, Inês (org.). *Língua (gem) e Identidade*. São Paulo: Mercado das Letras, 1998. p.89-111.) Além de Maura Penna, para problematizar a associação comumente realizada por pesquisadores entre migração e perda de identidade (desenraizamento), Jorge Pagliarini dialogou com a obra de Stuart Hall: “Identidade Cultural na Pós-Modernidade”. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

<sup>127</sup>PAGLIARINI Jr., Jorge. *Memórias de Luta, Lutas pela memória: O Reassentamento São Francisco de Assis*. Dissertação (Mestrado). Programa de Mestrado em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Marechal Cândido Rondon, 2009.

*sempre onde eu saí eu tive oportunidade de pegar um serviço bom ... desde os 18 anos de ganhar bem... Ali (na Associação dos Moradores de Nova Soberbo) a gente ganha na faixa de mil com desconto, mas pra mim tá ótimo, porque eu tô do lado da minha casa, entendeu? [...] Aqui dentro é muito melhor, né, a gente num tem muito gasto igual lá [...] é melhor se a gente aproveitá enquanto o pai ou mãe da gente tivé vivo a gente tem que ficar por perto deles porque depois que... como se diz, depois que morre, aí cabô, sô! Igual muitos é doido pra voltar por isso, sente falta da mãe, do pai, e num tem como voltar, entendeu? Cidade grande é totalmente diferente. Só que o que a gente sente falta é dos pais da gente, entendeu, igual eu pelo menos, eu sinto falta da minha mãe, do meu pai, eu acostumei ficar muito perto da minha mãe desde criança. Então acaba saindo ficando seis mês, um ano, e acaba sempre eu voltei de novo. Fiquei quatro mês ou um mês perto da minha mãe e saía de novo, aí depois voltava de novo [...] ]*

*Gisélia: Quem mantém, por exemplo, quem emprega, quem dá essa oportunidade aí pra vocês?*

*Tiago: Ó, quem deu essa oportunidade aqui, na época, foi o consórcio, entendeu, que começou aí e tal com esses projeto entendeu, eu até comecei primeiro só que... o que eles fizeram, eles trouxe uma firma.... O consórcio que paga o salário dos cara entendeu? E a nossa firma é diferente, uma tal de Resolve, lá de Viçosa.*

*Gisélia: Resolve?*

*Tiago: É, lá de Viçosa, entendeu? Aí tá empregando todo mundo... só que no começo, quando eu comecei a puxá... pelo menos no começo... tamo enrolado, tal... tal... Aí arrumô esse serviço aqui. Então foi nessa última lá (está se referindo à última reunião), falô que eles iria empregá todo mundo de Novo Soberbo. Então eles que tinha que empregá, então eles que tinha que pagá todo mundo igual, eu penso assim entendeu? Igual nossa firma já é diferente, a gente trabalha é pra Associação... E quem que segura a Associação ali é Cristina entendeu, que é a presidente da Associação, ela trabalha até ali na costura ali. Tava até tentando segurar a gente, conversando com os cara, mas eu acho que, num sei se os cara vão renová com a gente... entendeu.*

*Gisélia: Os cara que você fala são...*

*Tiago: da Resolve, que a gente conversa com o Consórcio também, Marcelo[do Consórcio] aí, que o cabeça desse negócio aí, que contratô essa firma pra vim pra cá, então a gente depende dele, conversando com ele, pra ele renová.*

*Gisélia: E é o consórcio que contrata a firma?*

*Tiago: Contratô a firma. Aí a gente conversa, tentamo conversá com ele pra ele renová, entendeu? Porque ele que é o cabeça dos negócio tudo. A gente tá tentando isso, mas ele falô que não iria, pelo menos pra mim ele falô um dia que não iria renová com a gente, entendeu? Então ficô complicado... Então o jeito é meter o pé pra fora, entendeu?*

Permanecer com práticas agrícolas no meio urbano é um desafio que a mãe do narrador enfrenta, não obstante as modificações nas formas de trabalho, com a inserção de novas ocupações típicas do meio urbano, como a função de “vigia”, exercida pelo Tiago. Há, portanto, uma mistura complexa de formas de vida, valores e práticas, no presente, e também distintas expectativas e projetos de futuro, não nos permitindo idealizar uma identidade coletiva para os trabalhadores.

O máximo que podemos sustentar, a partir da interpretação da narrativa do jovem Tiago, é que existe um sentimento de pertença a esse lugar e fortes referências familiares que se encontram ameaçadas pela expectativa frustrada do projeto de reativação econômica, e não uma identidade imutável do trabalhador rural, intacta ao processo de transformações vivido: *Aqui dentro é muito melhor né, a gente num tem muito gasto igual lá[...] é melhor se a gente aproveitá enquanto o pai ou mãe da gente tivé vivo a gente tem que ficar por perto deles... Igual muitos é doido pra voltar por isso, sente falta da mãe, do pai, e num tem como voltar, entendeu?*

Embora não seja meu propósito, nesta pesquisa, definir, *a priori*, o conceito de “identidade”, que pulula nas pesquisas historiográficas recentes, destituído de sua historicidade e negligenciando o lugar social e histórico dos sujeitos investigados, que são supostamente tratados como portadores de uma identidade pronta e acabada, a reflexão realizada por Pagliarini Jr. sobre a “migração”, definida por ele como “pano de fundo” das experiências concretas vividas pelos trabalhadores reassentados em São Francisco de Assis possibilita operar uma dupla ruptura teórico-metodológica: primeiro, com as interpretações legitimadoras da noção de “pós-modernidade”, que tendem a relacionar, de forma mecânica, “migração” com “perda de identidade”; segundo com a visão essencialista dos pós-modernos, definidora do conceito de “identidade” como uma “essência imutável”, ou uma estrutura supra-histórica. Pagliarini nos convida a pensá-la, em sua fluidez e historicidade.

Essa dupla ruptura teórico-metodológica, realizada por Pagliarini, ao investigar o processo de migração dos trabalhadores rurais reassentados em São Francisco de Assis, possibilita-nos avançar, também, na compreensão de outro conceito –“território” – , analisado por ele de forma menos restrita:

*No estudo deste processo histórico, construir um território significou mais que adquirir um espaço físico/geográfico. Implicou a inserção nas cidades, a organização do espaço produtivo, a apropriação de modos de vida, trabalho e pensamento, aproximações e resistências aos discursos do movimento em torno da CRABI e das reivindicações contra as exigências do mercado e do agronegócio. Daí interpretarmos a noção de territórios numa perspectiva plural, que indique para algo fluido e que dê conta do movimento dessas disputas por terra e por inserção social e cultural.<sup>128</sup>*

Partindo dessa contribuição para se pensar os processos migratórios decorrentes de empreendimentos hidrelétricos e as lutas que perpassam a construção de territórios, podemos perceber que, embora o caráter de denúncia ao tempo presente seja recorrente, nas narrativas de alguns trabalhadores, há evidências, nos dados do IBGE e nos trabalhos de pesquisadores sobre o “mundo do trabalhador rural”, na Zona da Mata mineira, de que as dificuldades de

---

<sup>128</sup> Ibidem, p.12.

sobrevivência perpassam a vida desses sujeitos, não só depois da migração para Nova Soberbo, mas durante todo o passado vivido em São Sebastião do Soberbo.

Vejamos as disparidades dos números, para compreender o processo de desigualdade social e empobrecimento que eles indicam.

Conforme o Censo 2000, do total de pessoas com rendimento mensal, residentes no município, 49,36% ganham até um salário mínimo. Enquanto, praticamente, metade da população, com rendimento mensal registrado, vive com até um salário mínimo, uma minoria, representada por 0,89%, tem rendimento entre 10 e 20 salários mínimos.

Esses números, se correlacionados às narrativas nas quais os trabalhadores fazem referências à falta de trabalho em Nova Soberbo, permitem supor que se, no passado, ganhar até um salário mínimo era difícil, hoje, ter perdido as antigas condições de trabalho constitui-se numa ameaça à vida, conforme evidenciado pelo senhor Adelson, morador na “Fazenda da Dona Auxiliadora”, propriedade vendida às empresas concessionárias da hidrelétrica Candonga:

*Gisélia: Em 2003, o consórcio comprou a fazenda?*

*Adelson: Não, nós começamo a trabalhá nesse local que foi aonde foi destruído a roça. No final de 2004, no final de 2004 o consórcio comprou esse terreno, né, e não participô nós de nada, que tinha comprado o terreno, nada, nada. Aí quando foi dia 2 de fevereiro de dois mil e...cinco, dia 2 de fevereiro de 2005, logo num dia de sábado, eles não passaram com o trator aqui de frente de casa, deu volta longe, chegou lá rebentô a cerca e entrou dentro da roça, destruindo nosso milho, feijão, abróba, quiabo, amendoim, tudo...entendeu? Aí nós sentimo aquilo agredido porque ué...destruiu um alimento, o alimento é uma vida. Se nós num comê nós vive?*<sup>129</sup>

As décadas de 70 e 80, citadas anteriormente na narrativa do senhor João Bosco, evidenciam que os trabalhadores de São Sebastião do Soberbo podiam enfrentar novas condições de trabalho em locais distantes (no caso do narrador, Ipatinga era a alternativa possível), como tentativa de fugir dessas estatísticas indicativas de uma realidade extremamente dura e desigual.

A narrativa da senhora Maria é bastante significativa, por nos possibilitar compreender os processos sociais vividos antes da implantação da hidrelétrica Candonga, esclarecendo a leitura dos dados estatísticos citados. Sua narrativa evidencia a contraditoriedade das relações vividas no passado. Ao mesmo tempo em que evidencia a importância que a proximidade do

---

<sup>129</sup>Entrevista realizada no dia 29 de janeiro de 2010, na residência do senhor Adelson, na zona rural próxima a Nova Soberbo, denominada “Comunidade Jerônimo”.

rio Doce tinha para os moradores de São Sebastião do Soberbo e regiões vizinhas, aponta para as catástrofes e perdas decorrentes de tal proximidade:

*Gisélia: Aí a senhora, quando começou as obras lá, de demolição, a senhora permaneceu lá?*

*Maria: Segui tudo...*

*Marilza (amiga da dona Maria, participou o tempo todo da entrevista): Ela garrô, num queria sair de lá...*

*Maria: É, mas eu vendo ês cortá tudo assim...banana, tinha muita banana! Tinha muita fruta, tinha minha horta, tinha tudo, galinha, num faltava nada... Hoje eu posso criá galinha mais? Quem é eu! Num tem onde criá galinha mais não. Precisa de espaço né...Pegava areia, botava assim na rua assim, o pessoal pegava pra podê fazê construção né, na beira do rio. Eu morava na beira do...do, perto do rio. Mas, também tinha...chovia, enchente quando vinha, vinha com tudo! Chegava até muitas vez a enchente pegava né, a minha não, a minha era mais alta que tinha muita pedreira. Ela vinha, vinha, e quando chegava em cima assim ela parava. Num cabava de chegá não. Meu quintal nunca foi de...de...de enchente. Teve enchente brava mesmo, tinha enchente que subia, que subia...mas a minha não, a minha nunca foi atingida.<sup>130</sup>*

A narrativa da dona Maria, uma senhora de 86 anos, que devido à viuvez teve que criar, sozinha, os quatro filhos com “*a enxada na cacunda*”, como ela mesma diz, também nos permite romper com a lógica de idealização da vida, no passado, em São Sebastião do Soberbo, embora ela signifique as transformações vividas com a transferência para Nova Soberbo de forma negativa.

Podemos depreender, da sua narrativa, que o rio Doce é frequentemente significado com relevância pelos moradores, que apontam as vivências em suas margens como possibilidade concreta de viabilizar agricultura e moradia própria. No entanto, o mesmo rio, de onde tiravam o sustento da família, com suas terras férteis, propícias ao cultivo de frutas e hortaliças, o mesmo rio que possibilitava a construção das casas, a partir do trabalho familiar, é reiterado, pela narrativa do senhor Josias, como causa da destruição de modos de trabalho de todos os que viviam às suas margens, nos períodos de cheia:

*Lá no Soberbo num ia, num ia ônibus, num ia nada na cidade.. Casa tudo velha, eu...minha casa era até uma casa boa na beirada do rio, mas quando o rio vinha e entrava nela! Ela era de taco, uma vez o taco subiu tudo!... Eu ficava acelerado lá na beirada do rio. Vô falá, minha casa lá era boa, uma casa que aguentava, tanto assim que na linha arrancô tudo, e a minha ficô que era bem feita, mas eu ficava acelerado na beirada do rio, né. Mas lá as rua tudo esburacada, todo mundo tinha casa de telha de amianto, né...<sup>131</sup>*

---

<sup>130</sup> Entrevista realizada com a dona Maria, 86 anos, em Nova Soberbo, dia 16/07/2009.

<sup>131</sup> Entrevista realizada com o senhor Josias, 74 anos, em Nova Soberbo, no dia 25/01/2010.

A narrativa do senhor Josias, bem como a narrativa da senhora Maria são indicativas de que os trabalhadores rurais da Zona da Mata mineira, instalados em condições precárias às margens do rio Doce e do rio Piranga, mantêm ali uma relação ambígua: de sobrevivência e de perdas. Faz-se relevante ressaltar que o próprio adjetivo “Soberbo”, da denominação do distrito submerso, segundo os trabalhadores, advém dessa “aceleração” vivida às margens do rio Doce. Não era raro as águas ficarem “soberbas”, em São Sebastião do Soberbo.

Conquanto revelem o sentido contraditório e ambíguo que, geralmente, caracteriza a proximidade dos trabalhadores rurais e o rio, o que predomina, nas narrativas dos trabalhadores de São Sebastião do Soberbo, é uma tendência em reiterar o papel social do rio como “referência espacial, temporal e cultural”<sup>132</sup>, apresentando-o numa perspectiva harmoniosa. A atividade pesqueira é significada nas entrevistas, nessa perspectiva simbiótica, como parte fundamental da sobrevivência e do lazer, antes da instalação da usina Candonga:

*Gisélia: E lá em Soberbo antigo, sua casa era alugada?*

*João Bosco: Não, a minha casa, lá no Soberbo ela ficava lá só pra quando eu vinha pra Soberbo, eu ia lá pra casa porque eu ia pescá. Eu pescava muito, então lá tinha condições de tudo, eu ia chegando ali, descia lá no Soberbo, pegava muito peixe mesmo, aí eu ia lá pra casa e ficava lá numa boa... e aqui até isso não tem jeito mais...A pescaria hoje...agora poucos dia até prenderam um camarada lá que diz que tava pescando por baixo da barrage... E a gente tem direito de pescá que a gente tem carteira de pesca e tem tudo...mas o consórcio não tá querendo que pessoa pesca lá não...prenderam um cara lá de Alvinópolis...poucos dia aí preso lá... E eu tenho até uma fita de pescaria aí que mostra eu pescando lá na barrage, por baixo da barrage, eu pegando os peixe lá, muito dourado, grandão! E já aconteceu até das polícia...uma vez eles chegô lá e me perguntaram, só que num deu pra mim filmá na hora que eles perguntô: “ \_ Mas porque você tá pescando aqui?” Aí eu peguei a carteira que dá o direito de pescá e falei: \_ por isso aí! Aí ele falô: “Ah, então me desculpa né... ”<sup>133</sup>*

A narrativa supracitada nos traz indícios para a compreensão dos modos de vida, trabalho e lazer, no passado vivido em São Sebastião do Soberbo, ameaçados pela privatização das águas pelas empresas concessionárias da UHE Candonga. Embora constituísse, para o senhor João Bosco, muito mais uma forma de lazer do que fonte de renda, para outros trabalhadores a atividade pesqueira viabilizava o sustento da família.

---

<sup>132</sup> SOUZA, E.S. Um rio de memórias: o modus vivendi dos beradeiros sanfranciscanos antes da represa de Sobradinho (Bahia). In: *História & Perspectivas* (Revista do Curso de Graduação e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia), nº 41 – jul/dez.2009, Uberlândia: EdUFU, p.123-125.

<sup>133</sup>Entrevista realizada com o senhor João Bosco, aposentado, morador em Nova Soberbo/MG, no dia 17 de julho de 2009.

Ao evidenciar a força policial no lago Candonga como inviabilizadora da atividade pesqueira, que podia ser exercida, antes da instalação da usina hidrelétrica, a qualquer momento, o senhor João Bosco nos leva a problematizar a imagem construída pela Vale do Rio Doce e pela Novelis, que associam o empreendimento Candonga à possibilidade de turismo, conforme evidenciado na fotografia produzida durante as idas a Nova Soberbo, para realização das entrevistas:



Foto: Gisélia, julho 2009, Nova Soberbo/MG.

A placa está situada bem na entrada da rodovia que dá acesso a Nova Soberbo, traduzindo a investida das empresas concessionárias na construção de uma imagem que associa o empreendimento Candonga como aquele que “resgata” modos de vida do passado, a exemplo, a atividade pesqueira, e acolhe turistas. No entanto, adentrando um pouco mais o espaço urbanizado de Nova Soberbo até o lago Candonga, essa imagem da vida social e cultural se desfaz com outra placa:



Foto:Gisélia, julho 2009, Nova Soberbo/MG.

Esses documentos foram produzidos durante as idas a Nova Soberbo, para realizar entrevistas. Esses momentos significaram não somente a possibilidade de adentrar a residência das pessoas e gravar suas falas, mas também a oportunidade de perceber como os novos espaços se constituem.

Nesse sentido, observei que os dizeres da primeira placa fotografada “Observe a sinalização e aproveite com segurança todos os benefícios que o lago lhe oferece” entrecruzados com as assertivas das placas “ACESSO PROIBIDO Área restrita ao Consórcio AHE Candonga” e “ENTRADA PROIBIDA PROPRIEDADE PARTICULAR CONSÓRCIO CANDONGA” evidenciam um paradoxo: ao mesmo tempo que as empresas concessionárias se voltam para a afirmação do suposto potencial turístico e ecológico do lago Candonga e do direito de acesso para os visitantes e moradores interessados em “aproveitar todos os benefícios que o lago oferece”, há, na atuação da Vale e Novelis, a proibição desse propagado acesso livre ao lago, inviabilizando atividades corriqueiras como a pesca, exaltadas nas narrativas dos trabalhadores, em Nova Soberbo, como práticas de um passado obstaculizadas, no tempo presente, pelo projeto Candonga.

A imagem construída na primeira placa oculta os conflitos existentes entre moradores e representantes da UHE Candonga pelo direito de acesso ao rio Doce, levando-nos a problematizar a imagem do “Mirante Candonga” como ponto de exploração turística e ecológico ao alcance de todos, conforme evidências da senhora Edwiges:

*Edwiges: Porque eu acho engraçado aqui ó, pra começá a cortá uma árvore, vai em cima aqui o meio ambiente e todo mundo vai em cima, que tem uma caminhonete só pra isso também. Mas eles[os representantes do consórcio Candonga] atropela tudo, passa por cima das árvore, sai cortando tudo, arrebentando tudo! Cê tá entendendo? Quando ocê quer achá um dourado aqui cê tem que correr o risco de ir por baixo da barragem pr'ocê pegá um dourado e mesmo assim com eles em cima do cê aí, cê pode ser presa ainda. Achar dourado ne água parada? Os outro tem que ir lá em cima pra ver se acha um dourado. Os peixe são outro, são tudo diferente! Cê corre o risco de não ser nada legal.*<sup>134</sup>

As narrativas da senhora Edwiges e do senhor João Bosco são relevantes, na medida em que nos incitam a repensar a imagem divulgada, pela Vale e pela Novelis, do lago Candonga, enquanto uma paisagem harmônica, a serviço da contemplação e apropriação de todos, para o lazer. A mensagem estampada na placa – a de uma paisagem – objeto de contemplação de todos os interessados – oculta uma exploração econômica dos recursos naturais levada a cabo pelas empresas concessionárias “*sob a égide do discurso ecologicamente correto*”<sup>135</sup>.

Daniella Feteira Soares, ao investigar os significados atribuídos por diferentes atores sociais ao processo de desaparecimento dos Saltos de Sete Quedas, para a construção do lago de Itaipu, possibilita-nos problematizar a noção de “paisagem”, construída e divulgada, nas placas instaladas às margens das estradas que dão acesso a Nova Soberbo, pela UHE Candonga. A autora nos faz avançar, ao propor uma compreensão ampliada da “paisagem” enquanto “espaço de embates”, ao mesmo tempo em que trata a questão ambiental como campo de ardentes lutas, superando a ideia de “natureza natural”, que fundamenta as ações das empresas concessionárias de energia elétrica.

Nesse sentido, adverte para a necessidade de lidar com a paisagem submersa dos “Saltos de Sete Quedas” como “objeto cultural”:

*Para tratar Sete Quedas como objeto cultural, deve-se considerar como ponto de partida pelo menos dois aspectos. O primeiro remete à luta em torno da construção social desta paisagem, a paisagem analisada como um espaço de embates. De um lado, o discurso dominante, portador da cultura oficial, representado pelos técnicos do Setor Elétrico que vêm as quedas d'água e os próprios rios como geradores potenciais de energia elétrica. De outro lado, os grupos e atores sociais que atribuem aos Saltos de Sete Quedas uma valorização subjetiva.*<sup>136</sup>

---

<sup>134</sup>Entrevista com a senhora Edwiges, 44 anos, moradora em Nova Soberbo, em julho de 2010.

<sup>135</sup>SOARES, D. F. *Paisagem e Memória: dos Saltos de Sete Quedas ao Lago de Itaipu.* (Dissertação) Mestrado em Planejamento Urbano e Regional. IPPUR (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional), Rio de Janeiro: UFRJ, 2001. p.60.

<sup>136</sup>Ibidem, p.60.

Ao investigar a construção do “Projeto Costa Oeste”, cujo objetivo consistiu em transformar a região do entorno do reservatório de Itaipu num “pólo turístico planejado”, Daniella Soares nos incita a problematizar a noção de “paisagem” como “objeto natural”, tal como divulgada pelas empresas concessionárias de serviços energéticos no Brasil, desmitificando o discurso, ecologicamente correto, implícito nesses projetos de aproveitamentos hidrelétricos. Dessa forma, propõe-nos pensar a ideia de paisagem, divulgada nos projetos turísticos das empresas concessionárias de energia elétrica, como:

*[...] um conceito ideológico que representaria um modo no qual certos grupos representam a si mesmos e seu mundo através de relações imaginadas com a natureza, e através do qual eles projetam e comunicam seu próprio papel e o dos outros com respeito à natureza. Desta forma, o simbolismo da paisagem serviria ao propósito de reproduzir normas culturais e estabelecer os valores de grupos dominantes por toda uma sociedade.<sup>137</sup>*

Observando as placas fotografadas, à luz do diálogo com Soares e com a narrativa da senhora Edwiges, torna-se possível compreender o que se impõe, por detrás dessa ideia de “turismo ecológico”: a lógica lucrativa das empresas concessionárias do setor elétrico, que priorizam o fator econômico na consecução de seus projetos, sob a falácia da preocupação ambiental. Quando indagada sobre o papel do centro comunitário, em Nova Soberbo, a senhora Edwiges nos permite dessacralizar o tom falacioso da “atratividade turística”, em Nova Soberbo, como possibilidade de geração de renda para os trabalhadores deslocados, divulgado pela propaganda da Vale do Rio Doce e da Novelis, como forma de obter aquiescência para o projeto Candonga:

*Gisélia: E como é que chama o centro aqui mesmo? Centro Comunitário?*

*Edwiges: Centro Comunitário.*

*Gisélia: Aí você que toma conta lá?*

*Edwiges: Não, eu tenho a chave de lá né, porque a gente num tem lugá... Aí nós começô a fazê artesanato com bolsa de bucha, pintura, mais agora tá parado, já tem mais ou menos um mês e pouco que tá parado porque eu tive dificuldade de vendê, a gente achô que ia dá certo por causa do turismo que eles disse que ia vim, que a gente ia trabalhá, não sei o quê...*

*Gisélia: Turismo?*

*Edwiges: É, na região. Aí nós começamo, só que num dá muito...a gente tem a barraca e tudo, tava indo pra Rio Doce, agora num dá por causa do carroto. Aí ocê vende um pano de prato pr'ocê pagá dez reais de carroto não vale a pena entendeu? Aí nós paramo, num tamo mexendo esses dias não, só por...quando encomenda...<sup>138</sup>*

---

<sup>137</sup>Ibidem, p.59.

<sup>138</sup>Entrevista realizada com a senhora Edwiges, 44 anos, quatro filhos, moradora em Nova Soberbo/MG, em julho de 2010.

O “projeto turístico”, comumente apresentado pelas empresas concessionárias como “turismo ecológico” e possibilidade de geração de renda para os moradores, evidenciado pela senhora Edwiges, também foi constatado por Soares, ao investigar o processo de construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Além disso, a autora sinalizou, entre os moradores expropriados do município de Guaíra, uma tendência à idealização do passado, comumente compartilhada entre os trabalhadores desapropriados por projetos hidrelétricos, em consequência das adversidades vividas no presente:

*Como costuma ocorrer em outras situações envolvendo outros tipos de intervenção no espaço, a barragem pode se tornar elemento de ruptura dos laços afetivos e materiais do grupo atingido com aquele espaço. Haveria, portanto, uma tendência à idealização do passado daquele grupo. Existiria um antes, normalmente associado à época áurea da vida, e um depois, que vai sendo condicionado aos malogros que a vida reserva.<sup>139</sup>*

Nas entrevistas realizadas com trabalhadores expropriados do município de Guaíra, para a construção da UHE Itaipu há, igualmente, uma persistência dos narradores em construir o sentido do “eldorado”, relacionado ao passado.

O problema maior não é o tom idealizador das narrativas, mas a forma como nós, pesquisadores, lidamos com tal idealização do passado. Yara Khoury nos adverte sobre o risco de o pesquisador se encantar com as fontes pesquisadas e reproduzir tais idealizações, em suas interpretações. Ao investigar a tese de doutorado de Roberto Massei<sup>140</sup>, Khoury constatou “marcas de visões idealistas” que o autor traz, em sua pesquisa “sobre os modos de viver e trabalhar de oleiros e ceramistas no processo de implantação da usina hidrelétrica de Barra Bonita, no trecho médio superior do rio Tietê, em São Paulo, no bojo da política desenvolvimentista que caracteriza os governos brasileiros, de 1940 a 1970.”

Segundo Khoury, o deslocamento teórico-metodológico necessário do “mundo do trabalho ao mundo dos trabalhadores” só será possível na medida em que enfrentarmos o desafio de romper com as “marcas de visões idealistas”, em nossas pesquisas:

*Se vimos avançando na incorporação de outros sujeitos à história, ainda enfrentamos a dificuldade quanto à superação de certos conceitos, categorias e periodizações próprios de uma historiografia mais tradicional.*

<sup>139</sup>SOARES, D.F. op cit. p.61

<sup>140</sup>A tese intitulada: *A construção da usina hidrelétrica de Barra Bonita e a relação homem-natureza: vozes dissonantes, interesses contraditórios, 1940-1970*, foi analisada por Yara Aun Khoury no artigo intitulado: “Do mundo do trabalho ao mundo dos trabalhadores: História e Historiografia”. (In: PORTELLI, A. et al. *Mundos dos trabalhadores, lutas e projetos: temas e perspectivas de investigação na historiografia contemporânea*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2009.)

*No diálogo aberto que estabelecemos com a realidade empírica, indagando sobre significados e sentidos da transformação social e exercitando uma explicação relacionada dos fatos no movimento da história, nos confrontamos com nossas próprias limitações [...] trazemos, ainda, marcas de visões idealistas, que tendem a lidar com a experiência, memória, tradições e costumes idealizados, desenraizados da realidade concreta onde se fazem, se transformam e assumem significados próprios [...] Nesses termos, dialogar com o passado não é, apenas, tornar mais visíveis experiências vividas em tempos anteriores; trata-se, sobretudo, de explorar os sentidos que esse passado assume no presente, num movimento não só retrospectivo, mas fundamentalmente prospectivo.<sup>141</sup>*

Na tentativa de enfrentar essas visões idealizadas do passado inspirada no diálogo com Khoury, busquei produzir e analisar as entrevistas com os trabalhadores de Nova Soberbo e regiões vizinhas focalizando a “historicidade das falas”, inserindo-as no “contexto social em que se engendram”.

Nesse sentido, percebi que as fontes apontam para o fato de que as lutas sociais dos trabalhadores investigados, embora sujeitos ao mesmo processo de transformações, assumem expressões diversificadas, impondo-nos o desafio de superar uma interpretação uniformizada e homogênea do processo. Ao mesmo tempo, pude compreender que, ao narrarem o passado, os trabalhadores estão interpretando as mudanças e situando-se no presente.

A construção da hidrelétrica alterou, significativamente, a realidade vivida em São Sebastião do Soberbo: se, antes, a proximidade do rio e das terras aluviais, constantemente referenciadas nas narrativas, constituíam campo de possibilidades para a sobrevivência da família, hoje, a instabilidade e o desemprego configuram-se ameaças intensificadas à vida dos trabalhadores, uma vez que vivenciam não só a migração, mas a “*desapropriação de um saber fazer*”<sup>142</sup>.

Ao evidenciarem como os modos de trabalhar, morar, divertir e viver vêm sendo desestruturados e desqualificados, em consequência da implantação de um grande projeto hidrelétrico, os narradores enaltecem as antigas formas de trabalhar, enfatizando como os “*saberes e fazeres tradicionais*”<sup>143</sup> vêm sendo desarticulados, mediante propostas de novas formas de organização do trabalho, explicitadas no Projeto de Reativação Econômica.

<sup>141</sup> Ibidem, p.124-125.

<sup>142</sup> Ibidem, p.129.

<sup>143</sup> Busco lidar com a noção de “tradição” sob influência do diálogo com Yara Khoury, que nos propõe lidar “com a tradição, não como uma realidade fechada em si mesma, mas como um processo ativo e em transformação no embate das forças sociais que ela também integra e ajuda a construir; a explorá-la como uma problemática social que se transforma pela ação dos sujeitos ao viverem pressões e limites e ao fazerem escolhas histórica e culturalmente engendradas.” op cit, p.137.

Cabe salientar que o Projeto de Reativação Econômica foi apresentado pelas empresas concessionárias da UHE Candonga como cumprimento de uma das condicionantes para o licenciamento.

*Edwiges: Esse terreno aí que eles faz pra reativação econômica, eles não abre mão dele pra nada, quem quiser... Tipo eu tenho um lote, fulano tem outro, o outro tem um outro pra você tirar seu sustento dali... Mas lá em cima paga vigia pra lá, até falô em pagá vigia, e se eu quiser plantá amanhã laranja lá em cima ou criá uma galinha?*

*Gisélia: Peraí... tem um vigia no lote da reativação?*

*Edwiges: Tem, tem um vigia de dia e um vigia de noite.*

*Gisélia: Que é do consórcio?*

*Edwiges: É... que paga...*

*Gisélia: O lote como que funciona lá? Eu não entendi muito bem...*

*Edwiges: Cada morador tem direito a um lote lá em cima, já tá tudo marcado... Só que assim, nesse lote cê só pode produzir alguma coisa que te dá dinheiro pra o processo de reativação econômica... cê não pode vendê, cê não pode passá pro meu filho fazê, eu não posso construí. A minha família tem que trabalhá nesse lote, vamos dizer, o que eu quiser plantá, vamo dizer né. Mas, eu não posso vendê, nem passá pro meu filho fazê, num posso construir também não. Mas é lá em cima, então os vigia, vigia esses lote... Então o vigia fica lá vigiando... Mas lá, por exemplo, qualquer pessoa, aqui todo mundo tem lá... tem mais de cem lote lá em cima, cada um tem direito a um lote de trezentos e sessenta metro pra você fazê a reativação econômica que ocê quiser. O consórcio quer formá um grupo de pessoa que aí forma associação, forma associação aí eles registra como reativação econômica.*

*Gisélia: Ah, tá.*

*Edwiges: Entendeu?*

*Gisélia: E vocês não estão querendo formar [a associação]?*

*Edwiges: Não, por causa que não é uma área produtiva, eles pesquisa e fala que é... Eles tão é... por exemplo, se eu quiser plantá amanhã, eles vão garantir pra mim cem por cento de ajuda: adubo e as estrutura pra mim plantá, mas depois eu vou ter que se virá sozinha, cê tá entendendo... Mas eu chegar lá e fincar lá, não vai dar nada não, mais mesmo porque há dificuldade de água lá em cima! ...*

*Gisélia: E isso que vocês querem... vocês querem registrar?*

*Edwiges: No caso assim o pessoal quer se for pra dâ o lote pra gente, aí cê faz o que ocê quiser o lote é seu, você murava ele e fazia... você mesmo protegia, ninguém ia mexê lá... Ninguém quer mexê lá, mas ninguém quer mexer lá porque é do jeito deles num dá, né...*

*Gisélia: Então lá tem os lotes... deixa eu ver se eu entendi direitinho.*

*Edwiges: É, são mais de cem lotes.*

*Gisélia: Cada um... cada morador tem um lote?*

*Edwiges: Tem direito a um lote.*

*Gisélia: Só que cê não podem...*

*Edwiges: Vendê...*

*Gisélia: Construir nada lá?*

*Edwiges: E nem vendê, nem nada... Tem e num tem! Aí o que vem de lá é só bomba, ocê fica de mão e pé amarrado. Nós fizemo uma visita lá, mas não voltô cá pra discutir o negócio da flor pra vê como é que seria. Mas lá pimenta ia ser, de início eles ia ajudá cem por cento, pra aprendê... a pessoa aprendê a fazê o adubo, não sei o quê, a... aquela ia ter estufa pra produzir*

*a sementinha e as mudinha já e tem uma engenheira de Viçosa lá que ajuda é... uma estrutura de engenheiro, de montá a estufa... isso tudo por conta deles. O adubo, que ia fazê o adubo, então eles iam saber, cem por cento, depois setenta por cento da primeira parte poderia ajudá, e depois formava... A conversa que eu ouvi é essa lá junto com eles, formava a associação pra ocê andar com seus próprios pés. Mas não tá dando certo porque, no início já chega... antes de pôr uma mudinha pra...a semente pra ser plantada... eles fala: “ó cê vai fazê não sei o quê”... o que trás pra nós a esperança que vai dá certo, mas isso é uma conversa pra boi dormir! Porque nada disso acontece, porque tá todo mundo estocando pimenta tem no lugá lá, nos outro a pimenta seca, ninguém tá vendendo pimenta mais.*

*Gisélia: Por isso que vocês não tão querendo a questão da floricultura?*

*Edwiges: Não, eu no meu assim... eu particular. Não teve resposta ainda do que vai ser é... é fez uma reunião, a gente foi lá ver negócio como é que seria a plantação da flor e fomos na...na floricultura pra vê a venda, pra vê preço, como é que é. Só que, por exemplo, a floricultura...assim... Pr'ocê que tá querendo, que tá interessado em alguma coisa que der não só a flor, porque cê precisa sobrevivê, ocê vai analisá as coisa, por exemplo: a ... a flor, tem flor... tem... o cara, por exemplo, começa a plantá é... tem dois anos pra começá a vendê. Então, por exemplo, eu tenho seis anos pra mim ficá pelejando com isso e quem vai garantir meu sustento?*

A narrativa da senhora Edwiges é esclarecedora de como os processos de trabalho vêm sendo transformados e substituídos por outros, em meio a embates cotidianamente vividos. O processo de deslocamento para Nova Soberbo não inaugurou relações de subordinação, mas a construção de novas relações de subordinação. Se, antes da construção da barragem Candonga, o acesso à produção de alimentos se dava pela subserviência a um proprietário (fazendeiro), atualmente os trabalhadores se veem na dependência de todo um corpo de técnicos a serviço das empresas concessionárias, embora sejam apresentados, no jornal Folha de Ponte Nova<sup>144</sup>, como “*profissionais que estão à disposição da comunidade.*”<sup>145</sup>

Impondo limites e sofrendo pressões, por parte dos trabalhadores de Nova Soberbo, são esses profissionais que determinam as novas condições de produção, em lotes agrícolas de propriedade das empresas concessionárias, instaurando, portanto, novas relações de exploração. Nessas novas formas de sociabilidades, há pouco espaço para negociações:

---

<sup>144</sup>Optei por pesquisar o jornal Folha de Ponte Nova, no período compreendido entre 1996 e 2012, por significar, para a maioria dos trabalhadores de Nova Soberbo entrevistados, a voz autorizada para falar sobre os processos históricos vividos em Ponte Nova e região. Era recorrente, durante as entrevistas, os trabalhadores apresentarem recortes do jornal Folha de Ponte Nova, no intuito de legitimar suas memórias e, dessa forma, “provar” que os fatos que rememoravam, sobre o processo de transformações vivido, eram “verdadeiros”, porque também foram abordados pela “Folha de Ponte Nova”. Embora a atitude dos trabalhadores, durante as entrevistas, evidencie a credibilidade conferida ao jornal Folha de Ponte Nova, minha postura, na tese, foi indagá-lo, buscando perceber como se forja socialmente, desvendando seus “*projeto político-ideológico*”.

<sup>145</sup>FOLHA DE PONTE NOVA, 29 de julho de 2011, p.8. Ponte Nova/MG.

*Edwiges: Mas não tá dando certo porque, no início já chega... antes de pôr uma mudinha pra...a semente pra ser plantada... eles fala: “\_ ó cê vai fazê não sei o quê”... o que trás pra nós a esperança que vai dá certo, mais isso é uma conversa pra boi dormi! [...] você pode deixar bem frisado aí: eu, comigo... que eu sempre tô com eles conversando, com o pessoal da comunidade conversando, comigo não vai ter não, porque não adianta, eles quer...eles...eles quer a sua mão, na hora que você der eles quer o braço. Na hora que você precisa é só não, num pode isso, num pode aquilo, já venceu isso, já venceu aquilo. É complicado esse povo, boba!*<sup>146</sup>

A senhora Edwiges aponta para a existência de uma tensão em torno de projetos de reativação econômica distintos: de um lado, a tentativa das empresas concessionárias de inserirem atividades produtivas que não compunham os modos de trabalho dos sujeitos, em São Sebastião do Soberbo: como, por exemplo, a produção de pimenta e o projeto da floricultura. Do outro, em contradição com o projeto de reativação econômica da UHE Candonga, os projetos dos trabalhadores, que lutam para obter áreas e recursos disponíveis para a agricultura, criação de galinhas, caprinos, indicando, portanto, suas tentativas no sentido de reconstituir antigas formas de trabalho. Contudo, essa contradição, apontada pela senhora Edwiges, é ocultada no Jornal Folha de Ponte Nova, constituindo-se num importante ingrediente desse processo, força ativa do capitalismo:

***Candonga investe em geração de renda na comunidade rural Nova Soberbo***

*Com o objetivo de incentivar o pequeno empreendedor e capacitá-lo para o mercado de trabalho, o Consórcio Candonga investe em projetos de geração de renda em São Sebastião do Soberbo/Santa Cruz do Escalvado. São 28 moradores envolvidos nos projetos oferecidos pelo Consórcio, que proporcionam aos participantes complementação alimentar e de renda. A informação está em nota do Consórcio, que publica nesta página nota sobre a regularização de sua licença de operação.*

*Conforme o relato, são 6 projetos de geração de renda com apoio de 18 profissionais, “que estão à disposição da comunidade, entre eles, analista socioambiental, assistente social, comunicólogo, economista, agroecólogo, auxiliar de serviços gerais, psicólogo, vigia, arte-educador, monitor/vendas, técnico agrícola e operador da Estação de Tratamento de Água e Esgoto.” As iniciativas são estas: Projeto “Malharia”, Projeto “Artesanato”, Projeto “Criação de Galinhas Poedeiras, Projeto “Bucha Vegetal Brasileira”, Projeto “Árvores Nativas e Plantas Ornamentais”.*

- ✓ *Projeto “Malharia” – Desenvolve habilidades nas áreas de confecção e patchwork.*
- ✓ *Projeto “Artesanato” – Os participantes desenvolvem habilidades em tricô, crochê, bordados, bijuterias, chinelos customizados, dentre outros.*
- ✓ *Projeto “Criação de Galinhas Poedeiras” – As famílias aprendem a implantar galinheiro para criação de galinhas e frangos caipiras, com ênfase no processamento de frangos, comercialização e distribuição dos produtos.*

---

<sup>146</sup>Entrevista realizada com a senhora Edwiges, em sua residência em Nova Soberbo/MG (julho de 2010).

- ✓ *Projeto “Bucha Vegetal Brasileira” – Capacita os participantes na produção de buchas para banho e limpeza em geral, substituindo a bucha sintética por um produto biodegradável, além de ser utilizada em produtos artesanais.*
- ✓ *Projeto “Árvores Nativas e Plantas Ornamentais” – Capacita a comunidade de Novo Soberbo para desenvolver projetos rentáveis que possibilitem a complementação de renda das famílias, através da produção de mudas nativas, frutíferas, tropicais e ornamentais.*
- ✓ *Projeto “Olericultura” – Abrange a exploração de hortaliças e engloba culturas folhosas, raízes, bulbos, tubérculos, frutos diversos e partes comestíveis de plantas.”<sup>147</sup>*

No fragmento do jornal supracitado não é evidenciado o dissenso em torno do Projeto de Reativação Econômica, mas apenas a descrição de um Projeto que parece ser aplicado de forma eficiente e harmoniosa com os interesses dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, percebemos a reconstituição de uma memória que associa as empresas concessionárias Vale do Rio Doce e Novelis àquelas que oferecem aos trabalhadores em Nova Soberbo “*6 projetos de geração de renda com apoio de 18 profissionais, que estão à disposição da comunidade*”.

Nas narrativas dos trabalhadores, conforme evidenciado pela senhora Edwiges, o Projeto de Reativação Econômica e a presença dos técnicos não é significada tal como aparece no jornal – como “apoio necessário e desejado” – mas eles tendem a identificar essas formas de relação com os técnicos como uma dependência à qual contrapõem a idealizada liberdade do passado, em São Sebastião do Soberbo. Além disso, podemos depreender, da narrativa da senhora Edwiges, que a avaliação feita, pelos profissionais pagos pelas empresas concessionárias, sobre o que é essencial e secundário para a reativação econômica em Nova Soberbo diverge da avaliação realizada pelos próprios trabalhadores, entre as atividades que consideram fundamentais para reestruarem modos de trabalho.

As narrativas expressam um sentimento de perda bastante propalado entre os trabalhadores, que significam o passado como liberdade de viver e trabalhar nas proximidades do rio, em oposição ao tempo presente, significado como perda de autonomia. A narrativa da senhora Edwiges é representativa da forma como os trabalhadores, sem a propriedade da terra, significam a reestruturação produtiva e social. Para eles, a retomada da produção, mediada pela ação das empresas concessionárias, valendo-se de seus técnicos, é significada como perda de autonomia.

Ao atentar para o título do jornal investigado, “Folha de Ponte Nova”, sob influência de Heloísa F. Cruz e Maria do Rosário Peixoto<sup>148</sup>, que nos alertam para o fato de que os títulos

---

<sup>147</sup>FOLHA DE PONTE NOVA, nº 1.157,29/7/2011, p.8. Ponte Nova/MG.

“indicam uma pretensão editorial, bem como em nome de quem ou de quais setores se fala”<sup>149</sup>, é perceptível a pretensão desse jornal de se constituir como o “porta voz” da sociedade pontenovense e, nesse sentido, informador de questões referentes a Ponte Nova e região.

Na entrevista realizada com o senhor Adelson, meeiro da “Fazenda Dona Auxiliadora” (vendida para o consórcio Candonga), buscando dar credibilidade ao que está dizendo, sobre o processo de expropriação vivido, o narrador afirma que aquilo que está sendo rememorado por ele é a “pura verdade”, porque “*Está escrito na folha*”(faz referência ao Jornal Folha de Ponte Nova) :

*Está escrito na folha, na presença da juíza, dia 13 de maio....13 de março de 2006 o que o processo aqui, o processo aqui, nós que trabalha... eu vou te falar a pura verdade tem...faz 25 anos que eu moro aqui nesse lugar, nesse lugar no Jerônimo aqui. E quando eu vim pra qui os menino da minha patroa tava tudo pequenininho, nós começamo a trabalhá com a senhora Auxiliadora no terreno da fazenda entendeu? E sempre troca de lugar...hoje eu tô qui, esse ano, dois ano, três ano depois muda de lugar. Aí quando nós começamo a trabalhá nesse local que a barragem comprô foi em 2003...*

A narrativa do senhor Adelson evidencia a força social do jornal Folha de Ponte Nova para a constituição de memórias hegemônicas e de adesões a essas memórias, pois sua narrativa nos traz indícios de como esse jornal é geralmente tomado, pelo público leitor, como referência segura para falar o que de fato ocorreu no processo de instalação da usina hidrelétrica Candonga, apontando a importância que adquiriu para a sociedade pontenovense e cidades vizinhas, por onde circula.<sup>150</sup>

<sup>148</sup>O diálogo com Laura Antunes Maciel, Heloísa Faria Cruz e Maria do Rosário Peixoto ofereceu-me subsídios teórico-metodológicos relevantes para o tratamento dispensado ao Jornal Folha de Ponte Nova. As autoras contribuem, ao propor pensar a relação entre Imprensa/Capitalismo e História Social a partir da concepção da imprensa como “força ativa da história do capitalismo”. Isso requer, de nós, articular “a análise de qualquer publicação ou periódico ao campo de lutas sociais no interior do qual se constitui e atua.” (Cf. CRUZ, H.F.; PEIXOTO, M.R.C. Na oficina do historiador: conversas sobre História e Imprensa. In: *Projeto História*, Revista do Programa de Pós-Graduação em História e do Departamento de História. PUC/SP, nº 35, Julho/Dezembro/07. p.259).

<sup>149</sup>Ibidem, p.263.

<sup>150</sup>Só para termos uma ideia da força ativa desse jornal, vejamos seu alcance social, por meio de informações concernentes à sua circulação, citadas abaixo do título do Jornal Folha de Ponte Nova: “Circula em Ponte Nova, Abre Campo, Acaaiaca, Alvinópolis, Amparo do Serra, Barra Longa, Diogo de Vasconcelos, Dom Silvério, Guaraciaba, Jequeri, Mariana, Oratórios, Piedade de Ponte Nova, Raul Soares, Rio Casca, Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado, Santo Antônio do Gramá, São Pedro dos Ferros, Sem Peixe, Sericita e Urucânia”. Conforme dados pesquisados no site do “Folha de Ponte Nova”, a tiragem é de 3.000 exemplares: <[www.folhadepontenova.com.br](http://www.folhadepontenova.com.br)> Acesso em: 18/10/2011.

As reflexões realizadas por Laura A. Maciel<sup>151</sup> sobre as relações entre imprensa/sociedade e o movimento de constituição do social que essa relação supõe também são importantes, na medida em que me levaram a romper com a forma positivista de ler o jornal, enunciada pelo senhor Adelson – que lida com a imprensa como “depositária dos fatos”, ou o “lugar autorizado para resgatar o passado” –, para pensá-la como “prática social constituinte da realidade social”.

Nessa direção, Maciel nos adverte para os interesses mercadológicos da imprensa.<sup>152</sup> Essa compreensão do papel social da imprensa impõe-nos a necessidade de ruptura com o entendimento dos jornais como lugares de onde emanam a verdade e a neutralidade sobre os fatos, para pensá-los enquanto produtos socialmente construídos:

*Precisamos realizar um trabalho árduo e uma intervenção ativa para lidar com uma narrativa sobre os acontecimentos que se apresenta como o próprio acontecimento, reivindicando uma condição de lugar de verdade na produção do entendimento sobre a realidade social[...] Como expressão de relações sociais, a imprensa assimila interesses e projetos de diferentes forças sociais que se opõem em uma dada sociedade e conjuntura, mas os articula segundo a ótica e a lógica dos interesses de seus proprietários, financiadores, leitores e grupos sociais que representa.<sup>153</sup>*

Tendo em vista essas advertências, busquei atentar para o projeto editorial do Jornal Folha de Ponte Nova, buscando perceber, nele, as disputas que marcam as memórias aí produzidas sobre as atividades realizadas pelas empresas concessionárias, como, por exemplo, o Projeto de Reativação Econômica, tal como é apresentado, nesse jornal, em seu nº 1.157, de 29 de julho de 2011.

Na composição do Projeto Gráfico desta edição do jornal Folha de Ponte Nova percebemos que, além de a notícia “*Candonga investe em geração de renda na comunidade rural Nova Soberbo*” ter sido publicada na página 8, ocupando praticamente 90% de extensão da referida página, é também anunciada na capa do jornal, constituindo uma de suas manchetes, com o seguinte título: “*Candonga divulga relato de atividades de sua hidrelétrica* (página 8)”, indicando a atuação do jornal no sentido de enfatizar as atividades realizadas

<sup>151</sup> MACIEL, L.A. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telegrafo e imprensa – 1880/1920. In: FENELON, D.R. et al. *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d’água, 2004.

<sup>152</sup> Maciel, em sua investigação sobre o processo de transformação “*de parte dos jornais diários cariocas em grandes e lucrativas empresas[...]*”, adverte-nos para o fato de que vendiam “*informações e ideias como se vendia qualquer outra mercadoria.*”(Cf. MACIEL, L.A. op cit, p.21).

<sup>153</sup>Ibidem, p.15.

pelas empresas concessionárias da hidrelétrica Candonga, reservando a elas um lugar privilegiado, bem na “*vitrine da publicação*”.<sup>154</sup>

Partindo da reflexão suscitada por Cruz e Peixoto, ao forjar o conceito de “vitrine da publicação”, para se pensar as capas dos jornais, pude perceber, na configuração histórica assumida pelo Jornal Folha de Ponte Nova, a abertura de espaços para privilegiar o tema da Reativação Econômica empreendida pela empresa hidrelétrica Candonga.

A temática da “Reativação Econômica” é apresentada, no jornal, como a “prova” de que as empresas concessionárias estão cumprindo uma das condicionantes que lhes asseguram a continuidade da licença de operação, articulando interesses do grupo Candonga, em detrimento das reivindicações dos trabalhadores, que significam o projeto de Reativação Econômica muito mais como uma falácia do que parte da realidade vivida. Entretanto, o diálogo anteriormente realizado, com a narrativa da senhora Edwiges, permite-nos descontruir a “prova” apresentada no jornal para inocentar a hidrelétrica Candonga.

Podemos evidenciar como o jornal se alinha, social e politicamente, nessa edição específica, do Ano 23, nº 1.157 do dia 29 de julho de 2011, com o projeto hegemônico Candonga, constituindo e mobilizando o leitor para a leitura de uma realidade – aplicação prática dos “6 projetos” de Reativação Econômica – que são significados de outra forma pelos trabalhadores de Nova Soberbo.

Nessa direção, o jornal Folha de Ponte Nova propõe o diagnóstico de uma realidade pautada na geração de renda para os trabalhadores que indicam um Projeto de Reativação Econômica que existe muito mais enquanto “teoria”.

Ao construir a ideia de um tempo presente marcado pelo investimento das empresas concessionárias, em Nova Soberbo, o jornal Folha de Ponte Nova, além de propor um diagnóstico da realidade em contraste com aquele feito pelos trabalhadores que a vivenciam,

---

<sup>154</sup>No artigo intitulado “Na oficina do historiador: conversas sobre História e Imprensa”, Heloísa F. Cruz e Maria do Rosário C. Peixoto, ao problematizarem os usos correntes da imprensa, no ensino e na pesquisa em História (como material didático e/ou fonte histórica), oferecem-nos um “repertório de procedimentos teórico-metodológicos para seu tratamento”. Nesse repertório, tomado por mim na pesquisa dos jornais Folha de Ponte Nova e na escrita desta tese, não como “modelo”, mas como um possível percurso de análise, as autoras chamam nossa atenção para a importância de indagarmos sobre a configuração histórica assumida pelos jornais que pesquisamos e a disposição/organização dos conteúdos. Nessa direção, advertem-nos para a necessidade de observação, não apenas do “assunto em pauta” (tema pesquisado), mas da extensão e forma como está configurado. Elas apontam para o fato de que as capas funcionam como “vitrine(s) da publicação” (p.264). Partindo dessa mesma perspectiva de abordagem dos jornais, Laura Antunes Maciel também contribui, ao nos advertir para a necessidade de desvelar o projeto gráfico/editorial dos jornais que pesquisamos, pois “uma paginação hierárquica” pode elucidar “uma hierarquização da notícia” (p.28).

constrói uma perspectiva de futuro cujo intuito é “*influir nas direções da história*”<sup>155</sup>. Dessa forma, busca conferir legitimidade ao funcionamento da usina hidrelétrica “Risoleta Neves”:

*O Consórcio Candonga, responsável pela gestão da Usina Hidrelétrica Risoleta Neves, esclarece que a Licença de Operação da Usina, apesar de ser objeto de uma ação judicial, permanece válida, pois ainda cabem recursos que podem ser usados pelas partes envolvidas no processo. Por isso, a Usina continua funcionando dentro das normas legais.*

*Além disso, o Consórcio Candonga continua cumprindo todas as condicionantes e dá prosseguimento aos programas de geração de renda, educação ambiental e responsabilidade socioambiental. Em Soberbo são desenvolvidos os projetos de cultura de hortaliças, legumes e pimentas; plantas ornamentais e árvores nativas; projeto Bucha Vegetal Brasileira; Malharia, confecção de artesanato/acessórios e criação de galinhas poedeiras. Em junho, foi lançado um projeto destinado a idosos de Soberbo, envolvendo lazer, atividades físicas e encontros para resgate da história.*

*Há sete anos, o Consórcio realiza o Seminário de Educação Ambiental para professores e agentes de saúde de Santa Cruz do Escalvado e Rio Doce. Também promove gincana ambiental com as escolas e propõe, anualmente, um edital de apoio técnico e financeiro a projetos elaborados pelas escolas, com ênfase em educação ambiental. Com os professores, são realizadas blitz educativas à montante e jazante do lago.*

*Recentemente, o Consórcio Candonga firmou duas parcerias com a prefeitura de Rio Doce. Uma, no valor de aproximadamente 30 mil reais, assinado em junho de 2011, para manutenção da estrada à margem esquerda do rio Doce. E outro, no mesmo valor, assinado em julho de 2011, com o objetivo de apoiar a reforma da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) do município.*

*Histórico - Em 30 de março de 2004, a Feam<sup>156</sup> concedeu a Licença de Operação (LO) da Usina Hidrelétrica Risoleta Neves. A partir de então, foi autorizada a operação da Usina, que teve início, comercialmente, em 07 de setembro de 2004. Conforme normas regimentais, a validade da LO é de quatro anos. No dia 25 de agosto de 2008, o COPAM/Zona da Mata (Conselho de Política Ambiental), por meio da URC – Unidade Regional Colegiada, referendou o parecer técnico da SUPRAM/Zona da Mata (A Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável), antiga Feam. Em fevereiro de 2011, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais anulou a Licença de Operação da UHE Risoleta Neves. Porém o Consórcio Candonga entrou com recurso contra a decisão, que ainda está tramitando na Justiça.<sup>157</sup>*

O jornal evidencia uma disputa, no tempo presente, em torno do direito de continuidade ou ruptura da Licença de Operação (LO) da usina hidrelétrica Candonga, ao mesmo tempo em que nos permite perceber como se posiciona, nessa correlação de forças. Essa disputa pela continuidade da Licença de Operação (LO) parece estar conduzindo à intensificação, por parte das empresas concessionárias, da elaboração e difusão de notícias,

---

<sup>155</sup> MACIEL, L.A. op cit. p.15.

<sup>156</sup> FEAM-Fundação Estadual de Meio Ambiente.

<sup>157</sup> FOLHA DE PONTE NOVA, Ano 23, nº 1.157, 29 de julho de 2011.

nos jornais. Estes apresentam uma imagem da empresa como responsável, “social” e “ambientalmente”, o que justificaria a anulação da decisão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais que suspendeu, em fevereiro de 2011, a Licença de Operação da UHE Risoleta Neves:

***Candonga tem novo edital de custeio de projetos ambientais***

*Na tarde de 10/10, o Consórcio Candonga lançou, na sede da Associação Comercial e Industrial de PN(Ponte Nova), novo edital para custeio de projetos de educação ambiental, prevendo “ações de inserção e/ou melhoria do processo de ensino de educação ambiental” em comunidades ligadas à área de atuação direta e indireta da usina hidrelétrica mantida pelo Consórcio no rio Doce. Apenas duas entidades serão contempladas, recebendo – cada uma – verba de R\$ 5 mil.*

*Compareceram à solenidade representantes da Prefeitura e da EM (Escola Municipal) Coronel João José, todos de Rio Doce, e, de PN<sup>158</sup>, dirigentes destas entidades: Associação Quilombola Herdeiros de Banzo; Instituto Marragol FC/ Instituto Montessori; Centro Terapêutico Recanto da Vida/Cetervidas[...]*

*O programa oferece verbas para Ong's, projetos sociais, cooperativas e associações – sem fins lucrativos – dos municípios de Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado e PN. As inscrições – só via internet – têm prazo de encerramento em 18/11 via site [www.candonga.com.br](http://www.candonga.com.br). O prazo de execução dos projetos será de 12 meses, contados a partir da efetivação da parceria entre a instituição selecionada e o Consórcio e da liberação de recursos, com resultado final sendo divulgado no mesmo site até 19/12. Mais detalhes pelo telefone (31) 3817-3071, ramal 30, ou pelo e-mail [edital.candonga@gmail.com](mailto:edital.candonga@gmail.com).<sup>159</sup>*

A elaboração da realidade, construída no jornal Folha de Ponte Nova, evidencia o esforço empreendido pela Vale do Rio Doce e Novelis na construção dessa imagem, ao mesmo tempo em que sugere o estreitamento de laços entre as empresas concessionárias, prefeituras locais e o jornal Folha de Ponte Nova, no intuito de legitimar a perpetuação das ações das empresas concessionárias, no futuro.

No entanto, essa memória, divulgada no jornal, silencia sobre as incertezas acerca da vida e do trabalho em Nova Soberbo e regiões vizinhas. As narrativas dos trabalhadores colocam em dúvida essa imagem divulgada pela imprensa sobre a responsabilidade social e ambiental da Vale e da Novelis, apresentando outras formas possíveis para explicar o processo de transformações vivido, que está em choque com a versão impressa pelo jornal Folha de Ponte Nova:

*Gisélia: Eu poderia entrevistar você... assim nesse período que você viveu em São Sebastião do Soberbo? Antes da gente ver a fita? Pode ser? ....é ... eu queria assim... como eu te disse João Bosco, eu quero conhecer as pessoas que viveram em São Sebastião de Soberbo, entender mais como*

---

<sup>158</sup> Ponte Nova.

<sup>159</sup> FOLHA DE PONTE NOVA, Ano 23, nº1.168, 14 de outubro de 2011.” Seção Cidade”. p.6. Ponte Nova/MG.

*que é a vida aqui hoje, como que foi essa questão das famílias terem vindo pra cá... como que foi o início da negociação quando vocês ficaram sabendo que eles iam construir uma usina no lugar onde vocês tinham vivido toda uma vida...*

*João Bosco: Ó, quando a gente tava lá, as coisa era muito melhor, principalmente muita coisa que o consórcio tratô de deixá pro povo hoje em dia muito tá vivendo numa situação muito complicada porque não cumpriu nada do que foi tratado aqui.. Então tô falando pro céus... ... a primeira coisa que não tem jeito da gente... a água daqui não tem condições da pessoa tomá ... porque a água aqui ela é tirada perto do esgoto, aí eles bota cloro na água... a gente vai tomando a água, a barriga vai até roncando... e muita gente passa mal aí por conta dessa água. E a outra coisa que era pra se deixá com o povo aí que foi tratado é a reativação econômica. Trataram de deixá um modo da pessoa trabalá... com isso aí todo mundo tá revoltado porque as coisas não acontece do jeito... muito aí não tem nem condição pra trabalá... não tem o lugar pra trabalá... cê vê aí sempre o carro da Cemig chegando e cortando a luz dos outro que não tem condições de pagá... Eles trataram de deixá aí essa reativação econômica ...uma firma pra pessoa trabalá ... daquele lado lá... pra pessoa plantá pimenta... dá um lote pra cada um plantá pimenta... Aí muita gente tá revoltado, tem muito que até pegaram aí tá tratando, mas apesar das coisas não dá nada ...o lugar é alto... e também vai vender aonde? De que jeito que a pessoa vai sobrevivê disso? Com isso aí ficô muito complicado... aí, com isso aí, muita coisa o consórcio tratô de deixá e não conseguiu.<sup>160</sup>*

Confrontando o significado atribuído pelo senhor João Bosco ao Projeto de Reativação Econômica com a versão construída sobre ele, no jornal Folha de Ponte Nova, podemos entrever que o narrador não se reconhece na escrita desse jornal, uma vez que desconstrói a memória divulgada sobre a UHE: “*Candonga investe em geração de renda na comunidade rural Nova Soberbo*”. Além disso, o narrador evidencia que o projeto de reativação econômica não saiu do papel e que, em Nova Soberbo, “não tem lugar pra trabalá”.

A relação dos trabalhadores com os projetos de Reativação Econômica, apresentados pelas empresas concessionárias da hidrelétrica Candonga, está longe de significar uma parceria harmoniosa, como divulgado no jornal Folha de Ponte Nova. Ao contrário, tal relação tem sido perpassada por disputas e críticas feitas pelos trabalhadores de Nova Soberbo, que aproveitam o momento da entrevista para denunciar a suposta efetividade e praticidade dos “*6 projetos de geração de renda*”.

A narrativa do senhor João Bosco, além de apontar para outras interpretações do projeto de Reativação Econômica, distintas daquelas apresentadas no jornal, também é significativa para evidenciarmos a articulação política existente entre as empresas concessionárias da hidrelétrica Candonga e poderes públicos municipais:

---

<sup>160</sup>Entrevista realizada no dia 17 de julho de 2009, na residência do senhor João Bosco, em Nova Soberbo/MG.

*João Bosco: [...] Tem muita gente que...igual todo mundo teve que assiná pra acontecer a barragem, mas todo mundo crendo em tudo que o consórcio tinha prometido, principalmente a reativação econômica... a reativação econômica é uma empresa que falaram que ia fazê pro povo trabaíá.*

*Gisélia: Empresa de que?*

*João Bosco: Num fala de que assim não...é um modo do povo trabaíá [...] Prometeram assim renda pro povo... mas só que é o seguinte quando o governo autoriza, aí fica bem diferente. O governo autoriza e o prefeito autoriza...e é uma parte que eu vô explicá pro cê assim: por conta de que que o prefeito aqui de Santa Cruz, porque que ele autorizô tudo isso? Ele pega 10% do valor da geração de energia e esse 10% diz que dá mais de 100 mil reais por mês, que ele pega. Então é por isso que ele autoriza tudo, concorda com tudo com a barragem aí né? E o povo aí num tem nada...como sobrevivê, num tem nada...Cê vê só os outros clamando né as coisas. Igual cê pode olhá lá de cima lá (tá se referindo aos lotes destinados à reativação econômica, localizados em terrenos montanhosos)...vai sobrevivê de quê? Se fosse pelo menos o quintal que a pessoa tinha pra plantá umas coisa pro cê comê aí nós queria, mas num mato daquele tudo seco como é que vai conseguir plantá pra sobrevivê?<sup>161</sup>*

Os lotes são significados, pelo senhor João Bosco, como “*mato seco*” o que nos leva a questionar a imagem desses espaços, produzida no jornal Folha de Ponte Nova, como lugares que possibilitam à “*comunidade rural Nova Soberbo, complementação alimentar e de renda*”<sup>162</sup>.

No “*relato de atividades da hidrelétrica Candonga*”, apresentado no jornal Folha de Ponte Nova, há a descrição de “*6 projetos de geração de renda*”, conforme evidenciado na notícia fabricada no dia 29 de julho de 2011, citada anteriormente, mas há silêncios sobre a qualidade dos lotes destinados para a realização das atividades agrícolas constituintes do Projeto de Reativação Econômica, descritas no jornal. Há também silêncios sobre a resistência dos moradores diante das restrições das empresas concessionárias em relação à utilização e posse dos lotes, conforme podemos evidenciar na narrativa do senhor Francisco, que questiona a validade do Projeto de Reativação Econômica, tal como apresentada pelas empresas concessionárias no jornal Folha de Ponte Nova:

*Francisco: [...] tem muitas coisas aí que...muitas pendência que num foi resolvida. E outra, tem muitas coisa, muitas pendências aí que era pra já ter resolvido e num foram. Então eles vai engabelando os pessoal né...É igual o negócio assim, tinha o problema dessa reativação econômica. Hoje o consórcio tá... fazendo aquelas porcariada lá no Soberbo lá, um cercadinho pra criá cabra. Pra quê? Então elas vai comê dentro de um lote de trezentos e sessenta metro quadrado? Ela vai comê ali? Oito, dez cabra pra sustentá? Ah! Pra eles isso é reativação econômica, mas tá fazendo isso só pra acabá e juntá o pessoal né... E agora nós aqui, deram muita pouca terra, pouca*

---

<sup>161</sup>Entrevista realizada no dia 17 de julho de 2009, na residência do senhor João Bosco, em Nova Soberbo/MG.

<sup>162</sup> FOLHA DE PONTE NOVA, nº 1.157, 29/07/2011.p.8. Ponte Nova/MG.

*terra e além disso ainda quer tirá vinte por cento dentro da área da terra...<sup>163</sup>*

Conforme podemos evidenciar, no diálogo com as narrativas dos trabalhadores, a reativação econômica, nos moldes em que é proposta pelas empresas concessionárias, faz parte de um processo de escolhas em conflito, e não de uma lei natural, que basta ser aplicada, sem anuência dos sujeitos envolvidos. Nesse sentido, podemos problematizar o papel do jornal Folha de Ponte Nova como “*o lugar de uma escrita pública, hegemônica que se sobrepõe a outras narrativas e escritas e se produz como o lugar da interpretação autorizada sobre os acontecimentos do presente.*”<sup>164</sup>

Diante do compromisso com a escrita de uma história capaz de trazer à tona as transformações significadas pelos trabalhadores, em confronto com as possibilidades que alegam ter usufruído no passado, em São Sebastião do Soberbo, devo destacar que o livro de poesias *Águas Revoltas: a sensibilidade ferida do atingido irrompe em Movimento e arte* constituiu-se fonte importante de pesquisa e diálogo, devido ao seu caráter insurgente.

A princípio, demonstrei certa resistência em utilizar o livro “Águas Revoltas” como fonte de pesquisa, devido à construção extremamente idealizada das relações vividas no passado. Nos poemas, “*o refugo no espaço do passado*” é utilizado, pelos escritores, como “*escape às durezas do espaço presente.*”<sup>165</sup>

Posteriormente, dialogando com autores<sup>166</sup> que discutem sobre as possibilidades do texto literário como fonte histórica, percebi que, mais que buscar, nos poemas, a apreensão

<sup>163</sup> Entrevista realizada com o senhor Francisco, 54 anos, no dia 29 de janeiro de 2010.

<sup>164</sup> MACIEL, L.A. op cit. p.39.

<sup>165</sup> Cf. PAULA e SOARES evidenciaram que a ruptura dos laços materiais e afetivos com a cidade de São João Marcos , levava os ex-marcoenses a reafirmarem a ideia de que: “*A idade do ouro estaria assim sempre atrás de nós.*” PAULA, D.A. de; SOARES, D.F. op cit, p.16.

<sup>166</sup> Sugerindo caminhos metodológicos para o historiador, diante da literatura, Maria do Rosário da Cunha Peixoto trouxe novas possibilidades de leitura do livro “Águas Revoltas”. Nesse sentido, oferece-nos uma concepção das linguagens, não como “representação”, mas enquanto práticas sociais, isto é, formas de intervenção na realidade. O entendimento da linguagem, enquanto prática social, faz-nos avançar no sentido de romper com o duplo reducionismo da história e da linguagem, realizado pelos ditos pós-modernos: “No Brasil, a leitura de White e de La Capra, muitas vezes se encaminhou no sentido de reduzir o trabalho do historiador a uma questão textual. Há historiadores para os quais nada existe fora do texto[...] O conhecimento histórico, dizem os relativistas, é uma mera representação do real sem qualquer correspondência com a realidade fora da mente do historiador e a linguagem é um mero instrumento para a comunicação de tal representação[...] O que temos então é um duplo reducionismo: da linguagem e da História.” (In: PEIXOTO, M.do R.C. Saberes e Sabores ou conversas sobre História e Literatura. *Revista História & Perspectivas*, Universidade Federal de Uberlândia (UFU), nº45,jul./dez.2011, p.22.) Foi com esse pressuposto que busquei dialogar com os textos literários do livro de Poesias Águas Revoltas.

dos fatos em si, o importante era compreender o “processo de visão” e interpretação desse tempo perdido, expresso em forma de poesia.

Inspirada nos procedimentos teórico-metodológicos adotados por Maria do Rosário da Cunha Peixoto, no diálogo que estabelece com o texto literário enquanto documento histórico, os poemas foram analisados como espaços que expressam “*possibilidades de devir elaborados pelos grupos sociais em luta [...] Mais do que dar um testemunho, ela (a literatura) revela momentos de tensão*”.<sup>167</sup>

Depois de vencida a resistência, compreendi que a escrita de poemas configurou possibilidade concreta de vencer o silêncio e os aspectos autoritários do processo de transformações vivido, conforme podemos evidenciar no poema de autoria do trabalhador Geraldo Pinto Moreira.

O elemento articulador do seu poema é o passado anterior às pressões das barragens hidrelétricas, interpretado pelo autor como tempo “sem dor”, de desfrute das terras produtivas. Além de trazer indícios sobre elementos culturais, compartilhados anteriormente à instalação das hidrelétricas na região da Zona da Mata mineira, o poema traduziu-se em instrumento do qual se utilizou para responder, diretamente, às transformações sociais vividas.

*Pedaço de chão amado*  
Geraldo Pinto Moreira

*Eu não sou poeta*  
*Competência não tenho para ser*  
*Mas algumas verdades tenho p'ra dizer*

*Nossas casas brancas*  
*Com matos verdes*  
*Onde plantamos para colher*  
*Através de suas janelas*  
*Apreciamos a beleza do rio*  
*E assistimos o sol nascer*

*Os terreiros são floridos*  
*É um verdadeiro jardim*  
*E falo que mais ou menos*  
*A nossa vida é assim.*

*Convivemos bem com todos*  
*Assim como convivemos com as flores*  
*É uma pena que esses projetos*  
*Nos causam transtornos*  
*E muitas dores*

---

<sup>167</sup>PEIXOTO, M.do R.C. Saberes e Sabores ou conversas sobre História e Literatura. Revista *História & Perspectivas*, Universidade Federal de Uberlândia (UFU), nº45, jul./dez.2011, p.27.

*Não são palavras de um sábio  
 Eu falo de um sentimento profundo  
 Eu falo dali, daquele pedaço de mundo  
 Que por todos é amado, animado  
 Por isto é difícil demais  
 Nos conformar  
 De ver tudo aquilo inundado*

*Olhando para os atingidos  
 Se vê o sinal de tristeza  
 Esses projetos têm dois sentidos  
 Destroem a nossa vida  
 E enriquecem a empresa*

*Somos filho desta terra  
 Somos raízes, frutos ou sementes  
 Atingidos troncos nossos, entes queridos  
 Nos deixaram como descendentes*

*Quem conhecemos da empresa  
 Se vê, são pessoas nobres  
 Constroem barragem, enriquecem mais,  
 Deixando as famílias atingidas mais pobres*

*Nascemos nestas terras  
 Cada um mora nos terrenos  
 Que são seus  
 Que hora triste será  
 Pra dizer aquilo tudo um adeus*

*O que dizem os atingidos  
 São palavras que saem do coração  
 As empresas usam táticas  
 Trabalham em segredo e desinformação  
 Deixam famílias sem terra sem casa e sem pão.  
 Por isso gritamos alto  
 TERRA SIM, BARRAGEM NÃO!<sup>168</sup>*

O poema de Geraldo Pinto Moreira nos permite perceber o sentido das lutas empreendidas por esses sujeitos históricos pela manutenção, ou expansão, de direitos que alegam possuir. Ao mesmo tempo, sinaliza para o fato de que os direitos endossados nas leis (que preveem a concessão de licenças de prestação de serviços públicos para empresas privadas) podem-se distinguir daqueles endossados pelas experiências dos trabalhadores.

Nessas disputas, ele se utiliza do “grito: TERRA SIM, BARRAGEM NÃO!” mostrando-se convicto, moralmente, do seu direito de permanecer na terra, impondo-nos a

---

<sup>168</sup> Águas revoltas: a sensibilidade do atingido irrompe em Movimento e Arte. MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) Ponte Nova/MG. Maio de 2002.p.19

necessidade de recompor o significado do termo “direito”, forjado por Hobsbawm: “os direitos não existem no abstrato, mas somente onde as pessoas os exigem, ou possa supor-se que elas estão conscientes de sua falta.”<sup>169</sup>

Ao mesmo tempo, podemos vislumbrar como o narrador reconstrói suas experiências de ser trabalhador na Zona da Mata mineira, buscando ir além da perspectiva de identificar como o processo de fato ocorreu, mas reafirmando o movimento prospectivo da história, pois, ao se utilizar da expressão “Terra Sim, Barragem não” indica que o processo pode(ria) ocorrer de outras formas.

Num movimento de reconstrução de traços culturais compartilhados no passado, os poemas do livro “Águas Revoltas” põem a nu noções amplamente divulgadas pelas empresas concessionárias, como a ideia de benesses, progresso, democracia, consciência ambiental, associadas ao empreendimento, conforme podemos evidenciar no poema intitulado: “Atingidos por barragens”, de autoria de Damaris, residente na comunidade rural Casa Nova, município de Guaraciaba, Zona da Mata mineira:

*Do peixe bem fresquinho  
Nunca vou perder o gosto  
Porque aqui no Rio Piranga  
Nunca pode ter desgosto  
[...]  
Vamos lutar  
A nossa comunidade vamos salvar  
Nós queremos nosso pedaço de chão  
Mas barragem não queremos não*

*Se o Piranga falasse  
Pediria para não ser barrado  
Mas como o rio não fala  
Gritamos: jamais será roubado!*

*Eu sou de bem e lutadora  
Sou dona dos meus direitos  
Empresas de barragens aqui  
É coisa que não aceito*

*Prefiro ter minha terra  
Do que ter muito dinheiro  
Com ela eu planto e colho  
Trabalhando o dia inteiro  
[...]  
Não troco minha terra  
Por nenhum outro lugar  
Se é aqui que sai o fruto*

---

<sup>169</sup>HOBSBAWM, E. *Mundos do trabalho*: novos estudos sobre história operária. Tradução de Waldea Barcellos e Sandra Bedran. 5. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. p.417.

*É aqui que eu vou plantar.<sup>170</sup>*

Damaris, ao afirmar “*Sou dona dos meus direitos*”, confere visibilidade às resistências que ficaram esquecidas no processo de construção do projeto hegemônico Candonga. Ao mesmo tempo, sinaliza para a existência de embates entre direitos moralmente reconhecidos(aqueles que alega possuir, fundamentada nas experiências vividas e em convicções morais)<sup>171</sup> e direitos legalmente estabelecidos(que estão positivados em códigos escritos).

Essas dissidências são articuladoras de outros poemas, como o intitulado “A Dor em Poema”, de Geralda Rodrigues de Oliveira, reiterando o potencial insurgente da literatura, que “*acolhe a ambiguidade ali onde as sociedades querem bani-la; diz, por outro lado, coisas que as sociedades preferiam não ouvir*”.<sup>172</sup>

Ao colocar em movimento o pressuposto de “progresso para a nação”, defendido pela Vale e Novelis, Geralda Rodrigues de Oliveira produz deslocamentos e inversões de sentido em relação às memórias legitimadas pelos grupos hegemônicos:

*A Dor em Poema  
Geralda Rodrigues de Oliveira*

*Começo aqui meu assunto  
Falando de um acontecimento  
Que para muitos não tem importância  
Mas para nós é sofrimento*

*Pretendem construir uma barragem  
Em nossa região  
Sem nos pedir permissão*

*Todos nós vivemos bem  
Valorizando a terra que temos  
Por que mesmo sem querer*

---

<sup>170</sup> Águas revoltas: a sensibilidade do atingido irrompe em Movimento e Arte. MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) Ponte Nova/MG. Maio de 2002.p.21

<sup>171</sup> Eric Hobsbawm, no artigo intitulado “Operariado e Direitos Humanos”, ao problematizar a abordagem liberal e burguesa de “direitos humanos”, nos faz avançar em direção à compreensão ampliada do termo: “[...] o mínimo que um historiador pode fazer é esclarecer em que sentido ele utiliza o termo “direitos”. Aqui vou utilizá-lo para significar simplesmente a ideia de qualquer forma de prerrogativa que uma pessoa ou um grupo possa alegar sob alguma lei positiva que, pelo menos em princípio, condene a recusa a garantir esta prerrogativa. Também uso este termo para denotar as prerrogativas que as pessoas acreditam poder alegar com base num conjunto de convicções amplamente aceito, que cubra estas prerrogativas, mesmo se ele não estiver expresso sob a forma da lei com validade jurídica, e sim baseado em convicção moral ou ideológica.” (In: HOBSBAWM, E. *Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária*. Tradução de Waldea Barcellos e Sandra Bedran. 5. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. p.417).

<sup>172</sup> SARLO, B. apud PEIXOTO, M. do R.C. Saberes e sabores ou conversas sobre História e Literatura. Revista *História & Perspectivas*, Uberlândia (45): 15-33, jul./dez.2011. p.26.

*Teremos que sair de onde nascemos?*

*Eles querem comprar as terras  
Para o que bem entenderem fazer  
Mas como pode  
Se não temos terra para vender?*

*Onde está o progresso  
E o futuro da nação?  
Se para isso acontecer  
Tem que causar decepção?  
Somos moradores do campo  
Que merecemos mais atenção  
Desse poder que domina  
A nossa nação.<sup>173</sup>*

Beatriz Sarlo, ao explorar as possibilidades da literatura, enquanto fonte de pesquisa, remete-nos a pensar o caráter dissidente do texto literário, como caminho significativo para a produção de um conhecimento que se faz a partir de articulações interpretativas e tem, por pressuposto, focalizar os “os menos audíveis e visíveis”:

*A literatura é [...] pelo menos desde o século XIX, quase sempre incômoda e, por vezes, escandalosa [...] permite-se a blasfêmia, a imoralidade, o erotismo que as sociedades só admitem como vícios privados, opina com excessos de figuração ou imaginação ficcional sobre história e política; pode ser cínica, irônica, trabalhar a paródia, dar um caráter cômico a temas que por consenso ou imposição, são dados por sérios ou proibidos; pode, no limite falar sem falar, usar a linguagem para não dizer nada em particular; exibir essa impossibilidade na cena dos textos; falsifica, exagera, distorce porque não acata os regimes de verdade dos outros saberes e discursos. Mas nem por isso deixa de ser, a seu modo, verdadeira.*<sup>174</sup>

Coerente com esse pressuposto, podemos perceber, na leitura dos poemas escritos pelos trabalhadores que se consideram atingidos pela construção de barragens, na Zona da Mata mineira, que não se trata apenas de um conjunto de palavras rimadas, desvinculadas do social. Esses poemas traduzem a capacidade de organização e resistência de homens e mulheres que se apresentam como trabalhadores (conforme assertiva de Damaris - “Sou de bem e lutadora”), instalados às margens do rio Piranga e do rio Doce, que interpretam as transformações nas relações de forças sociais, ao longo desse processo de expropriação. Ao mesmo tempo, neles encontramos indícios de que a pretensão de urbanizar Nova Soberbo,

---

<sup>173</sup> Águas revoltas: a sensibilidade do atingido irrompe em Movimento e Arte. MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) Ponte Nova/MG. Maio de 2002.p.27

<sup>174</sup> SARLO, B. Apud PEIXOTO, M. do R.C. Saberes e sabores ou conversas sobre História e Literatura. Revista *História & Perspectivas*, Uberlândia (45):15-33,jul./dez.2011.p.26.

para modernizá-la e racionalizá-la, não foi suficiente para que os costumes vividos em São Sebastião do Soberbo desaparecessem, no espaço asfaltado do reassentamento.

A socialização das informações sobre os efeitos sociais e ambientais das barragens, via livro de poesias, tem um papel importante, no tempo presente, por incitar os movimentos de resistência dos trabalhadores. Assim, ao divulgarem experiências vividas por trabalhadores, em regiões distintas e espacialmente distantes no Brasil, os membros da Igreja e o MAB(Movimento dos Atingidos por Barragens), juntamente com os trabalhadores ampliam a visão sobre a problemática das barragens, ultrapassando o caráter local, para pensar os problemas no âmbito nacional.

A interpretação sobre as memórias forjadas pelos trabalhadores, em relação ao passado vivido em São Sebastião do Soberbo, tomada como ponto de partida para o desenvolvimento dos capítulos 1 e 2, permitiu-me chegar à convicção de que os problemas constituintes das experiências socialmente vividas em “Soberbo Velho” acentuaram-se com a presença da hidrelétrica, ao mesmo tempo em que somaram-se a novos dilemas: a intensificação da relação de compra de víveres de sobrevivência, antes produzidos com trabalho familiar; a não recomposição das terras férteis; a elevação da tarifa de energia elétrica (já que agora os trabalhadores estão cadastrados em área de zoneamento urbano); água ferruginosa imprópria para o consumo humano; perda da proximidade de nascentes d’água, utilizadas para consumo doméstico e criação dos animais; encarecimento da manutenção das casas, construídas com materiais e arquitetura distintas daqueles de “Soberbo Velho”, demandando produtos e cuidados antes dispensáveis; problemas infraestruturais(rachaduras) nas casas; desgaste das portas, devido à péssima qualidade dos materiais de construção; inviabilidade da pesca e atividades agrícolas, bem como impossibilidade de dar continuidade à prática de construção das casas com trabalho familiar e material retirado do rio; ausência de escritura e regularização das novas casas; dificuldade de acesso aos lotes e falta de autonomia para cultivá-los, dada a dependência imposta, pelas empresas, de uma utilização planejada por seus técnicos.

A esperança de que a vida iria melhorar após a Reativação Econômica , ou a partir dos trabalhos indiretos demandados para erigir a hidrelétrica Candonga, transformou-se, para muitos, sobretudo os mais jovens, em mera ilusão:

*Gisélia: E você já teve algum aviso assim deles de que seu prazo tá vencendo?*

*Tiago: É, eu já conversei muito com o Marcelo(representante das empresas concessionárias Vale e Novelis) antes, entendeu: cara como é que vai ficar nosso contrato Marcelo, cê vai renovar com a gente? Ele virou um dia e falou pra mim: “ \_Ah, isso aqui vai ser pro...isso aqui era pro cês ter ficado*

*quatro mês.” Porque teve uma época que rolou um trem do MAB, que Zé tava trazendo, que eles iriam ficar ali embaixo ali, aí ele virou pra mim e falou: “\_ cê[s] era pra ter ficado aqui quatro mês, olha pro cê[s] vê, cê[s] já tão indo pra oito mês.” Até fiquei indignado né, o cara falou assim comigo né! Falei, ah então beleza, colocou a gente aqui pra pegá no pesado né! Eu pensei assim[...] Porque eu queria era a renovação, todo mundo tá na expectativa é da renovação nossa, entendeu? Só que igual eles falô que ia ser pra sempre, isso aqui tinha que ser pra sempre, só que lá[nas reuniões no CEAS<sup>175</sup> e na SEDESE] eles fala uma coisa, aqui é outra, igual eu te falei. Então, pra mim eu acho que o jeito é meter o pé pra fora mesmo! Mesmo sem querer né? Porque a gente sai é porque não tem jeito mesmo, né? Cada um na sua cidade...quando nasce na cidade, então!<sup>176</sup>*

No próximo capítulo, meu propósito é trazer, para o debate público, como ficou a questão da universalização de direitos que reconhecemos como sociais, como aqueles concernentes ao acesso a água potável, energia elétrica, educação, saúde, moradia e trabalho, a partir da migração para Nova Soberbo.

Focalizo a obra em todas as suas etapas, desde o momento inicial, com a elaboração do EIA/RIMA, até boletins, panfletos e catálogos difundidos pela Vale e Novelis, buscando perceber, no questionamento a esses documentos, como a “cultura do povo” entra no ideário desses grupos econômicos, para justificar seus projetos de expansão. O processo de mudança para a área do reassentamento e os significados atribuídos aos modos de vida, em Nova Soberbo, também são colocados no centro da análise.

Na medida em que os trabalhadores vão reconstruindo modos de vida e reivindicando direitos de presença, no ambiente urbanizado de Nova Soberbo, percebemos a preocupação das empresas concessionárias em incorporar a história oral, nas campanhas realizadas, como caminho estratégico para a constituição da hegemonia, que é continuamente realimentada no presente, não obstante a hidrelétrica já se encontre em operação desde 2004.

---

<sup>175</sup> Conselho Estadual de Assistência Social e Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social.

<sup>176</sup> Entrevista realizada com o Tiago, 22 anos, no dia 15/12/2012, em Nova Soberbo/MG.

### **Capítulo 3 – A “voragem do progresso”: Nova Soberbo em marcha**

*Iniciadas as obras da hidrelétrica Candonga*

*Iniciadas em 15 de junho de 2001, as obras da Hidrelétrica de Candonga estão em ritmo normal, dentro do cronograma previsto. A conclusão da obra, que terá várias etapas, está prevista para março de 2004, e a geração de energia comercial deverá ser iniciada em novembro de 2003. Além de contribuir para o fim da crise energética no país, ocorrerá um grande impulso para o desenvolvimento econômico e social de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado, gerando novas oportunidades de emprego, rendas e negócios[...]. Benefícios Indiretos: Vários pequenos empresários e proprietários de imóveis já ‘sentiram’ o aumento do movimento nos municípios de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado. Com mais gente empregada e com novos moradores chegando, há um aumento do dinheiro circulando nas cidades, beneficiando a todos. Alguns, mais empreendedores, já estão aproveitando as novas oportunidades que surgem. (Informativo Candonga Ano 1-Número 1, Julho de 2002.)<sup>177</sup>*

A chegada das empresas Vale e Novelis, no ano de 1999, quando iniciaram etapa preliminar do planejamento do empreendimento, após concessão de Licença Prévia pela FEAM (Fundação Estadual do Meio Ambiente)<sup>178</sup>, afetou profundamente a vida das pessoas, em Santa Cruz do Escalvado, e foi acompanhada de uma campanha incisiva, por parte das empresas concessionárias, para tentar convencer a população da inexorabilidade da hidrelétrica: “Além de contribuir para o fim da crise energética no país, ocorrerá um grande impulso para o desenvolvimento econômico e social de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado, gerando novas oportunidades de emprego, rendas e negócios.”

Houve um longo processo, no qual as empresas concessionárias buscaram o convencimento da população. Além de produzir a ideia de que o Brasil passava por uma “crise energética”, os propagandistas da Vale e da Novelis empreenderam todo um movimento, no intuito de fazer as pessoas crerem que a hidrelétrica representaria, nesse contexto de “crise”, uma grandiosidade no cenário nacional. Assim, o “Editorial” do primeiro boletim informativo, supracitado, ao expressar as finalidades da publicação, dá visibilidade à construção de uma memória sobre a empresa como aquela que irá solucionar a crise energética vivida no país e, também, a crise social, com geração de trabalho, renda, além de energia. As benesses propagadas não se restringiriam ao território de Santa Cruz do Escalvado

---

<sup>177</sup> Informativo Candonga – Informativo Mensal do Consórcio Candonga. Equipe de Comunicação Social do Consórcio Candonga, Coordenação: Celso Charneca/CVRD, Maurício Martins/ALCAN. Jornalista Responsável: Celso Charneca – registro profissional: 14.527/MTbRJ, Coordenação Editorial: Equipe Holos, Reportagem e Ilustração: Equipe Holos, Projeto Gráfico e Diagramação: Gerência de Comunicação Regional Minas Gerais/CVRD.

<sup>178</sup> Atualmente denominada SUPRAM/Zona da Mata – Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

e Rio Doce, mas constituiriam o “impulso” necessário para o “desenvolvimento” de todo o território nacional.

De acordo com a campanha das empresas, o motivo pelo qual as pessoas deveriam deixar suas casas, seus referenciais culturais e antigas formas de sociabilidade eram nobres e, supostamente, “públicos”: elas ajudariam a salvar o país. Assim, a obra de engenharia do consórcio Candonga, que inundou, aproximadamente, 46% do município de Santa Cruz do Escalvado<sup>179</sup>, é apresentada, no Informativo Candonga, como motivo de “orgulho”, não só para os empreendedores, mas também para “*empregados participantes*”. Todos os envolvidos nesse projeto de expansão são apresentados como atores que projetam, na hidrelétrica, a confiança de sanar “*uma das mais importantes e urgentes prioridades do Brasil*”:

*Editorial*

*A geração de energia é uma das mais importantes e urgentes prioridades do Brasil. As empresas e os empregados participantes do Consórcio Candonga sentem-se orgulhosos em partilhar desse esforço, cujo sucesso não seria possível sem a colaboração e o apoio ativos das hospitaleiras comunidades e autoridades dos municípios de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado.*

*Este Informativo Candonga é o primeiro número da publicação que será distribuída todo mês na comunidade. Aqui, o leitor, morador, líder comunitário, estudantes e visitantes – encontrará informações sobre o andamento da construção da Hidrelétrica e de Novo Soberbo.*

*Em cada etapa da obra, o Informativo Candonga informará as providências e os cuidados que os moradores deverão tomar para garantir a segurança e o bem-estar da comunidade e a preservação do meio ambiente. (Informativo Candonga Ano 1- Número 1 de Julho de 2002).*

Interessante perceber que essa memória, para tornar-se hegemônica, precisou incorporar, pelo menos idealmente, as aspirações das pessoas por um futuro mais próspero, com possibilidades asseguradas de “*trabalho e renda*”, “*bem-estar*”, “*segurança*” e “*preservação do meio ambiente*. ” Ao mesmo tempo percebemos, na elaboração do Informativo Candonga, um processo em disputas, no tempo presente, no qual os representantes das empresas concessionárias (Vale e Novelis) se utilizaram dos meios de comunicação como principal espaço para expandir o poder econômico.

A intervenção das empresas, entretanto, longe de sanar as crises social e energética, no país, traduziu-se na recomposição de velhas discrepâncias sociais, em novas configurações espaciais. Essas discrepâncias, contudo, não aparecem nas memórias difundidas pela Vale e Novelis. A partir da elaboração de boletins informativos mensais, de divulgação gratuita, as

---

<sup>179</sup> Tabela 1 – Percentual da área do município inundada pelo reservatório da UHE Candonga. “A Tabela 1 apresenta o percentual da área do município inundada pelo reservatório da UHE Candonga, seguindo procedimentos adotados na Resolução ANEEL nº 87/2001 e solicitado mediante ofício nº 175/2003 – SIH/ANEEL, de 04 de julho de 2003, foi calculado e informado pelo Consórcio Candonga através da carta S/N, de 18 de julho de 2003.” Disponível em <[www.aneel.gov.br/cedoc/arch2004273.pdf](http://www.aneel.gov.br/cedoc/arch2004273.pdf)> Acesso em: 04/06/2012.

empresas produziram silêncios sobre algo que está sendo vivido e elaborado, no tempo presente, por trabalhadores rurais expropriados, como a senhora Edwiges:

*É muita desigualdade sabe? Nossa Senhora, aqui tá um inferno! Num dá não! Nós somos sobrevivente do salário mínimo aqui no Soberbo... Lá [em São Sebastião do Soberbo] você tinha poeira! Aqui você tem um asfalto e um ônibus passando na porta, mas não cobre a liberdade que você tinha lá com a daqui não! Qualquer coisa que apertava alguma coisa, você tinha pra onde correr, aqui não. Aqui essa reativação econômica que não sai nunca! Daqui um tempo aqui nesse Soberbo, daqui um tempo isso vai ser um deserto! Porque aqui tem uma....uma...uma... é...como é que eu vô falá gente? Uma diferença muito grande de idade das pessoas, se for contá tem muita gente idosa, é um grau de idade, então por exemplo, daqui uns três, quatro ano, quem tiver seus vinte e vinte e dois vai sair, aí vai continuá os idosos e as crianças, sabe o contraste? Tem muito idoso, muita... a maioria das pessoa aqui é aposentado ou pensionista, a garantia de emprego é pouca, pra poucas pessoa e mesmo assim aqui num tem ninguém fichado.*<sup>180</sup>

Os recursos regionais, de acordo com a narradora, foram apropriados pelo capital privado nacional e internacional sem que ela participasse dessa apropriação, culminando na intensificação de desigualdades preexistentes. A confrontação dessas fontes nos possibilita evidenciar memórias em embates, além de apontar para a necessidade de situar as histórias e memórias sobre o processo de transformações, em Nova Soberbo, no suposto marxista da luta de classes.<sup>181</sup>

No entanto, a luta de classes é expurgada desse boletim informativo. Na sessão intitulada “Iniciadas as obras da Hidrelétrica Candonga”, torna-se ainda mais evidente essa utilização dos meios de comunicação para produzir e veicular memórias que transformam as experiências de conflitos dos sujeitos em “*colaboração e apoio ativos das hospitaleiras comunidades.*”

As desigualdades que perpassaram as lutas sociais, evidenciadas pela senhora Edwiges, apontam para outros caminhos de reflexão que não ratificam a ideia de que o processo foi realizado entre “colaboradores”. Os Informativos Candonga ocultam a trama de dissidências a partir da reiteração da imagem que associa o empreendimento hidrelétrico ao progresso gerador de “desenvolvimento”:

---

<sup>180</sup>Entrevista realizada no mês de Julho de 2010 com a senhora Edwiges, trabalhadora rural, 44 anos, quatro filhos, moradora em Nova Soberbo.

<sup>181</sup> Cf. Thompson, “classe” é uma categoria histórica, deriva de processos sociais através do tempo e é inseparável da noção de “luta de classes”. Nos embates sociais é que as pessoas se veem enquanto parte de um conjunto mais amplo de interesses e contradições. (In: THOMPSON, E.P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. São Paulo: UNICAMP, 2001. p.269-274).

*Iniciadas as obras da Hidrelétrica Candonga: Iniciadas em 15 de junho de 2001, as obras da Hidrelétrica de Candonga estão em ritmo normal, dentro do cronograma previsto. A conclusão da obra, que terá várias etapas, está prevista para março de 2004, e a geração de energia comercial deverá ser iniciada em novembro de 2003. Além de contribuir para o fim da crise energética no país, ocorrerá um grande impulso para o desenvolvimento econômico e social de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado, gerando novas oportunidades de emprego, rendas e negócios. (grifo meu) Os inevitáveis transtornos causados pela obra, como o trânsito de veículos pesados, relocações imediatas, o barulho, dentre outros, estão sendo minimizados ou eliminados através do constante diálogo e da cooperação da comunidade com o Consórcio. Os moradores afetados são conscientes de que estão ajudando a construir um futuro melhor (grifo meu) que, se por um lado, exige sacrifícios, por outro gera muitos benefícios e oportunidades.<sup>182</sup>*

O discurso do “progresso”, geração de emprego, energia elétrica e renda, produzido e propalado pelas empresas concessionárias de serviços energéticos, embora desmitificado pela narrativa da senhora Edwiges, encontra condições sociais propícias à sua aceitação: o desemprego, a desigualdade social, a expectativa de renda e trabalho, vivenciados por muitos brasileiros, na conjuntura atual.

Não se trata apenas da imposição de um discurso sobre o progresso elaborado, externamente, pelos “organismos privados de hegemonia”<sup>183</sup>- e pelos “órgãos burocrático-estatais”, mas de um discurso elaborado a partir de condições sociais amplamente favoráveis à sua aceitação.

A geração de energia, renda e trabalho, anunciada pelas empresas concessionárias de serviços públicos, num país onde muitos vivenciam dificuldades para suprir as próprias necessidades de existência, devido às oportunidades desiguais de acesso ao mundo do trabalho e aos bens gerados por ele, é chão fértil para a adesão à ideia de “progresso”,<sup>184</sup>.

---

<sup>182</sup> Informativo Candonga, Ano 1-Número 1 de julho de 2002.p.2.

<sup>183</sup>Para Coutinho, a noção de aparelhos privados de hegemonia foi forjada por Gramsci no intuito de “captar plenamente uma dimensão essencial das relações de poder numa sociedade capitalista desenvolvida, precisamente aquela “trama privada” [...] que mais tarde ele irá chamar de “sociedade civil”, de “aparelhos privados de hegemonia”. Ou seja, organismos de participação política aos quais se adere voluntariamente(e, por isso, privados) e que não se caracterizam pelo uso da repressão.” Para Carlos Nelson Coutinho, a relevância dessa “descoberta dos aparelhos privados de hegemonia” reside no fato de que, a partir dela, Gramsci amplia a teoria marxista clássica do Estado, que o concebia de forma reducionista, como “máquina estatal”, restringindo-o a um conjunto de aparelhos repressivos e coercivos. (Cf. COUTINHO, C.N. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1989. p.75-76).

<sup>184</sup> Dilma Andrade de Paula, em artigo intitulado: Estado e Aparelhos Privados de Hegemonia na supressão dos ramais ferroviários - contribui para pensarmos sobre as condições de produção do consenso ao analisar o processo de erradicação dos ramais ferroviários e a consequente construção de rodovias para substituí-los. “O

Nessa direção, as transformações ocorridas são, aqui, entendidas, não como resultantes, unicamente, da ação imperiosa das empresas concessionárias, independente das vontades e interesses dos trabalhadores de São Sebastião do Soberbo e regiões vizinhas. É importante considerar que os sujeitos estão inseridos numa realidade social excludente e que as experiências de privações os conduzem à aceitação do discurso propagador do desenvolvimento, geração de trabalho e renda.

A produção de sentidos, evidenciada nos fragmentos supracitados do Informativo Candonga, me levou a recompor a ideia trabalhada por Eder Sader, de “*voragem do progresso*”. “*Voragem do progresso*” que significa investigar como os moradores estão se colocando nesse processo, como reconstroem suas vidas em meio a perdas concretas, e suas constantes “*lutas por migalhas*”.<sup>185</sup>

Sader trata de experiências vividas por “novos personagens que entraram em cena”, em São Paulo, nas décadas de 1970 e 1980; investiga as transformações nos modos de vida e relações de vizinhança decorrentes das alterações infraestruturais, entendidas por alguns como “melhorias públicas”, no bairro Jabaquara em São Paulo.

Nesse sentido, a ideia de “progresso”, comumente significada enquanto “processo objetivo”, deve ser pensada no conjunto das relações sociais, que promovem transformações ininterruptas, nas quais alguns sujeitos são beneficiados às custas de muitos:

*O termo voraz me pareceu apropriado para assinalar um traço marcante da experiência de vida na metrópole paulista. Só que pelo menos para os casos que estamos examinando, a voragem aparece primeiro como um atributo de processos exteriores e independentes das vontades dos indivíduos. É o progresso que é vivido como um processo objetivo, com vida própria, que traz melhorias para os que sabem (ou podem) aproveitar-se dele, mas também traz perdas e sacrifícios para os que não conseguem “pegá-lo pelo lado certo.” [...] Essa tal voragem foi, em primeiro lugar, a experiência de viver numa metrópole num crescimento vertiginoso que, para realizar-se teve de destruir e refazer constantemente seu ambiente construído.*<sup>186</sup>

argumento baseado no ‘antieconomicismo’ das linhas ferroviárias foi o principal para a elaboração e difusão de um “discurso produtor do fracasso ferroviário”. Este, por sua vez, só alcançou aceitabilidade por parte dos usuários devido à conjuntura social vivida: O discurso produtor do fracasso ferroviário só encontrou terreno fértil, devido à predisposição social para tal aceitação. Com o sucateamento dos trens, os passageiros se afastavam desse modal, procurando outras soluções. Dessa forma, não foi muito difícil justificar sua extinção.” (In: MENDONÇA, S.R. *O Estado brasileiro: agências e agentes*. Niterói: EdUFF/Vício de Leitura,2005. p.74).

<sup>185</sup>SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p.12,63.

<sup>186</sup>Ibidem, p.66-67.

O conceito “voragem do progresso<sup>187</sup>” pareceu-me importante exatamente por nos conduzir a desnaturalizar a noção de progresso para investigá-lo no seio das relações de força em que surge e se desenvolve. É preciso, portanto, deslocarmos a ideia de “progresso”, apresentada nas memórias produzidas pelos representantes da Vale e Novelis de forma abstrata, para analisar as condições concretas nas quais ele acontece.

As narrativas dos trabalhadores expropriados nos permitem desconstruir essa imagem do “progresso enquanto processo objetivo”, pois evidenciam os custos envolvidos nesse processo e que a suposta “geração de emprego, energia e renda para o Brasil”, difundida pela Vale e pela Novelis em relação ao empreendimento Candonga, é concretizada apenas para alguns brasileiros.

Tais custos são evidenciados no significado que a senhora Edwiges confere às mudanças vividas, em que podemos perceber que não se trata apenas de um processo em disputas no tempo presente, mas, também, que ocorre em desigualdade de condições, experimentada por ela não como “progresso”, mas como “inferno”: “É muita desigualdade sabe? Nossa Senhora, aqui tá um inferno! Num dá não! Nós somos sobrevivente do salário mínimo aqui no Soberbo...<sup>188</sup>

A ausência de trabalho, em Nova Soberbo, é outro aspecto interpretado pela senhora Edwiges nesse processo de transformações, quando enfatiza que “a garantia de emprego é pouca, pra poucas pessoa e mesmo assim aqui num tem ninguém fichado”. Como decorrência

<sup>187</sup> Além de Eder Sader, outro autor que nos faz avançar na dessacralização da ideologia liberal sobre o progresso é o autor I. Wallerstein, em seu texto “Sobre progressos e transições. Um balanço, Capitalismo Histórico & civilização capitalista”. O autor problematiza o conceito de “progresso” – conceito sempre presente no discurso dos defensores do capitalismo, que agregam à palavra progresso um sentido positivo, a ideia de benesses. O autor parte, em sua análise, de perspectivas comparadas entre o capitalismo histórico e sistemas que o antecederam, sempre questionando a “ideologia dos burgueses liberais” de que há maior progresso e benefícios, no mundo moderno, do que em sistemas históricos precedentes. Em seu texto, I. Wallerstein parte da investigação das realidades que acompanharam a noção de progresso, ao invés de tomá-lo como abstração. A partir desse caminho teórico-metodológico, defende a tese de que, ao contrário do difundido pela ideologia liberal triunfante, no século XIX, sobre o progresso, o capitalismo representa, em relação aos sistemas históricos anteriores, regressos e malefícios, em muitos aspectos, que não estão explícitos na idéia de progresso, mas camuflados: “Não é verdade que o capitalismo como sistema histórico tenha representado um progresso em relação aos vários sistemas históricos anteriores que ele destruiu ou transformou. As transições e mudanças, nem sempre significam necessariamente progresso”. O autor nos convida a pensar nas questões ambientais e ecológicas para percebermos que o desenvolvimento de novas técnicas não é neutro, mas traz consigo objetivos de dominação social. Tais objetivos de acumulação de capital, por parte dos grupos, materializam-se em consequências ambientais e sociais catastróficas, e não progressistas. O pleno progresso do capitalismo industrial, ao que parece, está somente no discurso daqueles que o proclamam e não na realidade das transformações. Ao afirmar isso, I. Wallerstein nos adverte: “Não estou tentando pintar um mundo idílico que teria existido antes do capitalismo histórico. Houve mundos de pouca liberdade, pouca igualdade e pouca fraternidade. A questão é saber se o capitalismo histórico representou progresso ou regressão quanto a isso[...] Não é óbvio que haja mais liberdade, igualdade e fraternidade no mundo atual do que havia há mil anos...” (In: WALLERSTEIN, I. Capitalismo Histórico e Civilização Capitalista. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001. p.86).

<sup>188</sup> Entrevista realizada com a senhora Edwiges, Julho 2010, Nova Soberbo/MG.

da falta de oportunidades de trabalho, a narradora aponta a própria dispersão da família pois, no intuito de garantir a manutenção das condições de existência, muitos jovens são impelidos a procurar trabalho fora dali.

Ao afirmar que “*o asfalto*” e *o ônibus passando na porta*” não cobrem “*a liberdade*” da vida em São Sebastião do Soberbo, a senhora Edwiges nos possibilita ver além do aparente, pois traz evidências de que não se trata, meramente, da construção de um novo espaço físico – Nova Soberbo – dotado de infraestrutura típica de ambientes modernizados: ruas pavimentadas, arquitetura urbana, centro comercial, ônibus, asfalto ligando Nova Soberbo às regiões vizinhas de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado: “*Lá você tinha poeira! [...] Qualquer coisa que apertava... você tinha pra onde correr, aqui não. Aqui essa reativação econômica que não sai nunca...*”

A construção de um novo espaço, mais urbanizado, implicou a desestruturação e reconstrução de novas relações sociais, a partir de outras condições de produção. Além disso, o desemprego, elemento muito presente desses viveres, parece deixar esse lugar na iminência da desertificação: “*Daqui um tempo aqui nesse Soberbo, daqui um tempo isso vai ser um deserto!*”

Nova Soberbo atrai os olhares dos trabalhadores das regiões vizinhas, que veem as mudanças no espaço físico sem articulá-las às consequências sociais para aqueles que ali as vivenciam. Não é raro, entre os trabalhadores de regiões vizinhas, alheios ao processo de transformações, significarem as mudanças como melhorias, tomando por base apenas o elemento “aparente”.

Essa imagem se desfaz no exato momento em que a confrontamos com as narrativas dos moradores de Nova Soberbo, pois quanto mais investigamos as transformações nos modos de vida, mais inapropriada parece a noção de “progresso”:

*Gisélia: Aí eu queria saber assim como que era, né, assim, como que era a vida lá, como que é a vida aqui, o que que mudou ou se não mudou.*

*Edwiges: Ó, a melhora aqui foi só a aparência né, na estrutura, que todo mundo que chega aqui acha que deu um passo enorme e na verdade, pra quem mora aqui num foi bem isso, né. Inclusive eu tô com um problema aí, igual ontem discuti com o cara, o tal Joel aí ... o serviço que eles fizeram até pouco tempo atrás foi todo embora, mas um problema é que a porta estorô todinha... Então... se fosse eu não colocaria um material ou uma bomba assim em cima do meu telhado né...*

Se cruzarmos os elementos comuns presentes nas narrativas sobre a vida em Nova Soberbo, no tempo presente, torna-se possível perceber que o proclamado “desenvolvimento”, além de excludente, culminou, para a maioria dos moradores, na desestruturação das antigas condições de produção.

A narrativa da senhora Eleonora, moradora em Nova Soberbo, trabalhadora rural, também nos conduz a problematizar a imagem que associa asfalto, arquitetura urbana e energia elétrica como símbolos da organização, do desenvolvimento, de melhorias. Quando indagada sobre o processo de mudança para Nova Soberbo, ela nos possibilita ir além daquilo que as pessoas percebem, nesse processo: os custos e os ganhos da geração de energia por empresas capitalistas no Brasil, no tempo presente.

*Ninguém tá gostando daqui não...Casa boa, mas não tem serviço, não tem serviço não... A moradia não tá boa. Os idoso morreu tudo aborrecido porque ês tiraram esse pessoal de lá, o resultado: falaram que ia dar uma cesta básica pra nós até nós...cesta básica não gente, é...é é um salário a cada família até fazer uma fábrica aqui pro pessoal, cê entendeu? Não fez nada, tirou nós do lugarzim que lá ainda tinha uma areia pra nós tirar no rio né, pra ganhar o pão né, lá tinha uma lenha pra nós buscá, lá tinha um lugar de prantá porque qui não tem lugá de prantá. Até os lote, cê pode oiá lá em cima ó, os lote que eles deu pro pessoal prantá, ninguém gostô, tá ali ó, ninguém qué os lote, é tudo morro, não tem condição... uma véia de oitenta e tantos ano igual minha mãe tinha ela podia subi lá em cima pra prantá? Num tinha jeito entendeu? Então a casa é muito boa na verdade, mas não tem nenhuma garantia de emprego nesse lugar aqui. Esse lugar aqui não serve pras pessoa...tem tantos rapazim novo pras rua a fora a toa porque não tem, não tem sobrevivência aqui, não tem um meio entendeu? Então, tudo bão uai, tudo asfaltado, tirou nós daquele lugar lá que não tinha asfalto, mas o meio de sobrevivência aqui não é bão, aí eu falo com cê a verdade, e o consórcio já virou as costa pra nós, já foi embora... e as casa tá tudo aí, tudo mal feita, eu posso te mostrar ocê as porta da minha casa que é tudo de papelão, daqui uns tempo eu não vou ter porta mais na minha casa...dentro de casa, eu posso levá ocê lá entendeu? Não...não tá arrumando nada direito não, não tá arrumando não...já foi tudo embora. Portanto eu liguei pra eles outro dia pra eles vim aqui porque eles começaram a pintá minha casa e não acabô de pintá a casa entendeu? Ah! e trocar as porta pra mim, a troco de outra, porque eles trocô de outro e não trocô minha...Não tá nem aí.<sup>189</sup>*

A narradora incita-nos a repensar a ideia de progresso, que é significada não como sinônimo de “casa boa”, ou chegada do asfalto. Ao mesmo tempo, leva-nos a problematizar a visão difundida no “Informativo Candonga”, que apresenta a construção da hidrelétrica como campo de possibilidades de trabalho, renda e negócios<sup>190</sup>. Conforme os significados atribuídos pela senhora Eleonora ao processo de deslocamento de São Sebastião do Soberbo para Nova Soberbo, trata-se de um “projeto modernizador”, levado a efeito por empresas privadas, com a

---

<sup>189</sup>Entrevista realizada com a senhora Eleonora, no dia 16 de julho de 2009, em sua residência, no distrito de Nova Soberbo.

<sup>190</sup>Cf. Informativo Candonga, citado na página 126.

subvenção do Estado, mas que excluiu a maioria dos moradores de Nova Soberbo dos benefícios do empreendimento hidrelétrico Candonga.

Interpretando a narrativa da senhora Eleonora, percebemos que esses trabalhadores buscam dar continuidade às antigas formas de produção. Entretanto, os lotes de terras, em Nova Soberbo, destinados à reativação econômica, estão localizados em regiões montanhosas e demandam investimentos para serem cultivados. Isso significa que a maior parte da população da Nova Soberbo se vê obrigada a enfrentar novas condições de produção que exigem maiores investimentos e um esforço de preparação da terra que, anteriormente, não eram necessários.

A formação do reservatório Candonga significou, para muitos trabalhadores rurais, conforme já analisado nos capítulos 1 e 2 desta tese, a supressão das terras agricultáveis, de onde provinha a principal fonte de subsistência de suas famílias. É importante ressaltar que a expropriação das condições sociais de produção abrangeu, além da população rural deslocada de São Sebastião do Soberbo, trabalhadores de regiões vizinhas, para os quais as terras e as águas do rio Doce constituíam alternativas para enfrentar as duras condições de vida típicas dos trabalhadores rurais da Zona da Mata mineira, conforme evidências nas narrativas do senhor Adelson, meeiro da fazenda Auxiliadora (localizada na comunidade Jerônimo), vendida para o consórcio Candonga:

[...] Aí quando deu no outro dia, 13 de setembro de 2006, veio dois camburão aqui em casa lá de Jequeri, tenente, sargento, polícia, eu estava sozinho aqui em casa. Aí eu tinha até acabado de almoçá, demorei até um pouquinho a atendê eles, fui lá chamei eles pra chegá porque o sol tava quente né: “Então vão chegá lá pra sombra que nós conversa melhor”...Aí o tenente até deu uma risada e só disse assim pro outro, pro sargento: “\_ É, num é como eles falaram não.” Porque as vez eles deve tê falado lá que eu sou nervoso, sou bravo e aquilo outro né. Aí eu conversando com ele um pouco ele também estava com a folha na mão, com a própria folha na mão, a mesma que eu tenho aqui. E respondeu pra mim assim: “\_ Eu estou com a ordem do juiz porque me passaram que o girico, que trouxe uma máquina aí dentro ontem e vocês pararam a máquina.” Eu respondi pra ele a verdade: “\_ Infelizmente paremos sim porque tá destruindo nossos alimento, nós viemo aqui pra trabalhá, nos trabalhemo pra comê.” E ele pegô e falô assim: “\_ Então cê pega a folha de intimação aqui que o juiz mandô, tá em mãos [...] Eu vou te ver hoje ainda com a juíza lá em Jequeri e depois nós vê como é que faz.” Aí passou de novo, nós começemo a plantá de novo, em dois mil e cin...sete, dois mil e sete começemo a plantá de novo. Quando em 2008 o...nós começemo a plantá já começou aquela encrença em cima de nós de novo, que nós tem que sair, porque se num sair que eles tá com “luminá”(leia-se liminar) na mão, entendeu? Que eles tá com “luminá” na mão, orde de juiz, pro juiz mandá polícia pra cima da gente, entendeu? Que nós sai de qualquer maneira lá de dentro da propriedade que eles precisa dela de toda forma. E eu sempre falando: “Num entrego, não tem jeito, nós vão pra onde? Nós vão pra onde? Nós vão pra onde?... Eu continuei

*cortando uma cana minha pras criação ali e eles foram embora pra lá... Daqui há pouco tempo, uns dez minuto, sobe um trator, uma retroescavadeira, foi lá na minha roça, entrô a retroescavadeira na roça cortô as mandioca de dona Glória, cortô as mandioca da Maria do Dadinho também, as batata de novo, aí fechô a casinha lá pras seis hora e foi embora. Quando foi no outro dia a minha roça do morro, trouxe a turma do consórcio com foice e cortô a roça toda.*

*Gisélia: E o que o senhor tinha lá?*

*Adelson: Milho, feijão, é abróba, é fava, cana, mamão, tá tudo no chão lá entendeu? E arrancaram a cerca também que cercava a roça, arrancaram tudo. E passaram pra turma lá de baixo que no outro dia eles vinha fazê o pagamento e até ontem não veio. Agora eles já tá com outra ideia que ali vai ser dividido pro reassentado lá de baixo do Candonga, que mora pouco pra baixo ali. Agora eles já tem terra porque já foi reassentado e nós vâo pra onde? Oito mil num traz felicidade...eu acho que um pai de família que tem aí três filho em casa o que que vale oito mil?<sup>191</sup>*

Nesse sentido, faz-se importante ressaltar que o conceito “atingido”, tal como significado pelas empresas concessionárias (Vale e Novelis), deve ser problematizado, pois se restringe aos trabalhadores com título de propriedade na região diretamente inundada de São Sebastião do Soberbo. A situação de “atingido” abrange muitos outros trabalhadores, como o senhor Adelson, além daqueles deslocados para Nova Soberbo, uma vez que o número de trabalhadores alijados de seus modos de trabalho ultrapassa, e muito, o número de trabalhadores transferidos para a região do reassentamento.

Além das entrevistas, as fotografias constituem importantes documentos de pesquisa, por também nos permitir esquivar da perspectiva de lidar com a ideia de “progresso” como algo abstrato, com vida própria, para verificar como esse conjunto de transformações que a palavra designa é vivenciado. Faz-se relevante ressaltar que as fotografias são aqui analisadas não como reflexos do real ou como “congelamento do tempo passado”, mas como construções do real.<sup>192</sup>

Ao discutir sobre a “lógica histórica”, isto é, sobre o método de investigação da história, voltado para fenômenos que estão sempre em movimento e que, por esse motivo, não podem ser absorvidos por conceitos analíticos, Thompson acaba oferecendo caminhos possíveis de análise para nosso trabalho com as fotografias, enquanto documentos históricos.

<sup>191</sup> Entrevista realizada no dia 29 de janeiro de 2009, na Comunidade Jerônimo, localizada nas proximidades da usina hidrelétrica Candonga.

<sup>192</sup> Raphael Samuel nos adverte para o fato de que as fotografias constroem memórias que legitimam histórias, consequentemente, devem ser entendidas a partir das condições de sua elaboração e do agente que as elaborou. (Cf. SAMUEL, R. *Teatros da memória*. Trad. Maria Therezinha Janine Ribeiro e Vera Helena Prada Maluf. Projeto História. São Paulo: Educ, n.14, fev.1997).

Ao dialogar com as fotografias, não tive a pretensão de interromper o processo histórico para testá-lo ou demonstrá-lo, pois, influenciada pela “lógica histórica”, parti da concepção de que:

*Ao investigar a história não estamos passando em revista uma série de instantâneos, cada qual mostrando um momento do tempo social transfixado numa única e eterna pose: pois cada um desses instantâneos não é apenas um momento do ser, mas também um momento do vir-a-ser: e mesmo dentro de cada seção aparentemente estática, encontrar-se-ão contradições e ligações, elementos subordinados e dominantes, energias decrescentes ou ascendentes.<sup>193</sup>*

Foi inspirada nessa concepção de História que prossegui o diálogo com as fotografias, buscando indagá-las não só em relação aos processos vividos pelos sujeitos em deslocamento para Nova Soberbo, mas também como indícios da “direção do fluxo futuro”<sup>194</sup> dessas pessoas. Produzi algumas fotografias a partir do fio condutor dessa pesquisa – as alterações nos modos de vida dos trabalhadores, em consequência do projeto Candonga. Meu intuito, ao elaborá-las, foi recompor esse processo dando visibilidade às experiências de lutas dos trabalhadores para reconstruírem suas vidas.

As construções, em Nova Soberbo, já referenciadas no primeiro capítulo<sup>195</sup> desta tese, tem ares mais modernos: casas de alvenaria e cercadas, ruas pavimentadas e, junto do “progresso”, a falta de meios para suprir a própria existência. A expropriação e alijamento dos modos de trabalho trazem, como consequência, o êxodo, em busca de soluções alternativas para garantir a sobrevivência, e alguns problemas sociais que não são relatados nas entrevistas, quando as pessoas se remetem às vivências na inundada São Sebastião do Soberbo: “E o meio de sobrevivência aqui tá terrível aqui. Ó, tem gente até passando a roubá aqui, falar com cê a pura verdade... passando a roubá por causa de que? Num tem serviço pra trabaíá... ”<sup>196</sup>

Andando pelas ruas de Nova Soberbo, não é raro ver casas vazias anunciadas com placas: “Vende-se esta casa”:

---

<sup>193</sup> THOMPSON, E.P. *Intervalo: a lógica histórica*. In: A miséria da teoria ou um planetário de erros; uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p.58.

<sup>194</sup> Ibidem, p.58.

<sup>195</sup> Cf. Páginas 61 e 62.

<sup>196</sup> Entrevista realizada com a senhora Eleonora.



Foto: Gisélia, julho 2009, Nova Soberbo/MG



Foto: Giselia, julho 2009, Nova Soberbo/MG

As fotografias são importantes, na medida em que permitem entender o processo de relações de forças vividas. Conjugadas com as entrevistas, apontam, implicitamente, para a falta de meios de sobrevivência como uma das transformações vividas e a consequente migração que essa situação impõe aos moradores.

Thompson já nos advertia sobre a condição de existência e expansão do capitalismo, em sua investigação sobre as desestruturações nas vivências dos trabalhadores ingleses, à

medida que a industrialização avançava: “*O processo de industrialização precisa impor o sofrimento e a destruição de modos estimados e mais antigos, em qualquer contexto social concebível.*”<sup>197</sup>

Essas relações de exploração, significadas por Thompson como condições mesmas da expansão capitalista, ficam mais evidentes, no processo de destruição de São Sebastião do Soberbo, quando investigamos a lógica que perpassou a construção da hidrelétrica Candonga, expressa nos documentos EIA (Estudos de Impacto Ambiental) e RIMA (Relatório de Impacto Ambiental)<sup>198</sup>, condição necessária para a obtenção do licenciamento da obra.

Esses documentos, produzidos pela “THEMAG Engenharia”, sob contrato com a EPP – Energia Elétrica, Promoção e Participação LTDA, sob autorização da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) – apresentam a “justificativa, descrição do empreendimento, questões jurídicas e institucionais” que nortearam todo o processo de construção da Usina. Nesse sentido, evidenciam os reais motivos de sua implantação, que não são explicitados no “Informativo Candonga”, citado anteriormente, na abertura deste 3º capítulo.

Além disso, por intermédio do RIMA, podemos conhecer como se dá a atuação das empresas concessionárias e órgãos responsáveis pela expansão e operação do sistema elétrico no Brasil e os interesses que fundamentam o planejamento. É bastante evidente que a atuação das empresas e órgãos estatais, incumbidos de regular o sistema elétrico no Brasil, gira em torno do eixo contábil/econômico, conforme podemos perceber na leitura do item 1 do RIMA, intitulado “*Justificativa do Empreendimento*”:

*1.1 Considerações Gerais – De acordo com as análises econômicas apresentadas nos Estudos de Viabilidade da UHE Candonga, o custo de geração na usina situa-se em torno de US\$ 30,00/MWh. O GCPS recomenda, no Plano Decenal de Expansão 1997-2006, um custo marginal de expansão de energia de US\$ 40,00 MWh, para o sistema interligado. Dessa forma, fica evidenciada a alta atratividade do empreendimento em termos de competitividade econômica.(p.11)*

O que norteia o desenvolvimento desses estudos é uma linguagem estritamente técnica e econômica, expressa apenas em unidades de medidas como MWh, US\$, m<sup>3</sup>/s, em que a categoria “gente” não cabe. Ao verificar a pertinência da implantação de hidrelétricas, por meio de comparações com outras alternativas possíveis para se produzir energia, o fator determinante para justificar a geração de energia pelo aproveitamento hídrico é, mais uma vez, em primeira instância, o econômico:

---

<sup>197</sup>THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v.2. p.29.

<sup>198</sup> Tive acesso ao EIA/RIMA por meio de pesquisa ao acervo documental do MAB, regional Ponte Nova. Naquela oportunidade digitalizei esses documentos.

*A alternativa termelétrica é, em princípio, uma forma de complementação, uma vez que seu potencial não pode assegurar uma expansão em larga escala do parque gerador. Economicamente, é menos competitiva que a hidrelétricidade, na medida em que esta apresenta custos de geração em torno de US\$ 30 e as térmicas figuram num patamar de 40 a 80 US\$/MWh. Além disso, as fontes disponíveis não comportam potenciais elevados e, excetuando-se o gás natural, os problemas ambientais decorrentes são de grande magnitude. Porém, como são empreendimentos com tempo de maturação menor, cerca de 2 a 4 anos, o seu papel complementar é importante numa estratégia de planejamento sob incertezas... (p.14)*

O documento não se exime de fazer referências às “restrições socioambientais” dos empreendimentos hidrelétricos, mas a prioridade das empresas, como fica evidente no EIA/RIMA, é optar pela produção de energia “*economicamente competitiva*”. Tais referências aos aspectos socioambientais do empreendimento aparecem como uma exigência legal para a concessão de licenciamento e, nesse sentido, muito mais como abstração do que como preocupação real.

Em relação às alternativas locacionais, o documento é claro quanto aos critérios que pautaram a escolha da localização da usina hidrelétrica Candonga, e neles não se faz presente a preocupação com “a segurança e bem-estar da comunidade”, tão proclamada no “Informativo Candonga” citado na abertura deste 3º capítulo:

*A escolha de alternativas em relação à localização de uma usina hidrelétrica envolve vários aspectos, sendo os mais importantes aqueles relacionados com a bacia hidrográfica, a escolha do eixo e o mercado.* (p.14)

No EIA/RIMA, a perspectiva das empresas é clara: produzir energia que lhes possibilite ser cada vez mais competitivas e poderosas, diante do “mercado”, e não para solucionar os problemas sociais e energéticos do país, conforme divulgado no Informativo Candonga.

O EIA/RIMA refere-se ao distrito rural de São Sebastião do Soberbo, pela primeira vez, após 14 páginas de longas avaliações técnicas e econômicas. O povoado aparece no contexto da discussão para a definição da escolha do eixo de barramento. Havia duas possibilidades – Eixo A e Eixo B. A possibilidade do “Eixo A” implicava maiores consequências sociais e ambientais, pois exigiria a inundação de São Sebastião do Soberbo e, portanto, a transferência das famílias que ali viviam. A possibilidade do “Eixo B”, como segunda opção para a implantação da barragem, não implicaria o deslocamento das famílias, mas, em termos econômicos, traria maiores incertezas:

*Escolha do Eixo*

[...] A comparação econômica mostrou grande similaridade entre os custos de implantação da UHE no Eixo A, prevista preliminarmente com 100 MW e do Eixo B, com 92 MW, com uma pequena vantagem para o Eixo “A” de 2,4%. Esta avaliação econômica incluiu os custos ambientais.

Entretanto, dada a necessidade de manutenção de uma vazão remanescente a jusante da barragem no caso do Eixo B e maior perda da carga na adução em túnel, esta alternativa apresentou uma menor produção de energia que a Alternativa Eixo A. Para efeito dos Estudos Energéticos foram consideradas as potências instaladas de 100 MW no eixo A e 92 MW no eixo B, mantendo-se fator de capacidade constante. Com essas potências instaladas, o ganho de energia firme em Candonga para as alternativas escolhidas é de 50,3 MW-médios, para o eixo A, e de 45,1MW-médios para o eixo B. Isto refletiu-se no custo-índice de cada uma das alternativas, mostrando uma ampla vantagem para o Eixo A.

Enquanto a Alternativa Eixo B levou a um índice de 34,68 US\$/MWh a Alternativa A resultou em 29,07 US\$/MWh, uma diferença de 16,2% a favor do Eixo A.

*Do ponto de vista ambiental, tem-se que, enquanto o maior reservatório do Eixo A em relação ao Eixo B, levaria a maiores impactos, principalmente sócio-econômicos, devido à necessidade de recolocação do povoado de S.Sebastião do Soberbo (68 famílias), registrou-se que por outro lado a população rural afetada, o que foi considerado um impacto de maior dificuldade para mitigação era bastante pequena (18 famílias).*

[...] Portanto, enquanto a maior incerteza da alternativa Eixo A poderia ser creditada à resolução e custos dos programas de mitigação e compensação dos impactos ambientais sócio-econômicos, a Alternativa Eixo B teria como maior incerteza a definição da vazão mínima remanescente a ser considerada com reflexos diretos na sua economicidade.(p.15,16)

Podemos evidenciar, a partir da leitura do documento supracitado, que as famílias de trabalhadores rurais de São Sebastião do Soberbo foram tratadas como meras cifras que compunham o custo final do projeto de construção da barragem Candonga. Tais custos precisavam ser reduzidos ao máximo, para a maior “economicidade” e “competitividade” da Vale e Novelis, empresas concessionárias. Interessante perceber que, na lógica das empresas, o que prevalece são os interesses relacionados à “economicidade”, que, em português claro, significa maximização de lucros.

O EIA/RIMA, conquanto produzido por encomenda da Vale e da Novelis, as mesmas empresas responsáveis por elaborar o Informativo Candonga, não reproduz a memória divulgada nesse informativo, na qual a função social da energia elétrica, como redenção para os males vividos no Brasil, aparece como a prioridade dessas empresas. Ao contrário, fala-se em dólares acumulados. E, quanto mais, melhor.

Após descrever os estudos sobre potencialidades e limites para a instalação do Eixo A ou B, o documento explicita a decisão dos técnicos da THEMAG pelo Eixo A, baseada nos seguintes critérios:

[...] Desta forma, dentro do cenário e das razões acima apontadas, foi recomendada para a continuidade dos estudos e projetos a Alternativa – Eixo A, pois apresentou, em suma, as seguintes vantagens em relação ao Eixo B:

- menor custo total de investimento;
- menor custo de energia gerada;
- ausência de incertezas na definição da produção energética;
- maior geração firme (p.17.)

Como podemos evidenciar, nos critérios do EIA/RIMA supracitados, para a instalação da barragem no Eixo A bastava apenas “retirar uma pedra do meio caminho”: seria muito mais prático e simples, para os representantes da empresa Candonga, deslocar o povoado de São Sebastião do Soberbo do que arriscar conviver com as *“incertezas na definição da produção energética”* do Eixo B. Nesse momento seletivo, as empresas Vale e Novelis demonstram que as exigências de “competitividade” e “economicidade” foram os principais critérios para escolherem um lugar e rejeitarem outro, modificando esses lugares como um todo.

Entre as vivências das pessoas, em São Sebastião do Soberbo, e os 16,2%, que representavam menor custo de energia gerada, a segunda opção foi a mais viável. Afinal de contas, as vidas dos moradores não eram nada *“atrativas do ponto de vista econômico”*.

Faz-se necessário reiterar que outro aspecto importante para se pensar, a partir da leitura do EIA/RIMA, é que o documento não se exime de fazer referências às “restrições socioambientais” do empreendimento hidrelétrico Candonga. Aponta, inclusive, as propostas de “mitigar” os custos socioambientais. Entretanto, a questão prioritária, à qual todas as outras, quer sejam ambientais ou sociais, devem subordinar-se, é evidenciada em tom inquestionável: a geração de energia elétrica a um menor custo.

A geração de energia, como uma prioridade inquestionável, também foi constatada por Lygia Sigaud, nos documentos que pesquisou para compreender as disputas que perpassaram a construção da UHE de Sobradinho, ao longo do rio São Francisco, a 50 km da cidade de Juazeiro, Bahia, na década de 1970.

Embora Sigaud tenha interpretado outro projeto, distinto do projeto Candonga, não só no que diz respeito ao quantitativo de trabalhadores e cifras envolvidas nessas obras, mas, sobretudo, pela diferença em nível de conjuntura política, na qual a UHE de Sobradinho foi construída (“iniciada num momento de considerável autoritarismo político”), sua interpretação desse processo pode ser representativa da lógica que pauta a construção de grandes projetos de hidroelectricidade, em nosso país, não obstante as variáveis políticas e culturais que os caracterizam:

*Muitos dos efeitos desastrosos que hoje são atribuídos à construção e operação da barragem de Sobradinho eram previstos pela CHESF [Companhia Hidrelétrica do São Francisco]. Antes mesmo de dar início às obras de construção da barragem, a Companhia antevia o “impacto” negativo que poderia resultar de sua intervenção na área do reservatório. Em carta datada de 1972, dirigida ao Presidente da ELETROBRÁS, o engenheiro Eunápio Peltier de Queiróz, então Diretor de Obras da CHESF e ex-constituinte de 1946, depois de chamar a atenção para as implicações da obra em termos de inundação da área agricultável e portanto da eliminação da base da economia da região, exorta os “Poderes Públicos” a prestarem “solidariedade e assistência” à população, sob pena de favorecer sua emigração desordenada e consequentemente marginalização, expondo-a ao tráfico, à mendicância, à delinqüência e à prostituição” (Congresso Nacional, 1983:67).*

*No entanto, apesar da previsão de consequências danosas à população, a CHESF não foi capaz de evitá-las[...]*

*Desde o primeiro momento, os efeitos que a construção da barragem poderia produzir na região sempre foram considerados uma questão subordinada à questão principal que era a questão energética[...] A prioridade dada à produção de energia havia sido estabelecida intramuros, a nível do Poder Executivo, sem qualquer consulta nem à sociedade nacional, nem à sociedade local, em nome dos supostos interesses do país, também definidos de forma autoritária...<sup>199</sup>*

Respeitando-se as diferenças entre os projetos, algo parece comum a todos: o fato de que o “caos social” é interpretado, pelos autores e executores de projetos de hidreletricidade – quer sejam empresas privadas ou estatais –, como uma fatalidade, um processo natural que o suposto “humanismo dos técnicos e instituições”<sup>200</sup> que atuam nas regiões atingidas não pode impedir.

Se observarmos a descrição do empreendimento, no EIA/RIMA, somos levados a crer que a questão da geração de energia já havia sido estabelecida, *a priori*, e que os estudos sobre impactos, realizados como uma exigência do processo de licenciamento, apresentam a população de São Sebastião do Soberbo como obstáculo a ser removido, em prol da prioridade elencada: a UHE Candonga. A população local só é referenciada, no EIA/RIMA, no momento de análise do melhor eixo de barramento, e só constituiu preocupação porque ocupava o território visto como o de menor incerteza em relação à produção de energia e, portanto, como o melhor eixo para o barramento.

<sup>199</sup>SIGAUD, Lygia. Efeitos Sociais de Grandes Projetos Hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho. In: MIELNIK, Otávio; SIGAUD, Lygia.; ROSA, Luis Pinguelli (coords.) *Impactos de grandes projetos hidrelétricos e nucleares. Aspectos econômicos, tecnológicos, ambientais e sociais*. Rio de Janeiro: Marco Zero/CNPq, AIE/COPPE, 1988. p.95-96.

<sup>200</sup>Ibidem, p.96.

Nesse sentido, torna-se visível que o fato de os documentos EIA/RIMA elucidarem os efeitos negativos não significou, necessariamente, a busca de evitá-los, pois isso implicaria lançar dúvidas sobre o empreendimento Candonga. Assim, os “impactos negativos”, con quanto sejam evidenciados, sempre foram vistos como uma questão secundária diante da decisão prioritária e inquestionável, implícita no documento: a construção da hidrelétrica.

É importante salientar que a proposta de “mitigar” os impactos socioambientais é fundamentada no conceito de “desenvolvimento sustentável”. Tal conceito é preocupante, no contexto da exploração econômica levada a efeito pelas empresas capitalistas, porque é utilizado como legitimador das ações privadas que acirram as desigualdades sociais.

Franz Bruseke<sup>201</sup> historiciza o conceito de desenvolvimento sustentável, permitindo-nos compreender o momento de sua emergência e a complexidade que envolve seu significado. Elaborado no Relatório Brundtland, resultante do trabalho da Comissão Mundial (da ONU) sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (UNCED), o conceito ancorou-se no tripé “eficiência econômica”, “justiça social” e “prudência ecológica”:

*Esse tripé virou fórmula mágica, que não falta em nenhuma solicitação de verbas para projetos da natureza mais variada no campo eco-socio-econômico dos países e regiões do nosso “velho” Terceiro Mundo[...] O Relatório Brundtland define ou pelo menos descreve o nível do consumo mínimo partindo das necessidades básicas, mas é omisso na discussão detalhada do nível máximo de consumo (e de uso de energia etc.) nos países industrializados. O Relatório Brundtland quer crescimento tanto nos países não-industrializados quanto nos países industrializados. Além do mais, ele torna a superação do subdesenvolvimento no hemisfério sul dependente do crescimento contínuo nos países industrializados...<sup>202</sup>*

Embora o conceito de “desenvolvimento sustentável” e seus correlatos apontem para a perspectiva do equacionamento do desenvolvimento, a realidade das transformações em curso, no mundo atual, tem dado provas de que não é possível pensar que a “sustentabilidade” exista nas condições atuais de produtividade capitalista. Dessa forma, ao enfrentarmos esses conceitos, em sua historicidade, evidenciamos que deixam intocados o processo de exploração da força de trabalho mundial, as injustiças sociais e a imprudência ecológica sob os quais se erigem as sociedades capitalistas industrializadas.

A narrativa do senhor Adelson, à época meeiro da Fazenda Auxiliadora, na Comunidade Jerônimo, situada próxima da barragem, ao rememorar as transformações vividas a partir da compra da “Fazenda Auxiliadora” pelas empresas concessionárias Vale do

---

<sup>201</sup>BRUSEKE, Franz Josef. O Problema do Desenvolvimento Sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis (org.) *Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez, 2001.

<sup>202</sup> Ibidem, p.34-35.

Rio Doce e Novelis, permite-nos perceber que a destruição dos alimentos, com os quais sustentava sua família, levada a efeito pelo “consórcio Candonga”, distancia-se, sobremaneira, da imagem da empresa como aquela que promove um “desenvolvimento sustentável”:

*Gisélia: Aí, seu Adelson, aquele dia a gente estava conversando lá (em Rio Doce), o senhor é meeiro não é isso ?*

*Adelson: Eu vou te falar a pura verdade tem...faz 25 anos que eu moro aqui nesse lugar, nesse lugar no Jerônimo aqui. E quando eu vim pra qui os meninos da minha patroa tava tudo pequenininho, nós começamo a trabalhá com a senhora Auxiliadora no terreno da fazenda entendeu? E sempre troca de lugar... hoje eu tô qui, esse ano, 2 ano, 3 ano, depois muda de lugar. Aí quando nós começamo a trabalhá nesse local que a barragem comprô foi em 2003 .*

*Gisélia: Em 2003 o consórcio comprou a fazenda?*

*Adelson: Não, nós começamo a trabalhá nesse local que foi aonde foi destruído a roça. No final de 2000... no final de 2004 o consórcio comprou esse terreno né, e não participô nós de nada, que tinha comprado o terreno, nada, nada. Aí, quando foi dia 2 de fevereiro de dois mil e...cinco, dia 2 de fevereiro de 2005, logo num dia de sábado eles passaram com o trator aqui de frente desta casa, deu volta longe, chegou lá rebentô a cerca e entrou dentro da roça destruindo nosso milho, feijão, abróba, quiabo, mendoim, tudo... entendeu? Aí nós sentimo aquilo agredido porque ué... destruiu um alimento, o alimento é uma vida. Se nós num comê nós vive? Aí a justiça veio, buscô polícia tudo, aí fez o BO. Aí passado aí mais uns dia entendeu, o consórcio Candonga trouxe o “fecial”(leia-se: oficial) de justiça no carro do consórcio e eu nem aqui em casa eu estava, eu estava mais pra cima, lá pra cima. Aí eu num sabia de nada na hora que eu cheguei perto dele, ele falou assim:*

- “Olha, eu sou “fecial” de justiça, estou aqui pra você assinar essa folha pra mim no momento agora porque os outros, as família lá em baixo já assinaram.” Ele mentiu pra mim também né. Aí eu peguei e respondi pra ele assim:

- Se as famílias assinaram né, eu tenho que ver como é que eu vou fazê. Aí tava até dando um serenim... Aí eu peguei o papel na mão dele entendeu, peguei o papel na mão dele pra mim assiná. Depois que eu assinei eu abaixei ao chão, e veio na minha memória, aí demorei um pouquinho, aí ele me respondeu assim:

- “Se você qué assiná bem, agora se você não qué assiná só sua presença que eu te vi basta.” Entendeu?

Aí eu falei pra eles assim: - Infelizmente eu num vou assiná não, que vocês vim aqui pra tomá o lugar que o pai trabalha pra sustentá a família, isso é uma injustiça! Fica destruindo nosso alimento, nós vão roubá, morrê de fome? Ele pegô o papel da minha mão:

- “Se você não quer assiná me dá aqui.” Tomô ele rápido da minha mão.

Eu respondi pra ele: - É por isso que cadeia não para vazia, porque eu sou analfabeto mais educação eu tenho. Eu num sei como é que ele num me levô eu. Entendeu? E por ai parti pra justiça entendeu? [...] Como diz o outro: O mundo hoje é capitalista gente! É o capitalista num é não! É uê! Hoje a gente peleja... a gente vive o ano todo, o mês todo, dez, doze ano pra vê um pé de manga de uma forma dando fruto todo ano, eles vem com as máquina deles ranca aquilo e coloca lá aonde é que eles qué. Uma coisa que a gente

*demorô tantos anos a fazê eles desfaz ela com quarenta minuto, rapidim eles distrói tudo...<sup>203</sup>*

A narrativa do senhor Adelson, quando confrontada com o conceito de “desenvolvimento sustentável” tal como significado no Relatório Brundtland (1987) e incorporado pelo projeto hegemônico Candonga, impõe-nos a necessidade de repensá-lo criticamente. O narrador traz indícios de que reafirmar a ideia de sustentabilidade, no mundo capitalista, significa realizar um exercício de fabulação. Dessa forma, esse conceito, ao lado de outros, a exemplo, “progresso”, “aldeia global”, compõe “*um mundo de fabulações [...] para consagrar um discurso único. Seus fundamentos são a informação [...] que encontram alicerce na produção de imagens [...] e se põem ao serviço do império do dinheiro, fundado este na economização e na monetarização da vida social e da vida pessoal.*”<sup>204</sup>

Nessa direção, Santos nos faz avançar no caminho da dessacralização da ideologia da globalização, ao advertir:

*De fato, se desejamos escapar à crença de que esse mundo assim apresentado é verdadeiro, e não queremos admitir a permanência de sua percepção enganosa, devemos considerar a existência de pelo menos três mundos num só. O primeiro seria o mundo tal como nos fazem vê-lo: a globalização como fábula; o segundo seria o mundo tal como ele é: a globalização como perversidade; e o terceiro, o mundo como ele pode ser: por uma outra globalização.*

*Este mundo globalizado, visto como fábula, erige como verdade um certo número de fantasias, cuja repetição, entretanto, acaba por se tornar uma base aparentemente sólida de sua interpretação.<sup>205</sup>*

O conceito de desenvolvimento sustentável parece ser o invólucro capaz de atestar a responsabilidade ambiental de empresas capitalistas que, na realidade, pensam o meio ambiente apenas como meio de reproduzir-se, enquanto poder hegemônico. Uma evidência disso é o alto investimento das empresas capitalistas em propagandas transmitidas nos meios

<sup>203</sup>Entrevista realizada no dia 29 de janeiro de 2010, na residência do senhor Adelson G. A., na Comunidade do Jerônimo.

<sup>204</sup>Para repensar o conceito de desenvolvimento sustentável, busquei inspiração no diálogo com a obra de Milton Santos. Percebi algumas aproximações em relação aos procedimentos teórico-metodológicos desse geógrafo e de alguns historiadores que lidam com conceitos não de forma analítica, mas como “problemas”. Santos desmitifica a ideologia produtora, difusora e reproduutora da globalização. Nesse procedimento de desnaturalização do discurso ideológico presente no mundo contemporâneo, o autor aproxima-se do nosso ofício de historiador, ao colocar conceitos em movimento, como o conceito de “aldeia global”, “velocidade”, “território”, “progresso”, “nação passiva”, “nação ativa”, entre outros. (Cf. SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 15. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008. p.18).

<sup>205</sup>Ibidem, p.18.

de comunicação, como, por exemplo, na Rede Globo de Televisão, em horários de grande audiência.<sup>206</sup>

O conceito “desenvolvimento sustentável”, por um lado, oculta a destruição de alimentos e modos de vida evidenciada pelo senhor Adelson; por outro, ofusca a luta de classes da sociedade capitalista, legitimando a desigualdade social e a miséria de muitos, em benefício de alguns grandes grupos privados. No documento EIA/RIMA, o empreendimento Candonga parece ganhar legitimidade, ao se apropriar dessa idéia:

*as restrições dos empreendimentos hidrelétricos são fundamentalmente de ordem sócio-ambiental. Atualmente, contudo, o setor elétrico tem reorientado suas ações no sentido de consolidar e sistematizar o conhecimento nessa área, avaliar e caracterizar os custos e benefícios sócio-ambientais, intensificar e ampliar as ações mitigadoras e por fim, ampliar a participação da sociedade no processo de discussão de programas e projetos. Essas ações visam atenuar os aspectos negativos e ampliar os aspectos positivos do empreendimento, cabendo à sociedade como um todo a responsabilidade de estabelecer a medida de exploração desse potencial, a partir de uma perspectiva de desenvolvimento sustentado.* (p.13)

A tão pronunciada “crise ambiental”, pauta principal da agenda social dos países no mundo contemporâneo, é extremamente providencial para o capitalismo, que consegue reorganizar-se a partir de um discurso ético e, fundamentalmente, liberal, sobre o meio ambiente.

Galizoni investigou as dinâmicas de apropriação, regulação, uso e conservação da água dos agricultores familiares do Vale São Francisco, Vale do Jequitinhonha e Serra da Mantiqueira/MG, em confronto com os processos de utilização e gestão da água por empresas concessionárias de energia elétrica, interpretando o problema da escassez ou a “questão da água” muito mais como intimamente relacionada à ação humana do que em função da disponibilidade natural deste recurso: “*Análises sobre a ‘questão da água’ precisam tratar das relações sociais em torno das formas de apropriação dos recursos hídricos, compreender como um determinado grupo ou sociedade partilha suas fontes de água*”<sup>207</sup>

---

<sup>206</sup>No dia 09 de dezembro de 2009, o Jornal Nacional (Rede Globo de Televisão) dava ênfase à questão do “aquecimento global”. Depois de noticiarem o derretimento das geleiras e as mudanças climáticas no planeta, uma pausa para o intervalo. Neste intervalo, foi transmitida uma propaganda da Vale do Rio Doce, uma das empresas concessionárias da hidrelétrica Candonga, na qual muitas crianças, “de todas as cores”, apareciam em meio ao verde de muitas árvores e plantas. Cada criança falava sobre o empenho da empresa em “reflorestar” o ambiente e diminuir a emissão de gases poluentes. Ao final da propaganda, a frase: VALE mais verde! E uma criança completa a frase, com tom entusiasta: e amarela também!

<sup>207</sup>GALIZONI, F.M. Águas da vida: população rural, cultura e água em Minas Gerais. Tese (Doutorado). Departamento de Ciências Sociais, UNICAMP, 2005. p. 13

Essa advertência parece-me extremamente relevante, sobretudo no momento atual, em que o discurso sobre “preservação ambiental” está na pauta do dia, difundido nas principais manchetes de jornais, programas de TV, discursos das empresas capitalistas, nos debates acadêmicos, muitas vezes desvinculado das relações sociais que produzem a “escassez” dos recursos naturais. Nesses discursos, a “crise da água” ou “crise ambiental” são explicadas a partir de razões unicamente “naturais”, ocultando-se as disputas sociais que envolvem as distintas formas de apropriação e uso da água e dos recursos naturais.

Galizoni tomou, como ponto de partida, os embates travados em função da água – dada a tendência da priorização dos usos da água para a consecução de projetos desenvolvimentistas, que limitam os múltiplos e costumeiros usos da água pelos agricultores familiares que investigou, em Minas Gerais. Dessa forma, a autora rompe com interpretações de cunho liberal sobre a “questão ambiental”, analisada, unicamente, a partir do “verde pelo verde”, como aquelas produzidas pela Vale do Rio Doce e Novelis, com o respaldo de toda uma legislação ambiental, que tem como consequência imediata a postura de criminalização do trabalhador.

Os trabalhadores de Nova Soberbo e regiões vizinhas se veem cada vez mais aprisionados em relação à questão ambiental, que fundamenta o próprio rearranjo do capital. A entrevista realizada com a senhora Vitória, 65 anos, traz evidências de como os trabalhadores vivem a reorganização do trabalho, de acordo com princípios capitalistas, e experimentam a reorganização da vida de forma abrupta e em confronto com as instituições ambientais. Ela não foi enquadrada na categoria de “atingidos”, por não ser proprietária na inundada vila de São Sebastião de Soberbo e, por isso, reivindica indenização. Quando indagada sobre seu modo de trabalho, contou-me que tirava o sustento de sua família a partir das atividades agrícolas e de garimpo, até a implantação da usina hidrelétrica de Candonga:

*Eu trabalhava no garimpo, ali perto do...sabe o Soberbo Velho? Ali pra cima do... ali do...daquele rebojo quem cima...Aí a gente tirava ouro dali até quem cima da ponte...E ali na ponte também a gente tirava areia e tudo, pedra pra construir casa...só que depois que eles chegaram a gente não pôde fazer mais nada...teve que....É tanto que as minha coisa, minhas vasilha que eu tirava ouro, assim ficô lá na beira do rio, eles jogaram tudo fora...Eu não sabia que eles ia chegá e fazê isso...Eu tava tirando, deixei lá, quando eu voltei no outro dia não achei mais nada...barco, bateia, banca, pano, ficô...jogaram tudo fora. Aí eu fui e num tirei ouro mais não...Aí vim embora...Depois que eu comecei a, falei assim: ah vou tirá lá em cima, mas também eu vi que num dava...Nós paramo de uma vez e, pegamo e ficamo na luta aí...até hoje nós tamo na luta. Aí teve uma vez...e nós não conseguiu nada até hoje. Não só eu, tem muitas pessoa aqui que é, que é...sem indenizá né... Aí depois nós, um dia nós fomo lá na, nós fomo fazê uma manifestação lá na, lá na FEAM mesmo, é...foi na FEAM. Aí nós tava lá eles disse que tirá ouro é ilegal, é mesma coisa que prantá um pé de maconha na beira do*

*rio...Quer dizê que comparô a gente mal né pra...pra falá desse jeito. É ilegal, mas isso aí era o sustento que as pessoa tinha, era o ganha pão que a gente tinha. Então a gente tinha era isso aí...*<sup>208</sup>

A dificuldade para manter as condições de existência, em Nova Soberbo, é intensificada pela forte tensão entre os trabalhadores e as organizações com atuação ambiental. Na narrativa supracitada, podemos evidenciar como a senhora Vitória age politicamente, indagando a validade do direito e a imagem da FEAM (Fundação Estadual do Meio Ambiente), em relação ao garimpo. O que é “ilegal” e “legal” é problematizado pela narradora, que nos coloca a questão de se é justa a lei que proíbe sua atividade, uma vez que “era o ganha pão” da família.

É notável que o significado, dado pela FEAM e pelas empresas capitalistas Vale e Novelis ao “ambientalismo”, entendido como sinônimo de racionalização e inovação do processo capitalista, é significado pela senhora Vitória de forma distinta: como sinônimo de exploração, de expropriação de direitos de uso do rio Doce e das terras agricultáveis, de destruição de modos de trabalho por ela valorizados.

Ao mesmo tempo em que confere legalidade ao seu trabalho, atribui ilegalidade ao ato do consórcio Candonga de não reconhecê-la como digna de alguns direitos, como, por exemplo, à indenização. Sente-se desrespeitada em seus direitos, pois além de ter tido seu trabalho no garimpo comparado com o de “produtora de maconha”, ainda teve suas ferramentas “jogadas fora”, arbitrariamente.

É nas relações sociais, portanto, que vislumbramos o sujeito político colocando a possibilidade de criação de novas leis e valores. Na narrativa de dona Vitória podemos evidenciar que sua visão sobre o legítimo e ilegítimo contrapõe-se à legislação ambiental que fundamenta a organização capitalista.

Podemos evidenciar a existência de uma forte tensão entre as práticas produtivas dos trabalhadores rurais de Nova Soberbo e regiões vizinhas e os órgãos públicos com atuação ambiental. O mais revoltante, para os trabalhadores rurais expropriados, é que as empresas Vale e Novelis obtêm licença para desmatar, barrar o rio, desapropriar, conforme podemos evidenciar na entrevista com o senhor Evandro:

*Evandro: Eu sou do norte, né, mas aqui eu vivo em Minas Gerais há mais de 20 anos. A minha atividade, eu venho trabalhando, mexendo com serviço de garimpagem, que também que fala que é proibido né? Proibido quando não se paga, né... num tem um sistema pra ocê se adaptar ali com uma garantia maior, né...*  
*Gisélia: Proibido o quê, no caso?*

<sup>208</sup> Entrevista realizada no dia 31/07/2009 com a senhora Vitória, 65 anos, no município de Rio Doce/MG.

*Evandro: Não, eles falam que é proibido o seguinte: fala que tá degradando o rio, que usa o mercúrio. Mas, não é nada não. A gente sabe que é porque não tá pagando pro governo, né... Então, quando se paga, nada é proibido. O que que a empresa fez aqui? A Vale do Rio Doce e a Novelis? Degrado tudo aqui, até por exemplo, no início das obra lá, tem um senhor, João Caetano de Souza, o Gabundo, desapareceu dentro do canteiro de obra, que é parente do Sr. Bartolomeu, tá desaparecido até hoje, desapareceu no dia 09 de fevereiro de 2004. E eles tinha pressa pra encher o lago, né... Inclusive a “integração de posse” foi no dia 3 de maio de 2004, pra tirar 14 famílias que ainda restavam lá. Qual processo que eles alegaram? Que o povo taria voltando da Nova Soberbo pra Antiga Soberbo, disse que caçando mais... Eles inventa né? Hoje o povo num tem uma água de boa qualidade pra consumo humano não... Já comprovado que a água é ferruginosa, é imprópria pro ser humano beber né? Até isso... o que a empresa faz? Ela traz os órgãos ambientais, igualmente ontem, teve a FEAM aqui mas não procura o povo, não procura. Aí a FEAM chega aqui “nós fomos lá fazê a vistoria”... Mas, cê tiveram na casa de quem? “Tivemos na casa do Fulano”... Mas são as pessoas que são a favor da empresa.<sup>209</sup>*

O senhor Evandro evidencia conflitos gerados a partir de diferentes usos das leis ambientais. Esses embates envolvem trabalhadores interessados em prover a subsistência da família, proibidos de garimpar e produzir, nas terras agricultáveis, às margens do rio Doce, e as empresas Vale e Novelis, que pagam para obter licenciamentos referentes a direitos de uso das águas dos rios e dos recursos naturais, para fins privados. O “desaparecimento” do senhor João Caetano de Souza, popularmente conhecido como “Gabundo”, citado na narrativa do senhor Evandro, é expressão máxima da tensão dessas relações. Trata-se, portanto, de um conflito que se degenerou para uma disputa extrajurídica, assumindo a forma de um confronto direto de forças.

Quando os narradores se referem às restrições impostas, pelas políticas ambientais, às suas relações de trabalho – podemos pensar que a legislação ambiental, a partir da qual se pautam as ações dos órgãos públicos ambientais, são elaboradas idealizando uma suposta solução de problemas ambientais. Entretanto, faz-se necessário ressaltar que esta proposta articula-se a outra: não negligenciar os interesses econômicos das grandes empresas capitalistas.

O que os narradores evidenciam é, justamente, essa equação, a qual o Governo busca solucionar quando estabelece leis ambientais: atender aos interesses econômicos e projetos ditos “desenvolvimentistas”, sem que seja encarado como negligente em relação aos problemas ambientais. E, nesse sentido, o conceito de “desenvolvimento sustentável” contribui para o equacionamento de tal questão.

---

<sup>209</sup> Entrevista realizada com o senhor Evandro, garimpeiro e trabalhador rural, no dia 30 de julho de 2009.

Observamos, na aplicabilidade dessas leis, a exclusão dos trabalhadores de Nova Soberbo do acesso à água, à terra e, portanto, às antigas formas de sobrevivência. Assiste-se, nesse processo, a uma lógica capitalista da lucratividade, que transforma direitos de moradia, trabalho e vida em somas de dinheiro. Esses direitos, sob a ótica dos empreendedores privados, podem ser comprados como qualquer outra propriedade, ou simplesmente taxados como crimes. Assim a pesca, o garimpo e atividades produtivas corriqueiras, como apanhar lenha para abastecer o fogão, são criminalizadas, conforme podemos evidenciar na narrativa da senhora Edwiges:

*Gisélia: E na época é... que você morava lá em São Soberbo, vocês viviam do que lá?*

*Edwiges: Nós trabalhava na roça, entendeu? Trabalhava na roça, trabalhava nas casas, plantava, trabalhava, por exemplo, se tinha dificuldade com a roça tem ano que tá mais baixo, cê ia pra beira do rio ainda salvava... Porque num tinha como ir pra roça não, mais ia pra beira do rio tirava ouro, quebrava pedra pros outro e vendia por lata, por carrinho, por metro... se virava! Hoje aqui cê tem que pagar luz cara, comprar lenha e o meio ambiente ainda fica em cima ainda falando que vai multar a gente... Porque encontrou com o moço outro dia com o carrinho de lenha que ele vende de mão, falando que qualquer dia vai pegar ele com a mão no pau. Porque daqui uns tempo vai ser proibido, todo mundo que tem serpentina daqui uns dias vai ser proibido ir buscá lenha no mato, e todo mundo tem fogão de serpentina. Então já vai só apertando o cerco cê tá entendendo? Aqui tá difícil, mais difícil, mais difícil demais! Todo mundo deve e deve muito porque achô que ia ser uma coisa e é outra totalmente diferente. Isso aqui é ilusão minha filha, isso aqui é ilusão. Não vale a pena não.*

Podemos evidenciar, na narrativa citada, que as exigências humanas, tais como lenha para cozinhar os alimentos, são submetidas a uma legislação que se mostra incompatível com os modos de trabalho dos pequenos agricultores, garimpeiros, pescadores.

O diálogo com Thompson contribuiu para pensar as restrições impostas pelas leis ambientais às formas de trabalho em Nova Soberbo. Ao desvendar os violentos conflitos, decorrentes da tentativa das leis ambientais – mais especificamente a Lei Negra – de imporem uma nova ordem para o trabalhador rural, nas florestas da Inglaterra no século XVIII, Thompson nos propõe uma compreensão ampliada da “lei”, não como simples instrumento de domínio de uma classe, mas como campo complexo de disputas.

Ao mesmo tempo, ao reconstruir os embates entre os agricultores da Floresta de Windsor e a burocracia florestal no século XVIII, Thompson permite-nos perceber como as medidas legais são investidas contra os costumes dos trabalhadores. Nesse sentido, instigamos a problematizar a própria categoria “criminoso”, comumente associada à economia agrária dos pequenos trabalhadores rurais:

*Pois a categoria “criminoso” pode ser desumanizadora: se um grupo de homens é descrito como uma “quadrilha”, composta de “valentões” que vivem numa “subcultura criminosa”, sua descrição é tal que desautoriza um exame mais cuidadoso. Eles são vistos (como eram vistos pelos proprietários dos parques e por Walpole) como uma ameaça à autoridade, à propriedade e à ordem [...] Como, a partir da premissa dos tumultos dos caçadores clandestinos e da morte de um ou dois guardas (delitos contra os quais a legislação já tinha recursos adequados), chegamos à conclusão de que a vida de um homem valia a cabeceira de um lago piscoso ou uma árvore nova?*<sup>210</sup>

Há, nesses embates entre órgãos públicos ambientais, empresas privadas e trabalhadores rurais, uma elevação do direito de propriedade e da perspectiva de lucratividade acima do direito à vida das pessoas comuns que se colocam, nesse processo desigual, nem sempre em conformidade com o que está expresso na lei.

Ao investigar os embates entre a cultura conservadora da plebe, diante dos projetos de racionalização e inovação da economia que os governantes, comerciantes ou empregadores pretendiam impor, na Inglaterra no século XVIII, o trabalho de Thompson me possibilitou avançar na compreensão dos conflitos entre leis ambientais e experiências vividas em Nova Soberbo, ao propor um novo entendimento sobre o campo das leis:

*A lei pode estabelecer os limites tolerados pelos governantes; porém, na Inglaterra do século XVIII, ela não penetra nos lares rurais, não aparece nas preces das viúvas, não decora as paredes com ícones, nem dá forma à perspectiva de vida de cada um [...] a inovação do processo capitalista é quase sempre experimentada pela plebe como uma exploração, a expropriação de direitos de uso costumeiros, ou a destruição violenta de padrões valorizados de trabalho e lazer.*<sup>211</sup>

As narrativas dos trabalhadores expropriados de São Sebastião do Soberbo que lutam para dar continuidade às antigas formas de trabalho, hoje obstaculizadas, evidenciam que não é tão fácil, para os empreendedores capitalistas e agentes estatais, convencer os sujeitos da sua “ação antiética e subversiva”. Igualmente, possibilitam-nos compreender que a forma como as pessoas expressam seus valores e expectativas faz, do campo da política, do direito e da ética, um “barril de pólvora”.

A entrevista com o casal Francisco e Cleonice é bastante instigante para pensarmos sobre a dinâmica desses viveres e as pressões que os trabalhadores vêm enfrentando para persistir com suas práticas de trabalho, atualmente criminalizadas pelo

<sup>210</sup>THOMPSON, E.P. *Senhores e caçadores: a origem da lei negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p.252.

<sup>211</sup>THOMPSON, E.P. *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.19.

legalismo traduzido nas ações dos órgãos de fiscalização ambiental. Elas também nos permitem evidenciar como as relações de disputas ocorrem fora do espaço físico de Nova Soberbo, pois vivenciam as transformações na “Comunidade Jerônimo”, onde foram realocados.

Interrogados sobre o significado do processo de transformações vivido, trazem-nos mais evidências dos conflitos, os quais emergem a partir da aplicação de determinações legais que desqualificam suas práticas de trabalho e legitimam um projeto de dominação que estabelece limites aos seus modos de vida. Ele narra sobre as inúmeras vezes que esteve no fórum, após a transferência para a “Comunidade do Jerônimo”, indicando como se inserem nessa correlação de forças desigual:

*Francisco: Aí aconteceu essa flagelada toda né... Acabô que eu várias vezes eu fui no fórum lá, fui intimado né... Igual eu sempre falo com eles, sempre nós troca debates aí, eu sempre falo com eles: engracado, quem devia processá vocês era nós e não vocês processá nós. Além de ficá tirando nós das nossas moradia antiga, que não acerta com a gente as coisas tudo em dia, era nós que tinha que processá ocês e agora é a gente que tá sendo processado?né?... [...] Inclusive depois... e a gente tinha um adevogado que eu num sei se... você capaz até, pode conhecê ele um tal de Leonardo, ele é de Viçosa, era o adevogado que trabalhava pro MAB entendeu? [...] Cê vê que a Companhia [Vale e Novelis] é tão...é tão assim, igual eu sempre falo... que não tem vergonha mesmo, a pessoa que num tem caráter que só olha os lado dele, igual eu falo assim o dinheiro sempre fala mais alto... porque... porque eles acha que os pequeno num tem, num tem direito nenhum, agora os ricos faz suas lambança todas e não é punido. Agora se os pobre rouba um ovo do vizinho ele é punido né, infelizmente...*

*Cleonice: E agora nós aqui, deram muita pouca ... muita pouca terra, pouca terra e além disso ainda qué tirá vinte por cento ainda dentro da área de terra...pra plantá árvore....*

*Francisco: Pra plantá... já tinha até começado aqui mais nós cancelamo isso aí, pra... tá parado, tá parado. Porque é quando nós viemo pra qui, eu sempre falo pros menino que trabalha pro consórcio, o Wellington mais os outro que vem, eu falo assim: mais engracado quando o consórcio trouxe nós pra qui, nós já tava cada um de nós já tava com nossas gleba de terra tudo recortada, partido, medida, tá aqui cada um no que é seu... Então, mais eles num falaram com a gente que daqui um ano, dois anos ia ter... a gente ia ter essa mudança, fala assim: “ \_ Cês vão ficá nessa terra aqui mais num período de tempo assim vai ter, vai acontecê isso e isso”. Eles num passaram nada. Igual eu sempre falo pra eles, isso aí eles devia de ter falado pra gente que a gente ficava por dentro. Agora tira... Aqui num dá um alqueire de terra, eu tenho minhas criação que segura a barra um pouco aí... pouco ou muito, mais ajuda um pouquinho, pouco porque meus filho num tem serviço, num trabalha fichado, não tem serviço fixo né.*

*Cleonice: As meninas num tem... Aqui num tem renda não... aqui a gente tem sabe o que que é? Dezoito litro de leite que tem aqui, leite de vaca, nós vive com isso...*

*Francisco: E tudo acontece pra... pra sacrificá a gente. Agora eu, soube a questão da terra esse negócio de vinte por cento nós tamo aí brigando pra vê o que que vai acontecê, entendeu?*

Cleonice: Ai, ai...

Francisco: Tirá essa ... tirá essa...tirá mais vinte por cento. Aí num chega a um alqueire de terra, tira aí de três hectares e pouco de terras aqui tirá vinte por cento delas aí vai pra dois e pouco... uai! [...]

Gisélia: A região do senhor aqui dá menos de um alqueire?

Francisco: Menos de um alqueire, todas as pessoa, todas as pessoa... é três hectare e pouco de terra. E além disso querendo tirá! Uma que nós num tem lugá de plantá roça aqui pra começá. Igual onde que tá essas criação, o que eu tenho aqui é capim e cana pra mim sustentá as criação né. Espaço num tem, muito pouco! Se eu for....num é lugá de plantio...de fazê plantio de feijão, milho essas coisa num tem, num temo aonde plantá que a terra não produz, muito fraco né. Então fica difícil pra gente isso uai, né.

Gisélia: Esses vinte por cento que eles estão querendo tomar é pra que?

Francisco: Pra fazê área de reflorestamento né. Isso é lei... disse que é lei! Tá certo... concordo que é lei, mas eles devia de ter já ... quando... quando eles começaram o trabalho eles podia ter avisado pra gente e ampliado mais um pouco. Igual inclusive tem a área de reflorestamento aqui, a capoeira é toda cercada pelo consórcio, é deles, essa área é deles ... E depois que surgiu essa barrage aí o negócio lascou mais ainda!

Cleonice: Aí ficô pior.

Francisco: E sendo...usando o quê? Usando o que né? Um riacho desse, nossas fontes, né, pra fazê esses...esses dinheiro bruto que eles faz por dia. Mais de cem mil reais por dia, é por dia né! É um absurdo! E ficá de pagá a gente uma mixaria aí, que é um direito nosso!

Cleonice: Isso é um absurdo! Isso aí é um absurdo!

Gisélia: E essa área de reflorestamento que eles tão falando, que eles querem vinte por cento de cada propriedade, né? É... eles já começaram a usar isso aqui né? Eles chegaram a começar a usar?

Francisco: Não deixamos...

Cleonice: Não, foi não. Ele disse que se a gente não aceitá, vai pra justiça. Assim o prefeito falô e o povo de Ponte Nova falô que isso vai pra justiça se nós não aceitá, que isso é ordem do meio ambiente e do governo. Assim eles falaram, num sei né.

O Projeto de Reflorestamento – que deverá ser concretizado em 20% das terras do reassentamento da “Comunidade Jerônimo”, como cumprimento da legislação ambiental, por parte das empresas concessionárias – é interpretado, pelos entrevistados, enquanto prática legitimadora do privilégio social do grupo Candonga. Assim, o projeto de reflorestamento que, se executado, implicará a redução das terras disponíveis para o plantio e criação de animais, parece assegurar, às empresas concessionárias, a fama de ambientalmente responsáveis, contribuindo para a fábula da “sustentabilidade” do planeta. Ou, como afirmado pela senhora Cleonice, cumprindo a “ordem do meio ambiente e do governo.” O cumprimento da “ordem do meio ambiente e do governo” dá respaldo para que os representantes da UHE Candonga permaneçam divulgando a memória hegemônica de que as empresas capitalistas Vale do Rio Doce e Novelis reflorestam, enquanto os trabalhadores devastam.

Os narradores Francisco e Cleonice entreveem uma identidade de interesses entre grupos capitalistas privados, poder público municipal, agências e agentes estatais, quando interpretam tais relações. O reconhecimento do intercâmbio de interesses entre leis ambientais e grupos capitalistas privados os têm conduzido a questionar a legalidade do empreendimento Candonga. Os trabalhadores têm se inserido nessas disputas, lutando pela reformulação das decisões, traduzindo seus ensejos de partilhar do dito “progresso” anunciado pelos representantes da hidrelétrica.

Interessante é perceber que se utilizam dos espaços jurídicos e legalmente reconhecidos para questionar a própria legitimidade das instituições. Enfrentam a lógica do Projeto de Reflorestamento no campo da lei e não fora dela. O senhor Francisco reconhece que o mesmo espaço jurídico que os pressiona é utilizado, por eles, para pressionar e reafirmar suas necessidades: “*Então nós fomos pra justiça mais por causa disso também... Igual eu sempre falo com eles, sempre nós troca debates aí, eu sempre falo com eles: engracado, quem devia processá vocês era nós e não vocês processá nós...*”

O diálogo com a senhora Vitória, Edwiges, o senhor Evandro e o casal Cleonice e Francisco também nos instiga a recompor a ideia da “hidra de muitas cabeças”, explicitada por Linebaugh e Rediker. (Retomarei essa discussão ao final do quinto e no sexto capítulo desta tese, quando investigar o papel exercido pelos movimentos sociais no processo de expropriação dos trabalhadores de Nova Soberbo.)

Os autores nos instigam a pensar nas relações de forças que marcam o campo das leis. Ao mesmo tempo, evidenciam como as práticas costumeiras dos “rachadores de lenha”, “tiradores de água”, “plebeus sem posses” – trabalhadores que exerceram funções essenciais para o desenvolvimento do capitalismo, como a drenagem dos pântanos, o levantamento das cercas, a derrubada das matas – foram suplantadas, para a construção da economia atlântica.

A partir desse diálogo, no interior do marxismo, podemos perceber que as leis que asseguram a concretização de interesses de grupos privados estão na base sob a qual o capitalismo se edifica. Linebaugh e Rediker apontam o custo humano dos movimentos tecnológicos como parte da dinâmica da própria necessidade de sobrevivência do capitalismo:

*Em 1611, John Speed publicou seu atlas em quatro volumes [...] no qual descrevia pontes, palácios, torres, baluartes, portões, muros e fortificações exteriores dos ancoradouros e portos da Inglaterra, da Irlanda, do Mediterrâneo, da África Ocidental, das Antilhas e da América do Norte. “O pântano é pestilento e drenado com grande dificuldade, e o mar é repelido por poderosas barreiras”, escreveu Adam Ferguson, para explicar o progresso de rudes nações rumo ao estabelecimento da propriedade. Portos*

*são abertos, enchem-se de navios [...] Edifícios elegantes e magníficos são construídos sobre alicerces de lodo.”<sup>212</sup>*

Os movimentos tecnológicos, que estão nos primórdios do capitalismo e que se desenvolvem ao longo do processo histórico, implicam mudanças profundas nas formas de viver de diversos sujeitos. Nesse sentido, os autores nos fazem avançar na compreensão da dinâmica do capitalismo – a produção de regiões ricas e pobres, a apropriação e expropriação são intrínsecas a essa dinâmica: “*Edifícios elegantes e magníficos são construídos sobre alicerces de lodo.*”

Para os representantes das empresas concessionárias Vale e Novelis, esse processo desestruturador de modos de vida é associado a um movimento tecnológico e democrático, conforme podemos evidenciar no Informativo Candonga, Ano 1, Número 2-Outubro de 2002:

*Novo Soberbo: construção em ritmo acelerado*

*Novo Soberbo começa a sair do papel e transformar-se em realidade palpável. Concebida por projetistas, com base em discussões com a comunidade interessada, a futura Soberbo está sendo construída na antiga fazenda Gambá, localizada às margens da MGT-120.*

*Cada quadra da nova cidade teve seu projeto executivo feito individualmente, conforme as características do terreno e das casas a ser construída. Isto só pode ser feito após a escolha, pelas famílias, da sua futura localização, quando foram mantidos, sempre que possível, a mesma posição relativa e, por consequência os mesmos vizinhos [...] Os moradores de Soberbo acompanharão as obras através de reuniões e visitas monitoradas e organizadas pelo Programa de Comunicação Social. Visitas individuais não serão permitidas, por medida de segurança patrimonial e dos próprios visitantes. Há no local intenso trânsito de veículos e máquinas pesadas que podem colocar em risco visitantes desacompanhados. Em paralelo, serão desenvolvidas atividades de preparação e organização da comunidade para a mudança e consolidação do novo distrito, com a participação dos diversos segmentos de moradores, todas as instituições públicas, religiosas e privadas existentes em São Sebastião do Soberbo.*

Podemos entrever que há uma tendência dos grupos dominantes em teatralizar as relações, buscando difundir a mensagem de que os “*diversos segmentos de moradores, todas as instituições públicas, religiosas e privadas existentes em São Sebastião do Soberbo*” são ouvidos, que vivemos uma verdadeira democracia. A divulgação da “*implantação do escritório de apoio*” reforça essa ideia:

*Soberbo – Implantação do escritório de apoio*

*Será implantado, em Soberbo, o Escritório de Apoio, no mesmo local onde funciona o escritório de negociação. Nele, serão instaladas salas de vídeo e exposição ambiental. O livro de reclamações, que está à disposição dos moradores, continuará neste local e as pessoas poderão registrar quaisquer*

---

<sup>212</sup> LINEBAUGH, P. op cit.p.55-56

*queixas e temores. A colaboradora Silvana continua à disposição do público diariamente, com o apoio da Gerência Ambiental e do coordenador dos programas de Comunicação Social, Educação Ambiental e Apoio Social, Vero Franklin Sardinha Pinto. O escritório terá a função de auxiliar permanentemente toda a comunidade em todas as etapas de mudança para o Novo Soberbo, coordenando as ações de acompanhamento das obras desta nova cidade, além de receber visitantes interessados em conhecer o empreendimento.*<sup>213</sup>

Assim, sob uma etiqueta democrática, o requinte do “escritório de apoio”, associado a outro – das audiências públicas, parte das exigências do processo de licenciamento – constituem espaços que são utilizados para esquadrinhar e homogeneizar as pessoas. A teatralização das relações compõe um processo hegemônico que, sob aparência de democrático, tem por intuito a reafirmação da propriedade privada.

Contudo, no próximo capítulo, ao focalizar as memórias dos trabalhadores sobre o processo de mudanças, de São Sebastião do Soberbo para Nova Soberbo, evidenciarei que os grupos sociais incumbidos do desenvolvimento dos “programas de Comunicação Social, Educação Ambiental e Apoio Social”, do consórcio Candonga, mais cerceiam do que emancipam.

---

<sup>213</sup> Informativo Candonga – Informativo Mensal do Consórcio Candonga, Ano 1, nº 2, outubro de 2002.

## **Capítulo 4 – “É guerra no vêio Soberbo”: memórias e histórias de mudanças.**

A implantação do “*Escritório de Apoio*”, com seu respectivo “*livro de reclamações*”, conforme publicizado no Informativo Candonga, referenciado no capítulo anterior, não se mostrou capaz de viabilizar a democratização do processo de mudanças.

As entrevistas apontam outras histórias, contrapostas àquelas escritas nos boletins informativos da Vale e Novelis, na medida em que elucidam como o movimento de tecnologia modificou todo um modo de vida. Francisco e Cleonice, trabalhadores que resistiram a deixar São Sebastião do Soberbo, mesmo sob ordem de despejo, denunciam o processo arbitrário que caracterizou a implantação da hidrelétrica, em contradição com o rótulo de “democracia” apresentado no documento citado – Informativo Candonga:

*Francisco: Aí eles fizeram essas casa e aconteceu aquele dilúvio lá no Soberbo. Nesse meio tempo, saiu um muncado quando construíram a Nova Soberbo...saíram umas família do Velho pro Soberbo Novo, mais porque isso aí eles injetaram algum dinheiro nessas pessoa pra fazê um fogo pra eles saí todo mundo. Mais acabô que ficô dezoito família ainda inclusive no meio das dezoito família a gente tava, eu falei assim: \_ não, enquanto eles não liberá com todo mundo e acertá de acordo, direitinho, então eu vô ficá com eles aí dá no que der. E deu mesmo! Deu o seguinte, porque juntaram... Cleonice: um tanto de polícia...*

*Francisco: eles levaram um bando de policial, foi um exército! ... Aí começô a desmoroná, inclusive eu tinha uma balsa, aí ela tava produzindo muito, inclusive meu menino trabalhava, quem tocava a balsa de garimpo era meus menino...*

*Cleonice: Era o ganha pão nosso!*

*Francisco: Então era uma renda que a gente tinha né. Fui obrigado a parar a balsa, guardá nessa casa em Soberbo Velho. Aí o que que aconteceu? Quando deu esse dilúvio lá que eles levaram um bando de policiais lá achando que lá morava era bandido, teve uma quebra deira mais de tudo. Lá eu perdi minhas coisa, roupa de cama, mesa, cadeira, bicicleta dos meus menino, carroça...carroça de cavalo meu, minha balsa me quebraram ela toda, me quebraram ela toda. Inclusive eles me processaram... Então nós fomos pra justiça mais por causa disso também. Um é perca de dentro de casa, que quando trouxeram nós pra qui trouxeram nós só com a roupa do corpo, até os meu chinelo dos meus meninim que calçava tá tudo soterrado lá.<sup>214</sup>*

Contrariamente ao afirmado no Informativo Candonga – “os moradores de Soberbo acompanharão as obras através de reuniões e visitas monitoradas e organizadas pelo Programa de Comunicação Social”<sup>215</sup> –, muitos trabalhadores, assim como o senhor

<sup>214</sup>Entrevista realizada com o casal Francisco A. P. (54 anos) e Cleonice P., oito filhos, no dia 29 de janeiro de 2010. O diálogo não aconteceu somente entre mim e os entrevistados, mas também entre eles.

<sup>215</sup> Informativo Candonga, Ano 1, Número 2, Outubro de 2002.

Francisco e a senhora Cleonice, mudaram “só com a roupa do corpo” e perderam objetos pessoais e instrumentos, na migração compulsória para Nova Soberbo: *Quando deu esse dilúvio lá que eles levaram um bando de policiais lá achando que lá morava era bandido, teve uma quebra-deira mais de tudo. Lá eu perdi minhas coisa, roupa de cama, mesa, cadeira, bicicleta dos meus menino, carroça... carroça de cavalo meu, minha balsa me quebraram ela toda... até os meu chinelo dos meus meninim que calçava tá tudo soterrado lá.*

A narrativa da Aurélia, secretária do MAB, regional Ponte Nova, reitera o significado do processo de deslocamento para Nova Soberbo como um “*campo de guerra*”, ao mesmo tempo em que traz evidências de que, no processo de esvaziamento da área para enchimento do lago Candonga, houve o uso da coerção, por intermédio da burocracia policial militar, indicando a expectativa das empresas concessionárias de assegurar a plena implementação do projeto Candonga em relação às famílias restantes, que não consentiram, por meios pacíficos, em deixar suas casas, em São Sebastião do Soberbo.

*No dia da demolição tinha em média 200 policiais, bons cães farejadores, fora os P2 que a gente sabe que tem... os policial à paisana, tava o comando de Manhuaçu, parecia um campo de guerra! E isso tudo para a segurança do povo, como eles dizem...*<sup>216</sup>

Ao ser indagada sobre o “dia de sua mudança” para Nova Soberbo, a senhora Edwiges rememora um processo no qual muitas decisões foram tomadas sem o consentimento e a participação das pessoas. E, nessa direção, desmitifica a imagem construída por grupos privados capitalistas, que empreenderam grandes esforços para produzir e difundir uma memória de si próprios como aliados ao meio ambiente e às causas democráticas:

*Gisélia: E como que foi o dia da mudança? Você esperou... você veio antes ou... quem transportou suas coisas?*

*Edwiges: Ué o transporte foi feito é... teria que ter sido o caminhão baú organizado... A minha mudança foi igual a família buscapé do filme. Ficô... fiquei três dia com os trem tudo desmontado e chovendo direto,*

---

<sup>216</sup> Essa entrevista foi realizada, informalmente, durante visita ao acervo documental do MAB, em Ponte Nova, no ano de 2008, quando eu estava elaborando o projeto de doutorado para participar do processo seletivo do Programa de Pós-Graduação em História. Naquele momento histórico, não havia tido a oportunidade de dialogar com os trabalhos de Georges Haupt, Eder Sader e Peter Linebaugh, que nos propõem pensar numa noção mais ampla de movimento social. Até então, partia de uma noção restrita de movimento social e buscava, equivocadamente, compreender a movimentação dos trabalhadores de Nova Soberbo e regiões vizinhas apenas no âmbito dos movimentos institucionalizados. Quando ingressei no doutorado, os diálogos com os trabalhos de Georges Haupt, P. Linebaugh e E. Sader, durante o curso da disciplina “Estudos alternativos em Trabalho e Movimentos Sociais”, lecionada pelos professores Paulo Roberto de Almeida e Sérgio Paulo Morais, levaram-me à necessidade de redefinir caminhos. Digo isto porque quando iniciei minhas atividades de pesquisa, no intuito de formular o projeto de seleção para o doutorado, afirmava que minha preocupação primordial consistia em buscar compreender as experiências dos trabalhadores e moradores de Nova Soberbo. O problema é que, inicialmente, fui investigar essas experiências não no diálogo com os sujeitos, mas no arquivo do MAB. Retomarei essa discussão na escrita do 5º capítulo desta tese, quando me proponho a investigar os múltiplos sentidos e formas das movimentações dos trabalhadores, nesse processo de transformações.

*marcô direitinho, porque marcava antes e num dava conta... Falei assim: \_ eu num vô desamontar com os menino tudo pequeno, com os trem tudo amuntuado, aquelas coisa toda, aí veio... A minha mudança era pra ter feito no carro baú, bonitinho igual eles falaram, mais não foi. Foi numa caminhonete que teve que pagar, "muntuô"(leia-se amontoou) todos os troço lá dentro e de carro pequeno. E ainda correu o risco de acabá com meus trem tudo... E os meus menino ficaram de voltá pra buscá, eles entrô na caminhonete com as coisa passando por aqui era quase um metro de lama, tudo tombando... até o motorista teve medo de tombá no barro, os menino tudo de menor, dez, onze ano. A minha mudança foi o trem mais doido do mundo, que era pra ter feito tudo bonitinho no carrinho baú...foi tudo improvisado porque não tinha jeito de ficar lá mais e eles não gosta de adiar as coisas né? Já marcô, tem os papéis... eles sabe que ocê vai mudá dia dez, tem que ser dia dez. Aí nós mudamo pra aqui pros inferno e tá aqui até hoje.<sup>217</sup>*

Além das entrevistas, o vídeo produzido pelo senhor João Bosco, já mencionado no primeiro capítulo, permite-nos dessacralizar essa memória, que associa o empreendimento hidrelétrico da Vale e da Novelis às ações democráticas e ambientais. Ele registrou, com sua filmadora, escondido entre as árvores, todo o processo de demolição das casas e expulsão das últimas famílias que insistiram em permanecer em São Sebastião Soberbo, não obstante liminar de despejo.

Aos 20 minutos e 57 segundos de gravação podemos perceber, pelo “olhar do João Bosco”, através das lentes da câmera, outros moradores, que também o acompanhavam, avaliando a destruição do que restava de São Sebastião do Soberbo, aos três dias do mês de maio de 2004. Nessa avaliação que eles fazem do processo de expropriação, em consequência da implantação de Candonga, evidenciam a ausência da tão proclamada democracia e preocupação ambiental, no discurso das empresas concessionárias Vale e Novelis:

*20'57 Sabe o que eu acho? Antes de fazê eles teria que tê combinado tudo, modelo, roteiro, tudo... o certo era isso, o certo era isso. Mostrá: a Igreja vai ser assim, tá bom pra vocês?*

*32'31 [...] O antes e o agora...olha só, dá muuuuita tristeza de ver! Tudo acabado! Aqui agora está fechado ó. Pro consórcio ninguém pode entrá. Daqui pra lá ninguém passa mais, só com ordi.*

*37'01 [...] Óia pra vocês vê o tanto de polícia hein! É um exército! É guerra no véio Soberbo oh! Vão quebrando e tirando a cerca do Soberbo que o pessoal foi cercando e colocando. Tudo invadido, tudo arrombado! Casa da minha tia ó, continua aberta, arrombada e os policiais lá na porta.*

*40'17 [...] Derrubaram a casa em cima das coisa tudo, aqui é a balsa do Francisco aí, ó! Derrubaram a casa em cima de tudo, rebentô tudo. Num aproveitô nada, janela e porta, ês rebento tudo. Casa de Sá Ana, casa de meu sogro falecido, tá tudo aí, ó! Nessa situação que ocês tá vendendo...e a casa de Zé de Alfredo...Assembléia...Casa de Maria Terra ... A escola, a antiga escola...Esses são os restos daqui.*

---

<sup>217</sup> Entrevista realizada com a senhora Edwiges, em Nova Soberbo, no mês de Julho de 2010.

43'19 (O senhor João Bosco focaliza, a partir do olhar da câmera, a motosserra derrubando a mata adjacente, e continua apontando para os escombros, onde antes se localizavam as residências de familiares e amigos): “*Casa do José Barcelos, Pierre, casa de Santinha e aqui chegando Zé Maria, casa de Neide e agora a Igreja Católica. Aí tá a Igreja Católica de Soberbo...*

45'20 [...] e aqui já os homi derrubaram as árvore tudo da natureza!

Ao rastrear as ruínas dos edifícios, por meio da lente de sua câmera, enquanto narra a “limpeza de São Sebastião do Soberbo” para enchimento do lago Candonga, o senhor João Bosco traduz outras memórias e histórias, não de participação popular, no processo de transferência para a área do reassentamento, mas de “*guerra*” e desocupação forçada dos moradores:



Fonte: Imagem extraída do vídeo produzido pelo senhor João Bosco, em São Sebastião do Soberbo.

Os materiais (portas, janelas, móveis, utensílios domésticos e instrumentos de trabalho, como as balsas) que, aos olhos das empresas concessionárias, constituíam apenas lixos a serem triturados pelos tratores, constituíam, para os trabalhadores, meios de vida e, portanto, poderiam ser reaproveitados, em Nova Soberbo.

Em diversos momentos do vídeo, os moradores de São Sebastião do Soberbo demonstram perplexidade diante das demolições de suas casas, sem que pudessem aproveitar materiais ainda em condições de uso, evidenciando uma economia de subsistência fundamentada na organização de um viver em que tudo podia e deveria ser reaproveitado: “40’17 [...] Derrubaram a casa em cima das coisa tudo, aqui é a balsa do Francisco, aí ó! Derrubaram a casa em cima de tudo, rebentô tudo. Num aproveitô nada, janela e porta, ês rebento tudo.”

O documento audiovisual produzido pelo senhor João Bosco é bastante significativo para pensar as relações sociais de força, as desigualdades e arbitrariedades que marcaram todo o processo de construção da hidrelétrica Candonga. É o próprio João Bosco, aos 47 minutos e 18 segundos, quem narra, em tom de denúncia, a forma como foi realizada a mudança dos moradores para Nova Soberbo:

*47’18 Não foi feito lista de pertences, ninguém consegue colocar as coisas dentro de casa...*

*48’08 Aqui a continuação do abuso do consórcio Candonga, as cama em cima das planta, tudo jogado...sumiço de dinheiro, cartão de crédito, as cama já não dá pra aproveitá mais, quebrou tudo...geladeira, muita coisa né.*

A produção desse documento parece ter significado, para o senhor João Bosco, a possibilidade de se reafirmar enquanto sujeito histórico, analisando a obra pelo seu avesso, produzindo uma contranarrativa da modernidade, a partir do foco na desconstrução das condições de vida e trabalho, pela força policial. Nessa direção, registrar a ação violenta dos policiais a destruir objetos de trabalho, casas, igrejas, parece ter significado, para o senhor João Bosco, a oportunidade não só de evidenciar as condições de vida, trabalho e moradia em São Sebastião do Soberbo, mas também de denunciar a subordinação dos trabalhadores a um projeto dominante que retirou deles a possibilidade de participarem, mais amplamente, das decisões que envolveram o processo de deslocamento para Nova Soberbo.

Nesse processo, muitos moradores não tiveram tempo nem mesmo para retirar seus “*pertences*”, conforme evidenciado pelo senhor João Bosco, ao filmar um morador que passava, carregando um pilão:



Fonte: Imagem extraída do vídeo produzido pelo senhor João Bosco, em São Sebastião do Soberbo



Fonte: Imagem extraída do vídeo produzido pelo senhor João Bosco em São Sebastião do Soberbo

Essas imagens foram extraídas do vídeo produzido pelo senhor João Bosco, no momento em que o morador passa à sua frente e, olhando para a filmadora, diz: “*Isso aqui vai ser lembrança de mãe, que eu vô levá!*” O corre-corre das pessoas para carregar aquilo que havia sobrado foi comum entre os moradores, conforme reiterado pela senhora Maria, ao rememorar o dia da mudança:

[...] Aí um muda, outro muda, um muda, outro muda. Eu fiquei lá... num vô, num vô, num vô. Quando chegô na última hora o... falou comigo assim ó, aí a moça falô assim ó: “Diz dona Maria que só tem 24 horas pra ela desocupá aqui”. Aí o carro chegô e já foi quebrando tudo, tinha duas casa assim, tinha uma casa grande, tinha uma outra casa e foi quebrando tudo e foi mandando nós saí. Eu saí catando um trem ali, catando outro trem aqui, larguei muito trem pra trás, saí correndo, e jogô tudo dentro do carro e nós arrumô. Veio embora. Truxemos nós pra aqui, despejô nós aqui...

Aqueles que insistiram em permanecer em São Sebastião do Soberbo, como a senhora Maria e o morador que carregava no ombro o pilão, como uma lembrança da mãe, tiveram apenas 24 horas para saírem de lá. Nesse interstício, “cataram”, às pressas, “um trem ali”, “outro trem aqui”, deixando “muito trem pra trás”. É por isso que a senhora Maria significa a transferência para Nova Soberbo não como “mudança”, mas como “despejo”:

*Gisélia: Como que a senhora ficou sabendo da usina, que vocês iam ter que sair de lá? Quando que foi assim? E como foi pra senhora receber a notícia?*

*Maria: ês chegaram uai, ês chegaram aí e já foi... Esses engenheiro aí e tudo... aí depois ês fizeram reunião lá, cabô que o prefeito conformô, né, e juntô o pessoal lá e mandô todo mundo assiná. Eu não assino nada. Mais muita gente assinô e encheu a folha, e o prefeito ficou satisfeito com todo mundo nessa ocasião que tava lá né e acabô quando chegô na época que nós teve que saí, que ês tiraram nós[...] Eu sei que eu vim muito contrariada.*

*Mariza (amiga da dona Maria): É porque tinha que saí no tempo tava determinado, cê's entenderam, né? Tinha que saí, mas ês não saíram, ês num saíram né...*

*Maria: Tempo determinado, né... Num tinha jeito mais não. Aí ele falou: “vai fechá a usina lá embaixo, vai fechá, vai fechá”... Aí quando foi no outro dia nós saímos no dia, no outro dia água já tava chegano, já tava “barrendo” o lugar que nós morô, a morada das nossa casa lá. Aí cabô. Hoje... é triste né!?*<sup>218</sup>

As imagens da mudança, associadas aos significados compartilhados pelo senhor João Bosco e pela senhora Maria ao processo de transformações vivido, precisam ser contrastadas com a segunda edição do “Informativo Candonga”, divulgado pela Vale do Rio Doce e Novelis, publicada em Outubro de 2002, que apresentou uma nova sessão, intitulada “Gente”.

---

<sup>218</sup> Entrevista realizada dia 16 de julho de 2009, na residência da senhora Maria, trabalhadora rural, 86 anos, quatro filhos, em Nova Soberbo, MG. A senhora Mariza, 40 anos, presente na residência da senhora Maria durante a entrevista, participou, em alguns momentos, do nosso diálogo.

Essa sessão oculta os objetivos técnicos e econômicos que nortearam a construção da usina e que foram, anteriormente, citados no EIA/RIMA. Torna-se visível o interesse do capital na “cultura das classes trabalhadoras” para fins de maximização de lucros da Vale e Novelis, que não são explicitados no informativo:



Fonte: Informativo Candonga (Informativo Mensal do Consórcio Candonga). Ano 1-Número 2- Outubro de 2002, p.4. Escrito em branco: “Francisca Romana, ou melhor, Dona “Chica”, como é carinhosamente chamada por todos, é viúva, tem um século de vida completado no dia 21 de novembro de 2001. Nascida em São Sebastião do Soberbo, Santa Cruz do Escalvado, mora no mesmo distrito desde seu nascimento.”

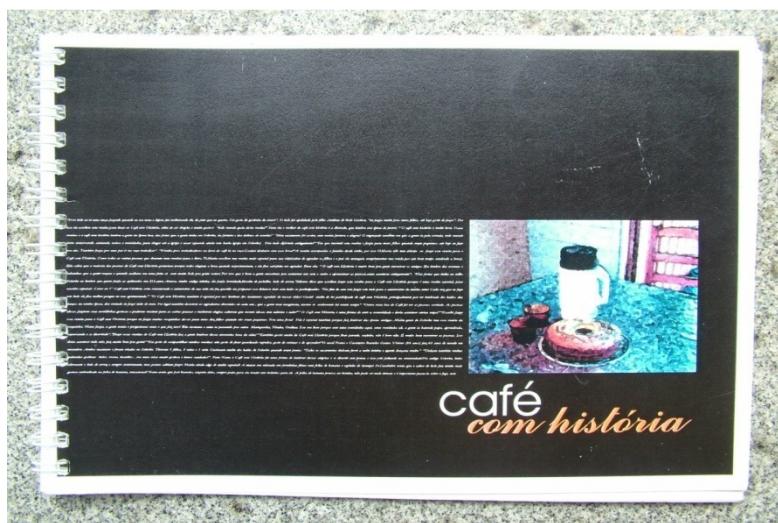
O rótulo de democracia associado ao empreendimento Candonga é tão estratégico quanto o uso da “cultura do povo”, feito pela equipe de comunicação social da Vale do Rio Doce e da Novelis, como veneração e folclorização dos modos de vida. Há, nos Boletins Informativos Candonga, uma sacralização das práticas dos moradores de São Sebastião do Soberbo como “folclore”, mas não se confere visibilidade ao sentido do processo de transformações que é vivido por “dona Chica” e outros.

Esses usos e abusos das memórias e histórias dos moradores de Nova Soberbo é visível em outro documento, elaborado pela equipe multidisciplinar contratada pelas empresas concessionárias, intitulado “Café com História”. O documento foi produzido em forma de

catálogo, contendo fotografias dos moradores de Nova Soberbo, sobretudo, os idosos. Cada página traz a história de um morador, narrada pelos intelectuais<sup>219</sup> representantes da hidrelétrica Candonga, e receitas dadas pelos trabalhadores: “*Bolo simples Ana Teodoro da Conceição*”, “*Bolo de Fubá Maria Nobre*”, “*Bolo de chocolate Maria Mirene Ferreira dos Reis*”, “*Rosquinhas Tereza Maria Maciel*”, “*Broa de Fubá Maria Terezinha Lana Carraro*”, “*Bolo de Arroz Maria Geralda Barcelos Gomes*”.

Nesse catálogo, produzido sob encomenda para as empresas concessionárias, há significados e práticas reinterpretadas e convertidas de maneira a servir de apoio ou, pelo menos, não contradizer as noções de democracia e desenvolvimento, reafirmadas como elementos fundamentais do projeto Candonga. Podemos perceber a apropriação de toda uma discussão acadêmica em torno da relação entre História e Memória, além da utilização do conceito “cultura” para fins que estão ocultos no catálogo: como forma de convencimento e legitimação da ação das empresas concessionárias. O catálogo “Café com História” inicia-se com a reiteração da importância da História Oral como instrumento de investigação da “cultura” dos moradores de Nova Soberbo.

As empresas concessionárias justificam a existência significativa do catálogo com base na idéia de cultura significada como forma de “resgate da cidadania dos moradores de Soberbo”. Vejamos os usos feitos da “História Oral” e do conceito “cultura” pelos representantes da hidrelétrica Candonga, tais como aparecem no documento:



<sup>219</sup>Ao final dos catálogos e boletins informativos, há referências sobre os profissionais responsáveis pela elaboração desses documentos: “Organização e Textos; Equipe multidisciplinar; Programação visual: Daniel M. de Freitas” e Equipe de Comunicação Social, sob coordenação de Celso Charneca/Cia Vale do Rio Doce e Maurício Martins/ALCAN; jornalista responsável: Celso Charneca; Coordenação Editorial: Equipe Holos, Reportagem e Ilustração: Equipe Holos, Projeto Gráfico e diagramação: Gerência de Comunicação Regional de Minas Gerais/Cia Vale do Rio Doce.

**A utilização da história oral**

... em reconstituir sua própria memória, através da história oral, objetivando a criação de condições para uma relação diferenciada com o passado individual e coletivo, de distanciamento e estranhamento em relação ao presente.

... procura- se contribuir para a consideração de experiências ocultadas ou silenciadas, em geral presas a espaços sociais restritos ou a intimidade, atualizando sua vinculação com o mundo coletivo e público.

... os participantes compartilham dos seus relatos singulares entre si e perante compreensões comuns dos grupos, buscando a abertura a novas significações de experiências vividas.

*Por que não dizer da arte culinária de um povo? Talvez uma das mais difíceis de entender. Talvez uma das mais ricas, pela simplicidade das pessoas que a cultua. De onde vem o segredo de cada um? Seria do tempero? Seria do prazer de fazer? Como se faz para se construir esta receita? Seria na magia do fogo do fogão a lenha? Da grandiosidade da receita que não se escreve? Mas se fala como fazer, e quando se escreve não se consegue fazer igual, ou do esforço das mãos calçadas que amassa a massa? Talvez tenha surgido com a luta pela sobrevivência, pela própria vida, talvez tenha surgido das histórias que ouvimos contar, de tantas e tantas lutas. Quem sabe as variadas e diversas origens do nosso povo? Segredo este que não se consegue passar para frente? Evidentemente parece estar misturado com a própria história de um povo.*

*O povo de Soberbo, talvez não saiba, a própria construção da sua história se mistura com a arte de se cozinar. A sua vida às margens do Rio Doce, a beleza bucólica da região. A sua herança cultural, fizeram com que se colhesse este segredo das belas águas do Rio Doce, que banha o quintal de suas casas.*

*Rosquinhas, Broas, Bolos, Biscoitos, tudo se mistura com o cotidiano de Soberbo, numa bonita história e é claro, a boa memória das pessoas, que sigilosamente passarão para os descendentes o que aprenderam, estes certamente, terão a responsabilidade de aprender, mas e o segredo?*

Fonte: Catálogo “Café com História”. Conforme referenciado na última página do documento, foi produzido pela “Equipe Multidisciplinar” do consórcio Candonga, Programação visual: Daniel M. de Freitas.

No documento, percebemos a exaltação da cultura dos moradores de Nova Soberbo como lugar da “pureza”, da “riqueza cultural” e a elaboração/difusão da imagem da empresa Candonga como aquela que, além de promover o progresso, ainda “resgata” a memória de modos de vida que parecem não caber mais no tempo presente.

A romancização e consequente celebração da simplicidade dos moradores de Nova Soberbo traduzem o quanto vantajoso é, para as empresas capitalistas, a “descoberta da cultura do povo” como “modo de vida autêntico e singular”. Os interesses do capital, na “cultura do povo”, estão na base da dinâmica de expansão e consolidação do capitalismo, enquanto modo de produção hegemônico. Stuart Hall, ao investigar a historicidade do termo cultura, sinaliza para a veneração da cultura do povo como uma das estratégias que se fizeram presentes na transição mesma do capitalismo agrário para o industrial:

*No decorrer da longa transição para o capitalismo agrário e, mais tarde, na formação e no desenvolvimento do capitalismo industrial, houve uma luta mais ou menos contínua em torno da cultura dos trabalhadores, das classes trabalhadoras e dos pobres. Este fato deve constituir o ponto de partida para qualquer estudo, tanto da base da cultura popular quanto de suas transformações. As mudanças no equilíbrio e nas relações de forças sociais ao longo da história se revelam, frequentemente, nas lutas em torno da cultura, tradições e formas de vida das classes populares. O capital tinha interesse na cultura das classes populares porque a constituição de uma nova ordem social em torno do capital exigia um processo mais ou menos contínuo, mesmo que intermitente, de reeducação no sentido mais amplo. E*

*a tradição popular constituía um dos principais locais de resistência às maneiras pelas quais a “reforma” do povo era buscada. É por isso que a cultura popular tem sido há tanto tempo associada às questões da tradição e das formas tradicionais de vida – e o motivo porque seu “tradicionalismo” tem sido tão frequentemente mal interpretado como produto de um impulso meramente conservador, retrógrado e anacrônico...<sup>220</sup>*

Além de Hall, as reflexões realizadas por Eric Hobsbawm constituiram-se fontes de inspiração para ler o documento “Café com História”. Ao criticar os usos político-ideológicos da História, Hobsbawm nos chama a refletir sobre a responsabilidade que envolve nosso ofício de historiadores. Ele destaca que tal como o físico-nuclear, o historiador pode produzir muitos danos ao transformar a História em matéria-prima essencial para a legitimação das desigualdades e consolidação do capitalismo.

Esse uso escuso da História fica muito evidente no documento “Café com História”, certamente produzido por intelectuais<sup>221</sup>, que transformam a história oral, um método que emerge com a perspectiva de revolucionar a escrita da História, em instrumento para legitimar a intervenção de grupos capitalistas privados:

*Ora, a história é matéria-prima para as ideologias nacionalistas ou étnicas ou fundamentalistas, tal como as papoulas são a matéria-prima para o vício da heroína. O passado é um elemento essencial, talvez o elemento essencial nessas ideologias. Se não há nenhum passado satisfatório, sempre é possível inventá-lo [...] O passado legitima. O passado fornece um pano de fundo mais glorioso a um presente que não tem muito o que comemorar.*

*Nessa situação os historiadores se vêem no inesperado papel de atores políticos. Eu costumava pensar que a profissão de historiador, ao contrário, digamos, da de físico nuclear, não pudesse, pelo menos, produzir danos. Agora sei que pode. Nossos estudos podem se converter em fábricas de bombas...<sup>222</sup>*

A leitura do catálogo “Café com História” suscita outra inquietação: pensar o papel dos intelectuais e do conhecimento histórico, na sociedade contemporânea. Embora não seja meu propósito construir uma tese sobre questões éticas, concernentes ao ofício do historiador, a leitura do documento e a investigação da lógica que pautou sua produção impuseram a necessidade de refletir sobre o papel da academia – melhor dizendo – dos acadêmicos, e da utilização da relação memória/História, no tempo presente.

---

<sup>220</sup>HALL, Stuart. Estudos Culturais: dois paradigmas. In: *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.p.232.

<sup>221</sup> Organização e textos: Equipe multidisciplinar do consórcio Candonga. Programação visual: Daniel M. de Freitas.

<sup>222</sup> HOBSBAWM, E. J. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.p.17.

Há, na atualidade, uma tendência à utilização generalizada dos “usos da memória” para produzir histórias instituidoras de uma cisão entre as pessoas que não tiveram acesso à educação formal e os intelectuais. Nesse sentido, a Universidade, que sob a perspectiva gramsciana<sup>223</sup> deveria exercer uma função unificadora, capaz de romper a dualidade entre o que Thompson definiu como “Educação e Experiência”<sup>224</sup>, encurva-se, cada vez mais, às demandas de grupos empresariais.

Em artigo intitulado “Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais”, Alistair Thomson, Michael Frisch e Paula Hamilton realizam um “balanço” sobre os debates historiográficos em torno das relações entre memória e História, e também nos provocam a refletir tais relações sob a perspectiva de se produzirem “novas histórias”:

*[...] as novas histórias podem contribuir para divulgar as experiências vividas por indivíduos e grupos que foram excluídos ou marginalizados em narrativas históricas anteriores [...] Em suma, a memória é invocada para subverter as afirmações da história ortodoxa; na outra, os estudos históricos ganharam impulso por sua capacidade de subverter as categorias, as suposições e ideologias das memórias culturais aceitas e dominantes[...]*<sup>225</sup>

Contrastando a proposta historiográfica de Alistair Thomson com os usos da memória realizados por intelectuais que forjaram o documento, como fica essa perspectiva da importância da História, para subverter a memória hegemônica?

Em resposta a essa indagação, percebemos a incorporação dessa prática historiográfica para outros fins: há, no documento “Café com História”, a utilização da cultura da gente simples, pelo capital, por meio da visibilidade de sua “arte culinária”. Isso significa que o desenvolvimento de novos conceitos – como “experiência”, “cultura” - e a “incorporação de novas fontes documentais” têm sido inseridos, nas elaborações dos “intelectuais do capital”, não para subverter a ordem, mas para o exercício efetivo da hegemonia.

Percebemos que a história oral tem sido praticada de diversas maneiras, indo além da esfera acadêmica, o que nos remete a repensar a relação entre História e memória. Na escrita da História, nós também somos sujeitos, conquanto, infelizmente, alguns adotem uma postura liberal ou conservadora, para legitimar determinadas memórias.

---

<sup>223</sup>GRAMSCI, A. Caderno 12 (1932) Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. In: *Cadernos do Cárcere*, v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.p.13-53.

<sup>224</sup>THOMPSON, E.P. *Os românticos*: a Inglaterra na era revolucionária. Trad. Sérgio Moraes Rêgo Reis. RJ: Civilização Brasileira, 2002.

<sup>225</sup>THOMSON, A.; FRISCH, M.; HAMILTON, P. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. de M (orgs.) *Usos & Abusos da História Oral*. 5. ed. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, p.72 et seq.

No documento “Café com História”, há um trabalho com a história oral que despolitiza a noção de cultura, entendida, no documento, enquanto folclorização dos modos de vida dos trabalhadores de São Sebastião do Soberbo. Quando eu me insiro nessa disputa por memórias, a partir da escrita da tese, parto da noção de cultura enquanto luta de classes, luta por direitos. O trabalho com história oral tem-me levado a reconhecer que determinados sujeitos, embora não reconhecidos como detentores de direitos, estão reivindicando direitos de presença, ainda que sob pressões, limites e censuras que são vivenciadas.

A partir da relação entre História e memória, minha perspectiva é conferir visibilidade para algo que não está explicitado pelos documentos produzidos pela empresa Candonga: os trabalhadores de Nova Soberbo e regiões vizinhas falam de sentimentos de perda – a casa, a Igreja, as antigas formas de trabalho – projetando o futuro, indagando sobre o que será a vida dos filhos, refletindo sobre o desemprego, acesso à saúde, à escola, o direito a água de qualidade para consumo humano.

A entrevista realizada com o casal Josemar e Neuza, trabalhadores rurais, moradores em Nova Soberbo, quatro filhos, é significativa para pensarmos a maneira pela qual os sujeitos se inscrevem no social e como reivindicam direitos:

*Gisélia: E... vocês tem, assim, mais alguma coisa que vocês gostariam de falar, que pode me ajudar, assim? Por exemplo, se vocês delegassem... se vocês dessem pra alguém o direito de escrever sobre a vida aqui, sobre essa mudança, o que vocês acham que eu deveria escrever? ...O que vocês queriam que eu escrevesse? Porque eu vou escrever, né... um “livro”, tese, falando sobre Nova Soberbo... o que vocês acham que seria mais importante, desse processo?*

*Neuza: Ah! Aqui nós precisa de miorá a condição de serviço né...que a área de serviço aqui tá difícil. E igual a escola né? Que tem que melhorá bastante coisa e...*

*Josemar: Resolvê esse problema dessa água...*

*Neuza: A água né?*

*Josemar: Essa água tá um problema que tá sério mesmo, porque o prefeito alega que não vai pagá água .... A água é ruim, que é ruim de péssima qualidade e né...*

*Gisélia: Vocês pagam a água aqui ?*

*Josemar: Pagá assim que eu digo, que lá tem que pagá a energia das bomba pra jogá pra lá, pra jogá pra cá. Então o pessoal fala que a água é ruim, alega que a água é ruim e o consórcio fala que a água boa, que é tratada. E tá naquela demanda... o pessoal fala que ela é ruim, outros fala que ela é boa, e o prefeito entrô no meio e falô que num vai pagá, que o pessoal fala que ela é ruim mais a ... o custo dela é caro pra bombeá lá pra cima, gasta muita água, sabe?*

*Gisélia: ah, tá...*

*Neuza: Na área da saúde...*

*Josemar: Na área da saúde. E se pudesse também a Vale [do Rio Doce] né... igual acho que eu num sei da cabeça de todo mundo, se botasse aqui.... um... ah uma fabricazinha sabe, um troço melhô pra dá... gerá emprego pro futuro pros filho da gente, porque como que vai ser? Daqui... Já tem sete*

*anos que a gente mudô pra qui, sete ano num tem nada, num foi feito nada, praticamente nada, sabe? [...] Se a gente não corrê atrás... num é com briga sabe? Com briga num vamo consegui nada, mais corrê atrás do pessoal e tentá convencê o consórcio né... que eles tem uma responsabilidade, igual aqui tem documento que foi falado em montá uma reativação econômica, uma coisa pro futuro... Se realmente eles num fizê, Soberbo num vai tê futuro daqui uns quinze, vinte ano não! Aqui vai ser só pra gente aposentado, todo mundo vai ter que ir embora, não tem como! Num vai ter como arrumá sobrevivência.*

O fato de evidenciar que os trabalhadores em Nova Soberbo e regiões vizinhas estão submetidos a um processo opressor, empreendido por grupos capitalistas privados, não significa afirmar que eles estão inertes ou sendo massacrados. Os narradores Josemar e Neuza evidenciam como os sujeitos, ao se fixarem em Nova Soberbo, foram colocando suas demandas, algumas atendidas, outras policiadas, outras descartadas; e suas constantes lutas em defesa de determinados direitos fundamentais à sobrevivência da família, como o direito à água, à saúde, à educação, ao lazer.

Ao mesmo tempo, indicam elementos de identificação desses trabalhadores, no tempo presente: a ausência de condições sociais de produção da existência, a possibilidade de migração e, com ela, a ameaça de dispersão da família, dificuldades nos usos que fazem de Nova Soberbo e a consequente luta pela reestruturação da vida, sob novo ambiente urbanizado.

É recorrente ler, nas entrevistas, informações concernentes a uma relativa melhoria dos padrões de vida, não obstante a ausência de trabalho. Evidência disso são as referências ao aumento do número de casas próprias, em Nova Soberbo, se comparado à quantidade de residências, em São Sebastião do Soberbo. As mães solteiras, os filhos casados que moravam de favor, na casa dos pais ou parentes, tiveram direito a residência própria, na região do reassentamento, óbvio que não por filantropia das empresas concessionárias, mas como fruto das reivindicações e necessidades elencadas pelos trabalhadores:

*Gisélia: Então, desde mil novecentos e noventa e seis que eu tive contato pela primeira vez com a questão das hidrelétricas aqui, foi até um projeto da Pilar, a usina hidrelétrica do Pilar que não deu certo né, porque a população reagiu e não deu certo. E aí, de lá pra cá eu venho pesquisando, né... assim as hidrelétricas da Zona da Mata mineira, mas o meu foco são as pessoas atingidas, né... Como que é esse processo, como que é viver isso né? Porque no discurso da empresa fala-se de progresso né, de geração de renda, de energia, eu quero saber se vocês vivem isso mesmo né... Como que vocês veem isso? Como era a vida em Soberbo Antigo e como que é a vida aqui hoje, né?*

*Josemar: É... Bom, tem o lado bom, como todo mundo fala, e o lado ruim. Lá, quando a gente morava no Soberbo Velho, eu morava lá em Soberbo Velho, aliás Rio Doce-Soberbo, desde mil novecentos e setenta e seis...*

*setenta e seis nós moramo lá, de setenta e seis até dois mil e três nós viemo pra qui. Aí né com o processo da barrage, aquele troço todo, aí nós viemo de Soberbo...Agora em matéria de sirviço, ah ficô ruim! Porque lá eu mexia com garimpo, trabalhava na roça, né? Trabalhava no garimpo uns dia, outro dia eu plantava, com o rio cheio eu trabalhava na roça e aqui ficô mais ruim sabe? E aí... agora em matéria do processo da...da...da... reativação econômica, eles tem mesmo um... um... processo de reativação econômica aqui, desde quando a gente veio embora, mais só que ficô naquela: faz hoje, faz amanhã, faz depois e num saiu, sabe? E o processo foi andando, foi andando, foi andando e não saiu... É uns cinco meses atrás eles tinha...tinha uns coisa aqui da “Café com história”, e sempre a gente aqui num... num participava. “Café com história” era pra contá a vida da pessoa né, os problema, o que sentia depois de vim de Soberbo Velho, e como a gente num tinha nada pra contá no caso, teve um dia que eles apareceu aqui convidando eu e minha esposa pra gente ir pro Café com História, aí eu falei pra Alberto(Alberto é representante do consórcio Candonga): “\_ Ah, eu num vô não porque eu não tenho nada pra contá, sabe... na verdade o que a gente tava precisando era da reativação econômica que até hoje não foi feita, aquele troço...” Aí ele me perguntô, eu e mais minha esposa, o que que a gente gostaria de tá fazendo dentro do lote que tem ali em cima aonde tá ficando o galinheiro... Cada família, cada pessoal de uma casa tem um lote ali em cima. Aí ele perguntô pra mim, eu falei: “\_ ô Alberto na verdade eu gostaria de criar cabra de leite, quando eu vim pra qui eu mexi, e devido num ter como... pras criação adequada, eu tive que vendê.” Aí eu falei com ele, e ele falô: “Uai”... aí ele perguntô pra ela: “\_ ô Neuza e você o que você gostaria?” Aí ela falô: “Uai, uma galinha de granja, um trem assim... montá uma granja pra gente trabalhá né.” Aí ele levô lá a conversa lá pros homi lá em cima e daí a pouco veio com a solução né e aí começô o andamento, o processo de reuniões, aquele troço, pra lá e pra cá, aí tá saindo, sabe? Saindo o galinhero, os cabrito eles vão fazê os capril, acho que na faixa de uns seis ou sete... E aí vai desenvolvendo sabe... Agora, tem o lado bom né e tem o lado ruim, igual que nem eu te falei... No Soberbo, quando eu morava no Soberbo eu casei e fui morá com minha mãe, que ela mora aqui por baixo aqui, morei quatro anos com ela, então até aí eu não tenho muito o que reclamá né, porque eu não tinha nada e hoje eu tenho minha casa, que é murada, tenho meus filho e...né...*

*Gisélia: Lá em Soberbo Antigo vocês moravam com ...*

*Josemar: a minha mãe*

*Gisélia: Sua mãe?*

*Josemar: Fui casado né e morei quatro anos com ela, aí devido eu ter casado com ela, aí eles me deram o direito dessa casa aqui, aí essa casa aqui era menor, fizeram ela menor, mas quando nós chegamo pra qui eles aumentaram ela porque na época né bem (referindo à sua esposa Neuza) acho que dava dez mil ou mais um cômodo. Mais como eu tenho duas menina e dois menino aí eu preferi mais um cômodo na casa, invés do dinheiro...*

*Gisélia: Ao invés do dinheiro?*

*Josemar: Invés do dinheiro eu peguei a casa de três cômodo... três quarto né, sala, cozinha, banheiro, uma área aí maior... Então até aí pra quem não tinha nada foi bom sabe... Igual do meu caso mais gente aqui num tinha nada foi bom, mais as pessoa alega, gente que tinha as coisa, que foi muito mal negociado, isso aí, eles falam... Mais aí a gente tá esperando pra vê o negócio da reativação econômica pra vê o que que vai dá... É isso aí...*

Se fôssemos traduzir essas informações em dados estatísticos, expressos em gráficos, visualizariámos, certamente, uma curva ascendente em relação a “habitação”. No entanto, lendo as fontes, a partir do diálogo com Thompson<sup>226</sup>, que estabelece uma distinção fundamental entre “padrões materiais” e “modos de vida”, somos levados a interrogar como a curva ascendente referente à ampliação do número de casas próprias é significada pelos moradores. Os moradores, quando indagados sobre o novo padrão de construção das residências, indicam que as novas formas de morar demandam uma intensificação dos gastos com produtos de limpeza que não faziam parte da lista de compras da família, antes da transferência para Nova Soberbo:

*Josemar: Ficô caro a...limpeza, esses trem, porque a casa é nova mais tem que trazê trem limpim, produto de limpeza caro, então as pessoa já tão desistindo... Lá era cimento batido, pau com cimento grosso. Na casa da minha mãe mesmo era, lá era cimento batido por dentro e nem era rebocada por fora. Era uma casa de laje tudo bem, mais num era...num era acabadinha, toda acabada num era. Então o custo era bem menos...aqui se ocê for deixá a casa de qualquer maneira bagunça os trem tudo, então num pode deixá... E outra coisa também que no meu caso que eles num fizeram bem é essas porta do banheiro ó...porta tipo papelão, sabe? Essas tão rancano, os marco daqui de casa também já rancô[...]*

*Gisélia: E pra limpeza então...você que limpa?*

*Neuza: Nossa problema de limpeza é mais...Tudo a gente compra...aqui agora tudo ficô mais caro que a gente tem que comprá...*

*Josemar: Só de produto de limpeza cê deve gastá uns sessenta reais sabe...Sabão em pó, detergente, água sanitária, sabão, sabe? Só de limpeza hein...*

*Gisélia: E lá num tinha?*

*Josemar: Lá era menos né...*

*Neuza: Num tinha que limpá vidro, num tinha que limpá essas porta...*

*Josemar: Limpa vidro, limpá porta...*

*Neuza: O azulejo da cozinha, igual a cozinha é toda azulejada e a gente precisa comprá produto de limpeza pra limpá...*

*Gisélia: Lá num tinha esse modo de vida, era outro estilo?*

*Neuza: É. Lá a gente passava era barro na parede né...A cozinha quando passava lá, a gente pegava um barro, buscava e limpava de barro né. E aqui não, aqui a gente tem que comprá os produto de limpeza pra limpá senão o azulejo fica preto, fica feio, muito feio né. Então a gente tem que comprá, aí gasta mais.*

*Gisélia: Então quer dizer que ficou mais caro aqui?*

*Neuza: Tudo mais caro... Energia, tudo ficô mais difícil e renda de serviço quase a gente num tem.*

*Josemar: Lá era melhó, lá era melhó sem dúvida em termo de trabalho...de repente a gente num tinha né uma casa...Igual eu, no meu caso, eu num sei se poderia na minha vida construí uma casa tipo essa. Então sobre moradia sabe eu num tenho o que falá, mais em termo de sobrevivência sabe,*

---

<sup>226</sup>THOMPSON, E.P. “Padrões e experiências.”In: A formação da classe operária inglesa. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.vol.II. p.179-225.

*dinheiro, comida, lá era mais fácil. Verdura nem se fala! Fruta, legumes nem se fala! Lá tinha de tudo sabe? Trabalho...<sup>227</sup>*

Se levarmos em consideração apenas as referências das entrevistas sobre o incremento do número de casas próprias, em Nova Soberbo, podemos incorrer no risco de produzir interpretações simplificadas. Conforme podemos evidenciar, nas narrativas, o aumento de residências não é sentido, necessariamente, pelos moradores, como ampliação da qualidade nos modos de morar e viver.

É inegável que Nova Soberbo cresceu e que as casas foram construídas num estilo diferente daquelas em São Sebastião do Soberbo, mas a senhora Maria Marta, ao me apresentar sua residência, me leva a pensar que a nova casa, construída com janelas e portas de vidros, azulejos brancos, com muros e grades, em vez de cercas, não é a única e nem a melhor maneira de morar:

*Maria Marta – Aqui... tinha um buracão... assim quando chovia ficava cheio d'água, tem pouco tempo que eu arrumei qué vê? É... cê's tão vendo? Dessa coluna pra cá... de cá tudo foi eu que fiz... e... quando começava chovê pra gente entrá lá dentro ficava tudo cheio de barro... essa cozinha foi eu que fiz...*

*Gisélia – Esse fogão de lenha tinha aqui?*

*Maria Marta – Num tinha... eu que fiz...*

*Gisélia – Eles não colocaram fogão de lenha?*

*Maria Marta – Não...*

*entrevistador – Na sua outra casa tinha fogão de lenha?*

*Maria Marta – Tinha...*

*Gisélia – Na outra casa tinha e aqui não fizeram?*

*João Bosco (filho da senhora Maria Marta) – Não...*

*Maria Marta – Fogão de lenha teve... teve mas num valeu de nada... precisô de... O fogão era aqui ó... aí... mais a água vinha de lá... e entrava tudo aqui debaixo do fogão ó... principalmente chuva de vento... moiava aqui tudo! Deus me ajudô que... tem um mês e pouco meu fio que cabei... nem cabeiinda não que tem um muro aqui ainda pra... aqui... essa... essa... esse muro aqui ó... tem duas teia aí que precisô deu aumentá porque a água caía tudo dentro de casa. Ó cumé que tá preto aí! És andô passano um cal aí mas num vortô mais não. Mais eu que tô fazendo, num cabei ainda não...*

*Gisélia – Aí a senhora fez o fogão lá?*

*Maria Marta – Lá... é...*

*Gisélia – Esse quintal aí? Como que era o quintal da senhora lá?*

*Maria Marta – Ah meu quintal de lá era maior... plantava mais né? A água... vixe! a água daqui num vale nada... é ruim demais... tem até gosto de barro... amarela a água viu...*

*(interferência de João Bosco) – Num é barro, é o cloro mãe... é o cloro...*

*Maria Marta – É o cloro... mas fica amarelísim... então ele me falô assim: "Ah eu vô limpá isso tudo mas cê's tem que pagá duzentos reais cada um " Ah... que isso? A gente já comprô tem pouco tempo que a gente comprô e agora vai tê que pagá pra podê limpá? Não... vai ficando aí... Essa vidraiada... eu ficava mais satisfeita se fosse tudo de tauba... num gosto de*

---

<sup>227</sup>Entrevista realizada com o casal Josemar M. d. S e Neuza, em 25 de janeiro de 2010.

*vidro não mas o que que hei de fazê. És entra na casa da gente... rebenta tudo... semana passada és entrô em várias casa aí...*

*Gisélia – É?*

*Maria Marta – É...*

*Gisélia – E lá em Soberbo antigo tinha isso?*

*Maria Marta – Não... não tinha nada disso... nada...*

*Gisélia – A casa da senhora lá era de madeira né?*

*Maria Marta – Era de madeira...*

*Gisélia- A senhora queria que eles fizesse de madeira aqui?*

*Maria Marta – A ham, de madeira também...*

*Gisélia – Mas num fizeram né?... A senhora chegou a pedir ou eles nem perguntaram?*

*Maria Marta – Num perguntô não... só aqui que eu falei com eles que queria uma área conjugada com a cozinha né. És vai e falô que num podia que tinha que ter falado há mais tempo. E aqui tem duas porta, pra quê essas duas porta né? Porque a porta mesmo que a gente usa é essa do fundo... Ainda cheguei aqui e achei desde daquela porta lá até aqui tudo cheio de barro... tá vendo onde é que era o passeio né?*

*Gisélia – A ham...*

*Maria Marta – Ái... agora eu arrumei...*

*Gisélia – E o piso lá era assim também Dona Marta?*

*Maria Marta – Não o piso era cimento queimado, já viu falá?*

*Gisélia – Não...*

*Maria Marta – Ora, é queimado a gente faz e queima ele, pode fazê de quarqué cor... é bonito boba! Eu preferia que fosse queimado do que esse piso aí... tá arriscado uma hora a gente escorregá e quebrá a perna né?... (riso) mas Deus guarda... mas o piso queimado tem mais garantia... tem sim... mas tá bão...*<sup>228</sup>

As casas, do ponto de vista material, são significadas como mais bonitas e modernas do que aquelas que faziam parte dos modos de morar dos trabalhadores no distrito rural de São Sebastião do Soberbo. No entanto, na medida em que os trabalhadores vivenciam as dificuldades para mantê-las – a ausência do quintal fértil, do chão de “cimento queimado” em vez do chão azulejado, da antiga cozinha com fogão a lenha e barro na parede, os problemas de abastecimento de água – apontam para o fato de que essas novas condições de moradia mostram-se, do ponto de vista da sobrevivência, talvez mais precárias do que os antigos casebres (alguns sem forro, outros com telha de amianto, paredes de barro, sem acabamento, sem pintura, janelas de tábua), em São Sebastião do Soberbo.

O novo padrão das moradias não é compatível com os anseios dos trabalhadores. Os vidros em portas e janelas, significados pela arquitetura como símbolos do moderno e do requinte, são desqualificados pela senhora Maria Marta, quando comparados às casas no distrito submerso: *Essa vidraiada... eu ficava mais satisfeita se fosse tudo de tauba... num gosto de vidro não mas o que que hei de fazê. És entra na casa da gente... rebenta tudo...*

---

<sup>228</sup>Entrevista realizada no dia 17 de julho de 2009, com a senhora Maria Marta Correia, 80 anos, aposentada, moradora em Nova Soberbo.

Além disso, o novo padrão das moradias é significado, pela senhora Maria Marta, como ameaça, inclusive, à integridade física: *Eu preferia que fosse [cimento]queimado do que esse piso aí... tá arriscado uma hora a gente escorregá e quebrá a perna né?... mas Deus guarda... mas o piso queimado tem mais garantia..*

Um dos elementos importantes, na negociação entre a empresa e os trabalhadores com títulos de propriedade, em São Sebastião do Soberbo, foi a reivindicação de casas próprias para os filhos, netos e familiares. Para os proprietários, na região inundada, os que moravam “de favor” em São Sebastião do Soberbo deveriam ter direito a casa própria, conforme podemos evidenciar na narrativa da senhora Eleonora:

*Entrevistador: a distância daqui[de Nova Soberbo até] lá, a distância daqui no Soberbo Antigo, qual a distância que é?*

*Eleonora: uai é...é mais ou menos uns cinco minuto, dez minuto de carro, é só ocês descê aqui pra baixo, de lá de cima da estrada ocês vão vê lá o lugar da água tomô nosso lugar lá ó... A barragem é mais ou menos umas meia hora daqui lá, meia hora, uma hora, entendeu? Então tomô o lugar tudo nosso. E mesmo assim muita gente saiu a poder de polícia, foi uma coisa absurda. Nós saímos antes por causa de que? Porque eu falei enquanto não me dá uma casa pra morá eu... Eu não saio daqui... Aí ganhei...aí saí de lá, minha casa já tava construindo aqui, entendeu? Agora o resto do povo que ficô lá foi tudo tirado a força, com polícia, com tropa de choque, o trem foi feio lá viu....rebentaram a porta, entraram né, fez a maior coisa feia...Agora eu não, eu saí antes porque ês fizeram proposta pra mim: “Eleonora, nós vão fazê sua casa, aí nós vão pagá o aluguel pro cé , aí cé mora no aluguel até construir sua casa.”... Aí que eu vim pra cá e minha mãe veio pra casinha dela que tá lá fechada pra vendê sabe, que vai vendê a casa dela, num mora ninguém nela né, aí tá a venda. Então, a... a... negócio de serviço aqui num tá com nada não, as coisa aqui ta precária, não tá bom mesmo, não tá bom. Muitos idoso fica aborrecido de morá aqui por causa de que? Lá no Soberbo Veio gente tinha fruta, tinha um meio de sobrevivência melhor, tinha fruta, tinha lugar da gente trabalhá que era na roça né, aqui num tem jeito...[Meu]marido faz uns bico aí coitado, mais com esses que ganhô terra aí ó, entendeu como é que é? Então, ah! pra sobreviver aqui num tá bom não... Mãe bateu o pé mesmo: “Eu vou ser a última a sair de Soberbo, se ês não te der casa.”*

*Gisélia: Como sua mãe chamava mesmo?*

*Eleonora: Ângela., é...aí bateu o pezim, coitada, idosa né? Pois ele aqui ó, ês teve que arrumá a casa...*<sup>229</sup>

As pressões exercidas pelos moradores de São Sebastião do Soberbo evidenciam como se inseriam nessas relações de poder. A prática da senhora Ângela, que só aceitou a negociação a partir do atendimento à reivindicação do direito de casa própria para sua filha Eleonora, leva-nos a ampliar a noção de política, muitas vezes associada de forma equivocada e simplista, com poder público ou suas instituições. As práticas desses sujeitos, nesse

---

<sup>229</sup> Entrevista realizada no dia 16 de julho de 2009 com a senhora Eleonora.

processo, também podem ser entendidas como política, pois não estavam de braços cruzados, assistindo ao próprio massacre, mas transitavam nesse processo, requerendo direitos.

A movimentação dos trabalhadores e as experiências de classe se constituíram em processo multiforme. Além de exercer pressões sobre os representantes do consórcio Candonga, em relação à adequação da nova casa aos padrões costumeiros de residência, em São Sebastião do Soberbo, muitos trabalhadores, sobretudo os pais de “mães solteiras” viram, na construção da hidrelétrica Candonga, a possibilidade de movimentarem-se, no social, em prol da obtenção de casas próprias para suas filhas, conforme evidências da narrativa do senhor Josias:

*Josias: Eu na época eu nem tava querendo vendê pra eles, eu tinha uma casa lá, mas depois eu pedi eles um dinheiro, eu pedi eles vinte e cinco mil de tudo que eu tinha lá, eles só me deram dezoito. Eu tava com a ideia de ir embora lá pra São Paulo, eu tenho uma filha que morava lá em São Roque, eu tava com ideia de ir pra lá. Aí pensei bem: num dá nem pra mim comprá um barraco lá...Aí sosseguei porque eles me deram uma casa, minha casa é uma casa boa, eu tinha uma filha que morava comigo, a Carla, ela ganhou uma casa, ela é mãe solteira, ela tinha uma menina, então ela ganhou uma casa, mora lá em cima.<sup>230</sup>*

As interpelações feitas às empresas concessionárias pelos pais sinalizam para a potência que seus movimentos puderam desenvolver, no sentido de viabilizar casas próprias para os filhos, explicando a ampliação significativa do número de residências em Nova Soberbo, se comparado ao distrito submerso.

A propriedade aparece, nas narrativas, enquanto um valor, um elemento importante do campo de disputas, que não só levava os pais a se movimentarem, no social, em prol da obtenção de moradia para os filhos, em Nova Soberbo, mas constituía, também, uma reivindicação dos próprios filhos, mesmo aqueles que residiam fora de São Sebastião do Soberbo, às vésperas da construção da usina. Uma das estratégias de convencimento forjadas pelas empresas concessionárias, para que as famílias renitentes deixassem São Sebastião do Soberbo, foi a concessão de casas próprias para os filhos que residiam com os pais. A senhora Eleonora, embora não estivesse nessa condição de dependência dos pais, assim que tomou consciência desse procedimento das empresas concessionárias, mudou-se, às pressas, para a casa da mãe, como forma de superar as privações que enfrentava, à época, com o marido desempregado:

*Gisélia: E como vocês ficaram sabendo que eles iam construir uma usina lá e que vocês iam ter que sair? Como é que foi?*

---

<sup>230</sup> Entrevista realizada com o senhor Josias, 74 anos, no dia 25 de janeiro de 2010, em Nova Soberbo.

*Eleonora: Ah minha fia! Eu nem morava lá, não. Pergunta Ladim<sup>231</sup>, eu morava no Sorriso. Eu morava no Sorriso, cê entendeu? Mas como meu marido foi dispensado da Jatiboca<sup>232</sup>, eles mandaram embora, aí eu fiquei sem lugar, pensei: Ai meu Deus! Minha única salvação é pular na casa da minha mãe. Aí veio um anjo da guarda, que é uma colega minha que mora aqui, eu tava sentada no jardim de Palmeiras<sup>233</sup>, pensando no que que eu ia fazê, porque num tinha serviço mais pro meu marido lá, porque ele já tava...já encostado, né, salário mínimo dele num ia dá pra pagá um aluguel direito, e pra comê, sobrevivê com menino, né, com filho. Aí tava pensando na minha vida, ô meu Deus, como é que eu vô fazê? Aí ela sentou perto de mim e falou: “ô Eleonora, sabe o que cê faz? Vai pra casa da sua mãe, minha fia, porque lá tá fazendo uma barragem, quem sabe Deus abençoa e cê ganha uma casa!” Aí o que que eu fiz? Naquela enchente de Ponte Nova, naquela época que a enchente lavou o Guarapiranga<sup>234</sup> todinho, foi aquele dia, aqueles dia, nem ponte tinha pra nós passá com caminhão de mudança...foi uma tristeza, entendeu? Ana Florência<sup>235</sup> cheia d'água, aí nós passô naquele asfalto por dentro, ali, Ladim, que sai cá na, na, na Raza<sup>236</sup> ali ó, cê entendeu? Minha filha, foi uma coisa triste...que eu fui parar na casa da minha mãe. Meus trem ficô em cima do giral até normalizá, sabe, e eu morei ainda um ano com ela lá, até todo mundo vim pra qui. Mas, as casa tava quase pronta já aí, só a minha que tava pra fazê[...] Minha mãe que bateu o pé, minha mãe tava com 88 ano, 84 quer dizer, ela morreu já tinha cinco ano que nós tava aqui, ela tava com 89, ela bateu o pezim no chão e falou: “Eu não saio daqui enquanto meus dois filho não ganhar casa”, que é eu e ele aí, que nós morava junto com ela, cê entendeu?... “Eu não saio daqui”... Então eles teve que obedecê a orde dela, porque ela tava com 85 ano, 84. Aí ganhei...aí saí de lá, minha casa já tava construindo aqui, entendeu?<sup>237</sup>*

A senhora Eleonora, vivenciando todas as agruras diante da impossibilidade de continuar pagando aluguel, com o marido desempregado, sentiu-se seduzida diante das possibilidades oferecidas, que a levaram a se movimentar no social. Sua narrativa traz

---

<sup>231</sup>“Ladim” é o apelido com o qual meu pai é conhecido pelos amigos e familiares. Na época em que a usina Candonga estava em construção, a senhora Eleonora era vizinha dele, na localidade rural denominada “Sorriso”, pertencente ao município de Ponte Nova. Foi ele quem me apresentou à senhora Eleonora e, a partir desse primeiro contato, pude realizar novas entrevistas, com menos resistências, por me apresentar como a filha do “Ladim”.

<sup>232</sup>Jatiboca é a denominação de uma usina de cana-de-açúcar que empregou muitos trabalhadores rurais na Zona da Mata mineira, sobretudo, nas décadas de 1970 e 1980, quando Ponte Nova destacava-se como centro açucareiro dessa região. Hoje, a usina Jatiboca encontra-se em decadênci, conforme narrativa da senhora Eleonora.

<sup>233</sup> “O Jardim de Palmeiras” é a denominação dada à praça situada no bairro Palmeiras, na cidade de Ponte Nova-MG.

<sup>234</sup>Guarapiranga é um bairro de Ponte Nova-MG.

<sup>235</sup>Ana Florência – povoado rural pertencente ao município de Ponte Nova-MG.

<sup>236</sup>Raza- bairro de Ponte Nova-MG.

<sup>237</sup> Entrevista realizada com a senhora Eleonora, em Nova Soberbo, no dia 16 de julho de 2009.

evidências de um processo de negociações que pressupõe aliciamento, indicando que alguns trabalhadores viram, na construção da usina, uma alternativa para se livrar do aluguel.

Contudo, as narrativas não nos permitem interpretar o aumento do número de casas próprias em Nova Soberbo, automaticamente, como melhoria nas condições de vida: “*Então, ah! pra sobreviver aqui num tá bom não...*”<sup>238</sup>

Os procedimentos teórico-metodológicos adotados por Thompson, ao trabalhar com dados estatísticos, muito me auxiliaram a ler, nas entrevistas dos trabalhadores, os indicativos de crescimento do número de casas próprias, em Nova Soberbo. Ao lidar com os dados estatísticos, enquanto fontes históricas capazes de informar sobre uma ligeira melhoria nos padrões de vida da classe operária inglesa, durante a Revolução Industrial (mais especificamente, entre os anos de 1790-1840), Thompson nos adverte sobre a necessidade de o pesquisador indagar o que esses dados significam, em termos de experiências vividas:

*Do padrão de vida passamos ao modo de vida. Mas eles não significam a mesma coisa. O primeiro é uma medida de quantidades; o segundo, uma descrição (e, às vezes, uma avaliação) de qualidade. Enquanto as evidências estatísticas são apropriadas para o primeiro caso, precisamos confiar em “dados literários” para o segundo. A principal fonte de confusão surge quando se procuram extrair conclusões para um caso a partir de dados apropriados apenas para o outro. Um exemplo dessa confusão ocorreria se os dados estatísticos argumentassem que “os índices revelam um aumento per capita no consumo de chá, açúcar, carne e sabão, portanto a classe trabalhadora está mais feliz”... Ambas as inferências são simplificações. Mas algumas observações devem ser feitas. É perfeitamente possível que as médias estatísticas e experiências humanas conduzam a direções opostas. Um incremento per capita em fatores quantitativos pode ocorrer simultaneamente a um grande transtorno qualitativo no modo de vida do povo, no relacionamento tradicional...O povo pode consumir mais mercadorias e sentir-se menos feliz ou livre ao mesmo tempo...*<sup>239</sup>

O diálogo com Thompson, entrecruzado com as narrativas orais, conduziu-me a problematizar os dados relativos à expansão do número de habitações, em Nova Soberbo, referenciados nas entrevistas, atentando para a necessidade de relativizar a ideia de “progresso” ou “melhoria dos padrões de vida”. Ao investigar as experiências de mudança de vida dos trabalhadores rurais, artesãos urbanos e tecelões, na Inglaterra, à medida que a industrialização avançava, o autor percebeu que as condições de vida se desenvolviam em razão inversa à expansão industrial:

---

<sup>238</sup> Entrevista realizada com a senhora Eleonora, no dia 16 de julho de 2009, em Nova Soberbo.

<sup>239</sup> THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. vol.II. p.37.

*Os dados brutos podem induzir-nos [...] ao equívoco de que a sociedade está evoluindo gradualmente, do ponto de vista físico e social, quando, na verdade, a classe mais numerosa pode estar numa situação estacionária ou deteriorante.<sup>240</sup>*

Nessa direção, é possível inferir que, embora os índices relativos à moradia própria, em Nova Soberbo, tenham ampliado sobremaneira, se comparados aos índices relativos aos “padrões materiais”, em São Sebastião do Soberbo, não podemos interpretar esse crescimento, automaticamente, como progresso nas condições de vida para todos os moradores. Os dados brutos levam-nos à conclusão de que há mais pessoas morando em casas próprias, mas o significado que elas conferem à nova forma de morar não nos permitem concluir a expansão do número de moradias como melhoria nas condições de vida para todos os habitantes de Nova Soberbo.

Os dados sobre o aumento dos índices referentes à moradia própria, em Nova Soberbo, podem obscurecer, além da preocupante precarização dos modos de vida nas novas residências, o engodo que envolveu as negociações em torno das casas. Os trabalhadores denunciam que, até hoje, não possuem a escritura de seus imóveis, incitando-nos a problematizar a campanha realizada pela Vale do Rio Doce e Novelis, nos boletins e panfletos elaborados pelos representantes da hidrelétrica. Há, nesses documentos, distribuídos à época de instalação da usina, mais evidências dos meios de comunicação constituindo-se enquanto redes de poder e instrumentos utilizados para forjar consentimento, a partir da construção do projeto Candonga como ideal e desenvolvimentista. Podemos perceber, no “Boletim da Rede de Desenvolvimento Local de São Sebastião do Soberbo” – intitulado “Apertando os Nós”-, divulgado pelo consórcio Candonga, em Dezembro de 2005, a apropriação dos valores e expectativas dos trabalhadores expropriados como estratégicos na construção desse projeto:

---

<sup>240</sup> Ibidem, p.202.



Alguns elementos que fazem parte da cultura dos trabalhadores, como a aspiração à escritura da casa, na região do reassentamento, foram incorporados pelas empresas concessionárias visando desarticular e atenuar as resistências ao projeto hegemônico. No entanto, torna-se relevante confrontar as estratégias forjadas pela empresa, para consolidação de seu projeto, como, por exemplo, as promessas de escritura e legitimação do direito de propriedade, com as narrativas dos moradores, que evidenciam a situação jurídica das casas onde residem em Nova Soberbo.

Nessa direção, a entrevista realizada com o senhor João Bosco permite-nos perceber o sentido da indenização como busca de melhores condições de vida, e os conflitos em torno da negociação, que se arrastam até os dias atuais.

*Muitas coisa que o consórcio tratô de deixá pro povo, hoje em dia muitos tão vivendo aqui numa situação complicada porque num cumpriu nada do que foi tratado aqui... Então com isso aí todo mundo revoltado... aí com isso aí, muitas coisa que o consórcio tratô de deixá e não conseguiu. Inclusivamente, igual na casa da minha mãe lá no Soberbo véio, depois eu vó passá a fita, mostrá ocêis lá a casa da minha mãe aonde é que era e tinha um lote na lateral. E esse lote foi vendido pro consórcio, aí quando pegô nos*

*dia lá que a polícia chegou lá para arrebentar as coisa tudo, a ordi do...do pessoal aí do consórcio foi pra todo mundo saí de casa pa quando chegasse o consórcio, só negociação pa ninguém tá em casa. Sabe o que ês fizeram? Chegaram trezentos e tanto policiais invadiu a casa de mãe, quebrou porta, entrou lá dentro, e os camarada roubaram até o dinheiro que mãe tava lá. E depois disso, que roubô o dinheiro, quando nós chegamo em casa, que eu tava do outro lado lá filmando tudo, quando chegamo em casa que eu fui olhá, mãe foi olhá, cadê o dinheiro? Num tava lá...Até as coisa que tava na geladeira lá, carne, coisa...ês levaram tudo lá. Aí eu fiz...cheguei lá na casa lá pra entrá lá e pra falá com os policial que tava lá, os policial falô comigo que eu tinha que saí que senão o prazo já tava coisa pra mim ter saído de lá e que se eu não saísse ês ia até me prendê. Aí eu saí, mas fiz uma ocorrência policial. E depois dessa ocorrência a gente foi chamado até lá em Ponte Nova no juiz pa levá as pessoa testumunha de tudo que aconteceu. Apesar d'eu ter feito a ocorrência, do papel da ocorrência pa devolvê o dinheiro...aí até hoje nada resolvido. E o pessoal ainda fala que deve ser que o consórcio deve ter dado um dinheiro pro juiz e o juiz vai e coloca o processo no canto e num resolve nada... Muitos processo, muitas coisa não resolvida. Principalmente, quando a gente tava lá na casa da minha mãe...A casa de mãe tinha escritura, tinha tudo. Hoje, até hoje, nada, num tem nada...A casa de mãe não tem escritura não.*<sup>241</sup>

A narrativa supracitada aponta que os dados brutos indicativos de um maior número de pessoas em Nova Soberbo com casas próprias obscurecem, por sua vez, a ausência da legitimação da propriedade, no tempo presente. Além disso, esses dados, se analisados em si mesmos, ocultam o fato de que, nessas casas próprias, há ausência de condições dignas de vida e que muitas pessoas que tiveram direito à casa “moram no escuro” em virtude do encarecimento da energia elétrica, conforme evidências na entrevista do senhor João Bosco: ”*[...] cê vê aí sempre o carro da Cemig chegando e cortando a luz dos outro que não tem condições de pagá...*”

Entrecruzando a narrativa supracitada com outras fontes que nos informam sobre a “evolução” e “desenvolvimento” gerados pela UHE Candonga – somos levados a problematizar, juntamente com as advertências que Thompson nos faz, os dados brutos divulgados pelos representantes da Vale do Rio Doce e da Novelis. Os dados estatísticos – divulgados no EIA/RIMA e Informativo Candonga, já citados, informam-nos sobre o potencial de energia elétrica gerada pela UHE Candonga. No entanto, tais dados não podem ser interpretados, automaticamente, como “desenvolvimento”, pois muitos trabalhadores pobres não têm acesso sequer à energia elétrica em suas casas, conforme elucidado pelo senhor João Bosco.

Investigando o sentido do adjetivo “Nova” associado a “Soberbo”, percebe-se que a novidade em “Nova” Soberbo consistiu, de acordo com as narrativas, em ter herdado as

---

<sup>241</sup> Entrevista realizada no dia 17 de julho de 2009, com o senhor João Bosco, em Nova Soberbo.

precárias condições de sobrevivência na inundada vila de São Sebastião do Soberbo, intensificadas no novo contexto histórico e espacial em que inexistem as antigas condições de trabalho, moradia e formas de sociabilidade.

Quando indagados sobre as transformações vividas, os narradores evidenciam que, por pior que fosse a vida em São Sebastião do Soberbo, seus habitantes não eram impelidos a deslocar-se com baldes na cabeça até a bica - única forma, atualmente, de abastecer as residências de água potável, nem precisavam pagar por ela ou por alimentos que antes produziam nos quintais de suas casas ou à beira dos rios. O acesso a bens imprescindíveis para a reprodução da vida, como por exemplo a água, tornou-se mais difícil:

*Edwiges: Mais lá era muito melhor, muito melhor! Você pode ver a dificuldade aqui sabe, trabalho por exemplo... eu trabalho de roçar qualquer coisa, esse ano eu não trabalhei nem um dia na roça ainda porque ano passado eu plantei, porque agora cê não tem pasto pra roçar igual antes, porque hoje planta é braquiária.*

*Gisélia: Planta o que?*

*Edwiges: Planta braquiária, capim pra boi... Então por exemplo... o que nós plantamo ontem e o ano passado já nasceu tudo bunitinho e esse ano não tem terreno pra plantá, e assim vai! Entendeu? E é muito longe, tem lugá que é longe pra você ir trabalhá, é lá no Aguiar, quase perto da barragem. Pra você sair daqui pra ir trabalhá é muito difícil, não tem jeito, e assim a gente fica aqui pelejando, vivendo do jeito que pode. É muito complicado aqui, boba. Essa água também não vale é nada, eu tô tentando desde ontem... eu vou até pôr agora um pano pra ver se côa ela um pouco pra torcer uma roupa, porque a água cai direto na roupa e mancha tudo, sabe? Segunda-feira eu consegui, ontem eu não consegui torcê, aí eu separei ela todinha, eu coloco a vasilha com água pra ela cair dentro da vasilha e cai na roupa e tá manchando... E a água também não vale nada não. E a juíza diz que a água vale e eu não ouvi entrevista mais falou no rádio, eu não sei qual delas que ela tomou também não né... Que a água é boa, e aqui não é, todo mundo busca água.*

*Gisélia: Vocês buscam água onde?*

*Edwiges: Lá na bica lá em cima na rua que tem perto da igreja, sabe? Todo mundo busca água lá em cima pra beber, pra comer, pra tudo! No início quando nós mudamo pra qui todo mundo teve mancha no corpo, algumas era tipo "micóbrio" (leia-se: micróbio), que fica altinho dum lado e outras era tipo queimô, seco assim. Todo mundo teve! Teve a virose, diarréia, tudo isso! E continua falando que a água é boa, não tem condições. Aqui se eles fecha a água po...por... duas hora pra resolver algum problema lá no final da rua, acabô a água de Soberbo todinha. Ela cai na sua casa é barro puro, num sei aonde que coisa isso. E tem um filtro lá que diz que é caríssimo, que dosa, que tem as dosagem certinha do cloro, num sei o que, que entra pra dentro... num passa mais nem menos. Mais nós não tem água que presta não minha fia, num tem mesmo! Ela fede, ela é nojenta... já bebi água aqui, já peguei garrafa levei pra reunião pra eles vê que fazia nojo! É como se fosse uma criança de dois ou três mês com diarréia ou com... infecção intestinal, é tipo uma baba é nojento! Levei e ainda levei e um monte de gente guardô ué. E a podriqueira? E é assim quando a serpentina cura também o que sai lá de dentro ocê num sabe o que que é não! É tipo um arroz que você colocô de molho e azedô... é uma...uma... não sei, dizem que*

*é ferrugem com o contato do cloro que tá dando isso lá em cima, mas é nojento as coisas que sai lá de dentro.*<sup>242</sup>

Há recorrentes denúncias, não só em relação ao encarecimento da energia elétrica, cuja taxa elevou-se em virtude de as pessoas estarem agora cadastradas como habitantes de área urbana, mas também em relação à péssima qualidade da água. Em entrevista realizada na casa da senhora Maria, ela levou-me até o quintal de sua casa para mostrar-me um galão com a água que eles utilizam para cozinhar, lavar roupa, tomar banho.

Para consumo humano é imprópria, sendo necessário comprá-la, óbvio, para aqueles que têm condições. Fotografei o galão, não para trazer o real para a escrita da tese, mas com a perspectiva de tornar visível um outro aspecto das relações sociais vivenciadas por esses sujeitos, que estão invisíveis no catálogo “Café com História”. Nesse documento, citado anteriormente, os intelectuais a serviço do capital apresentaram a “arte culinária” das mulheres em Nova Soberbo, compilaram suas receitas e publicaram-nas, mas ocultaram o tipo de água disponível para produzir os alimentos:



Foto: Gisélia, Julho de 2009.

O processo de eutrofização, termo técnico utilizado para designar “água podre” ou com excessos de compostos químicos, é vivenciado por outros trabalhadores expropriados em virtude da construção de hidrelétricas, noutros lugares do Brasil, como, por exemplo, na construção do polêmico projeto da usina de Belo Monte.<sup>243</sup>

---

<sup>242</sup>Entrevista realizada com a senhora Edwiges.

<sup>243</sup> “O MPF informou à Agência Brasil que o Ibama usou de um termo técnico, “eutrofização”, para dizer que em algumas localidades a água ficará “podre”, com excessos de compostos químicos, provocando aumento da quantidade de algas no rio”. Disponível em: [www.correiodobrasil.com.br/belomonte-consorcio-descumpre-exigencias-de-saneamento-e-navegabilidade-na-regiao-da-usina-diz-mpf/2483251](http://www.correiodobrasil.com.br/belomonte-consorcio-descumpre-exigencias-de-saneamento-e-navegabilidade-na-regiao-da-usina-diz-mpf/2483251) Acesso em: 23/04/2012

Embora haja forte tom de denúncia nas narrativas, é importante salientar que o espírito de denúncia não se constitui sentimento generalizado entre os sujeitos entrevistados, pois, debruçando-me sobre as fontes, pude perceber que as expectativas de alguns trabalhadores foram realizadas. Nessa direção, o diálogo com as fontes impôs, por um lado, a necessidade de se observar as diferenças existentes no interior da própria condição de “trabalhador de São Sebastião do Soberbo”; e, por outro, a necessidade de ressaltar que a “expropriação”, utilizada no desenvolvimento dessa pesquisa enquanto um recurso teórico para se refletir sobre o processo de transformações vivido, deve ser enfrentada em sua historicidade e não como algo dado, naturalizado.

A denominação – “trabalhadores de Nova Soberbo e regiões vizinhas” –, utilizada na escrita da tese para se referir aos sujeitos dessa pesquisa, quanto seja uma definição genérica, inclui trabalhadores com posições sociais distintas. A investigação dessa diferenciação tornou-se imprescindível porque é em função dela que podemos compreender as diferentes significações atribuídas à barragem. Os trabalhadores de Nova Soberbo e regiões vizinhas elaboram, diferentemente, suas necessidades, atribuem distintos e conflitantes significados ao processo vivido.

Dessa forma, quando observamos a posição social de cada trabalhador, temos parâmetros para ampliar o entendimento do próprio conflito. Além do abismo evidenciado entre a lógica da empresa e do trabalhador, há que se investigar o fosso e as diferenças de posições existentes entre os próprios trabalhadores. Portanto, o processo de transformações vivido, a partir da construção da barragem Candonga e do deslocamento para Nova Soberbo, não pode ser traduzido numa disputa bipolarizada entre o “bloco dos representantes da Vale do Rio Doce e da Novelis” em contradição com o “bloco dos trabalhadores de Nova Soberbo”, sob o risco de simplificarmos a compreensão das lutas empreendidas. As fontes evidenciam que os trabalhadores rurais de Nova Soberbo estavam em conflitos por direitos de moradia, trabalho e vida, tanto entre si próprios quanto com os funcionários do consórcio Candonga.

A narrativa do senhor Davi, 73 anos, comerciante na área do reassentamento, pode ser representativa daqueles trabalhadores que reafirmam a visão de “progresso” do empreendimento Candonga, em contradição com os significados produzidos por outros moradores de Nova Soberbo:

*Gisélia: qual é o nome do senhor, mesmo?*

*Davi: Davi.*

*Gisélia: O senhor tem quantos anos, Davi?*

*Davi: setenta e três.*

*Gisélia: Então, o que eu queria, se o senhor pudesse me ajudar a entender esse processo, é que o senhor me contasse como que era a vida em São Sebastião do Soberbo, quando que o senhor foi pra lá, se mudou alguma coisa, o que permaneceu...*

*Davi: Eu sou nascido e criado lá, e vivi até os sessenta e....sessenta e oito ano eu vivi lá né... A verdade é o seguinte: modificação houve sim porque lá a gente tinha um sistema de vida as vezes assim com outras liberdade enquanto as vez aqui não é igual... Mas à medida que perdemos uma, ganhamos outra, entendeu? Eu negociei lá trinta e seis anos...é mesmo nome daqui São Sebastião do Soberbo... Eu negociei trinta e seis ano...trinta e seis ano lá, meus filho nasceu, criô, formô lá...*

*Gisélia: o senhor tem quantos filhos?*

*Davi: Quatro...três formado e um com oitava série que trabalhava comigo aí... Quando já veio esse processo de barragem, pra mim já não fazia muita questão viver aqui ou lá porque eu já tava estabilizado. Então até um dia dona Maria Teresa na rua aí, perguntô um, outro, outro: “Ô senhor Davi o que que o senhor acha? Qué que vem a represa, é bom pro senhor ou não?” Eu falei: pra mim, dona Maria num...num faz sentido não, se num vim é uma beleza, se vim é bão também, eu já tô estabilizado e se num for pra piorá minha vida pode vim. E assim ela virô pra mim e falô: “Pois vem mesmo!”*

*Eu falei: Então pode vim também, seja bem vindo! Agora... depois passamo pra qui e tamo fazendo adaptação né. Não resta a menor dúvida, meu cômodo de comércio lá era piquititim e sem conforto, o daqui é um comércio confortável, minha casa lá era bem mais simples, eles me deram uma casa boa aqui. O que me preocupava mesmo nesse sistema de transferência seria piorar, eu tinha medo de piorar a minha situação, mas também não piorô não porque eu...eu tive numa situação muito crítica porque me atingiu de diversos lado. Inclusive, eu tenho ainda propriedade na margem do lago lá que atingiu uma beiradinha, essas que fez o...o “peito da barrage” lá era...é meu ainda, tava em meu nome, mas já tá permutado. Eu troquei, foi difícil mas eu consegui ir trocando com eles com uma propriedade aqui perto da rua com resultado... Era dois alqueire e meio, eles me deram sete e meio aqui e me deu um cômodo de comércio, na verdade enquanto aqui é mais concorrência, é mais movimento e lá era menos movimento, mas era bem difícil a chegada quando chovia dois quilômetro de estrada de chão... hoje tudo é asfalto....de maneira que eu acho que pra Soberbo não foi mal não, as pessoa humilde que morava de favor ganhô uma casa, filhas, filhos com pai dentro de casa....mãe solteira, todas ganharam uma casa aqui tem uma condiçõozinha de viver já por conta própria...<sup>244</sup>*

A narrativa do senhor Davi não nos permite olhar para os sujeitos dessa pesquisa de forma condescendente ou ideologizada: Nova Soberbo não deve ser pensada enquanto uma comunidade de parentesco pré-capitalista ou anticapitalista, mas constituiu-se na luta entre trabalhadores com diferentes motivações e interesses: há os que conseguiram “pegar o progresso pelo lado certo”<sup>245</sup>.

---

<sup>244</sup>Entrevista realizada dia 25 de janeiro de 2010, com o senhor Davi, 73 anos, no Centro Comercial de Nova Soberbo.

<sup>245</sup> SADER, E. op cit, p.66.

A entrevista realizada com o senhor Davi é bastante elucidativa das lutas empreendidas por esses sujeitos que, imersos numa sociedade capitalista, lutam utilizando códigos e valores capitalistas. O fato de expressarem esses valores não os tornam menos dignos de serem compreendidos. Marx já nos havia alertado para a dimensão contraditória do social, quando afirmou que:

*Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha, mas sob aquelas circunstâncias com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas opõe o cérebro dos vivos como um pesadelo.<sup>246</sup>*

Embora haja uma ênfase, entre os pesquisadores que investigam a temática relacionada aos conflitos entre trabalhadores e projetos desenvolvimentistas, em dicotomizar o processo apresentando, num polo, a empresa como capitalista selvagem e, noutro, os trabalhadores expropriados como propensos à vida comunitária, o fato é que tais sujeitos reivindicam indenizações mais justas, propriedade da terra, ampliação de seus estabelecimentos comerciais, nos espaços do reassentamento, e se inserem nesse processo com objetivos individualistas típicos do mundo capitalista, do qual fazem parte. Isso não significa que deixem de ter vivências comuns, mas estas são compartilhadas na sociedade capitalista e não na sociedade igualitária e justa que costumamos idealizar para eles.

Quando o senhor Davi rememora como negociou, nesse processo com os representantes da Vale do Rio Doce e da Novelis, suscita-nos pensar que, por mais que busquemos, nas fontes históricas, evidências de “coletividade”, “comunitarismo”, “coletivização das terras” e “cooperação”, entre os sujeitos que investigamos, encontramos trabalhadores que lutam para satisfazerem seus interesses individuais: “*O que me preocupava mesmo nesse sistema de transferência seria piorar, eu tinha medo de piorar a minha situação.*” Há aqueles que, como o senhor Davi, se autoidentificam com o projeto hegemônico e o significam de forma positiva:

*Gisélia: E o comércio lá, o senhor falou que era menor?*

*Davi: É...um cômodo pequeno. Esse aqui...esse aqui teve dois ano em tema... Porque na verdade, dentro da lei és não teria esse jeito, esse foi feito na mesa no bom papo...*

*Gisélia: Com os representantes lá?*

*Davi: É, com...com... vem os comerciante, uma equipe pesada. Nós enfrentamo diversas equipe aqui. És chegava pra medir o “combrim” (tá se referindo ao cômodo pequeno)...é doze por doze, era uma porta só. Eu falei: Deixa de ser bobo gente! Vai embora com essa trena. “Mais o senhor num qué negocia?” Não, meu negócio é ocês só olha assim e considerá trinta e*

---

<sup>246</sup> MARX, K. O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte. Trad. Silvio Donizete Chagas.3<sup>a</sup>ed. SP: Centauro, 2003.p.15.

*seis ano de ICM, imposto pago num lugar... Ocês vão depreciá ... num vai valorizá isso? “Não, mais isso....” Então vão valorizá isso um pouquinho. Aí ia embora... Um dia ês me chamô no escritório: “Fala com seu Davi pra vim cá que hoje nós tem que resolvê a situação desse comércio dele. De qualquer jeito tem que resolvê.” Falei: ih...hoje eles me cobra o porrete! Entrei no meio da turma lá, falei: oh tô indo quando ocês resolvê fazê uma coisinha agradável pra mim, porque Soberbo Novo vai ficá bonita e eu num posso ficá lá num ranchim apertado lá... Eles falaram: “Não, nós vão combiná...” Tinha uma menina que trabalhava lá, uma tal de Greuza, ela falô: “Vão combiná sim seu Davi, nós vão fazê...” Falei: O que que ocês vão fazê pra mim? “Nós vão fazê pro senhor uma loja de setenta metros quadrados, com todo acabamento... Aí o...ela falô: “Uma loja de setenta metros quadrados satisfaz?” Eu falei: Satisfaz. Banheiro e tudo? “Sim.” Mais eu preciso de um depósito também pra mercadoria ué. “Nós vamo dá.” Eu preciso de um depósito pra mim vendê gás também. “Nós vamo dá”. Então negócio fechado! Mais levô uns dois ano de discussão. Quer dizê se tiver calma num zanga muito a situação não. Mais se a pessoa não tiver calma, não jogá com muita civilização no meio da conversa deles, estora... De modo que se for bem negociado, se for bem negociado e dando bem sorte não há prejuízo não, mas agora se... num for muito comerciante aí entra pra desapropriação e desapropriação é um arrebatando feio pra daná...Tenho um colega lá que ele dispensô um acordo, eles davam pra ele duzentos mil reais, tocô eles na justiça e tá doido caçando...ele não vai achá mais de jeito nenhum. Ele vai achá é...uma proposta de quarenta e poucos...*

O fato de evidenciar que os trabalhadores de Nova Soberbo estavam submetidos a um processo conflituoso, empreendido por grupos capitalistas privados, e em defesa de certos direitos costumeiros, como por exemplo o direito de garimpar, buscar lenha para abastecer o fogão, não os converte, automaticamente, em anticapitalistas hermeticamente fechados à perspectiva de lucro. A narrativa do senhor Davi nos permite perceber que a participação dos trabalhadores, nessa luta, deve ser encarada não apenas como resistência à opressão, mas também como tentativa de modificar uma condição de despossuído, sem “título de propriedade”, em proprietário. Ou para os que, como o senhor Davi, possuíam propriedades, a perspectiva de obter vantagens nas negociações.

Outra questão importante, que podemos pensar a partir da narrativa do senhor Davi, é que os sujeitos experimentaram esse processo de forma desigual. A construção de uma nova casa, na região do reassentamento, mais ampla do que a moradia em São Sebastião do Soberbo, a obtenção de indenização mais alta do que o valor dos bens na região inundada, a ampliação do posto de comércio não constituíram um leque de opções oferecido para o conjunto dos trabalhadores. As negociações foram realizadas de forma individualizada, e a possibilidade de sair de São Sebastião do Soberbo com mais títulos de propriedade configurou-se uma possibilidade concretizada apenas para os que já se distinguiam pelas posses.

Faz-se importante ressaltar que, ao problematizar alguns estudos<sup>247</sup> que idealizam os trabalhadores como afeitos à “construção coletiva” dos viveres, meu intuito não foi construir o extremo oposto dessa imagem e apresentar os trabalhadores como “mercenários”. Não me cabe, aqui, classificar as práticas dos sujeitos em capitalistas ou anticapitalistas, em “comunitárias” ou “individualistas”, mas entender essas práticas em sua contradição, buscando perceber, no processo, aquilo que elas têm de conflituosas.

A motivação econômica, em primeira instância, que levou o senhor Davi a negociar com os representantes da empresa, não é representativa dos interesses de todos os trabalhadores de Nova Soberbo.

O senhor João Caetano, “Gabundo”, diferentemente do senhor Davi, não aceitou negociar em dinheiro sua vida, e resistiu às transformações. Inseriu-se nessa luta opondo-se à indenização de seus modos de vida, vistos por ele como não indenizáveis.

A entrevista realizada com seu irmão, o senhor Bartolomeu, ao rememorar o desaparecimento de “Gabundo”, permite-nos compreender que a política indenizatória era por ele significada como uma questão secundária, diante da desestruturação social e familiar provocada pela intervenção da Vale do Rio Doce e da Novelis, em São Sebastião do Soberbo. “Gabundo” resistiu ao deslocamento compulsório para Nova Soberbo, mesmo diante de uma proposta de negociação economicamente vantajosa:

*Gisélia: E eles chegaram a ir atrás do senhor pra fazer alguma proposta, na época?*

*Bartolomeu: Foram. Eles chamaram e falaram pra gente que ia fazê uma permuta. Permuta é mudá a casa de lá pela daqui né. Então pelo mesmo tamanho da minha casa que eu tinha lá me deram outra aqui. Então no meu caso foi trocado seis a troco de meia dúzia, né... Mas então eles falô que ia melhorá mais pra nós né, e não melhorô coisa nenhuma. Tem pessoas aí que tem, que não receberam o direito deles, entendeu? Então aí muitas pessoa saíram de lá tinha o direito de receber e não receberam, né. Então eles fizeram muita covardia no final pra podê tirá os pessoal de lá do Soberbo lá. Veio com cento e noventa polícia pra podê tirá quatorze família que tinha ficado de resto lá né. E, como se diz num ajudaram, assim eles acertaram primeiramente com as pessoas mais... os mais que tinha né um recurso melhor né, então esses daí que eles correram atrás. Como se diz, nós acertamo com os outros, os mais baixo nós passa por cima. E assim eles fizeram. Fizeram muita covardia com a gente. Igual o caso do meu irmão lá, que que aconteceu, né. Meu irmão desapareceu lá da noite pro dia, da madrugada pro dia né... Mas aí, igual aconteceu com ele lá coitado né, que eles não queria que ele ficasse lá, eles queria que ele saísse, e ele bancou o durão, num queria saí, nós aconselhamo ele, eu, Luzia, os outro irmão tudo: “ô João, a cá, negocia com essa gente, sai daí rapaz, vai p’rum outro lugar.” Aí ele como se diz, só querendo ficar. Falô: “\_ Não, eu vou ficar aqui mesmo, num vou sair daqui não.” Porque né, aquela coisa igual as*

---

<sup>247</sup> Cf. dialogo realizado com F. Galizoni e J.Pagliarini Jr., nas considerações iniciais desta tese.

pessoa idosa, as pessoa velha né... “ah não eu tinha amor ao meu lugar e tal não quero sair daqui”.

Gisélia: Ele tinha quantos anos na época?

Bartolomeu: Na época ele tava com cinquenta e sete ano.

Gisélia: E ele trabalhava lá, também?

Bartolomeu: É, ele trabalhava lá, ele tinha as criação dele de gado né, trabalhava, plantava a rocinha dele, tinha o mandiocal, inclusive depois que ele desapareceu aí pelejei pra entrá lá pra podê fazê a colheita do... pra fazê a colheita do milho, do mandiocal que ele deixô e eles não deixaram a gente entrá lá dentro, nem pra fazê a colheita das coisa. Ele trabalhava, tinha as criação dele, foi preciso eu pegá e vendê...foi preciso eu pegá e vendê até as criação dele que eu não tinha como...assim como cuidá né.

Gisélia: E aí a casa do seu irmão era dentro da área que eles estavam construindo?

Bartolomeu: Era, foi construído dentro da ... ali do local onde tava construindo. E eles não podia...eles nem podia construir a barrage com ele morando lá dentro, entendeu...

Gisélia: E eles começaram a construir?

Bartolomeu: Começaram a construir e foi terminaram, né, e onde eles terminaram consumiram com meu irmão, entendeu? Eu num posso falá que foi eles que mataram ele porque eu num tenho prova, né. Suspeitá a gente pode, não podemos acusa, né. Mas, suspeitá nós temo suspeita...

Gisélia: e isso foi quando?

Bartolomeu: Ah, parece que foi, foi...tá com...não sei se foi em 2003... acho que é 2003 foi que aconteceu isso aí com ele lá foi dia...dia nove de fevereiro de 2003 que aconteceu isso.

Gisélia: E depois disso ninguém nunca mais teve notícia?

Bartolomeu: Nunca mais, nunca mais...

Gisélia: E a empresa tentou fazer alguma negociação com ele?

Bartolomeu: Tentô, eles pelejaram com ele, ofereceram pra ele outros negócio né, ofereceram pra ele outro local pra ele, ia levá ele pra podê vê outro terreno, até pra ele era vantagem que ele ia pegá mais quantidade de terra do que ele tinha lá entendeu? E eu mais a Luzia aconselhamo ele: “ô João pega rapaz, sai daqui, larga esse trem pra essa gente pra lá”. Aí com aquela teima dele: “Não, num vô saí não”... Então eles queria tirá ele de lá pra eles podê construí. Aí ele falô: “Num saio daqui de jeito nenhum. Só saio daqui depois que ocês pudê mudá essa casa daqui pra cima lá. Eu fico aqui, cê's pode ir construindo, eu quero ficá aqui dentro, num vô saí daqui de dentro.” Ele morava na casa velha lá, antiga, dos nossos pais né, a casa de doze cômodo, hoje tá lá soterrada dentro d’água aonde foi construída a nossa casa (nesse momento o senhor Bartolomeu se emociona e “arranha” a garganta). Aí eles ofereceram pra ele, ele num... num quis pegá, aí com pouco tempo né aconteceu...eles ofereceram pra ele, o negócio pra ele era bom mas, ele num quis, ele num quis pegá né e acabô assim...

Gisélia: E na época vocês chegaram a tomar alguma providência?

Bartolomeu: Teve, correram, registram a queixa, fez o BO tudo, nós...foram várias vezes lá na delegacia de Ponte Nova, tratá lá com detetive, com delegado, mas como se diz a força da gente é pequena né. Se fosse um caso que a gente tivesse dinheiro e pudesse gastar tudo bem, mas num tinha também, num tinha condição pra podê fazê isso.<sup>248</sup>

---

<sup>248</sup>Entrevista realizada com o senhor Bartolomeu, 69 anos, aposentado, morador em Nova Soberbo.

O momento da entrevista significou, para o senhor Bartolomeu, oportunidade de expor as limitações das leis em nosso país, que são interpretadas por ele como eficazes apenas para os sujeitos que podem pagar para obter direitos que deveriam ser assegurados a todos. Ao mesmo tempo, significou a possibilidade de questionar as relações de poder e “*recolocar na cena histórica*”<sup>249</sup> um fato ocultado pela memória hegemônica produzida e propalada pelos representantes da Vale do Rio Doce e da Novelis: o desaparecimento de seu irmão e a suspeita, até hoje não decifrada, de seu assassinato.

A leitura da narrativa do senhor Bartolomeu, à luz do diálogo realizado com Thompson<sup>250</sup>, torna evidente que as motivações que suscitam os sujeitos históricos a resistir, diante de determinadas conjunturas, não são necessariamente econômicas, mas a consciência de que “*a imposição de uma mudança de vida não é indenizável, sendo legítimo o direito de existência da comunidade tal qual ela é*”.<sup>251</sup>

Investigando, a partir de uma perspectiva comparativa, própria dos trabalhos da antropologia, os efeitos sociais de dois grandes projetos hidrelétricos – as barragens de Sobradinho (ao longo do rio São Francisco) e Machadinho (na bacia do rio Uruguai) –, Lygia Sigaud contribui ao nos possibilitar refletir sobre o significado da propriedade para os moradores que, como o senhor “Gabundo”, se viram diante da iminência de deslocamento compulsório. A propriedade – que sob a ótica da empresa adquire conotação estritamente

<sup>249</sup>Heloísa Pacheco Cardoso, em artigo intitulado “Memórias de um trauma: o massacre da GEB”, chama nossa atenção para essa dimensão essencial da memória, que é a possibilidade de os sujeitos “recolocarem os fatos na cena histórica”. Ao analisar as narrativas dos trabalhadores que participaram da construção de Brasília, nas quais rememoram o massacre da GEB, em fevereiro de 1959, nos provoca a refletir sobre as disputas que marcam o campo da memória e a dimensão política dos mecanismos da lembrança: “[...] *Suas lembranças recolocam os fatos na cena histórica, uma vez “apagados” na memória hegemônica, não só porque os donos do poder não falam deles, ou quando o fazem minimizam, mas também porque a construção do esquecimento passou pela eliminação de indícios que pudesse suscitar questionamentos. Sem publicidade, foram abertos inquéritos policiais militares, mas nenhum foi concluído. Ninguém foi punido por assassinato.*” A autora refere-se ao assassinato de trabalhadores no acampamento da Construtora Pacheco Fernandes Dantas, pela Guarda Especial de Brasília .In: FENELON, D.et al. Muitas memórias, outras histórias. SP: Olho d’água, 2004.p.187)

<sup>250</sup>Ao investigar os movimentos de agitação popular, na Inglaterra do século XIX, Thompson nos oferece aportes teóricos para refletirmos sobre as múltiplas motivações que impelem os sujeitos históricos à luta, além daquelas estritamente de cunho economicista: “*Que os trabalhadores sentissem essas injustiças – e as sentissem apaixonadamente – é em si, um fato suficientemente importante para merecer nossa atenção. Isto nos recorda claramente que alguns dos conflitos mais virulentos desses anos giravam em torno de questões que não são englobadas pelas séries de custos de vida. As questões que provocaram maior intensidade de envolvimento foram muito frequentemente aquelas em que alguns valores, tais como costumes tradicionais, “justiça”, “independência”, segurança ou economia familiar, estavam em risco, ao invés da simples questão do “pão com manteiga”.*” In: THOMPSON, E.P. A formação da classe operária inglesa, vol. II. RJ: Paz e Terra, p.27.

<sup>251</sup>Cf. PAULA, D.A.de; SOARES, D.F. Para não esquecer: a destruição da cidade de São João Marcos. In: ENCONTRO CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS, 1., 2005. Rio de Janeiro. Anais, Rio de Janeiro: UFRJ, 2005. p.20. (CD-Rom).

econômica - é significada de forma mais ampla pelos trabalhadores rurais atingidos pela UHE Machadinho:

*Para o campesinato já estabelecido, a propriedade em que vive [...] é o produto de todo um processo de construção social. Mais do que um pedaço de terra de onde extrai o seu sustento, a propriedade é algo que vai sendo constituído ao longo do ciclo de vida, e que implica num conjunto de benfeitorias construídas segundo uma estratégia de formação de um patrimônio para os filhos, cuja marca é a perspectiva de permanência.<sup>252</sup>*

Justamente em função do significado mais amplo atribuído à propriedade, além do econômico, entendida como “*produto de todo um processo de construção social*”, trabalhadores como “Gabundo” pagaram, com a própria vida, o preço da resistência para permanecer com antigas práticas, na terra legada pelos pais.

Nesse sentido, podemos perceber que, embora a denominação do espaço do reassentamento sugira o “novo” como determinante do modo de vida dos moradores, os trabalhadores, nas entrevistas, dão visibilidade às suas lutas presentes, no intuito de permanecer com práticas do passado, em São Sebastião do Soberbo: de obter áreas disponíveis para a criação de galinhas, caprinos e para a agricultura, indicando, portanto, suas tentativas de reconstituir as formas de trabalho da submersa vila de São Sebastião do Soberbo.

Embora os trabalhos com a agricultura, garimpo e pesca sejam evidenciados, nas narrativas, como práticas que parecem não ter mais espaço, no ambiente urbanizado de Nova Soberbo, as fotografias são indicativas de relações de trabalho que permanecem, “residualmente”, enquanto campo de possibilidades para os sujeitos que retomam modos de viver em meio às transformações e mediante necessidades diárias de sobrevivência:

---

<sup>252</sup>SIGAUD, Lygia. op cit, 154.



Foto: Gisélia, Nova Soberbo/MG, Janeiro de 2010.



Foto: Gisélia, Nova Soberbo/MG, Janeiro de 2010.

As fotografias, produzidas tendo em vista analisar as permanências e rupturas nos modos de viver, morar e trabalhar, após a transferência para Nova Soberbo – evidenciam a inter-relação entre o “novo” e o “velho”, não dissociados, mas constituindo dimensões de uma

mesma realidade. Naselass podemos evidenciar trabalhadores que persistem com o trabalho rural, em meio ao asfalto. O novo padrão de construção, mais próximo dos ambientes urbanizados do que as construções existentes no inundado distrito rural de São Sebastião do Soberbo, aponta para um processo de subversão das formas tradicionais de apropriação do espaço imposto pelas empresas concessionárias.

Contudo, tal processo de subversão, materializado no cercamento das casas, no espaço reduzido do quintal, nas janelas de vidro substituindo as tábuas, na cerâmica no chão em vez do “cimento queimado”, no azulejo nas paredes da cozinha em substituição ao barro, no cimento na área, em vez do “chão de terra”, não tornou práticas formadas no passado “arcaicas”, pois as fotografias evidenciam que certas experiências, como, por exemplo, locomover-se por meio de charretes e cavalos, “*continuam sendo vividas e praticadas à base do resíduo*”.<sup>253</sup>

As fotografias nos dão indícios de que os trabalhadores, em suas trajetórias, vivenciam experiências, num espaço mais urbanizado, que se cruzam com as experiências rurais. As evidências da imbricação dos elementos culturais ambíguos levaram-me a ampliar o entendimento sobre a designação “trabalhadores rurais”, que utilizo para referir-me aos sujeitos desta pesquisa. Retornando às fontes, a partir da contribuição de Williams<sup>254</sup>, que nos adverte sobre a necessidade de analisar campo e cidade enquanto espaços não dicotomizados, busquei evidenciar, na produção das fotografias, como as experiências de trabalho mais ruralizadas aparecem interligadas com as experiências urbanas, num mesmo espaço.

Khoury, também influenciada por R. Williams, ao investigar como os trabalhadores sem-terra se constituem na luta pela terra, é outra fonte de referência para pensarmos o conceito de “trabalhador rural” de forma mais ampliada, o que requer pensá-lo não apenas no espaço do “campo”:

*Mais do que falar de fronteiras entre o rural e o urbano temos buscado investigar como essas experiências se cruzam e se impregnam, e explorar fronteiras e tensões vividas no interior desses espaços compondo a experiência dos sem-terra. Temos observado que modos de viver e trabalhar no campo e na cidade, que se misturam na vida de cada um, implicam*

---

<sup>253</sup> WILLIAMS, R. Dominante, residual e emergente. In: *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p.124-125. Para lidar com minha dificuldade em tratar o conceito de “tradição”, cito a importância do diálogo com Raymond Williams e sua proposta de se pensar os valores enquanto “residuais, emergentes e dominantes”. Nessa direção, busquei pensar, historicamente, de que forma valores e relações permanecem e se modificam.

<sup>254</sup> WILLIAMS, R. *O campo e a cidade*: na história e na literatura. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

*diferentes maneiras de lidar com o tempo, com as distâncias, com o uso dos espaços, de trabalhar neles, de decorá-los.*<sup>255</sup>

As fotografias são indicativas da dimensão contraditória do processo de relações vividas, na medida em que nos permitem evidenciar que os trabalhadores não romperam com práticas e valores formados no passado, ao se deslocarem para Nova Soberbo, e que a “*tradição precisa ser situada no tempo da mudança*”<sup>256</sup>.

Não foi meu propósito, aqui, classificar ou qualificar se o que os moradores de Nova Soberbo vivem é “tradicional” ou “moderno”, mas sim o sentido que atribuem às transformações vividas. Ao dialogar com pesquisadores que investigaram a dinâmica das transformações de modos de vida, em função da construção de hidrelétricas, essa problemática tornou-se bastante visível. Percebi, entre eles, uma tendência a definir, estaticamente e de forma analítica, os conceitos de “moderno” e “tradicional”, conforme opção teórico-metodológica de Francisca S. de Souza Monte, em suas investigações sobre “*o uso e controle das águas*” no processo de construção da barragem de Castanhão, no Estado do Ceará, a partir de meados da década de 1980. O 1º capítulo de sua tese, intitulado “*Discussão conceitual em torno do moderno e do tradicional*”,<sup>257</sup> e seus sub-itens: *1.1 Discussão conceitual associada ao moderno: modernidade, pós-modernidade e modernização; 1.2 Discussão conceitual sobre o tradicional: coronelismo e clientelismo*”, evidencia a preocupação da autora em discutir, *a priori*, os conceitos de “moderno” e “tradicional”:

Optei por me esquivar do caminho teórico-metodológico percorrido por Francisca Monte, por acreditar que os conceitos e concepções que trabalhamos, em nossas pesquisas, não podem ser reduzidos a “meros arranjos de palavras” expurgados dos conteúdos históricos e sociais que introduzem. O diálogo com Thompson, particularmente a leitura crítica que faz

<sup>255</sup> KHOURY, Y. O historiador, as fontes orais e a escrita da história. In: MACIEL, L. et al. *Outras histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho d’água, 2006. p.42.

<sup>256</sup> Davi Félix Shcreiner nos auxilia a pensar no processo de relações sociais e modos de vida em movimento. Ao investigar a luta dos reassentados de Salto Caxias-Pr pela “reinclusão social”, o autor nos adverte para o fato de que “o antigo e a tradição estão situados no tempo da mudança”. (Cf. SCHREINER, D. F. Terra e cultura: Resistência coletiva e organização social dos reassentados de Salto Caxias-Pr. In: PORTELLI, A. et al. *Mundo dos trabalhadores, lutas e projetos: temas e perspectivas de investigação na historiografia contemporânea*. Cascavel, EdUNIOESTE, 2009, p.53.)

<sup>257</sup> MONTE, F. S. de S. *O uso e controle das águas no processo de modernização do Estado do Ceará: o caso da Barragem do Castanhão*. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

das “*categorias de estase*”<sup>258</sup>, utilizadas por Althusser, foi importante no sentido de me conduzir à tentativa de não me apropriar, na escrita dessa tese, de categorias isoladas e “des-historicizadas”, mas de centrar a atenção sobre:

[...] homens e mulheres, em sua vida material, em suas relações determinadas, em sua experiência dessas relações, e em sua autoconsciência dessa experiência. Por “relações determinadas” indicamos relações estruturadas em termos de classes, dentro de formações sociais particulares.<sup>259</sup>

No próximo capítulo, intitulado – “... é uma briga de elefante contra gafanhoto”: Trabalhadores em Movimento - as múltiplas formas e sentidos das mobilizações” – investigo os sentidos e o papel atribuído aos movimentos sociais, nesse processo de disputas em torno da privatização de serviços “públicos” de energia. Não limito a análise ao diálogo com a documentação produzida pelas instituições que se dizem representativas dos interesses dos trabalhadores (MAB e Associação dos Moradores de Nova Soberbo), ou às entrevistas com os militantes e lideranças. Para enfatizar a multiplicidade das formas e sentidos das mobilizações, tornou-se necessário dialogar com trabalhadores não filiados às ações coletivas institucionalizadas, para apreender seus esforços conscientes, no fazer de suas próprias histórias, conferindo visibilidade às maneiras de pensar e agir, diversificadas e divergentes, compondo as experiências de lutas dos trabalhadores em Nova Soberbo.

---

<sup>258</sup> As “*categorias de estase*” utilizadas por Althusser são, para Thompson, desintegradoras do materialismo histórico, porque “permanecem distintas, isoladas umas das outras [...] Além do mais, oferecem-nos uma seleção arbitrária de categorias – como “economia”, “política”, “ideologia” – e nem o princípio de seleção, nem as próprias categorias são examinados [...] Nada nos é dito sobre o Estado, e quase nada sobre as classes [...] nada nos é dito sobre consciência(seja como mentalité, como cultura ou habitus, ou como consciência de classe) e nada sobre sistemas de valores. Temos, assim, uma seleção arbitrária (teoricamente injustificada) de categorias, e estas são estáticas, não examinadas, supostamente mantêm sua eficácia analítica... (In: THOMPSON, E.P. A miséria da teoria ou um planetário de erros; uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.p.109).

<sup>259</sup>THOMPSON, E.P. op cit, p.111.

**Capítulo 5: “... é uma briga de elefante contra gafanhoto”<sup>260</sup>: Trabalhadores em Movimento - as múltiplas formas e sentidos das mobilizações.**

Como vimos, nos capítulos anteriores, as reivindicações – por melhores condições de vida, por casas próprias para os filhos e “mães solteiras”, na área do reassentamento, pelo acesso à educação formal, por oportunidades de trabalho em Nova Soberbo, pelo direito de permanecer na terra, por água potável, pela redução na tarifa de energia elétrica, pelas reparações infraestruturais nas novas casas, pela regularização da propriedade das casas, por indenizações mais justas, por projetos de reativação econômica compatíveis com seus anseios – constituem necessidades que compõem as instituições que se apresentam como representativas dos trabalhadores: o MAB-regional Ponte Nova e a Associação dos Moradores de Nova Soberbo.

Embora as lutas dos trabalhadores expropriados não aconteçam apenas no interior dos movimentos institucionalizados, a partir do diálogo com as entrevistas há referências recorrentes da importância assumida pelas entidades organizadas no encaminhamento das reivindicações dos narradores, conforme evidências da narrativa do senhor Silvio:

*Agradecemos ao deputado padre João e o falecido arcebispo Dom Luciano, com o MAB combatendo... Padre Claret de Ponte Nova. Então me parece que alguma assinatura do arcebispo não resolia né, resolia na pressão, então eles veio é...é a favor do MAB contra a barragem. Porque a barragem, no dia que padre João falou com as pessoa na barragem, com pouco instante tinha muitos policiais, tinha demais categoria, promotor, tudo mandado a atirar, padre João falô: “Eu vô entrá, se vocês me ofendê, vocês vão arrepêndê. Eu vô entrá porque eu vô conversá.” Só padre João, mas depois mais ninguém, só ele que entrô e conversô, aí que começô ter um debate contra as barragem que favoreceu a nós. Padre João nós nunca tinha votado nele antes, num conhecia ele, mas desse dia pra cá, uma pessoa, um deputado que eu nunca posso esquecer dele... Depois outros debate igual, as pessoa queria sair, eles fazia uma casinha qualquer pras pessoa e pronto. Depois, quem morava em casa de alguém, que pagava aluguel, eles tinha que dar um jeito pra pessoa ampará. Ou, quem fosse mãe solteira, tinha que dar uma casa para aquela mãe que num tinha onde ampará. Aí que obrigô. Eu morava na residência dela (está-se referindo à sua tia, dona Maria), eu consegui essa casa com esse debate...*<sup>261</sup>

---

<sup>260</sup>Entrevista com Padre Claret, realizada 28/01/2005 por Rothman e Zhoury, (Cf. ROTHMAN, F.D.; ZHOURY,A. Assessoria aos atingidos por barragens em Minas Gerais: Desafios, Limites e Potenciais. IN: ROTHMAN, F. D. *Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens*. Viçosa, MG: UFV, 2008. p.146.)

<sup>261</sup>Entrevista realizada com a senhora Maria, em 16 de julho de 2009, com a participação de seu sobrinho Silvio, que morava junto dela, no distrito submerso de São Sebastião do Soberbo.

O narrador ressalta a relevância do confronto do MAB com os representantes das empresas concessionárias na afirmação da luta por seus direitos, entre eles o direito a moradia: “*Depois, quem morava em casa de alguém, que pagava aluguel, eles tinha que dar um jeito pra pessoa ampará. Ou, quem fosse mãe solteira, tinha que dar uma casa para aquela mãe que num tinha onde ampará. Aí que obrigô...*” O senhor Silvio evidencia a consciência da força de pressão dos movimentos sociais que, segundo ele, “*obrigô*” as empresas a incorporarem algumas de suas reivindicações.

Nos termos dessa discussão, o senhor Silvio confere eficácia às ações impulsionadas pelas organizações formais, atribuindo ao MAB uma função social importante, no sentido de liderar uma ação coletiva capaz de exercer hegemonia. Alguns trabalhadores parecem compartilhar a consciência de que é mais provável fazer as coisas acontecerem pela mediação institucional.

Para o senhor Silvio, a organização formal do MAB assume relevância pela mediação exercida no sentido de tornar possível as exigências imediatas do dia-a-dia. Os debates promovidos pelo MAB viabilizaram a concretização da casa própria para o narrador que, antes da transferência para Nova Soberbo, morava nas dependências da tia: “*Eu morava na residência dela*(está-se referindo à sua tia, dona Maria), *eu consegui essa casa com esse debate...*” Contudo, o reconhecimento, por parte do narrador, da força de pressão do MAB, no sentido de redirecionar políticas públicas, não exclui outras forças de pressão que são exercidas por trabalhadores sem a mediação dos líderes das instituições representativas, que também incidem sobre as relações de poder estabelecidas.

A partir do diálogo com sua narrativa, torna-se visível, portanto, o aprendizado e a politização que emergem da experiência de participação nos debates promovidos pelos movimentos sociais. Nessa direção, tornou-se necessário recuperar as práticas desses mediadores, bem como os significados de suas mobilizações, no sentido de diluir a ação do Estado<sup>262</sup> e problematizar a concepção restrita que o vê apenas como instrumento de domínio de classe.

---

<sup>262</sup>Diante dos inúmeros matizes teórico-metodológicos que nos informam sobre o Estado, ressalto as contribuições de Sônia R. Mendonça, no sentido de ampliar um conceito tão banalizado nas pesquisas acadêmicas e incorporado de forma acrítica pelo senso comum. A partir da influência da matriz teórica gramsciana, Mendonça nos possibilita redefinir a noção de Estado, ao propor uma análise das políticas públicas como resultantes do embate entre grupos sociais que estão continuamente em disputas pela inscrição de seus projetos e visões de mundo junto às agências estatais. Nessa direção, o caminho percorrido para a redefinição da noção de Estado fundamenta-se nas críticas à matriz liberal da concepção de Estado, que tende encará-lo, equivocadamente, ora como “sujeito”, ora como “objeto”. A partir dessas críticas, a autora nos faz avançar na ampliação do conceito, ao nos propor investigar o papel do Estado naquilo que ele tem de conflituoso, relacional. Há, portanto, um deslocamento das concepções maniqueístas de Estado para uma noção mais complexa, pensada

No decorrer deste capítulo, embora dialogue com os discursos das lideranças do MAB para compreender a constituição do movimento, os sentidos de suas ações, estratégias de atuação e projetos político-ideológicos, não pretendi, com essa operação metodológica, reduzir as histórias das movimentações dos trabalhadores apenas ao que dizem as lideranças e militantes.

Nessa direção, dialogo não só com os militantes ou trabalhadores articulados ao MAB, mas também com sujeitos que se movimentam para além dos movimentos políticos coletivos e organizados, buscando perceber como os interpretam e quais papéis atribuem a eles.

As movimentações dos trabalhadores, decorrentes do processo histórico de transformações sociais e ambientais ocorrido com a implantação da UHE Candonga, inserem-se na conjuntura de privatização das empresas estatais, que fundamentou o processo de reestruturação do setor energético, impulsionado a partir da década de 1990. A Companhia Vale do Rio Doce, uma das concessionárias da UHE Candonga, “privadoada”<sup>263</sup> nesse período, é evidência de um processo de aliança pública-privada cujo sentido tornou-se necessário investigar.

Faz-se necessário ressaltar que a opção em inserir o processo de expropriação dos trabalhadores de São Sebastião do Soberbo na conjuntura histórica da privatização do setor elétrico não significou eleger o “sistema elétrico brasileiro” ou o “recorte temporal” enquanto sujeitos da pesquisa, como poderão me acusar alguns leitores, julgando que eu tenha me enviesado pelo caminho “estruturalista”, em detrimento das “experiências” dos trabalhadores.

Reitero que, embora o foco da pesquisa seja compreender os significados atribuídos pelos trabalhadores expropriados ao processo vivido, houve a preocupação de inseri-los no tempo e espaço, numa perspectiva relacional, para evitar o equívoco de reduzir um complexo processo de disputas sociais somente a “estudo de caso”, fundamentado em 22 narrativas analisadas como “histórias de vida”.

enquanto “relação social”. (Cf. MENDONÇA, S.R. (org.). *O Estado Brasileiro: Agências e Agentes*. Niterói: EdUFF/Vício de Leitura, 2005. p.9-10.)

<sup>263</sup>Aloysio Biondi constituiu referência para se investigar o período que chamamos de “privatização”. Ao cunhar a expressão “privadoação”, permite-nos dessacralizar o mito da privatização das estatais como a “salvação” para o “rombo” do Tesouro Nacional. A privatização da Vale do Rio Doce, “entregue a Benjamin Steinbruch com 700 milhões de reais em caixa” desmitifica os argumentos utilizados pelo Governo, à época, de que “apenas as estatais deficitárias seriam leiloadas [...] que a iniciativa privada investiria em setores nos quais o Governo não tinha condições de investimento e, que consequentemente, a infra-estrutura melhoraria e muitos empregos seriam gerados.” Para Biondi, o que vemos, é “o desmonte do patrimônio público”, no qual “a sociedade perdeu muito com esse processo”. (Cf. BIONDI, Aloysio. O Brasil Privatizado II: o assalto das privatizações continua. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. p.39. e BIONDI, A. *O Brasil Privatizado: um balanço do desmonte do Estado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999).

O Sistema Elétrico é aqui abordado, não no sentido literal da palavra – um todo formado por partes integradas por relações de coerência e harmonia internas –, mas compreendido naquilo que tem de conflituoso, na multiplicidade de projetos políticos, ideológicos e, sobretudo, econômicos, dos distintos agentes que o representam.

Ao investigar o setor elétrico brasileiro pós-privatização, Martins<sup>264</sup> evidencia que o início dos anos 1990 representou o momento de novas configurações espaciais e institucionais, que se distinguem do modelo anterior, fundamentado na tendência do pensamento nacional-desenvolvimentista. O processo de expropriação dos trabalhadores de Nova Soberbo, em consequência da implantação da UHE Candonga, deve ser situado nessa conjuntura de transformações políticas e econômicas, que culminaram na reestruturação do setor elétrico brasileiro.

Um dos desdobramentos dessa reestruturação do setor elétrico brasileiro foi a intensificação da presença do capital privado estrangeiro, sob o avanço da política neoliberal e a crescente participação do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), como instituição financiadora do processo de expansão do setor elétrico. Precisamos indagar o que significou, para os trabalhadores expropriados e para a sociedade brasileira, em geral, a consolidação desse modelo concorrencial, sob hegemonia do capital privado, evidenciada por Martins:

*O contexto econômico e político, que marcou a década de 1990, se caracterizara por um avanço da concepção neoliberal do Estado, bem distinta da concepção nacional-desenvolvimentista que marcou as décadas anteriores. O jogo político e econômico e as disputas por modelos de desenvolvimento nacional se refletiram nas marcantes transformações na economia brasileira ao longo dos anos 90, dentre as mudanças destaca-se as reformas que promoveram a desregulamentação do Estado, a abertura comercial, a liberalização do fluxo de capitais e a redução da presença do Estado na economia. A opção pelas reformas liberais, que está vinculada não só a mudanças e disputas intra-nacionais, mas também a um panorama internacional que culminou na orientação de diversos países, inclusive sul-americanos – [...] a enveredarem pelas trilhas neoliberais, representou uma ruptura em relação às políticas nacional-desenvolvimentistas que fundamentaram o processo de industrialização do país durante quase meio século, mediante grandes investimentos de base e na infra-estrutura... A conjuntura nacional e internacional e a opção dos governos pós-militares, no período chamado de ‘redemocratização’ conduziram a uma consolidação do pensamento neoliberal também na organização do sistema elétrico brasileiro, de tal modo que no governo Fernando Collor foi organizado o*

---

<sup>264</sup>MARTINS, R.D.F. *O setor elétrico pós-privatização: novas configurações institucionais e espaciais*. Dissertação (Mestrado). Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2009.

*PND – Plano Nacional de Desestatização. O PND foi um dos mais importantes mecanismos de ajuste econômico orientado pelas agências multilaterais e implementado no Brasil na década de 1990. A opção pela trajetória do ‘Consenso de Washington’ permanece(u) durante os mandatos do governo FHC, justamente no período de 1995 até 2002 se deram os principais passos em direção a um modelo concorrencial sob a hegemonia do capital privado.*<sup>265</sup>

Para além das constatações de Martins, faz-se necessário questionar o que a reestruturação desse setor elétrico, que ganha impulso no governo Collor de Mello, significou em termos sociais e ambientais. Igualmente necessário é indagar o próprio significado atribuído a um termo tão difundido – neoliberalismo -, equivocadamente associado a ausência do Estado. A esse respeito, Martins menciona que uma das características da política neoliberal é “*a redução da presença do Estado na economia.*” Não seria mais coerente, em vez de legitimarmos a ideia do “Estado Mínimo”, transformada em palavra-chave para explicar o “neoliberalismo”, falarmos de um Estado mínimo em relação à consolidação de direitos sociais?

No tocante ao processo de expropriação dos trabalhadores de São Sebastião do Soberbo, estamos diante de um Estado que se faz presente e ausente, simultaneamente. A presença de um Estado que, diante de pressões e limites exercidos pelos trabalhadores, incorpora algumas de suas demandas, geralmente para hegemonizar projetos econômicos, políticos e ideológicos de empresas concessionárias de serviços públicos, como a Vale do Rio Doce (uma das empresas incluídas no PND - Plano Nacional de Desestatização) e a multinacional Novelis.

O senhor João Bosco evidencia sua movimentação social, com os agentes estatais, a partir da ocorrência policial na qual registrou o “sumiço” do dinheiro de sua mãe, durante a operação arbitrária de desapropriação das famílias resistentes à saída, para enchimento do lago do Candonga. No entanto, evidencia a ausência do juiz, enquanto agente estatal pago, para rever os danos sofridos pelos sujeitos sociais, no sentido de atender as demandas colocadas por ele. O senhor João Bosco interpreta essa ausência do Estado como parte de um processo politicamente negociado entre empresas concessionárias e agentes estatais que, segundo ele, costumam trocar os direitos dos trabalhadores por benefícios pessoais. Ademais, atesta o grau de violência que permeou o processo das negociações:

... *A ordem do pessoal do consórcio foi pra todo mundo saísse de casa pra quando chegasse o consórcio ... a negociação era pra ninguém tá em casa... sabe o que eles fizeram? Chegaram trezentos e tantos policiais, invadiu a*

---

<sup>265</sup> Ibidem, p.21.

*casa de mãe, quebrou a porta, entrou lá dentro e os camaradas roubaram até o dinheiro de mãe que tava lá e depois disso que roubô o dinheiro ... Eu tava do outro lado filmando tudo ... quando chegamo em casa que eu fui olhá, mãe foi olhá ... cadê o dinheiro? Não tava lá. Até as coisa que tava na geladeira, carne, coisa, levaram tudo. Aí eu cheguei lá na casa pra entrar lá pra falá com policial que tava lá, o policial falou comigo que eu tinha que sair porque o prazo já tava vencido, senão eles ia me prendê. Aí eu saí. Fui lá e fiz uma ocorrência policial e depois dessa ocorrência a gente foi chamado até lá em Ponte Nova no Juiz pra levar as pessoa testemunha de tudo que aconteceu. Apesar de ter feito a ocorrência pra devolver o dinheiro... aí fomo lá levamos as pessoa lá na reunião tudo e falaram que daí vinte dia ia devolver o dinheiro pra nós... aí até hoje nada! O pessoal ainda fala que o consórcio deve ter dado dinheiro pro juiz e o juiz vai e coloca o processo num canto e não resolve nada...<sup>266</sup>*

Nessa direção, o processo de reestruturação do setor energético é aqui compreendido não como algo imposto, externa e coercitivamente, aos sujeitos históricos, mas como resposta à intensa pressão a que estava submetido o setor energético brasileiro, sobretudo a partir da segunda metade dos anos de 1980 e início da década de 1990. A própria obrigatoriedade dos estudos de impacto ambiental e da emissão de relatório desses impactos, por parte das empresas que disputam a concessão de serviços públicos de energia – expressa nas Resoluções 01/86 do Conama (Conselho Nacional de Meio Ambiente) –, deve ser vista como fruto das pressões dos movimentos sociais e ambientalistas, organizados a partir da sociedade civil, incidindo sobre os agentes estatais.

Carlos Bernardo Vainer, investigando a reestruturação do setor elétrico como um processo conflituoso de interesses em jogo, evidenciou, a partir da pesquisa de documentos produzidos pela Eletrobrás, como o setor elétrico estatal, por intermédio de suas agências e agentes, se conscientizou em relação à necessidade de assumir novas posturas, diante das interpelações dos movimentos sociais, atendendo algumas de suas demandas e negligenciando outras:

*Nunca será demais insistir que tais movimentos internos e externos ao setor, constituíram, simultaneamente, consequência e motor da redemocratização da sociedade brasileira. Foi no bojo desse processo que o Estado e as empresas estatais começaram a ser interpelados por uma sociedade sedenta de participação. A arrogância tecnocrática da época da ditadura militar viu-se questionada por movimentos sociais, organizações de atingidos e movimentos ambientalistas que se sentiam no direito de, e se consideravam aptos para, participar tanto da discussão e definição das políticas energéticas de longo prazo quanto das decisões sobre a implantação de projetos particulares. O próprio setor elétrico estatal vai perceber que deve assumir novas posturas, pois a sociedade mudou: “o processo de*

---

<sup>266</sup>Esse fragmento da entrevista realizada com o senhor João Bosco já foi citado no capítulo anterior para enfatizar a ausência da escritura das casas em Nova Soberbo, desmitificando as campanhas forjadas pelas empresas concessionárias sobre a legalização das residências.

*amadurecimento do processo de redemocratização política retirou do setor a possibilidade de valer-se do aparelho repressivo do Estado como meio para impor suas soluções para as demandas compensatórias das comunidades locais.” (Eletrobrás/Fipe/SRL, 1989)<sup>267</sup>*

O processo de reestruturação do setor energético está impregnado dos significados das ações dos movimentos sociais<sup>268</sup>; nesse sentido, as mudanças no conjunto das políticas públicas, voltadas para o setor, não podem ser pensadas como o reflexo da ação imperiosa do Estado.

A necessidade de romper o espírito de solidariedade, gerado nas lutas empreendidas pelos trabalhadores, no transcorrer da década de 1980 para 1990, culminou, além da obrigatoriedade de elaboração do EIA/RIMA, instituída pela Resolução 01/86 do Conama, na elaboração da Lei Nacional de Política Ambiental. Esta também foi sancionada em função dessa conjuntura de pressões pela democratização, provenientes dos grupos de base organizados a partir da sociedade civil, dentre as quais destacam-se aquelas advindas dos atingidos por barragens.

Essa constatação remete-nos à necessidade de historicizar a chegada do MAB, à Zona da Mata mineira, como um dos sujeitos que mobilizaram valores e projetos sociais, bem como de apreender o sentido dessas mobilizações e em que medida se deu o aprendizado dos trabalhadores inseridos nesse movimento, cuja mediação política, nas lutas dos atingidos por

---

<sup>267</sup>VAINER, C.B. Recursos hidráulicos: questões sociais e ambientais. In: *Estudos Avançados* vol. 21, nº 59, São Paulo: Jan/2007. p.128.

<sup>268</sup>A própria trajetória de institucionalização do movimento de atingidos por barragens, em nível nacional, que se traduz na emergência das comissões regionais dos atingidos por barragens, a exemplo da CRAB (Comissão Regional dos Atingidos por Barragens), insere-se na conjuntura das resistências dos trabalhadores da bacia do Rio Uruguai diante da ação do Ministério de Minas e Energia que, por intermédio da Eletrosul, realizou estudos de aproveitamentos energéticos na bacia do Rio Uruguai, no final da década de 1970, visando implantar barragens apresentadas por estes agentes estatais como soluções para assegurar uma “reserva de energia elétrica para o país”, conforme evidencia Claudio Brontani, assessor de formação da CRAB: “Em 1977, o Ministério de Minas e Energia autorizou a Eletrosul a realizar estudos de aproveitamento energético da Bacia do Rio Uruguai. A construção das 25 barragens ficaria a cargo da Eletrosul, subsidiária da Eletrobrás, a qual se encontrava subordinada ao Ministério das Minas e Energia[...] Em fins dos anos 70, início da chamada “abertura política”, os agricultores da região Alto Uruguai foram surpreendidos pelas notícias de que estava sendo planejada uma grande inundação da região...A reunião de Concórdia, Santa Catarina, em 1979, foi essencialmente importante. Com a presença de aproximadamente 350 agricultores e representantes de entidades decidiu-se criar uma comissão – a Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB) para encaminhar a luta[...] Colocou-se em dúvida a utilidade de novas centrais, questionou-se o modo como o projeto foi elaborado, sem consulta aos interessados, e chamou-se a atenção para os direitos da população residente na região.” (In: BRONTANI, C. História da luta contra as barragens da bacia do rio Uruguai. *Revista Proposta*, nº 46, setembro 1990, p.24-25).

barragens, é importantíssima, em todo país, desde o momento de sua configuração nacional.<sup>269</sup>

Franklin Daniel Rothman, professor do Departamento de Extensão Rural da UFV, ao socializar suas experiências de mediação nas lutas dos trabalhadores atingidos por barragens, na Zona da Mata mineira, sinaliza que a emergência do MAB, nessa região, está imbricada aos movimentos de resistências no Vale do Jequitinhonha, encabeçados por agentes da CPT (Comissão Pastoral da Terra), como o assessor Ricardo Ribeiro. Ricardo Ribeiro, após avaliar a ocupação do escritório da CEMIG (Centrais Elétricas de Minas Gerais) pelos militantes no processo de lutas com a empresa, nos casos das barragens de Calhauzinho, Machado Mineiro, Setúbal e Salinas, utiliza-se da expressão “casamento de barragens” para mencionar a articulação dos atingidos de distintos lugares de Minas Gerais, que culminou na institucionalização do MAB, na Zona da Mata mineira:

[...]Depois a gente acabou fazendo isso em outros lugares, lá na região da Zona da Mata, com as barragens lá daquela região. Sempre ia com a pessoa, que era um atingido, e eu, e transmitíamos essas informações e...passávamos isso pras comunidades. Isso era muito importante, em alguns lugares os atingidos fizeram esse compromisso firme, né? E a gente chegou depois a criar uma proposta que a gente fez, um negócio que chamamos de casamento de barragens...depois a gente começou a se integrar também com o pessoal que tinha luta no Vale do Ribeira, lá em São Paulo. Então as pessoas daqui iam lá, e as pessoas de lá vinham aqui. E aí...quando a gente falava casamento, era uma barragem com mais experiência, mais antiga, ia visitar, levar sua experiência...Mas isso era muito importante pra ver, assim...Ver é uma coisa terrível, né? Então esse projeto pedagógico foi muito interessante, porque...eles depois não só se envolveram com o MAB, né? Participaram dos encontros do MAB, ali da região sudeste, a nível nacional e começaram a ter outras, outras militâncias...<sup>270</sup>

Se atentarmos para a trajetória histórica de lutas, instituinte do MAB-regional Ponte Nova, percebemos que a mediação de membros da Igreja Católica foi crucial, no sentido de organizar e conscientizar os pequenos agricultores, em São Sebastião do Soberbo. Padre Claret, um dos precursores do processo de constituição da Secretaria do MAB, em Ponte

<sup>269</sup>Ao mapearem os movimentos de constituição e transformação do MAB, nesses mais de 20 anos de existência, Ilse Scherer-Warren e Maria José Reis evidenciam que o MAB, como “movimento nacional, surge apenas em 1991, por ocasião do I Congresso Nacional dos Atingidos por Barragens”, tendo inicialmente sede em São Paulo e, posteriormente, em Brasília. (Cf. SCHERER-WARREN, I.; REIS,M.J. Do Local ao Global: A Trajetória do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e sua Articulação em Redes. IN: ROTHMAN,F.D. *Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens.* Viçosa, MG: UFV, 2008. p.75).

<sup>270</sup>Entrevista realizada 28/01/2005 por Rothman e Zhoury, (Cf. ROTHMAN, F.D.; ZHOURY,A. Assessoria aos atingidos por barragens em Minas Gerais: Desafios, Limites e Potenciais. IN: ROTHMAN,F.D. *Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens.* Viçosa, MG: UFV, 2008. p.131).

Nova, ao rememorar o caráter processual da institucionalização do movimento na região, permite-nos perceber a mediação política da CPT por meio da Romaria das Águas, em 1999:

*O movimento veio nascendo assim aos poucos. Eu acho que ele...uma coisa que ajudou muito foi a Romaria das Águas ficar perto. A quarta romaria aconteceu em 22 de agosto de 1999. Foi em Ponte Nova, devia ter umas duas mil pessoas, do estado todo. Essa romaria é a CPT que organiza em parceria com muitas outras entidades, né? E com isso o pessoal ficou num entusiasmo que precisa ver. Com isso nasceu a Secretaria dos Atingidos. Naquele mesmo lugar, onde funciona até hoje. Então aqueles documentos que ficavam lá mais com Franklin [professor do Depto Extensão Rural da UFV], a partir daí veio se transferindo tudo pra cá, para Ponte Nova. E ali, geograficamente, é mais central pros atingidos, e tal, porque...compreende todo o entorno ali. Então isso acho que foi um passo importante pra nascer o movimento. E um outro passo que eu considero muito importante, foi o crescimento dessa relação com o MAB nacional.<sup>271</sup>*

No entanto, padre Claret permite-nos perceber que a movimentação dos trabalhadores organizados por agentes da CPT, professores e estudantes do departamento de extensão rural da UFV, é anterior à institucionalização do MAB, em Ponte Nova. Essa ideia da existência de uma movimentação dos trabalhadores anterior à institucionalização e criação da secretaria do MAB, em Ponte Nova, é corroborada na narrativa do senhor José, morador de Nova Soberbo, possibilitando-nos uma compreensão mais ampla do movimento, que ultrapassa as paredes e arquivos que compõem a “secretaria dos atingidos”:

*Gisélia: Eu queria saber sobre o papel do MAB nesse processo de lutas, nesse processo de transformações que vocês vivem. Eu queria saber assim... o senhor é militante do MAB?*

*José: Isso! Porque todos os atingidos por barragem ele é, queira ou não queira, mas ele faz parte do movimento dos atingidos por barragem num é verdade? Porque ele tá contido dentro dessa situação né... Então você queria saber o papel do MAB?*

*Gisélia: é, o papel do MAB.*

*José: Ó, o MAB ele foi muito importante e a gente considera muito eles até hoje porque na época que estavam construindo Nova Soberbo, que é essa área aqui...essa área onde nós moramos, área urbana que nós moramos, começaram a construir as casa e ao invés de usar cimento e areia, começaram a jogar barro nas parede das casa entendeu? Então, uma corrupção desde o início! E a construção da...das casa aqui é já foi feita de uma forma... o terreno é...as casa ficô nos fundo e o terreno, a topografia do terreno ficô mais alta entendeu, e o que que aconteceu? O MAB naquela época uniu com a gente, nós fomos lá e paramos a obra da empresa e eles tiveram que desmanchar 47 (quarenta e sete) casas que já estava levantada e tiveram que fazer a terraplenagem aqui todinha de Nova Soberbo. Então a*

---

<sup>271</sup>Entrevista realizada 28/01/2005 por Rothman e Zhoury, (Cf. ROTHMAN, F.D.; ZHOURY,A. Assessoria aos atingidos por barragens em Minas Gerais: Desafios, Limites e Potenciais. IN: ROTHMAN, F. D. Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens. Viçosa, MG: UFV, 2008. p.142).

*gente viu que verdadeiramente eles nos ajudô muito, muito, muito mesmo...<sup>272</sup>*

Para o narrador, o que determina a existência desse movimento social é uma experiência de expropriação de modos de vida e trabalho, anterior e determinante para sua institucionalização. Mesmo os trabalhadores não filiados ao movimento são apresentados, por ele, como “militantes”, são vistos como partes constituintes desse movimento social, porque vivenciam um terreno comum de mudanças e, em função dele, exercem pressões e propõem caminhos alternativos ao que está posto. Na ótica do senhor José, “militante” não é apenas o trabalhador que se articula no interior do MAB, mas todos os que experimentam a expropriação e se autodenominam “atingidos”, pois se encontram “*contido(s) dentro dessa situação.*”

O senhor José é apontado pelos trabalhadores, em outras entrevistas que realizei, como liderança importante no encaminhamento de suas reivindicações, como aquele que “*corre atrás*” das demandas elencadas pelos sujeitos. No diálogo com o jovem Tiago é possível perceber como os trabalhadores conferem, ao senhor José, legitimidade para representá-los, evidenciando que o processo de constituição de lideranças não é fruto de um poder imposto pelos líderes, mas de uma autoridade que lhes é atribuída pelos trabalhadores e por meio da qual adquirem o reconhecimento social:

*Tiago: A turma do Zé, que é a turma do MAB aqui, que tem uma turma aqui... a turma do MAB então eles correm atrás disso e diariamente tem reunião lá [no CEAS, na SEDESE<sup>273</sup>]... Foi o Zé que arrumou esse serviço aqui, esse projeto aqui*

*Gisélia: Zé é do MAB?*

*Tiago: é do MAB.*

*Gisélia: Ele mora aqui [em Nova Soberbo]?*

*Tiago: Ele mora aqui em cima aqui, na rua de cima que tem direto aqui. E sempre foi ele que conseguiu esse serviço pra todo mundo aqui de dentro aqui uê, porque se não fosse ele num tinha ninguém tava trabalhando aqui não. Esse serviço era pra tá rolando pra comunidade desde quando a gente mudou de Soberbo Véio pra cá, entendeu? E não tinha esse serviço, esse serviço começô tem um ano atrás, tem um ano que esses menino trabalha e a gente tem oito mês, entendeu? Só que era pra tá rolando esse serviço desde quando a gente mudou pra cá. Zé foi lá e lutô lá, e conseguiu esse serviço pra gente entendeu?<sup>274</sup>*

---

<sup>272</sup>Entrevista realizada com o senhor José no dia 15 de dezembro de 2012, na sua residência em Nova Soberbo/MG.

<sup>273</sup> CEAS – Conselho Estadual de Assistência Social; SEDESE – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social.

<sup>274</sup>Entrevista realizada com o jovem Tiago, 22 anos, no dia 15 de dezembro de 2012, em Nova Soberbo/MG.

Torna-se imprescindível enfatizar que o narrador, conquanto atribua um papel relevante ao senhor José, como liderança reconhecida para negociar suas necessidades de trabalho junto às agências estatais – CEAS e SEDESE –, chama nossa atenção para a impossibilidade de uma homogeneização do movimento, dadas as diferenças de expectativas e interesses, inclusive individualistas, que o compõem:

*Gisélia: E além do Zé existe mais alguém do MAB aqui [em Nova Soberbo] que auxilia vocês nessa luta?*

*Tiago: tem o Geraldo né, que é irmão dele né, tem o Geraldo [...] eles luta tem muito tempo aí, já tem uns...já tem mais de dez anos, entendeu, que eles luta aí pra comunidade, mas aqui é embolado entendeu, alguns querem atrapalhar os outros, então pra mim eu acho que nunca vai chegar em acordo, nunca vai chegar num acerto...*

*Gisélia: Então você acha que o papel, a função do MAB é importante aqui dentro?*

*Tiago: Eu acho que sim, eu acho que sim, pra mim...eu acho que pra começar foi importante nesses serviço aí que saíram entendeu e...ajudou bastante muita gente pra falar a verdade que tinha nego aí que tava passando sufoco dentro de casa, que tem colega meu que tem filho aí, que tava passando sufoco e ajudô bastante, chegô na hora certa. Só que os cara não dá valor entendeu, eu fico olhando hoje a maioria hoje num dá valor, fica criticando o cara por trás, entendeu, de quem arrumô, que foi Zé aí que foi lá e conseguiu esse serviço pra gente entendeu. E eu fico muito indignado com esses negócio por causa disso entendeu? Tipo assim, ele luta pra comunidade, mas gosta das coisa certa. Se eles fosse errado, eu chegava e falava: \_ não, esse trem tá errado. Não é porque eles são daqui que eu vô puxá o saco deles entendeu? Mas, sempre eles faz as coisa certa entendeu? Agora o que erra é quem a gente mesmo trabalha aqui dentro aqui, entendeu, que é o consórcio que fala que vai renovar com a gente e num vai entendeu?<sup>275</sup>*

Embora o narrador reconheça a importância das lideranças do MAB no processo de lutas e conquistas de alguns direitos para os trabalhadores de Nova Soberbo, ao afirmar “*que foi Zé aí que foi lá e conseguiu esse serviço [de vigia e limpeza do lago Candonga] pra gente entendeu*”, não nos permite interpretar a atuação dos líderes como representantes ou portavozes de uma consciência de classe homogênea, capaz de visibilizar aquilo que todos os trabalhadores pensam sobre o processo.

Nessa direção, a “*tentação da homogeneização de perspectivas*”<sup>276</sup>, atitude teórica pela qual os movimentos sociais são comumente abordados, na historiografia, enquanto

<sup>275</sup> Entrevista realizada com o jovem Tiago, 22 anos, no dia 15 de dezembro de 2012, em Nova Soberbo/MG.

<sup>276</sup> Paulo Roberto de Almeida, ao discutir “*como no interior de um mesmo movimento (no caso o MLST) os sujeitos interagem a partir de suas diversas visões de mundo e com perspectivas diferentes*”, contribui para questionarmos as interpretações generalizantes a respeito do que convencionamos chamar “movimento coletivo”. (Cf. ALMEIDA, P.R. “Cada um tem um sonho diferente”: histórias e narrativas de trabalhadores no movimento de luta pela terra. IN: MACIEL, L.A. et al. *Outras histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho d’água, 2006. p. 44-45).

sujeitos coletivos portadores de uma universalidade, definida a partir de sua organização interna, expressa em métodos de ação e interesses supostamente unívocos, desfaz-se no diálogo com o jovem Tiago, que focaliza a atenção nas divergências, no “embolado” das aspirações que compõem o movimento institucionalizado: “*eles luta tem muito tempo aí, já tem uns...já tem mais de dez anos, entendeu, que eles luta aí pra comunidade, mas aqui é embolado, entendeu, alguns querem atrapalhar os outros, então pra mim eu acho que nunca vai chegar em acordo...*”

Ao rememorar a mediação do MAB, nas lutas dos trabalhadores por direitos negados pelas empresas concessionárias da UHE Candonga, padre Claret também caminha na direção de enfatizar as dissidências no interior do MAB-regional Ponte Nova, bem como aponta alterações nas táticas de organizações populares e no sentido das mobilizações:

*As dificuldades... sempre houve. Agora Candonga pegou mais. Porque ali, quer dizer, Candonga é barragem da Vale e da ALCAN. A Vale nasceu naquela região de Mariana. Então ela tá infiltrada em tudo[...] Então a Vale foi de um lado, a ALCAN foi de um lado. Elas são donas ali do pedaço. Então no início o pessoal tinha muita dificuldade de entender. Como é que você podia, eh, brigar com uma empresa assim? E o Dom Luciano, ele sempre apoiou o movimento, tá...mas ele acha, eu acho que ele continua achando que o método não deveria ser esse de enfrentamento. Então ele, ele sempre tentava assim, favorecer o diálogo, achava que tinha de conversar com a empresa...E a estratégia do movimento é justamente de você evitar de sentar com a empresa...Porque é uma briga de elefante contra gafanhoto. Então, no nosso entendimento, quando a pessoa se organiza, então ela cresce, cresce o poder de barganha. Ou de barganha, ou até de resistência, pra barragem não sair...*<sup>277</sup>

Quando se pensa a dinâmica interior de organização do MAB, em Ponte Nova, a partir da narrativa de padre Claret, percebemos não se tratar de um “sujeito coletivo”, no sentido de uniformidade das estratégias e ações. Nessa direção, o narrador nos impõe a necessidade de ruptura com uma visão idealizada do movimento, na medida em que existe um debate em seu interior, entre os que concebem o “diálogo” enquanto arma política primordial e aqueles que o concebem como caminho limitado de luta contra “elefantes”, propondo a organização das bases, para o enfrentamento, como principal estratégia de mediação política.

Ao rememorar o protagonismo de suas lutas contra barragens, a partir da sociedade civil, cujo resultado foi o processo de institucionalização do MAB-regional Ponte Nova, padre Claret sinaliza para tensões existentes, não só entre os movimentos sociais, de um lado, e os empreendedores, de outro, mas lança luzes sobre conflitos dentro do próprio movimento.

<sup>277</sup>Entrevista realizada com Padre Claret Fernandes, 28/02/2005 por Rothman e Zhoury, (Cf. ROTHMAN, F. D.; ZHOURY, A. op cit. p.145-146).

Não há, portanto, uma cultura ou identidade política preexistente ou pronta, que deve ser assumida pelos militantes do MAB, mas um “*processo de socialização da identidade que vai sendo construída e que varia segundo a conjuntura.*”<sup>278</sup>

Dessa forma, o narrador constrói uma imagem do movimento distante das interpretações idealizadoras<sup>279</sup>, que tendem a identificá-lo como um sujeito coletivo, portador de objetivos sistematizados e idênticos, do qual ele, como liderança, seria porta-voz de uma memória coletiva sobre o MAB.

Outro aspecto relevante, para o qual padre Claret nos chama a atenção, concerne aos múltiplos significados dados pelos trabalhadores ao movimento, evidenciando que as memórias produzidas pelas empresas concessionárias da UHE Candonga, associando-a ao progresso, coadunavam-se às expectativas de alguns:

*Às vezes a pessoa que quer a barragem, ou que tem outros interesses[no local], aí as pessoas se aproveitam disso...Na visão desse pessoal a barragem é uma coisa, assim, muito boa, o pessoal de, de Soberbo...E a gente tava indo atrapalhar. Era como se alguém quisesse oferecer uma coisa pra eles e a gente num [deixava]...*<sup>280</sup>

Podemos entrever, a partir da complexidade que envolve as relações dos militantes do MAB com a população local, que as forças de pressão dos movimentos sociais – conquanto sejam elucidativas da condensação dos jogos de conflitos que se fazem presentes no social, determinando as ações dos agentes estatais e empresariais, conduzindo-os a incorporar questões sociais e ambientais em suas políticas – não podem ser sobrevalorizadas. Nem todos os sujeitos identificam o MAB como um mediador de seus interesses e, por isso, não circunscrevem suas ações à estrutura do movimento.

No questionamento às narrativas, evidenciamos como os conflitos vividos nas relações cotidianas assumiram (e assumem) formas e sentidos múltiplos, opondo ou aproximando os trabalhadores, incitando-nos a superar, por um lado, a noção de movimento social “*hermeticamente organizado*”<sup>281</sup>. E, por outro, a romper com uma compreensão restrita da

---

<sup>278</sup>GOHN, M.G. *Novas teorias dos movimentos sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 2008. p.63.

<sup>279</sup>Cf. PAOLI, M.C.; SADER, E.; TELLES, V.S. Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. *Revista Brasileira de História*. vol.3, nº 6, p.129-149.

<sup>280</sup>Entrevista realizada com Padre Claret Fernandes, 28/02/2005 por Rothman e Zhoury, (Cf. ROTHMAN, F. D.; ZHOURY,A. op cit. p.147-148).

<sup>281</sup>ALMEIDA, P.R. de. Cada um tem um sonho diferente: histórias e narrativas de trabalhadores no movimento de luta pela terra. IN: MACIEL, L.A. et al. *Outras histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho d’água, 2006. p.46.

política, concebida tradicionalmente como um “*lugar fixado pelas estruturas sociais e determinações econômicas.*”<sup>282</sup>

Quem caminha nessa direção, de romper com o sentido da política como um lugar estrutural, fixado fora do indivíduo e externo às relações sociais, é o senhor José, morador de Nova Soberbo. Ao rememorar sua trajetória de militância no MAB, conferindo significados ao que entende e vivencia como o mundo da política, impõe-nos a necessidade de repensá-lo:

*Gisélia: Qual é a situação atual da luta?*

*José: A situação do MAB aqui já...só que a situação do MAB aqui hoje foi parada, infelizmente foi parada. Por quê? Porque a última coisa que nós fizemos aqui foi uma reunião, é aliás, foi um acampamento e... A única coisa que a gente tá ganhando mesmo em todas com a empresa é porque é...nós...agora nós conseguimos eleger um prefeito e esse prefeito assina tudo quanto é documento que nós precisamos, dá o maior apoio pra gente, assina tudo enquanto é...são documento que a gente precisa pra punir a empresa entendeu? Então quem tá ajudando nós muito nisso aí mesmo é a área política, é área política porque é, foi até pela política que nós perdemos, então eu pensei: puxa vida! nós temos que lutar aqui pra conseguir eleger um prefeito porque a chave que fecha ela tem que abrir. Se fechô foi com a área política, vai ter que abrir é com a área política também.*<sup>283</sup>

O mundo da política institucionalizada é compreendido, pelo narrador, como “espaço possível de construção histórica”. O fato de ressaltar que os trabalhadores se movimentaram no intuito de eleger um prefeito é indicativo das formas como esses sujeitos enxergam o papel dos políticos profissionais, como aqueles que foram investidos de poder para viabilizar, mais facilmente, o acesso a bens e serviços públicos.

O relacionamento pessoal com o prefeito de Santa Cruz do Escalvado é percebido, pelo narrador, como a “presença de um Estado vivido” em sua concretude e não como “esfera estrutural de domínio”. Sua concepção da “política” nos sugere pensar o “*Estado não como arena vazia para encenações*”<sup>284</sup>, mas como arena de lutas que não está apartada das experiências das pessoas.

---

<sup>282</sup>Cf. PAOLI, M.C.; SADER, E.; TELLES, V.S. Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. *Revista Brasileira de História*. vol.3, nº 6, p.129-149. Os autores propõem pensar o campo da política não como um “lugar fixado pelas estruturas sociais e determinações econômicas”, mas como “práticas” que criam sociedade e economia, pondo em jogo uma matriz estrutural e ampliando seu raio de constituição. p.132.

<sup>283</sup> Entrevista realizada com o senhor José no dia 15/12/2012 na sua residência em Nova Soberbo/MG.

<sup>284</sup>Fernando Firmino Luciano, ao investigar os sentidos das relações entre militantes, políticos e moradores do Acampamento Grajaú, em Goiânia, apresenta uma reflexão esclarecedora sobre o “Estado vivido”, problematizando a concepção essencialista e tradicional do “político” como esfera autônoma e isolada dos outros aspectos da vida social. Cf. LUCIANO, F.F. Vidas e Movimento: sobre Engajamentos Políticos e Políticas de Moradia. Dissertação (Mestrado), Universidade de Brasília (UnB), 2008.p.71. Ver também nota 262 na página 194, sobre a análise gramsciana do Estado, de acordo com Sônia Mendonça.

O Estado é vivido pelo narrador em suas relações sociais com os políticos profissionais e técnicos do Governo. Tais relações, embora conflituosas, são apresentadas, por ele, como imprescindíveis, pois configuram a “chave” que abre possibilidades para reivindicar direitos e resistir àquilo que se apresenta externamente, como Projeto de Reativação Econômica:

*Gisélia: Como tem sido esse relacionamento de vocês, que representam as lutas da comunidade com os órgãos públicos assim...estaduais? Como vocês tem conseguido esse acesso?*

*José: Olha, nós conseguimos porque...quando eles tem que resolver por exemplo, as pendências, tem que...caí nas mãos deles pra eles resolver, eles tem que ter quem representa a comunidade pra falar alguma coisa referente a isso. Então quem representa somos nós. E nós tivemos um...foi oficializado isso aí, saiu uma resolução do CEAS (Conselho Estadual de Assistência Social), colocou eu e meu irmão, porque a gente foi o fundador disso aí entendeu?...Porque conforme eu disse, o prefeito anterior eles venderam nós e assinaram uns documento aí dando tudo isso aqui quitado, já tava tudo certo, não tinha mais nada pra nós. Mas, eu não concordei com a situação, não baixei a cabeça e aí nós conseguimos eleger o prefeito...nós elegemos esse prefeito agora, o...*

*Gisélia: mas, eu falo assim, o acesso é difícil?*

*José: É fácil, é fácil! Fácil em qualquer lugar, se eu quiser ir na SUPRAM [Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável] eu vô requerer documento lá eles tem que passar pra mim que é público, e é um direito meu! Inclusive essa última plenária que nós fizemos no CEAS, aonde nós... lá na SEDESE que nós fomos roubado, eu vô querer a cópia da fita disso aí porque isso aí vai servir como um arquivo que aí alguma coisa pode prová diante da justiça, o tamanho do absurdo do roubo que eles fizeram em cima de todos nós! ...Então nós tivemos essa reunião, o CEAS era pra arbitrar, a SEDESE eles pegaram propina, e eles já vieram com todo o cambalacho, eles já vieram com tudo pronto e arbitraram. Quer dizer, aquilo que é Reativação Econômica não vai fazê, simplesmente fizeram uma mixaria de uns “cursozinhos” fajuto que fizeram aqui e tão querendo dar isso como reativação econômica. Lá mais de 50 pessoa, a SEDESE, a empresa, e daqui foi umas 12 pessoa que o consórcio levô favorável a eles porque sempre ocê sabe que tem essas panelinha dentro da comunidade... Falei um monte em cima disso, dessa situação, porque nós fomo roubado mesmo e eu estou documentado comprovando roubo, entendeu? É, mais é o que eu digo, roubá pobre é muito fácil! Eu quero ver é fazê os grande empreendedor cumprir com sua obrigação e pagá o que deve pro pobre tá!*<sup>285</sup>

Ao rememorar suas idas e vindas às agências estatais (CEAS, SEDESE, SUPRAM) o senhor José, além de problematizar o termo “comunidade”, enfatizando as fragmentações de interesses no seu interior (“as panelinhas”, como se expressa), suscita uma reflexão

---

<sup>285</sup>Entrevista realizada com o senhor José no dia 15 de dezembro de 2012 na sua residência em Nova Soberbo/MG.

importante sobre as políticas sociais elaboradas nos órgãos estatais, distinguindo-as dos seus engajamentos políticos.

Ele tece críticas à forma verticalizada que caracteriza a elaboração das políticas sociais: “*eles [CEAS E SEDESE] já vieram com todo o cambalacho, eles já vieram com tudo pronto e arbitraram [...] simplesmente fizeram uma mixaria de uns “cursozinhos” fajuto que fizeram aqui e querendo dar isso como reativação econômica.*” O narrador se posiciona contrariamente à proposta de Reativação Econômica elaborada pela SEDESE (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social) e CEAS (Conselho Estadual de Assistência Social), por acreditar que enfraquece a autonomia do movimento, uma vez que as demandas e necessidades que compõem o MAB são monitoradas, coordenadas e elaboradas de cima para baixo, a partir de escolhas externas ao movimento.

O projeto de Reativação Econômica, apresentado pela SEDESE e CEAS como uma política social compensatória, que ele caracteriza como uma “*mixaria de uns cursozinhos fajuto que fizeram aqui*”, obedece à lógica do que essas agências estatais entendem como Reativação Econômica, cabendo ao MAB aceitá-la.

Ainda que o narrador aponte para a existência do acesso dos representantes do MAB ao interior das agências estatais deliberativas, tal participação restringe-se ao conhecimento de um projeto de Reativação Econômica forjado pelas agências estatais e apresentado aos trabalhadores ali reunidos, sem que os trabalhadores pudessem dizer, por si próprios, o que para eles configura reativação econômica. Portanto, a política pública compensatória não foi precedida de uma ampla participação e direito de escolha dos trabalhadores, daí o posicionamento do senhor José de negá-la.

Ao afirmar “*já vieram com tudo pronto e arbitraram*”, o narrador evidencia uma participação restrita nas reuniões do CEAS e SEDESE, sem autonomia.

Os cursos que o senhor José rejeita e desqualifica, enquanto “*cursozinhos fajuto*”, são apresentados pelas empresas concessionárias como a consolidação da reativação econômica em Nova Soberbo, conforme evidenciamos no informativo mensal intitulado “Informativo Papo Aberto”, elaborado por Marcelo Micherif – Gerente Socioambiental e de Relações Institucionais do Consórcio Candonga:

*Parceria promove capacitação para o mercado de trabalho – curso atende população e grande demanda do setor de construção civil  
Em um cenário de mudanças e aperfeiçoamento do mercado de trabalho, a comunidade Nova Soberbo busca se profissionalizar e especializar para se tornar competitiva. Assim, surgiu a parceria entre o Consórcio Candonga, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), o Sindicato Nacional de Aprendizagem Industrial (Sinduscon-MG) e a Prefeitura de Santa Cruz*

*do Escalvado, para ofertar aos moradores de Soberbo cursos de capacitação profissional pelo Senai[...] Começaram no início de dezembro os cursos de corte, costura e confecção de peças íntimas e de pintor de obra oferecidos pela Secretaria de Estado de Trabalho e Emprego de Minas Gerais – Sete-MG para os moradores de Soberbo. Em janeiro de 2013 começam os cursos de bombeiro, artesanato, panificação e confeitaria, quitandas de Minas e cooperativismo, associativismo e noções básicas de gestão[...] ‘Há cada vez mais a necessidade de profissionais qualificados para exercerem atividades com qualidade, segurança e o máximo de produtividade. É muito importante que o aluno tenha noções e habilidades na profissão que deseja seguir,’ explica Adalberto Luiz Ferreira, diretor do Senai de Ponte Nova.<sup>286</sup>*

Confrontando a narrativa do senhor José com as evidências do “Informativo Papo Aberto”, percebemos que a possibilidade de elaboração/efetivação de um Projeto de Reativação Econômica em Nova Soberbo encontra-se confinada aos espaços das agências estatais vinculadas aos setores industriais (Senai, Sinduscon). Além disso, tal Projeto responde, sobretudo, “as necessidades dos grupos empresariais de formar “*profissionais qualificados para exercerem atividades com qualidade, segurança e o máximo de produtividade*”, conforme explicitado no informativo mensal, divulgado gratuitamente pelo Consórcio Candonga.

A SEDESE reconhece as carências geradas pela desestruturação de modos de vida a partir da UHE Candonga e formula, juntamente com as empresas concessionárias, uma política compensatória, consolidada na oferta de cursos profissionalizantes em Nova Soberbo, mas as demandas e necessidades que compõem o MAB são respondidas de forma normativa, “*retirando do movimento a ação propriamente dita*”.<sup>287</sup>

Observa-se, portanto, que a participação do senhor José, como representante dos interesses dos trabalhadores de Nova Soberbo, e a ação propositiva de um Projeto de Reativação Econômica, por parte do movimento institucionalizado, convertem-se na “*execução de tarefas programadas, tarefas que serão monitoradas e avaliadas para que possam continuar a existir.*”<sup>288</sup>

---

<sup>286</sup>Informativo Papo Aberto, Edição 1, Dezembro de 2012, Ano 1. “Informativo Mensal para a comunidade de relacionamento do Consórcio Candonga; produzido pela Gerência de Relações Institucionais do Consórcio Candonga, Publicação do Consórcio Candonga, Ano 1 – número 1 – 2012. Editor responsável: Marcelo Micherif; Coordenação da edição: Marcelo Micherif e Tatiane Procópio; Redação: Tatiane Procópio; Fotos: Consórcio Candonga e colaboradores; Projeto gráfico, edição de arte e diagramação: Rede Comunicação de Resultado; Impressão: Primacor; Tiragem: 600 exemplares.

<sup>287</sup>Cf. GOHN, M.G. *Novas teorias dos Movimentos Sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 2008. p.65.

<sup>288</sup>Ibidem, p.65.

Maria da Glória Gohn constata que a perda de autonomia, já evidenciada pelo senhor José ao falar sobre as limitações do MAB, no tempo presente, caracteriza a principal “*fragilidade dos movimentos sociais no Brasil, neste novo milênio*” pois, de agentes autônomos, os movimentos têm-se transformado em “*meios de institucionalização de práticas sociais organizadas de cima para baixo, práticas que são formas de controle e regulação da população.*”<sup>289</sup>

Ao tornar visíveis as relações entre os trabalhadores de Nova Soberbo e técnicos do Governo, incumbidos da fiscalização e realização das políticas compensatórias, na área do reassentamento, outra questão que o diálogo com o senhor José nos sugere pensar é a contraditoriedade das relações dos movimentos sociais com agências estatais: ao mesmo tempo em que depende das agências estatais para prosseguir com suas lutas por direitos, utilizando-se até mesmo do transporte oferecido pela Prefeitura Municipal de Santa Cruz, para deslocar-se até a sede do CEAS e SEDESE, em Belo Horizonte, mantém, com os órgãos estaduais de assistência social, uma relação de resistência e rechaço às suas políticas sociais.

*Gisélia: E como que foi esse deslocamento? Como que vocês conseguem esse deslocamento, porque essas plenárias não acontecem aqui né?*

*José: Não, elas são em Belo Horizonte. Olha, pra dizê pra você a verdade... pra dizê pra você a verdade, essas plenária começô assim: no início, o consórcio Candonga, pela imposição do CEAS, começaram a arcar com a responsabilidade pagando as nossas despesas de estrada, mas depois nós não deu pra prosseguir a...a mediação por causa da corrupção do consórcio, aí parô. E depois que isso parô é... nós temo mais ou menos uma média aí, quase uns...uns oito mês... um ano mais ou menos, que nós tamos andando é no carro da prefeitura. É o prefeito é que põe o carro na estrada pra levá nós, agora, comida por exemplo, essas coisa, tem que ser bancada por nós mesmo...*

*Gisélia: E aí nesses deslocamentos vão poucos... muitos?*

*José: Não. Nesse deslocamento só tem como ir...o consórcio Candonga leva daqui de dentro da comunidade o tanto de...por exemplo, que nem a última reunião agora, eles levaram 12 pessoas lá na plenária. Agora nós num temos condição, nós... só vai com nós mesmos e só nós, é os representante e o advogado.*

*Gisélia: Os representantes do MAB e o assessor jurídico?*

*José: Isso, isso! Porque nós não temo...não temos condição de arcar com o transporte da comunidade, e uma comunidade que tá numa situação que tá vivendo aí é de dinheiro de aposentadoria dos... dos pais entendeu? Num sofrimento desse aí que num tá fazendo nem pra comer, então não tem como locar condução pra sair daqui pra fora não, entendeu?<sup>290</sup>*

---

<sup>289</sup>Ibidem, p.60.

<sup>290</sup>Entrevista realizada com o senhor José no dia 15 de dezembro de 2012 na sua residência em Nova Soberbo/MG.

Ao evidenciar como os trabalhadores se relacionam com os órgãos estatais, elabora a sua experiência da “política” como uma relação que envolve cooptação e resistência, vivenciada por meio de reuniões com os técnicos das agências estatais, do uso do carro da Prefeitura para deslocamento até as sedes, de discussão sobre o que entende como reativação econômica para Nova Soberbo e não, meramente, como o universo da coerção burocrático-militar. Sinaliza, também a desigualdade de forças nos embates institucionais.

Rememorando as motivações que o conduziram a articular-se a uma instituição representativa, o senhor José confere importância ao movimento como fonte de pressão e encaminhamento das demandas dos trabalhadores, ao mesmo tempo que enfatiza a debilidade da autonomia do movimento, como elemento limitador de suas práticas reivindicativas, no tempo presente:

*Gisélia: e quando o senhor decidiu abraçar essa causa e se filiar ao movimento, ao MAB, ser representante, ser uma liderança?*

*José: Isso aí foi desde o... dois mil e um por aí, uma média de dois mil e um. Fui ameaçado muitas e muitas das vezes, telefonava pra mim sair da frente, tive convite pela empresa...convidô minha família e fez proposta que eu largasse o movimento, eles pagava muito bem as pendências que eu tenho também, da minha família. Mas, na verdade, o que me fez isso aí, eu vô explicar pro cê, é muito fácil: eu, olha, eu nasci no meio deste povo, eu conheço todo mundo, nasci no meio deste povo. Eu vi que a empresa é uma safada entendeu, é uma ladrona mesmo, de verdade, e aí o que acontece? Eu tava vendo que tinha as pessoa que...que tinha tanta gente aí atingido que tava sendo que nem criança, inofensivo, que é pessoas que não sabe o que é o direito deles, pessoas que tava sendo roubado, mas roubado mesmo com a mão grande sem saber. E a vida é muito difícil, pessoa construir alguma coisa, quem mexe com agricultura, com roça, é muito difícil! Então pra perdê as coisa numa facilidade assim e os direito verdadeiramente não ser reconhecido, eu achei que é um absurdo uma coisa dessa! Então, o que mais me incentivô foi... dentro do meus pequeno conhecimento, é questão da humanidade, é lutá, abraçá a causa ali junto com o povo, pra gente vê se tomava algumas providências pra num deixá o povo perdê tudo o que tinha, entendeu? Então é, foi o...o que mais me motivô foi isso aí, porque de tanta injustiça que eu vi... e eu não sou pessoa...eu não gosto, eu sou anti-injustiça, eu não consigo admitir dentro de minha vida e minha pessoa covardia, e isso que tava acontecendo.*

*Gisélia: O que o senhor vê de perspectiva de luta no movimento assim daqui pra frente? As ações, os projetos?*

*José: Olha, o que eu digo pra você é o seguinte, movimento dizer assim do...direcionado pelo próprio MAB mesmo eu acho que já chegô no limite, no meu entendimento chegô no limite...Na verdade, deixa eu explicá pra você: a gente vai pra lá[pra Belo Horizonte na sede da SEDESE e CEAS]...num é que nós somos desligado do MAB, o problema é que o MAB chegô num limite que esses órgão aí não aceita o MAB de maneira nenhuma assim, grupo grande, não aceita. SEDESE não aceita, CEAS não aceita, esses órgãos de Estado nenhum aceita...<sup>291</sup>*

---

<sup>291</sup>Entrevista realizada com o senhor José no dia 15 de dezembro de 2012 na sua residência em Nova Soberbo/MG.

Embora reconheça a recusa das agências estatais em aceitar a mediação do MAB e a consequente perda de força política do movimento, como agente autônomo capaz de representar os interesses dos trabalhadores junto aos órgãos estatais, o narrador expressa uma concepção de que a articulação política ao movimento envolve um processo de construção de saberes que podem ser mobilizados cotidianamente, a fim de possibilitar o aprendizado sobre direitos, concretizando, dessa forma, o exercício da cidadania: “*Eu tava vendo que tinha as pessoa que...que tinha tanta gente aí atingido que tava sendo que nem criança, inofensivo, que é pessoas que não sabe o que é o direito deles, pessoas que tava sendo roubado, mas roubado mesmo com a mão grande sem saber.*”

A experiência de desrespeito e injustiça, de não serem reconhecidos pelos empreendedores enquanto sujeitos de direitos, constitui força explicativa de sua articulação à luta dos atingidos. O sentimento de injustiça adquire relevância política e incitou o senhor José a articular-se ao MAB: “*o que mais me motivô foi isso aí, porque de tanta injustiça que eu vi... e eu não sou pessoa...eu não gosto, eu sou anti-injustiça, eu não consigo admitir dentro de minha vida e minha pessoa covardia...*”

Além disso, o sentimento de pertencimento expresso na afirmação: “*eu nasci no meio deste povo, eu conheço todo mundo, nasci no meio deste povo...*”, evidencia outra motivação de sua adesão a um movimento institucionalizado e conduziu o senhor José a abrir mão de propostas economicamente vantajosas: “*telefonava pra mim falando pra sair da frente, tive convite pela empresa, convidô a minha família e fez proposta que eu largasse o movimento, eles pagava muito bem as pendência que eu tenho também, da minha família.*” Sua participação nas lutas sociais não se fundamenta no cálculo racional do custo-benefício, mas adquire sentido mais amplo: uma questão de justiça e pertencimento social.

No entanto, não podemos generalizar o sentido atribuído pelo senhor José às lutas sociais, pois, para outros trabalhadores, a inserção num movimento institucionalizado assume uma conotação utilitarista, conforme evidenciamos na narrativa do jovem Tiago, ao interpretar o papel do MAB em Nova Soberbo:

*Gisélia: Como você vê o papel do MAB aqui dentro? Você acha que o movimento ajuda, assim, a fazer alguma pressão no consórcio ou não? O que você acha dessa atuação?*

*Tiago: É, eu acho que...que num adianta... o MAB chegar aqui e querer lutar pelo lado do povo e o povo não querer né... Então o que que acaba acontecendo? É, eles[representantes do consórcio Candonga] precisam, as vezes, de alguma assinatura de um trem qualquer, e essas pessoa vai lá e assina pra eles, entendeu? Talvez manda um papel pra eles aqui no Soberbo aqui, aí eles precisa de uma assinatura de alguém daqui.*

*Gisélia: “Eles” que você fala é o consórcio?*

*Tiago: É o consórcio, é. E talvez, se eles não pegasse essa assinatura aí o povo ganhava. Porque eles usam muito esse papel, vai lá, pega o nome dessas pessoas e levam pra lá [para Belo Horizonte] só que pra essas pessoa eles fala totalmente diferente, alguns cai, vai lá e assina. Então as vezes eu acho que o MAB num chega aqui forte entendeu, por causa disso, porque alguns quer atrapalhar os outros daqui de dentro mesmo entendeu? Aqui rola muito isso, vai lá pega assinatura de um, vai lá pega assinatura, as vez precisa de 10 assinatura lá, aí vai 10 que vai lá e assina entendeu? ... Vai lá pega assinatura até de nego as vez que não é daqui de dentro aqui, que é de fora, que mora aqui, vai lá e assina pra eles. Aí eles vão lá [em Belo Horizonte, no CEAS e SEDESE] e usa trem ne alguma reunião e aí tira os direito da pessoa. Então essa briga aí tá toda até hoje, se paga, se num paga, é por isso uê!*

O narrador, na interpretação dada ao sentido e natureza do MAB, chama a atenção para uma característica recorrentemente assumida pelos movimentos sociais, no tempo presente: a fragmentação e o particularismo no interior do MAB, em detrimento das demandas pela universalidade dos direitos sociais ou de ideais comunitários. Os interesses individualistas constituem também motivações que levam os trabalhadores a participar de um movimento social: “*Então as vezes eu acho que o MAB num chega aqui forte entendeu, por causa disso, porque alguns quer atrapalhar os outros daqui de dentro mesmo entendeu?*” Para Tiago, a debilidade da autonomia do movimento, no sentido de concretizar direitos para todos, advém do sentido utilitarista e individualista que a luta assume para alguns, arrastando os conflitos que parecem nunca chegar ao fim: “*Então essa briga aí tá toda até hoje, se paga, se num paga, é por isso uê!*”

A fragmentação, no interior de Nova Soberbo, torna-se visível não só nos particularismos e ideais, em confronto na constituição e atuação do MAB, mas também nas dissonâncias e segmentariedade entre dois movimentos que se dizem representativos dos interesses dos trabalhadores expropriados: o MAB e a Associação dos Moradores de Nova Soberbo.

A Associação dos Moradores de Nova Soberbo é apresentada, na narrativa do senhor José, como “rival” dos interesses e projetos empreendidos nas lutas do MAB:

*Gisélia: Existem duas instituições que dizem representar o povo em Nova Soberbo; uma é o MAB e outra que é a Associação dos Moradores de Nova Soberbo. O que o senhor vê de diferente nessas duas instituições, na forma como elas atuam?*

*José: Olha, eu vô até um pouco mais profundo com você nisso aí. Quando estava tudo perdido, não tinha Associação do Soberbo, não tinha associação da área rural, não tinha nada! Agora, depois que eu mais o meu irmão, com muito sacrifício e muita luta conseguimos resgatar tudo e eles viram que, verdadeiramente, a coisa fluiu e tava caminhando pr’um ganho e o consórcio tava perdendo, aí o consórcio apelou e montou essa associação*

*aqui. Montaram uma associação na zona rural do consórcio. Então...então isso aí é um troço da empresa. O que a gente tem com eles é rivalidade. Porque nós não misturamo o lado do bem com o lado do mal. O lado da...da associação deles aí é simplesmente enganar essa panelinha aí de meia dúzia que aderiu a eles, com um projetinho daqui, projetinho dali, e na área rural também é a mesma coisa. É... então o que acontece? Nós não falamos a mesma língua. Mas, eles tiveram a desvantagem muito grande porque tanto na área rural, quanto na associação aqui de dentro da área urbana [de Nova Soberbo] deve de ter umas du...atingido ali acho que tem umas duas ou três pessoa que não aderiu a nós. O restante, todos eles tão lá porque foi única coisa que o consórcio fez aí é dar esses servicinho vagabundo aí que é bico...Mas, eles tão lá dentro, mas assina tudo pra nós e não aceita aquilo como reativação econômica, da associação aqui de dentro. Agora, lá da...área rural, da outra associação ruralista, a maior parte deles já fizeram com nós um abaixo assinado dizendo que não aceita o representante lá decidir nada por eles, que o representante não representa eles, não decide nada por eles....Então, graças a Deus a gente vive bem tranquilo aqui nessa parte porque essas duas Associações [Associação dos Moradores de Nova Soberbo na parte urbanizada e rural] apareceram aí a nível assim de querer ajudar a roubar mais o povo aqui dentro porque foi feito pelo empreendedor, pelo empreendedor.<sup>292</sup>*

Para o senhor José, o processo de constituição, os interesses que representa e finalidades distinguem o MAB da Associação dos Moradores de Nova Soberbo: enquanto a participação no MAB emerge das lutas dos trabalhadores por direitos e as necessidades elencadas pelos expropriados por projetos hidrelétricos são fonte de inspiração para a construção do movimento, a Associação dos Moradores de Nova Soberbo constituiu-se de cima para baixo – “foi feito pelo empreendedor” – na busca de controlar as lutas dos trabalhadores e consolidar o “roubo de classe”<sup>293</sup> – “essas duas Associações [Associação dos Moradores de Nova Soberbo – da parte urbana e rural] apareceram aí a nível de querer ajudar a roubar mais o povo aqui de dentro porque foi feito pelo empreendedor.”

Como a Associação dos Moradores de Nova Soberbo é significada como uma organização externa às necessidades e interesses dos trabalhadores expropriados, como estratégia das empresas concessionárias para realimentar sua hegemonia, não é aceita como uma instituição que os representa. Mesmo os sujeitos que aderiram às formas de trabalho ofertadas pelo consórcio Candonga por meio da Associação de Moradores (como os trabalhos de limpeza do lago Candonga, de segurança e vigia da Associação, de produzir pimenta nos lotes destinados para a reativação econômica) não aceitam os líderes da Associação como

---

<sup>292</sup>Entrevista realizada com o senhor José no dia 15 de dezembro de 2012, na sua residência em Nova Soberbo/MG.

<sup>293</sup>A expressão “roubo de classe” foi forjada por Thompson para interpretar a desestruturação de modos de vida dos trabalhadores rurais decorrente dos cercamentos na Inglaterra do século XVIII. (Cf. THOMPSON, E.P. A formação da classe operária inglesa. v.2. A maldição de Adão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p.45.)

seus representantes: “*O restante, todos eles tão lá porque foi, única coisa que o consórcio fez aí é dar esses servicinho vagabundo aí que é bico...Mas, eles tão lá dentro, mas assina tudo pra nós e não aceita aquilo como reativação econômica.*”

Os sujeitos que aderiram aos trabalhos da Associação como uma forma alternativa de sobrevivência não se identificam com os interesses dessa instituição, mas sim com as lutas do MAB. Possuem contratos de trabalhos temporários com a Associação dos Moradores de Nova Soberbo, mas assinam os documentos e abaixo-assinados elaborados pelo MAB: “*Mas, eles tão lá dentro, mas assina tudo pra nós e não aceita aquilo como reativação econômica, da associação aqui de dentro... a maior parte deles já fizeram com nós um abaixo assinado dizendo que não aceita o representante lá decidir nada por eles, que o representante não representa eles...*”

Essa rivalidade, evidenciada pelo senhor José, para diferenciar a Associação dos Moradores de Nova Soberbo do MAB, é corroborada por não lideranças do MAB e sujeitos não vinculados a este movimento, como o Tiago, que não identifica, na Associação, uma representante dos interesses dos trabalhadores expropriados:

*Gisélia: Se você fosse falar da Associação [dos Moradores de Nova Soberbo] e o MAB, teria alguma diferença? Qual é o papel da Associação dos Moradores de Nova Soberbo aqui? Você acha que é importante o que eles fazem?*

*Tiago: Eu tô achando que esse negócio....esse negócio que o consórcio fez foi uma forma de salvar a pele deles entendeu? Pra mim foi uma forma que eles fez, empregô todo mundo na hora, rápido, pra salvar a pele deles do dever que eles tem de acertar com o povo entendeu? Só que se num acontecesse esse negócio que eu te falei, se num tivesse gente contra, esses negócio, muita gente puxa o saco deles, eles iriam fazer isso do mesmo jeito, iriam pagar, e depois iriam embora e acabar com o serviço todo. Porque pra mim eu acho que vai acabar ainda entendeu? ... Vieram numa correria, fichando todo mundo numa correria danada, todo mundo já viu que tinha um trem errado entendeu. Eu acho que esses trem aqui deles vai ser tudo temporário só! Eu pensei...até quando eles tiverem aí de ficar pra acertar, tendo de acertar com o povo, ou sei lá se pode rolar acerto ou não entendeu, pra mim vai ser tudo temporário aí até eles ajeitar o negócio deles aí, depois eles[representantes do consórcio Candonga] vão vazar! Que vai acabar é tudo! Eu penso assim que vai acabar.<sup>294</sup>*

Na narrativa de Tiago (embora ele seja externo ao movimento), as explicações dadas pelo senhor José para diferenciar o MAB da Associação dos Moradores de Nova Soberbo é reiterada. A Associação é significada como uma estratégia do consórcio Candonga para cooptá-los e controlá-los, representando muito mais os interesses da Vale e da Novelis: “*Eu tô achando que esse negócio....esse negócio que o consórcio fez foi uma forma de salvar a pele deles*

---

<sup>294</sup>Entrevista realizada com o jovem Tiago, 22 anos, no dia 15 de dezembro de 2012, em Nova Soberbo/MG.

*entendeu? Pra mim foi uma forma que eles fez, empregô todo mundo na hora, rápido, pra salvar a pele deles... ”*

Essa interpretação do jovem Tiago, de que a Associação dos Moradores de Nova Soberbo constitui uma estratégia dos representantes do consórcio Candonga para “*salvar a pele deles*” próprios, encontra fundamentação na elaboração do “Informativo Papo Aberto”. No informativo Papo Aberto nº 1, de dezembro de 2012, uma publicação do Consórcio Candonga, distribuída gratuitamente em Nova Soberbo, evidenciamos a articulação entre a Associação dos Moradores e os interesses das empresas concessionárias, expressa na reportagem intitulada “Soberbo em obras”, que focaliza a ampliação da sede da Associação como mais uma iniciativa das empresas concessionárias:

*Após a reforma da Igreja Católica, iniciaram as reformas das casas e a construção da nova sede da Associação dos Moradores de São Sebastião do Soberbo. Nas casas, as reformas consistem em reparos estruturais que foram solicitados pelos moradores ao Consórcio Candonga. Já a nova sede será ampliada e modernizada, tendo 561 m<sup>2</sup> de área construída, divididas em áreas específicas para cada projeto de geração de renda (malharia, artesanato, bucha vegetal e iténs de banho, silk e prestação de serviços), uma cozinha industrial, banheiros, refeitório, almoxarifado, administração e um espaço para múltiplo uso, além dos canteiros e estufa para mudas e plantas nativas e os galinheiros para o projeto de aves.*

*Para a Cristina Eli dos Santos, presidente da Associação de Moradores, a nova sede é a realização dos pedidos dos associados em melhorar o ambiente de trabalho. “É um sonho ver essa sede ser construída. Vai melhorar em muito a produção de cada projeto”, afirma.<sup>295</sup>*

A divulgação da ideia da ampliação e modernização da sede da Associação dos Moradores de Nova Soberbo, com a oferta de projetos de geração de renda para a comunidade, pode ser entendida como uma necessidade de as empresas concessionárias recriarem e renovarem, continuamente, a hegemonia. Nessa direção, a Vale e a Novelis utilizam-se da Associação para transmitir a mensagem de que se fazem presentes, em Nova Soberbo, incorporando as lutas e demandas dos trabalhadores por trabalho e melhores condições de vida.

Na ênfase dada pelas empresas, no “Informativo Papo Aberto”, ao papel da Associação dos Moradores de Nova Soberbo, percebemos que não há um processo estático de dominação, concretizado em 2004, com a obtenção da licença de operação da hidrelétrica Candonga. Essa licença de operação precisa ser atualizada, sobretudo diante da iminência de

---

<sup>295</sup>Informativo Papo Aberto, Edição 1, Dezembro de 2012, Ano 1, p.3. Expediente: Informativo mensal para a comunidade de relacionamento do consórcio Candonga, produzido pela Gerência de Relações Institucionais do Consórcio Candonga, Publicação do Consórcio Candonga. Editor responsável: Marcelo Micherif, Tiragem: 600 exemplares.

sua cassação e das pressões exercidas pelo MAB, no acampamento realizado em maio de 2012, nas margens da MG 123, nas proximidades de Nova Soberbo.

*Os atingidos pela usina hidrelétrica Risoleta Neves iniciaram nesse fim de semana um acampamento às margens da MG 123. O objetivo é denunciar a histórica violação de direitos e o rastro de destruição ambiental deixadas pela obra. A usina, conhecida como barragem de Candonga, foi construída no rio Doce, entre os municípios de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado, na Zona da Mata de Minas Gerais. Inaugurada em agosto de 2005, a barragem foi denunciada pelo Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), como exemplo internacional de total desrespeito à dignidade e aos direitos fundamentais da pessoa. Os atingidos querem indenização para os diaristas, meeiros, areeiros e garimpeiros que jamais foram reconhecidos, bem como o reassentamento para centenas de famílias que ficaram sem meio de sobrevivência, seja porque o consórcio Candonga inundou as terras férteis, seja porque comprou fazendas na região para atender a “exigências ambientais”, expulsando famílias que dali tiravam seu sustento. Os atingidos também relembram João Caetano dos Santos, conhecido na região como “Gabundo”. O agricultor de 57 anos desapareceu na madrugada do dia 9 de fevereiro de 2003 dentro do canteiro de obras da barragem. Empresas e autoridades nunca apresentaram explicações satisfatórias sobre o caso e o inquérito policial foi arquivado. Por não cumprir com os compromissos feitos em acordos anteriores, a barragem de Candonga teve sua Licença de Operação cassada em 2011 pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, mas recorreu da decisão. Obtendo uma liminar, tem garantido o funcionamento da usina até setembro de 2012, prazo que as empresas têm para acertar as pendências[...] O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) convoca todas as organizações do campo e da cidade, estudantes, ambientalistas, sindicatos e demais companheiros da luta dos atingidos a manifestar publicamente o seu apoio à luta legítima e pacífica dos atingidos e o seu repúdio a esse comportamento da Vale e da Novelis. O acampamento deverá durar até o 5 de junho, Dia Internacional do Meio Ambiente. Na mesma data, os atingidos por barragens do país inteiro farão mobilizações para pautar a defesa de um modelo energético que respeite os direitos do povo e não degrade o meio ambiente.<sup>296</sup>*

Os projetos de reativação apresentados pelo consórcio Candonga, por meio dos cursos ofertados pela Associação dos Moradores de Nova Soberbo, de forma rápida, bem como o projeto de ampliação e modernização de sua sede podem ser interpretados como respostas às pressões do MAB, logo após a realização do acampamento.

A elaboração do Informativo Papo Aberto, em dezembro de 2012, três meses após a ameaça de suspensão da licença de operação da barragem Candonga, por parte do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, evidencia que a instituição da Associação dos Moradores de Nova Soberbo cumpre um processo ativo de construção de hegemonia, revitalizando a imagem das empresas Vale e Novelis como atentas às necessidades dos trabalhadores.

---

<sup>296</sup>Disponível em <[www.mabnacional.org.br](http://www.mabnacional.org.br)>, publicado em 28/05/2012. Acesso em: 24/01/2013

Ao ser indagado sobre os cursos oferecidos pela Associação dos Moradores de Nova Soberbo, o senhor José nos permite compreender melhor a não identificação dos trabalhadores expropriados com essa instituição e o sentido falacioso do projeto de reativação econômica, apresentado pela Vale e pela Novelis:

*José: Ó, ô gente, olha eu trabalhei em São Paulo, morei lá 27 anos, trabalhei na Scânia, fábrica de carreta, trabalhei na Ford, fábrica de caminhão, de automóveis, trabalhei na fábrica de prensa fazendo máquinas, trabalhei na Yamaha, fábrica de moto. Então, olha, eu trabalhei de soldador, eu já trabalhava de soldador, aí resolvi fazer o curso no Senai, fiz o curso entendeu? Então, eu trabalhava como diplomado, com tudo, trabalhava a nível de fazê...a minha solda era raio X, quando eu trabalhava na...na Scânia, que é a solda mais é...é...como que eu poderei dizer? Ela é a melhor...a melhor solda que existe porque não pode ter nada de rasura de nada dentro, tem que ser uma coisa na perfeição, entendeu? Então, eles [os representantes do consórcio Candonga] vieram aqui... eu sei o que é solda, e eles vieram aqui e ensinô os cara a dar uns pontinho de solda pra serralheria no caso aí, pra serralheiro, pra serralharia e quer que os cara seja soldador. Eu falei com eles: já que os cara são bom, são qualificado, leva pra Samarco, leva pra Vale, emprega eles lá então! Eles querem? Que coisa nenhuma! Isso daí é...é tampar o sol com a peneira!*

Para o senhor José, os cursos oferecidos pela Vale e pela Novelis, como projeto de reativação econômica, não possibilitam, aos sujeitos que os frequentam, a possibilidade de superar a exclusão e o desemprego. Além disso, constituem tentativas das empresas de “tampar o sol com peneira”, de suprir as necessidades de trabalho com a falsa imagem de que as oportunidades de qualificação asseguram um emprego: “*Eu falei com eles: já que os cara são bom, são qualificado, leva pra Samarco, leva pra Vale, emprega eles lá então! Eles querem? Que coisa nenhuma! Isso daí é...é tampar o sol com a peneira!*”

A ideia de que não basta apenas ofertar cursos, se estes não são acompanhados de oportunidades de trabalho, é reiterada por Tiago:

*Tiago: Porque o consórcio fez esse curso de segurança pra todo mundo tal, esses negócio aqui, mas num deram serviço....pelo menos...Igual lá na barrage, a barrage pertence quem? A Soberbo aqui uê. O que que acontece? Eles [representantes do consórcio Candonga] fizeram curso pra turma, ao invés de empregar a turma na barrage não, tem gente de Ponte Nova trabalhando na barrage de segurança uê, entendeu? É gente de Ponte Nova, de Rio Doce, esses negócio. Quem fez o curso mesmo, que é a maioria aqui, alguns tá parado precisando de trabalho entendeu? Tem uns menino aqui, igual minha irmã, que fez curso, ela tá doida pra trabaiá aí, já pediu o consórcio aqui, só que eles fica falando que vai arrumá mas não arruma. Tem minha outra irmã também, que tá desempregada aí, entendeu... Então o que adianta fazer o curso pra ficar parado aqui, entendeu? Porque eu já falei pra eles [representantes do consórcio Candonga], eles quer mandar pra cidade grande. Mas... a gente são da comunidade aqui, uê! Entendeu?*<sup>297</sup>

---

<sup>297</sup>Entrevista realizada com o jovem Tiago, 22 anos, no dia 15 de dezembro de 2012, em Nova Soberbo/MG.

A vulnerabilidade social e o desemprego dos jovens não são superados pela oferta de cursos de pequena duração e qualidade duvidosa, na Associação dos Moradores, impondo a eles a necessidade de ruptura com “a condição de desempregados”, fora de Nova Soberbo. Nem mesmo a Vale e a Novelis se interessam em雇用 os jovens formados em cursos ofertados por elas próprias, preferindo mantê-los à distância, nas cidades grandes, do que trabalhando na barragem Candonga ou em seus parques industriais: “*Então o que adianta fazer o curso pra ficar parado aqui, entendeu? Porque eu já falei pra eles[representantes do consórcio Candonga], eles quer mandar pra cidade grande. Mas... a gente são da comunidade aqui uê!*”

Dessa forma, os cursos ofertados pela Associação dos Moradores de Nova Soberbo, quanto representem respostas das empresas concessionárias às interpelações dos moradores, sinalizando para a potência de suas movimentações no social, em nada alteram a instabilidade profissional que caracteriza as experiências itinerantes de trabalho dos jovens, no tempo presente. Portanto, não respondem, de forma plena, às suas expectativas.

Por esse motivo, interpreto as movimentações sociais dos trabalhadores de Nova Soberbo à luz da noção de “movimento dialético do Atlântico”, forjada por Linebaugh para significar a dimensão contraditória das lutas sociais. Tal noção tornou-se importante para pensar as experiências de perdas e vitórias das movimentações dos trabalhadores, por incitarnos a prender as conquistas desses sujeitos por detrás dos sentimentos de derrota, sem incorrermos no equívoco de vitimizá-los, nos casos em que suas demandas e necessidades não foram plenamente incorporadas pelo projeto hegemônico, pois:

*Os homens lutam e perdem a batalha, e aquilo pelo qual eles lutaram acontece apesar da sua derrota, e quando vem, acontece de não ser o que eles tencionavam, e outros homens têm que lutar pelo que eles pretendiam sob outro nome.<sup>298</sup>*

Eric Hobsbawm é outro autor que também nos advertiu sobre o movimento dialético de tensões e transformações que caracteriza os movimentos sociais. Embora não se utilize, explicitamente, do conceito “movimento dialético” para investigar os significados dos movimentos camponeses e das classes operárias, reitera os pressupostos de Linebaugh.

Nessa direção, evidencia que, historicamente, os resultados sociais das mobilizações têm-se mostrado bastante distantes das aspirações dos sujeitos históricos. Os movimentos sociais camponeses são interpretados, pelo autor, como “vitoriosos”, devido à capacidade que

---

<sup>298</sup>MORRIS, W. apud LINEBAUGH, P. Todas as Montanhas Atlânticas estremeceram. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: vol.5, n. 8, p.13-14.

possuíram de mobilizar as camadas mais tradicionais do campesinato e não, necessariamente, porque seus projetos políticos foram concretizados e as utopias realizadas:

*A relação entre movimentos de camponeses e os regimes que eles levaram ao poder no século XX é análoga. Estas revoluções, como Eric Wolf assinalou, foram vitoriosas principalmente porque mobilizaram o campesinato e sobretudo porque mobilizaram as camadas mais tradicionais do campesinato. Todavia, o resultado social real dessas transformações foi bastante diferente das aspirações dos camponeses que as tornaram possíveis, mesmo quando estes receberam terras. Essas camadas [...] mesmo quando asseguram a vitória de quaisquer causas que assumam [...] podem no máximo tornar-se forças setoriais de oposição, e mesmo estas têm influência bastante limitada em países onde as forças econômicas ou políticas dominantes são extremamente dinâmicas.*<sup>299</sup>

Se buscarmos as razões das limitações das lutas sociais temos, na criminalização dos movimentos sociais, uma das respostas que obstaculizam a presença dos trabalhadores no campo social e político, no tempo presente, restringindo o alcance de suas práticas reivindicatórias.

Ao ser interrogado sobre as relações que o MAB estabelece com as agências estatais, o senhor José apresenta a imagem pejorativa de “*movimento baderneiro*”, construída por elas como forma de limitar a atuação do movimento:

*José: Mas o MAB também tem limite dentro desse contexto assim de processo de barragem, eles tem limite porque, infelizmente, o nosso país é muito contido de corrupção e eles muitas das vezes, mesmo o movimento dos atingido estando certo, eles usam o movimento dos atingido como se fosse um movimento baderneiro, pra eles não reunir com as lideranças ou representantes do movimento, pra que eles possam usar essa tática facilitando a situação do empreendedor. E tudo isso, resumo: interesse do empreendedor e fa... facilitação por parte do Estado, entendeu? O que a gente vê nisso aí é isso aí. Porque nós tivemos em Belo Horizonte, chegamo a parar uma avenida lá em Belo Horizonte na época, e ali no Palácio do Planalto [sic], nós paramos isso assim revoltado porque nós fomos lá conversar com o governador do Estado, o governador estava lá e ele não atendeu a comissão, entendeu. Então, nós paramos a avenida lá é em frente o palácio do governo, mas ele não nos atendeu, não nos atendeu! Então o descaso é muito grande.*

Essa associação das lutas empreendidas pelo MAB à imagem de desordem, de “baderna”, também fundamenta as memórias dos representantes do consórcio Candonga, no intuito de desqualificar e deslegitimar as movimentações dos trabalhadores.

Em entrevista realizada com o senhor Alberto, analista ambiental do consórcio Candonga, indagado sobre o projeto de reativação econômica, ele atribui a não efetivação

---

<sup>299</sup> HOBSBAWM, E. Notas sobre consciência de classe. In: *Mundos do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. p.42.

deste projeto, após seis anos de operação da hidrelétrica, à atuação do MAB, que desqualifica com a expressão “*xiitas*”, que seriam desmobilizadores da “boa” proposta do consórcio de cultivar alimentos em área cedida por ele, em comodato:

*Alberto: Esse aqui é um programa de educação... de Reativação Econômica, foi há cinco anos atrás instituído pelo CEAS, na resolução 039 de 2003 se eu não engano, a gente pode confirmar e... se tornou uma condicionante ambiental, o processo de... É o trabalho com a comunidade realocada né, tanto da área urbana que é aqui em Soberbo quanto das áreas rurais Marimbondo, Sete Quedas e... ele vem sendo desenvolvido há cinco anos, mas não tem adesão de toda a população nesses cinco anos. Hoje ... eu assumi essa ... esse posto né, tem quatro meses que eu tô trabalhando com a reativação econômica, ficava só com educação ambiental e alguns monitoramentos ambientais específicos. Hoje tem algumas famílias aderindo ao processo é... até então pra você ter uma idéia, até há cinco meses atrás tinham oito famílias no processo só, com o plantio de pimenta malagueta, cultivo de mandioca, um lote pra frutas e o outro só pra banana. É... e hoje existem seis famílias interessadas no... na criação de galinhas poedeiras... só pra te contextualizar aqui a área, e outras com idéia de criação de cabras, cultivo de plantas ornamentais e exóticas enfim, que que acontece? Você tá aqui hoje em Soberbo área urbana, esse local que a gente tá fazendo a reunião é área rural, é chamado de extensão dos quintais, cada casa de Soberbo da... lá do distrito é... recebeu uma área equivalente a trezentos e sessenta metros quadrados que de acordo com o CEAS né, as famílias devem utilizar... devem assim, quem quiser aderir ao processo, utilizar a área para fins estritamente agrícola ou cultivo de horta, pomar... é... enfim, é grãos de forma geral ou animais de pequeno porte... A área toda é uma fazenda de propriedade do consórcio, a área é do consórcio Candonga é...*

*Gisélia: Você fala área rural?*

*Alberto: É, essa área toda aqui... Aqui tem uns cento e vinte e sete lotes, porque no Soberbo tem cento e vinte sete casas.*

*Gisélia: As casas são propriedade das famílias?*

*Alberto: As casas das famílias, os lotes pra uso estritamente agrícola é de propriedade do consórcio. Então à medida que a população vai aderindo ao processo é feito um contrato de comodato, o consórcio cede o uso pra família utilizar dessa forma: ou plantio ou criação de animais de pequeno é... de pequeno porte. E o consórcio dá a estrutura necessária pra o início desse processo... É um processo... é um projeto que tá arrastando mesmo há... cinco anos e a gente tem muita resistência, principalmente vem uma a ... uma turma do MAB e faz a desmobilização geral mesmo, não sei como, nunca participei de uma reunião dessas, sou doido pra participar pra ver o que que eles falam né? Porque a área tá aqui, o implemento tá aqui, eles tem esse galpão de uso coletivo, tem cozinha, banheiro, almoxarifado que foi construído recente, e a população... não adere ao processo, não quer aderir, muitos não querem mesmo...*

*Gisélia: Por que você acha que há essa pouca adesão das famílias a essa proposta?*

*Alberto: Eu acho que é importante o processo do movimento social, mas em alguns momentos são muito extremistas, são muito vamos dizer, xiitas. Porque... é... aí eu questiono: porque de desmobilizar um processo que tá tentando... que estamos tentando implantar numa área dessa, se tem a possibilidade da assistência técnica, do insumo é... do material, sabe? Por*

*que desmobilizar?... Por que desmobilizar um processo desse? Pô, então chega pra empresa e vamos conversar.*<sup>300</sup>

Podemos perceber, na desqualificação das práticas do MAB, que a imagem da “hidra de muitas cabeças”, como os homens de negócios, fabricantes e autoridades monárquicas do noroeste da Europa, ainda no alvorecer do capitalismo, viam os plebeus sem posses, os trabalhadores urbanos, marinheiros, escravos africanos, radicais religiosos, continua borrrando a visão das classes hegemônicas, ao longo desse “*processo hercúleo de globalização*”<sup>301</sup>, vivido hoje por todos nós.

O “mito da hidra”, embora não seja explicitamente referenciado nos discursos dos representantes das grandes corporações capitalistas privadas, continua legitimando as arbitrariedades das classes hegemônicas.

Nessa direção vemos, a partir da narrativa do senhor Alberto, indícios de que o sentido da “metáfora da hidra”, para os construtores da economia capitalista transatlântica, ainda se faz presente na ação propagandista dos capitalistas da Vale e da Novelis. A expressão “*xiitas*”, utilizada pelo narrador para denominar a movimentação de resistência dos trabalhadores ao projeto Candonga, evidencia que os representantes das empresas concessionárias veem, nos trabalhadores expropriados de São Sebastião do Soberbo e regiões vizinhas, as novas cabeças da hidra. E foi contra essa ameaça que empreenderam suas lutas.

Algumas cabeças do “monstro anti-Candonga” foram literalmente “cortadas”: o desaparecimento de Gabundo é elucidativo desse processo, conforme denunciado pelo MAB, em faixa de protesto, no distrito rural de São Sebastião do Soberbo, às vésperas da sua submersão:

---

<sup>300</sup>Entrevista realizada com o senhor Alberto, analista ambiental do consórcio Candonga, nos lotes destinados à reativação econômica em Nova Soberbo/MG, no dia 27 de janeiro de 2010.

<sup>301</sup>Embora não tenham demonstrado preocupação em definir conceitos, Linebaugh e Rediker nos possibilitam repensar a noção de “globalização”, tão proclamada, mas pouco refletida no tempo presente. Linebaugh e Rediker retomam as relações de trabalho anteriores aos marcos rígidos dos séculos XVIII e XIX e evidenciam que o capitalismo, enquanto processo de relações sociais, já nasce globalizado e que, portanto, a “globalização” não é um fenômeno exclusivo do século XX. Dessa forma, nos impõem a necessidade de problematizar a ideia de globalização, comumente associada apenas à imagem de “comunicação imposta de cima”. Os autores nos convidam a pensar o conceito “globalização” enquanto relações vivas e complexas, que não dizem respeito apenas à informação ou consumo, mas que envolvem também tradições que se constituem ao longo do tempo histórico.



Fonte: Acervo documental do MAB-regional Ponte Nova/MG

Entretanto, no próximo capítulo, veremos que novas cabeças nasceram no lugar, evidenciando que seu desaparecimento não significou o fim das movimentações dos trabalhadores em busca de concretizar direitos que consideram possuir. Candonga está em plena fase de operação, mas as ideias de resistências pululam noutros lugares do Brasil, conforme conflitos atuais em torno de projetos hidrelétricos como o de Belo Monte, a ser implementado na região de Volta Grande, no rio Xingu, Pará, não obstante as resistências de grupos sociais, a exemplo os indígenas, intensamente atingidos por esse projeto.

## **Capítulo 6 – A “hidra” e suas estratégias: potencialidades e limites da cidadania na sociedade capitalista**

Na história de emergência, consolidação e desenvolvimento do capitalismo, podemos perceber que os trabalhadores, em suas ações de lutas contra a concentração da propriedade privada, ou contra projetos ditos desenvolvimentistas, geralmente são descritos, pelos arquitetos desses megaprojetos, como uma “ninhada de monstros”, uma “hidra de muitas cabeças”.

Neste capítulo, evidenciaremos que, embora as razões de suas lutas tenham-se modificado, ao longo do tempo histórico, a forma como os trabalhadores são apresentados pelas classes hegemônicas permanece a mesma: horda heterogênea. Tal imagem limita as potencialidades de suas movimentações e o exercício da cidadania. Além disso, interrogaremos o sentido político de suas mobilizações, buscando compreender as principais pautas reivindicatórias que as fundamentam.

Basta rememorar a imagem construída sobre as mobilizações dos sem-terra pelos senadores Demóstenes Torres e Marisa Serrano, durante plenária transmitida pela TV Senado em 2009, para evidenciarmos a significação dos movimentos sociais no Brasil como os “*símbolos antiéticos da desordem e resistência*”<sup>302</sup>.

Naquela ocasião, Demóstenes Torres<sup>303</sup> se pronunciava sobre a imprescindibilidade de instauração de uma “CPI dos sem-terra”, cuja finalidade era investigar e punir os integrantes do MST que, em outubro de 2009, se mobilizaram contra a concentração fundiária no Brasil, destruindo pés de laranjas do latifúndio, no centro-oeste paulista, administrado pela multinacional Cutrale (de acordo com informações divulgadas pela coordenação do MST, a fazenda foi ocupada pela Cutrale em ação de grilagem, dado este silenciado pelos senadores proponentes da CPI).

O ex-democrata se deleitava ao teatralizar os integrantes do MST como um bando de desordeiros, embasados em ideais revolucionários de uma ideologia marxista, segundo ele, há muito tempo falida. Essa visão, elaborada sobre a movimentação dos trabalhadores, foi

<sup>302</sup> LINEBAUGH, P.; REDIKER, M. op cit, p.11.

<sup>303</sup> Atualmente, enquanto escrevo esta tese, mais de dois anos após assistir as reivindicações dos senadores na TV Senado, Demóstenes Torres vê “o feitiço virar contra o feiticeiro”, sendo ele próprio alvo de uma CPI que apurou suas contravenções e articulações com o bicheiro “Carlinhos Cachoeira”, na denominada operação “Monte Carlo”, cuja deliberação resultou na cassação de seu mandato político.

reiterada pela senadora Marisa Serrano, que afirmava, veementemente: “os movimentos sociais no Brasil não são didáticos”.

Conquanto o MAB seja rotulado, pelo analista ambiental do consórcio Candonga, de extremismo “xiita”, e caracterizado pela senadora Marisa Serrano como “não-didático”, faz-se necessário ressaltar que a sua função educativa/política é reconhecida e enfatizada por muitos trabalhadores, inclusive aqueles não filiados ao movimento.

Se retomarmos, por um lado, os agradecimentos de Silvio às ações de enfrentamento e debates promovidos pelo movimento - “Agradecemos ao deputado padre João e o falecido arcebispo Dom Luciano, com o MAB combatendo... Padre Claret de Ponte Nova. Então me parece que alguma assinatura do arcebispo não resolia né, resolia na pressão” – e, por outro, a importância atribuída por Tiago às lutas empreendidas pelo MAB, no sentido de concretizar suas expectativas de trabalho em Nova Soberbo - “Zé foi lá e luto lá e conseguiu esse serviço pra gente” -, evidenciamos uma desmitificação dos discursos do representante do consórcio Candonga e dos senadores, que tendem a confundir as lutas de classes com “banditismo social”<sup>304</sup>. Nessas entrevistas, com as quais já dialoguei no 5º capítulo, a relevância atribuída, por Silvio e Tiago, à mediação exercida pelo MAB, reside, justamente, na função didática e política do movimento.

Ao mesmo tempo, se atentarmos para a proposta do “casamento de barragens”, explicitada pelo assessor do MAB, Ricardo Ribeiro, para mencionar a articulação e partilha de experiências que possibilitaram a expansão do movimento para além do Vale do Jequitinhonha – “criou-se um movimento no Jequitinhonha... tinha encontros, partilhava entre eles essas trocas de experiências, o pessoal aprendia um com o outro... e aí quando a gente falava casamento, era uma barragem mais antiga, ia visitar, ia levar sua experiência...”<sup>305</sup> –, percebemos a importância do movimento, enquanto aprendizado de classe. Um aprendizado que se faz por meio da promoção de debates, seminários, encontros, romarias, caminhadas, elaboração de materiais, panfletos de divulgação, e que confere credibilidade ao movimento, como mediador nas negociações e reivindicações dos trabalhadores.

O papel político-pedagógico, expresso na tática do “casamento de barragens”, contrariamente à imagem divulgada pela senadora Marisa Serrano sobre os movimentos

<sup>304</sup> Além de Linebaugh e Rediker, Hobsbawm também constitui fonte de inspiração para problematizarmos o processo de criminalização dos movimentos sociais, dessacralizando a construção do “mito do bandido” com o qual os governos, de épocas distintas, apresentam as ações coletivas de resistência. (Cf. HOBSBAWM, E. Bandidos. São Paulo: Paz e Terra, 2010.p.21,24.)

<sup>305</sup> Entrevista Ricardo Ribeiro, apud ROTHMAN, F.D.; ZHOURI, A. Assessoria aos Atingidos por Barragens em Minas Gerais: desafios, limites e potenciais. In: ROTHMAN, F.D. (org.) Vidas alagadas – conflitos socioambientais, licenciamento e barragens. Viçosa: Editora UFV, 2008.p.131.

sociais no Brasil, exerce-se nos debates e questionamentos dos militantes do MAB, em relação aos desdobramentos sociais e ambientais dos projetos hidrelétricos.

Essa questão também preocupou Sader, ao reafirmar a função didática e política dos movimentos sociais no Brasil, nas décadas de 1970 e 80 – interpretados pelo autor como “*fontes populares de informação, aprendizado e conhecimentos políticos*”. Dessa forma, dessacraliza as memórias difundidas pelas classes hegemônicas e agentes que exercitam a política institucional, mas não reconhecem, como legítimos, outros espaços de exercícios da política, que ultrapassam “*o sistema de representação política permitida*”:

*Na linguagem da Igreja, fala-se em “conscientização”; na das esquerdas em “reflexão crítica”; na do sindicato, “socialização do saber”. Todavia, seja qual for a designação e seja qual for o pressuposto teórico de quem o formula, o importante é que está simplesmente a indicar que os movimentos sociais operam como fontes populares de informação, aprendizado e conhecimentos políticos que tendem a ser ampliados e redefinidos pela própria prática e sua dinâmica.*<sup>306</sup>

Compartilhando esse significado mais amplo atribuído aos movimentos sociais, impõe-se a necessidade de interrogar os sentidos políticos das lutas dos trabalhadores expropriados, em virtude da intervenção da Vale e da Novelis, em São Sebastião do Soberbo. Por meio do diálogo com a música “*ordem e progresso*”<sup>307</sup> – uma espécie de hino das movimentações dos atingidos de Nova Soberbo – percebemos a amplitude do repertório de lutas do movimento, incluindo pautas da reforma agrária e direitos humanos. Não se trata, apenas, de lutar pelas necessidades imediatas dos atingidos pela hidrelétrica Candonga, mas de propor um novo projeto de país, onde a “*ordem é ninguém passar fome, progresso é o povo feliz:*”

*Esse é o nosso país  
Essa é a nossa bandeira  
É por amor a essa pátria Brasil  
Que a gente segue em fileira*

*Queremos mais felicidades  
No céu deste olhar cor de anil  
No verde esperança sem fogo  
Bandeira que o povo assumiu  
No verde esperança sem fogo  
Bandeira que o povo assumiu  
Amarelos são os campos floridos  
As faces agora rosadas  
Se o branco da paz se irradia*

---

<sup>306</sup>SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores na Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p.13.

<sup>307</sup> Composição Zé Pinto, militante do MST e Movimento Popular Camponês.

*Vitória das mãos calejadas  
Se o branco da paz se irradia  
Vitória das mãos calejadas*

*Esse é o nosso país...*

*Queremos que abrace essa terra  
Por ela quem sente paixão  
Quem põe com carinho a semente  
Pra alimentar a nação  
Quem põe com carinho a semente  
Pra alimentar a nação*

*A ordem é ninguém passar fome  
Progresso é o povo feliz  
A Reforma Agrária é a volta  
Do agricultor à raiz  
A Reforma Agrária é a volta  
Do agricultor à raiz.*

Essa música, uma composição de “Zé Pinto”, militante do MST e movimento popular camponês, foi entoada pelos trabalhadores, em São Sebastião do Soberbo, em maio de 2004, durante a operação policial de “limpeza” desse lugar para enchimento do lago Candonga, conforme evidenciado no vídeo produzido pelo senhor João Bosco.

Aos 48 minutos e 36 segundos de gravação, entram em cena trabalhadores nas ruas de São Sebastião do Soberbo. Alguns, em fileiras, caminham com seus instrumentos de trabalho (enxadas) e galhos de árvores, simbolizando “*as mãos calejadas*” do agricultor, que “*põe com carinho a semente pra alimentar a nação*”. Outros acenam a bandeira do MAB enquanto cantam, em tom uníssono, juntamente com militantes e tendo como dirigente padre Claret.

As imagens a seguir, extraídas do documento audiovisual produzido pelo senhor João Bosco, colocam-nos diante de uma das faces mais avassaladoras dessa transformação, ao tornar visível o caráter excluente do processo. Pena que, ao reproduzir essas imagens, não consigamos trazer as movimentações das pessoas, ouvir suas vozes fortes entoando o hino preferido de suas mobilizações, nem mesmo dar vida às encenações e movimentações das bandeiras:

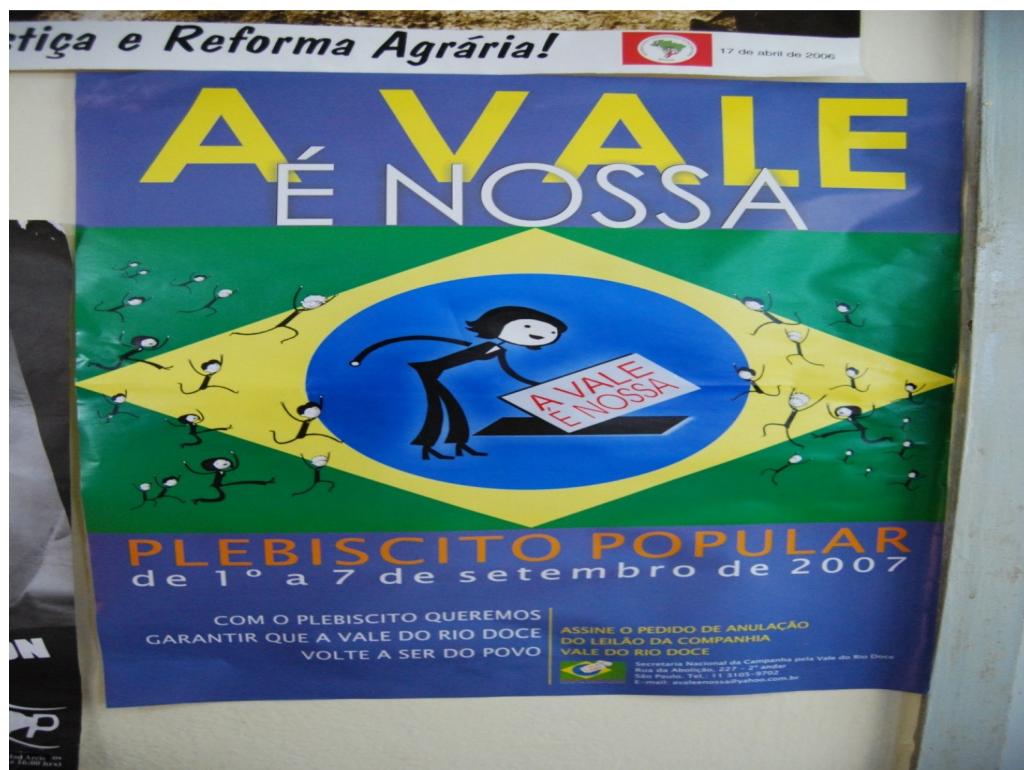


Fonte: Imagens extraídas do vídeo produzido pelo João Bosco, em São Sebastião do Soberbo, maio/2004.

Confrontando-nos com o projeto de país evidenciado na música “*Ordem e Progresso*”, percebemos que o sentido político dessas lutas não se restringe à resistência para permanecer na terra. O sentido das movimentações dos trabalhadores “*contém elementos de*

*defesa de um modo de vida e de uma relação econômico-cultural com o espaço ambiental, ancorados na manutenção de valores e relações sociais que não podem ser realocados”.*<sup>308</sup>

O projeto de nação elaborado por aqueles que se apresentam como sujeitos que “*põem com carinho a semente pra alimentar a nação*” traz evidências da amplitude das reivindicações do movimento, que vão muito além de obstaculizar a construção de barragens ou de lutas por indenizações mais justas. O panfleto a seguir traz indícios de como o MAB-regional Ponte Nova se inseriu na conjuntura da privatização do setor elétrico, instigando a sociedade a fazer indagações sobre a matriz energética brasileira, as alternativas energéticas e as prioridades dadas pelos agentes estatais à produção industrial liderada por grupos capitalistas privados:



Fonte: Acervo documental do MAB-regional Ponte Nova/MG.

Os movimentos sociais dos atingidos por barragens, em confronto com as autoridades públicas, politizam as discussões sobre privatização e planejamento energético, levando-nos a refletir sobre a necessidade de “uma sociedade menos consumista, menos devoradora de energia.”<sup>309</sup>

<sup>308</sup> Cf. VIANNA, A.; LEROY,J-P.; TAVARES, R.; Lutas de resistência ou lutas por um novo modelo de sociedade? Revista *Proposta* nº 46, setembro de 1990. p.55.

<sup>309</sup> Essa reflexão sobre a relevância do papel educativo exercido pelo MAB foi realizada pelo antropólogo Aurélio Vianna, que nos faz avançar na compreensão do significado político das lutas empreendidas pelo MAB.

As práticas sociais dos trabalhadores que compõem o MAB se confrontam com a política de privatizações, com as práticas dos planejadores do setor energético, além de ampliar seu repertório, incluindo as lutas em defesa da reforma agrária e dos direitos humanos, conforme discurso de um militante (citado na íntegra na página 217), em maio de 2012, na rodovia MG 123, de acesso para Nova Soberbo:

[...] *O acampamento deverá durar até o dia 5 de junho, Dia Internacional do Meio Ambiente. Na mesma data, os atingidos por barragens do país inteiro farão mobilizações para pautar a defesa de um modelo energético que respeite os direitos do povo e não degrade o meio ambiente.*<sup>310</sup>

Defendendo um projeto de nação onde a “ordem é ninguém passar fome, progresso é o povo feliz”, pautado na “defesa de um modelo energético que respeite os direitos do povo e não degrade o meio ambiente”, os trabalhadores se movimentam numa relação de confronto com os mediadores tradicionais. Nesse sentido, dessacralizam a racionalidade dos prefeitos que, em nome dos royalties pagos aos municípios, tendem a trocar os modos de vida dos trabalhadores, nas áreas mais férteis e produtivas, à beira dos rios, pelos percentuais referentes à energia gerada.

A senhora Maria questiona as relações clientelistas entre autoridades locais e empresas concessionárias, promovendo uma ruptura com os arranjos políticos dos mediadores tradicionais, em suas articulações com as empresas:

*Maria: Agora o prefeito, que era o prefeito nosso lá de Santa Cruz, negociô com eles e negoció nós também, porque ele jogô nós tudo também no meio da embrulhada, né. Nós, como é que se diz, toda vida foi de Santa Cruz, aí transferiu nós pra aqui. É triste! Eu sei que eu “doeci” antes de saí de lá, quando eu vi que tempo esquentô mesmo. É, menina...a saída o resto do povo é que foi feia! Encheu de polícia tudo armado assim, menina, subiu pra ali a fora assim pra tirá o povo. Quando chegô lá eles tava pelejando assim pra ver se entupia a estrada, assim pra eles não passá, pra polícia não passá. Aí foi quebrando tudo, armário, chegô lá foi jogando os trem no chão que ficô pra trás, dinheiro, guarda-roupa. A geladeira cheia de comida, das coisa né, foi tirando tudo e foi jogando pra fora. Eles comia e jogava fora. E a polícia em cima, aquele fervedor! Muito polícia mesmo, atacou mesmo. E nós como se diz, querendo ter direito depois que eles já tinha vendido nós né, num tinha mais jeito não porque o prefeito assinô tudo.*<sup>311</sup>

(In: VIANNA, A.; LEROY, J-P.; TAVARES, R.; Lutas de resistência ou lutas por um novo modelo de sociedade? Revista *Proposta* nº 46, setembro de 1990,p.55).

<sup>310</sup> Disponível em [www.mabnacional.org.br](http://www.mabnacional.org.br), publicado em 28/05/2012. Acesso em: 24/01/2013.

<sup>311</sup> Entrevista realizada dia 16 de julho de 2009, com a senhora Maria, quatro filhos, 86 anos. Tal narrativa se coaduna com a descrição de Aurélia (página 155) e descrição do João Bosco (página 156).

A narrativa da senhora Maria evidencia que as movimentações dos trabalhadores acontecem a partir do questionamento às alianças estabelecidas pelo poder local com as empresas Vale e Novelis. A narradora sinaliza o abismo existente entre os seus desejos e as intencionalidades dos agentes estatais, atentando a impossibilidade de um apoio do prefeito de Santa Cruz do Escalvado para suas lutas, na medida em que a narradora questiona exatamente a mediação política do prefeito, no sentido de “negociar suas vidas” em troca de 888 mil reais para a Prefeitura de Santa Cruz do Escalvado.

O jornal Folha de Ponte Nova inseriu-se nesse conflito conferindo legitimidade à mediação política do prefeito de Santa Cruz, a partir da construção de uma imagem dos atingidos como “invasores”, conforme podemos evidenciar no exemplar nº 728, de 15 de março de 2003, que anuncia a seguinte manchete, em letras garrafais:

***Atingidos invadem obra de Candonga  
Antes dirigentes do Consórcio Candonga repassaram R\$888 mil para a  
Prefeitura de Santa Cruz do Escalvado***

*Em 27/2, a Companhia Vale do Rio Doce, que divide com a Alcan a direção do consórcio Candonga, liberou R\$888 mil para projetos sociais em Santa Cruz do Escalvado. A prefeitura investirá em melhorias de estradas, conclusão do centro comunitário e projetos de esporte e saúde. Em 11/3, mais de 200 atingidos ocuparam o canteiro de obras da hidrelétrica, reivindicando rediscussão do atendimento dos atingidos da localidade de São Sebastião do Soberbo. A Assessoria do Consórcio garante que, antes de obter a licença para enchimento do lago, deverá cumprir as condicionantes sócio-ambientais definidas pela Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEAM)<sup>312</sup>*

Nas memórias sobre o conflito divulgadas no jornal, de extensa circulação e força hegemônica em Ponte Nova e cidades vizinhas, os moradores de São Sebastião do Soberbo são apresentados como aqueles que “invadem” a obra Candonga, mesmo após os representantes do consórcio Candonga terem repassado R\$888 mil para a Prefeitura de Santa Cruz do Escalvado. Ao apresentá-los como “invasores”, o jornal não acaba por naturalizar a ação opressora e violenta da polícia?

Há uma inversão temporal na forma como o jornal conta a história de conflitos entre empresas e trabalhadores, cujo início não remontaria ao tempo da chegada das concessionárias e implantação da obra, mas começa com a “invasão” dos trabalhadores ao canteiro de obras da usina. Nessa perspectiva, os trabalhadores são apresentados como semeadores da desordem e instigadores de conflitos, escandalizando porque persistem em contrapor-se à construção “natural” e “progressista” da hidrelétrica Candonga.

---

<sup>312</sup> Folha de Ponte Nova, Ano XV, nº 728, 15 de março de 2003.

No entanto, as narrativas dos trabalhadores impõem-nos a problematização da imagem de “invasores” construída no jornal para qualificar as resistências dos moradores de São Sebastião do Soberbo. Nas histórias produzidas pelo senhor Francisco, ao rememorar a entrada dos técnicos a serviço das empresas concessionárias, em seu terreno, para produzir os primeiros estudos, há uma inversão de sentidos em relação à manchete do jornal Folha de Ponte Nova, na medida em que o narrador transfere, para as empresas concessionárias a ação de “invadir”:

*Francisco: Uma que eles (está se referindo aos representantes do consórcio) vieram, entraram dentro da propriedade sem comunicá a gente de nada, quando eu fui sabê eles já tava com o maquinário tudo lá dentro da propriedade. Eles é atrevido, eles é atrevido. Aí eu tava garimpando, eu me lembro como se fosse hoje, eu tava garimpando em frente de casa, era hora do almoço vim em casa almoçá, aí quando cheguei em casa achei um encarregado (do consórcio Candonga). Aí comecei a conversá com ele assim: E aí, tal, tal e tal...falei: tudo bem, como que tá você? Aí ele pegô e começô: “\_ Nós tão com um maquinário ali”...Eu morava bem na beirinha do rio, aonde eu morava via aonde eles tinha colocado o maquinário lá e tal. “\_ Não, que nós vão colocá um maquinário ali que nós vai fazê uma sondagem nessa pedreira.” Aí eu falei: Mais ocês entraram com maquinário aqui? Quem que deu permissão pra vocês entrá? Falei assim: mas uai, como é que ocês pode entrá assim, de qualquer jeito, nas propriedade das pessoa, invadindo assim? [...] Cê vê que a Companhia é tão assim, eu sempre falo, que não tem vergonha mesmo, a pessoa num tem caráter que só olha os lado dele. Igual eu falo assim, o dinheiro sempre fala mais alto porque...eles acha que os pequeno num tem direito nenhum, agora os ricos faz suas lambança todas e não é punido. Agora, se os pobre rouba um ovo do vizinho, ele é punido né, infelizmente...<sup>313</sup>*

A indagação do senhor Francisco - “uai, como é que ocês pode entrá assim, de qualquer jeito, nas propriedade das pessoa, invadindo assim?” - traduz sentimentos de pertença social e política, não obstante a vivência da invasão de seu território e a negação de direitos que alega possuir. Suas movimentações acontecem no sentido de problematizar a inserção do Estado nesse processo conflituoso, em relação à cumplicidade com a qual as empresas concessionárias são tratadas.

Nesse sentido, desconstrói a noção liberal do Estado, enquanto esfera neutra, impermeável a conflitos, ao mesmo tempo em que reitera o direito liberal à propriedade. O narrador, em suas movimentações para fazer valer o direito à inviolabilidade de sua propriedade, questiona a ação ambígua do Estado ao assegurar, desigualmente, este direito: “eles acha que os pequeno num tem direito nenhum, os ricos faz suas lambança todas e não é punido. Agora, se os pobre rouba um ovo do vizinho, ele é punido né, infelizmente...”

---

<sup>313</sup> Entrevista realizada com o senhor Francisco A. P., 54 anos, no dia 29 de janeiro de 2010, em sua residência, na Comunidade Jerônimo.

Ao mesmo tempo, chama nossa atenção para a dualidade legal que permite, àqueles que pagam pelo direito de invadir e destruir os bens naturais, continuarem com sua ações destrutivas, como parte da dinâmica de acumulação capitalista, sob a linguagem falaciosa de “sustentabilidade”, metamorfoseada, atualmente, no conceito de “economia verde”<sup>314</sup>.

A dualidade legal sinalizada pelo narrador possibilita, aos agentes empresariais, negociarem mudanças nas legislações, obstaculizando os trabalhadores de exercerem direitos fundamentais. Enquanto as corporações capitalistas ampliam espaços de manobras nas agências estatais responsáveis pela elaboração de leis ambientais, de forma a minizar os custos dos empreendimentos, os trabalhadores se veem cada vez mais dependentes, frente ao capital.

A cartilha intitulada “O novo modelo do setor elétrico”, outorgada pela atual presidente, Dilma Rousseff, ministra de Minas e Energia à época da publicação da cartilha, pode ser vista como espaço de manobra da Vale e da Novelis com as agências estatais. A cartilha – base do modelo estruturado sobre as premissas elaboradas pelo consórcio liderado pela empresa britânica *Coopers & Lybrand*<sup>315</sup> – para o *Projeto de Reestruturação do Setor Elétrico Brasileiro*

<sup>314</sup>Elder Andrade de Paula, ao investigar as alianças público-privadas que têm caracterizado a formação do Estado Nacional Brasileiro, faz-nos avançar na problematização do conceito “desenvolvimento sustentável” – em sua versão reciclada de “economia verde”. Em texto elaborado para a “Cúpula dos Povos”, durante mobilizações sociais desmitificadoras do discurso oficial enaltecedor da “economia verde como salvação do planeta”, tal como divulgado pelos países participantes da “Rio +20”, Paula nos permite perceber que as propostas que se têm assinalado como alternativas, no âmbito da “economia verde” representam, na realidade, uma “destruição oculta” que se concretiza sob a instituição da “comercialização dos serviços ambientais”, vistos como “nova oportunidade para [as empresas]: “[...] para que a exploração e a extração dos bens naturais das florestas tropicais possam continuar, é essencial a ideia de “economia verde”. Ou seja, para que a destruição de certas áreas de florestas sejam compensadas pela “proteção” de outras áreas manejadas de forma ‘sustentável’, se institui a comercialização dos ‘serviços ambientais’. Nesse sentido, a ‘economia verde’ não só complementa a ideia de ‘manejo florestal sustentável’: também aprofunda o processo de mercantilização das florestas e aumenta as possibilidades de que os agentes de destruição obtenham maiores vantagens[...] Tem um propósito bem definido: convencer a todos e todas de que podemos continuar destruindo, mas que a destruição pode ser ‘compensada’ com os PMFS [Planos de Manejo Florestal Sustentável] e seus ‘serviços ambientais’; eles seriam a garantia de ‘proteção’. As empresas que controlam esses territórios florestais podem obter vantagens fabulosas, tanto as madeireiras como o setor financeiro vinculado ao ‘mercado de carbono’ e, obviamente, a indústria, que permanece contaminando graças à ‘compra do direito de contaminar’. Perdem os povos e populações que vivem nas florestas empobrecidas.” PAULA, E.A. “La doble cara de la destrucción de los bosques tropicales en Latinoamérica y el Caribe: las revelaciones de la “economía verde” em Acre. In: Economía verde: El asalto final a los bienes comunes. Esta publicação é uma colaboração da Aliança Biodiversidade com o Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM) e Amigos da Terra América Latina e Caribe (ATALC). 2012, p.18,19,22.

<sup>315</sup> Conforme indicações de Renato Martins, o consórcio liderado pela Coopers & Lybrand contou com a participação de empresas brasileiras, Ulhôa Canto Advogados, Engevix e Main Engenharia, e também a norte-americana Latham & Watkins e a inglesa Rust Kennedy & Donkin. As ações dessas empresas concessionárias deram “cor” à privatização das empresas estatais do setor elétrico brasileiro e tom à atual política energética, expressa na cartilha “O novo modelo do setor elétrico”, elaborada por Dilma Rousseff, ministra de Minas e Energia do governo Lula.

(RE-SEB), consolida a hegemonia do capital privado, em suas preocupações principais de “*reduzir o risco dos empreendimentos*” e “*aumentar a atratividade dos investimentos*”:

- [...] o modelo proposto compreende um conjunto de medidas que, integradas, atuam no sentido da modicidade tarifária. São elas: [...]
- a **competição na geração** e a existência simultânea dos dois ambientes de contratação, permitindo uma efetiva gestão dos contratos e melhorando o perfil do risco do investidor;
  - a obtenção, pelos vencedores das licitações, visando à expansão da oferta, de **contratos de suprimento de longo prazo** (15 a 20 anos), o que tende a reduzir o custo do financiamento e melhora as condições para o investimento;
  - a concessão de **licença prévia ambiental** como pré-requisito para as licitações das novas usinas hidrelétricas e linhas de transmissão, o que reduz riscos para o investidor[...]<sup>316</sup>

Os objetivos citados estão explicitados no capítulo da cartilha dedicado “à alocação eficiente de recursos”, capaz de evidenciar a posição concessiva dos agentes estatais, sobretudo agências ambientais que emitem a licença prévia mesmo quando se trata de projetos impactantes, do ponto de vista ambiental e social. A cartilha define, por “*alocação eficiente de recursos*”, a tentativa de “*reduzir riscos para o investidor*” e, para isso, consolida-se uma política que concede a “licença prévia” antes mesmo do processo licitatório.

Os movimentos sociais de resistências dos trabalhadores, em todo o Brasil, emergem nos embates decorrentes das proposições explícitas no “novo modelo do setor elétrico”, pautado pela hegemonia do capital privado e descapitalização das empresas estatais. É no seio desse processo que os trabalhadores interpelam as agências estatais, conforme evidenciamos na campanha contra o preço abusivo da energia elétrica, mostrada a seguir:

---

<sup>316</sup>Ministério de Minas e Energia. O novo modelo do setor elétrico.s.l.,s.n,s.d. (Assinado pela então ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff).



Fonte: Acervo documental do MAB, regional Ponte Nova/MG

É recorrente, nas narrativas dos trabalhadores, conforme já discutido em capítulos anteriores, reclamações em relação aos preços abusivos da energia elétrica em Nova Soberbo e denúncias de que “cê vê sempre o carro da Cemig chegando e cortando a luz dos outro que não tem condições de pagá.”<sup>317</sup> As narrativas, correlacionadas aos documentos produzidos pelo MAB, permitem dessacralizar o argumento da “eficiência” da administração privada dos serviços de prestação de energia, base do novo modelo energético.

Os documentos produzidos pelo MAB, confrontados às narrativas dos trabalhadores, incitam-nos a refletir sobre as limitações em relação aos direitos de cidadania, como desdobramento fundamental do movimento de privatizações do setor elétrico. As evidências sinalizam para um processo de degradação das condições de vida que implicou a expropriação e a transferência para Nova Soberbo. Nesse sentido, a privatização é vivida, pelos trabalhadores, como dificuldades de acesso a bens indispensáveis à sobrevivência humana, como a água e energia. A inflação na conta de energia elétrica, reajustada de acordo com os novos padrões de zoneamento urbano, é um aspecto que explica, parcialmente, o que tem de “novo” em Nova Soberbo.

O encarecimento da taxa de energia elétrica é sentido por pequenos consumidores em outros estados do país, conforme evidenciado por Aloysio Biondi, ao investigar a “política da

<sup>317</sup> Entrevista realizada com o senhor João Bosco, no dia 17 de julho de 2009, em sua residência, em Nova Soberbo.

*privadoação*<sup>318</sup> da Cesp e da Eletropaulo, no final da década de 1990. Biondi impõe-nos a necessidade de “desmontar” a ideia fabricada e difundida pelo governo FHC, em parceria com o então governador de São Paulo, Mário Covas, de que a venda de empresas estatais representaria a saída para a reconstrução da economia nacional:

*A Cesp, a Eletropaulo, foram “esquartejadas”, divididas em pedaços, para ficarem mais baratas para os “compradores” (com dinheiro do BNDES, isto é, nosso, do governo federal). Agora, neste próximo dia 27[27/10/1999], mais um pedaço da Cesp vai a leilão. Isso vai reduzir a dívida do Estado? Você acredita nessa lorota? A venda das estatais paulistas está sendo feita a preço de banana: o pedaço da Cesp vai ser leiloado pela ninharia de 750 milhões de reais. Você sabe o que isso representa? Metade de um mês de arrecadação do ICMS do governo paulista. Veja bem: metade da arrecadação de um mês, em troca de um patrimônio que custou bilhões de reais aos trabalhadores, à classe média, aos empresários e aos agricultores paulistas [...] Nada menos que a metade (ou exatos 49%) das famílias de São Paulo não está conseguindo pagar suas contas de energia elétrica, segundo estudos do Instituto de Defesa do Consumidor (Idec). Motivo: com a privatização, os novos “donos” das empresas de energia extinguiram as tarifas mais baratas, que eram cobradas das famílias que apresentavam um consumo mais baixo [...] Qualquer chefe de família ou dona-de-casa sabe perfeitamente a tragédia que corte de energia representa, com a casa às escuras, a geladeira sem funcionar, os alimentos apodrecendo... Há outras tragédias provocadas pelas privatizações das empresas de energia [...] de uns tempos para cá, a Prefeitura [de São Paulo] ficou com a obrigação de “puxar” a rede elétrica para as ruas da periferia, bem como passou a ser responsável por todos os consertos, trocas de lâmpadas queimadas etc. da rede elétrica das ruas da capital [paulista]. Por quê? Porque a Eletropaulo, “doada” a um grupo norte-americano pelos governos FHC e Covas, vinha executando esses serviços precariamente e não tomava conhecimento de pedidos de colocação da rede em bairros distantes. Por quê? Porque o consumo das famílias desses bairros é baixo, não traz os lucros gigantescos desejados pelos novos “donos” das ex-estatais. Na capital, a Prefeitura está executando obras e assumindo funções que caberiam às empresas de energia privatizadas.*<sup>319</sup>

As movimentações dos trabalhadores contra as abusivas tarifas sobre os serviços energéticos são parte de uma movimentação mais ampla contra essa “*política da privadoação*” de que nos fala Biondi, fundamentada em regulamentações instituídas pelas agências estatais, que asseguram a mercantilização dos bens naturais por parte dos agentes empresariais, conforme cartazes colados, no dia 31 de julho de 2009, na parede da casa do senhor Evandro, durante ação de despejo desse trabalhador:

---

<sup>318</sup>BIONDI, A. O Brasil Privatizado II: o assalto das privatizações continua. SP: Fundação Perseu Abramo, 2000.p.39.

<sup>319</sup>Ibidem, p.41-42.

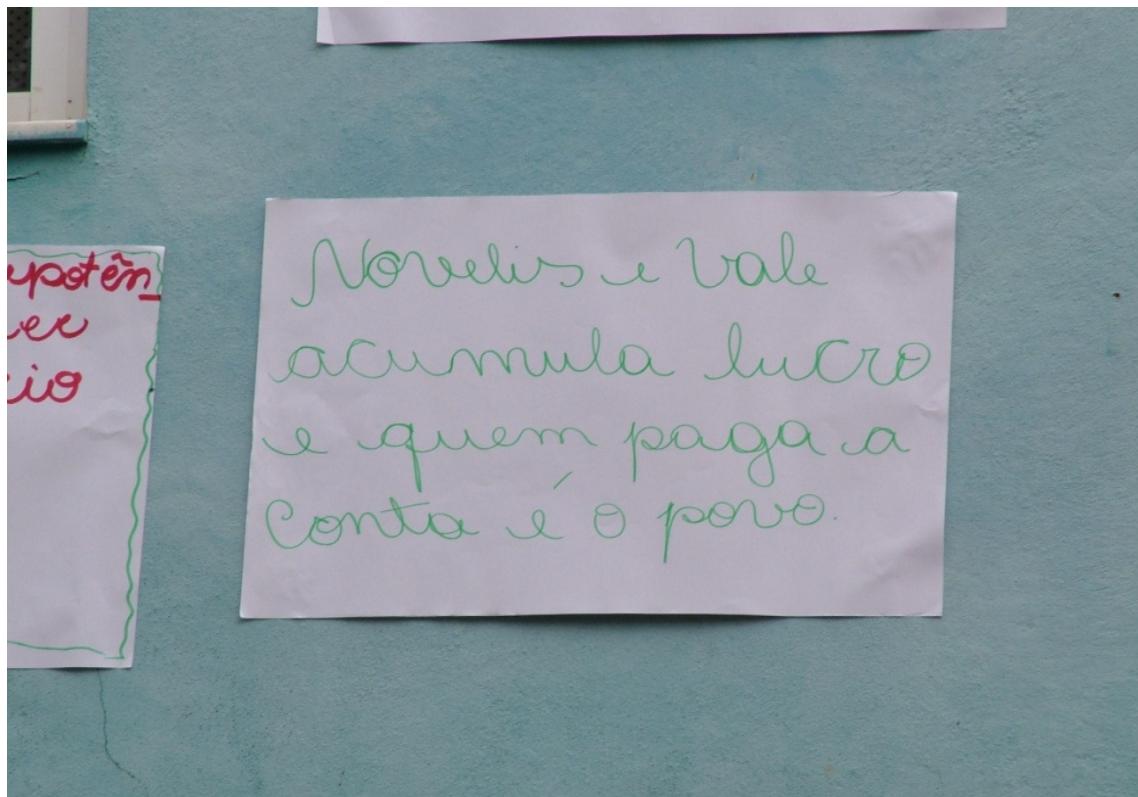


Foto: André Ribeiro (30/07/2009 – Rio Doce/MG)

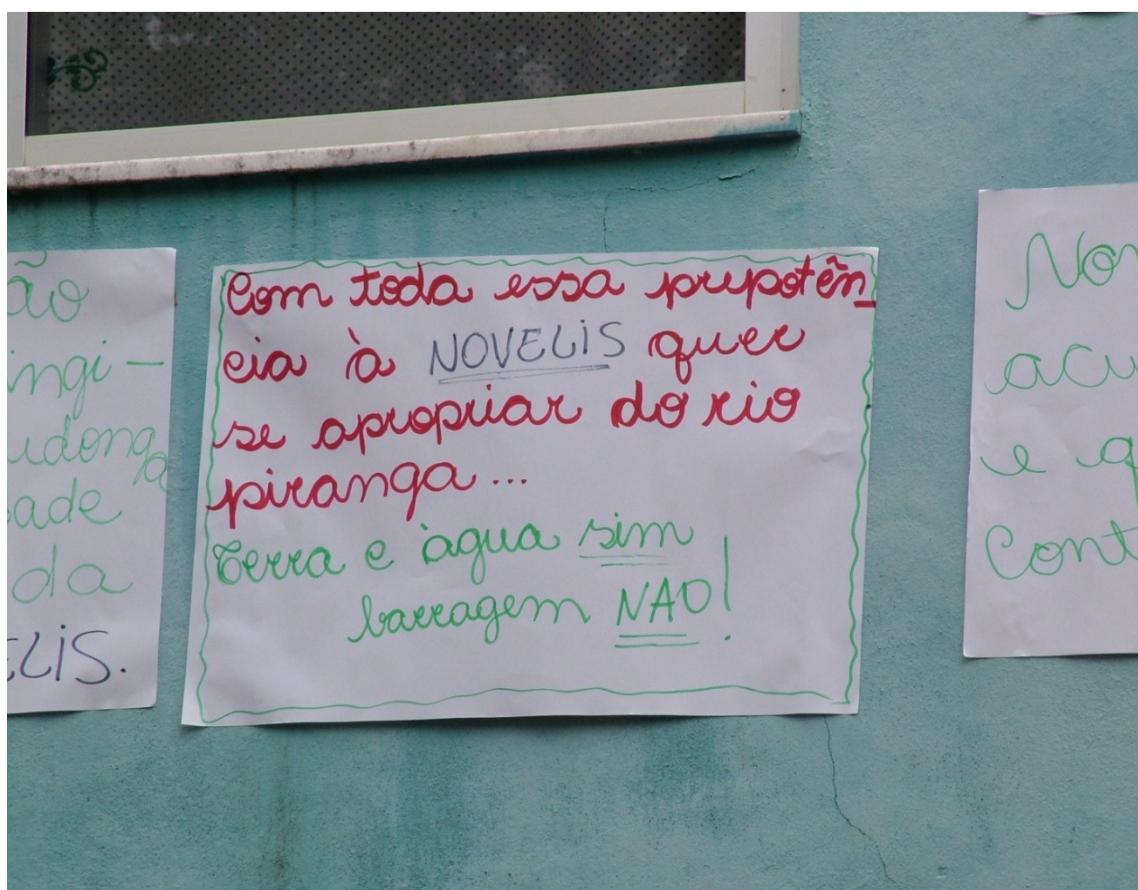


Foto: André Ribeiro (30/07/2009 – Rio Doce/MG)

Das assertivas, nos cartazes elaborados pelos membros do MAB-regional Ponte Nova

- “*Novelis e Vale acumula lucro e quem paga a conta é o povo”* e “*Com toda essa prepotência a Novelis quer se apropriar do rio piranga...*” -, emergem duas questões fundamentais, para reflexão: a) as corporações capitalistas, frequentemente, contam com os agentes do Estado para amordaçar os movimentos sociais; b) os conflitos sociais conferem visibilidade à monopolização dos recursos naturais pela Vale do Rio Doce e Novelis, que lhes permite reproduzir um modo de produção e consumo intenso de energia, cujos custos foram pagos no dia 31 de julho de 2009, pelo senhor Evandro, expulso da casa em que residia, no município de Rio Doce:

*Gisélia: O senhor morava de aluguel lá [em São Sebastião do Soberbo]?*

*Evandro: É...fizeram isso comigo né... nunca me procuraram pra negociação, nunca... Só num dia antes da reintegração de posse que chegou um camarada lá, um negociadô, disse que foi lá pra agendá a minha mudança...Eu falei tudo bem, qual é a casa que eu vou, onde é que é minha casa? “\_Tem uma casa à disposição do senhor lá no Rio Doce...” Mas, por que que eu vou pro Rio Doce? Eu tô aqui na Antiga Soberbo eu quero ir é pra Nova Soberbo. “Não, não teve casa ainda pro senhor não, mas nós vão manter aluguel até enquanto constrói a casa pra você”[...] Me deram um contrato por 60 dias, já completaram já 5 anos e agora a permanência é essa: “oh, encerrô o prazo”. A empresa já fez três notificações pra mim desocupá a casa... eu recorri.*

*Gisélia: o senhor tinha um prazo de 60 dias pra ficar lá?*

*Evandro: Pra continuá na casa enquanto eles construía a minha casa, eu tenho um documento que fala assim: “É... um representante do consórcio Candonga, o senhor Celso Charnec, contactou o senhor Evandro C. S, que sou eu,é... a fim de firmar acordo em juízo ou fora dele, que mantenha uma casa aluguel no prazo de 60 dias em Rio Doce.” Então... completando esse prazo eu sairia de lá pra minha residência. Aí falava que se não fosse resolvido tornará nula aquela, aquela declaração é...ou, poderia renovar, e ficou por isso mesmo. Já me pressionaram a terceira vez, quarta, agora a quinta.*

*Gisélia: E o senhor mora lá só?*

*Evandro: Sozinho...só Deus e eu. Tô lá numa casa bonita, uma casa grande, tem oito cômodo, eu nem... nem consigo manter uma casa daquela, desempregado até hoje ainda. Nunca me deram assistência de nada, nunca me deram uma ajuda de salário, cestas básicas... cortaram a minha...a energia da casa porque mandaram uma conta pra mim por trezentos e cinquenta e um reais e setenta e seis centavos...tá lá, cortada, faz três anos, vai fazê quatro anos agora. Quer dizer eu tava desempregado... tava não, continuo desempregado, a empresa fala: ele não tem condição não, vai lá e corta lá que vai tirar essa energia, ele sai da casa. Mas nem isso num fez, porque eu não tenho como sair, eu vou pra casa de quem?... Aí fiquei nessa, eu nem sei como usar a palavra: Hoje eu tô sem lugar, não sei o que fazê não...vou esperá amanhã porque eu nem tenho como resistir né? A polícia vai chegá e eu vou conversá com eles...alguns companheiros vão aparecer lá no momento também...*

Essa entrevista foi realizada em Nova Soberbo, no dia 30 de julho de 2009, embora o narrador estivesse residindo no município de Rio Doce desde o enchimento do lago Candonga. Após cinco anos de funcionamento da usina hidrelétrica Candonga, a situação de incertezas quanto ao futuro era elaborada pelo senhor Evandro: *porque eu não tenho como sair, eu vou pra casa de quem? [...] eu tô sem lugar, não sei o que fazê não...* No dia seguinte, 31 de julho de 2009, dirigi-me até Rio Doce, para acompanhar de perto esse processo e entendê-lo melhor.

Ao chegar lá, alguns dos poucos e velhos móveis de Evandro já estavam do lado de fora, enquanto dois homens desciam com a geladeira, pela escada, em direção à rua. Em frente à casa que o Evandro residia, estavam alguns dos companheiros de luta que também têm “pagado a conta do acúmulo de capital da Vale e Novelis”: meeiros que trabalhavam na fazenda da Dona Auxiliadora, na comunidade Jerônimo, garimpeiros e outros trabalhadores, que foram destituídos dos seus modos de trabalho. Além deles, estavam presentes alguns integrantes do MAB, como Aurélia, secretária do MAB regional Ponte Nova.

Diante das autoridades locais – quatro policiais, duas viaturas de polícia, um oficial de justiça, percebi que a situação de marginalidade, em relação a tal rede de poder, impedia-me de realizar, de forma direta, mudanças profundas na experiência vivenciada pelo Evandro e por outros que ali permaneciam, relegados, como eu, à condição de testemunhas de uma ação arbitrária que esmagava os direitos básicos do ser humano previstos na Constituição Federal – como, por exemplo, o direito de moradia.



Foto: André Ribeiro (30/07/2009 – Rio Doce/MG)



Foto: André Ribeiro (30/07/2009 – Rio Doce/MG)

A circulação das viaturas policiais e a presença da Oficial de Justiça, enquanto eu realizava entrevistas com alguns trabalhadores, indicava, para os sujeitos ali presentes, a face pública e concreta do Estado, e quais projetos tem subsidiado, por meio de suas práticas. Ao mesmo tempo, sinaliza para o fato de que a supremacia<sup>320</sup> dos grupos capitalistas privados é exercida não só por intemédio das estratégias de forjar consenso com a publicação de boletins informativos e catálogos, mas também sob a forma de coerção. Quando fracassaram as estratégias para se obter consenso, por meio da direção intelectual e moral, as empresas concessionárias utilizaram-se dos mecanismos estatais de coerção, visando garantir a sujeição dos grupos que não consentiram com seu projeto de expansão.

Ao registrar a ação<sup>321</sup> de despejo de Evandro, minha intenção era lançar luzes sobre as forças legitimadoras do projeto Candonga e as forças perturbadoras, coexistindo no mesmo espaço, sinalizando um processo conflituoso. A visibilidade dessa correlação de forças não nos permite elaborar uma interpretação simplificadora da ação dos trabalhadores como modelo perfeito de ação revolucionária, nem da presença do Estado como modelo perfeito de estabilização social.

Enquanto testemunhava esta ação de despejo, indagava-me: quais têm sido os desdobramentos da transferência, para a iniciativa privada, de serviços tidos como públicos e essenciais à dignidade humana, no que concerne ao alcance da cidadania? Como ampliar a democracia para além de seus limites extremamente reduzidos, conforme evidenciamos nas fotografias acima?

Nesse sentido, a coexistência de trabalhadores, policiais e Oficial de Justiça, naquele momento de despejo, incita-nos, por um lado, a refletir sobre as potencialidades e limites da cidadania, na sociedade capitalista em que vivemos. As fotografias evidenciam que nem todas as pressões dos trabalhadores por moradia e vida digna foram incorporadas para a concretização do projeto Candonga, ao mesmo tempo que trazem indícios de que os conflitos de classe não podem ser expurgados ou completamente controlados pela presença dos agentes estatais e força policial.

Interessante notar que, nessas lutas de classes pela efetivação do direito de moradia, os trabalhadores se movimentaram não só no interior dos movimentos institucionalizados, mas

---

<sup>320</sup> “O termo supremacia designa o momento sintético que unifica (sem homogeneizar) a hegemonia e a dominação, o consenso e a coerção, a direção e a ditadura.” (Cf. COUTINHO, C.N. Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1989, p.78).

<sup>321</sup> As fotografias foram realizadas pelo meu esposo, André Ribeiro, durante a ação de despejo do senhor Evandro, enquanto eu entrevistava o senhor Adelson, que também paga as contas da concessão de serviços energéticos outorgada pelo Estado à Novelis e à Vale do Rio Doce (O momento da entrevista é evidenciado no lado direito da primeira imagem).

também além deles, nas exigências pessoalmente feitas aos representantes do consórcio Candonga. Questionada sobre a forma de classificação dos diferentes tipos de residência, em Nova Soberbo, a senhora Eleonora diz que recebiam denominações que variavam desde “Tipo 1” ao “Tipo 8”, conforme o tamanho da casa. Ao rememorar como acompanhou, de perto, a construção de sua moradia, pela sua fala - “*eu muntei em cima*” - evidencia experiências de lutas em vários terrenos, inclusive fora dos espaços institucionalizados:

*Entrevistador: Você falou tipo 6...é, eles separavam as casas por tipo?*

*Eleonora: é, por tipo.*

*Entrevistador: Como é que era?*

*Eleonora: daí é tipo, acho que tipo 1.*

*Entrevistador: Tipo 1 significa o que?*

*Eleonora: ah num sei...eles tem 1 quarto.*

*Entrevistador: qual é a melhor, a tipo 1 ou a tipo 6?*

*Eleonora: ah! a tipo 6 é a maior, uai.*

*Entrevistador: Ah tá, então cresce à medida que o número aumenta...*

*Eleonora: Isto! Porque a outra, acho que é tipo 8, as bitelona que os outro ganhô, a janela de madeira, cê entendeu como é que é? Tudo chique, chique mesmo, melhor do que essas daí, eu acho melhor... Muitos ganhô cozinha virada pro lado da rua, eu porque eu muntei em cima, senão minha cozinha ia ser pro lado da rua, mas eu pedi pra pô pra cá, porque eu muntei em cima... muuuuito descontrolado, minha fia, muito descontrolado.*

*Entrevistadora: Lá no Soberbo Antigo, a cozinha também ficava assim, desse jeito aqui?*

*Eleonora: É, pro fundo, uai...Portanto eles num chamava as pessoa pra perguntar as pessoa assim: “é, cê é a cozinha pro lado da rua?” Eles num perguntava não, eles ia fazendo do jeito deles, cê entendeu? Agora eu não, como eu tava morando aqui perto, e eu acompanhei a construção da minha casa, aí eu pedi pra fazê a cozinha pro lado dos fundo. Outra...outra coisa, muitas casa feita sem coluna, cê entendeu? Fez as casa sem coluna e depois deu o dinheiro das coluna pras pessoa. Eles num podia fazê isto, uai! Agora, muitos bobo igual minha mãe, que era de idade, aceitô... aí fez a casa dela sem coluna. A minha tem coluna porque eu acompanhei. Eu acompanhei tudo, do começo até o fim. Eu vinha aqui todo dia pra vê se eles tava colocando coluna na minha casa, cê entendeu? Minha sala, eu vô levá ocês lá dentro pro cê vê...vão entrá lá dentro, vem cá... Ah, o quintal ó da casa aí ó, óia... a o quintal, grande né? Essa aqui é cozinha minha, essa aqui é a área...Minha cozinha, essa cozinha é maiorzinha um pouquim, porque eu pedi muito. Porque o banheiro aqui, ó, óia... Aqui outro quarto, tá vendendo...quartinho. Agora vão ali pro cê vê, outro quarto aí ó, aqui é outro quarto, e aqui é minha sala. Aqui que ia ser a cozinha, cê entendeu? Aqui ia ser a cozinha, ali ia ser a área de fogão de lenha, que é aqui ó, aí ó, aí que ia ser o fogão de lenha ó. Eles tava fazendo as coisa tudo errado, cê entendeu? Mas como eu “muntei em cima”, porque eles ia fazê uma porta aí né, pra mim passá pro fogão de lenha. “Muntei em cima” e isso aqui ficô pra sala... Aí “muntei neles mesmo” e eles teve que me pagá esse espaço aqui, ó, porque eu num mandei eles fazê cozinha pro lado da sala. Eu “muntei neles”, aí eles teve que pagá novecentos reais aqui, ó...*

O diálogo com a senhora Eleonora, dona de casa e agricultora, nos traz indícios de que as lutas de classes estão disseminadas nas experiências das pessoas e podem ser compreendidas em suas narrativas. Alguns sujeitos negociaram, muitas vezes, de forma independente do MAB ou da Associação dos Moradores de Nova Soberbo, embora muitos atribuam às instituições representativas<sup>322</sup> legitimidade para encaminhar suas reivindicações.

A movimentação dos trabalhadores e as experiências de classe se constituiriam em processo multiforme. Além de exercer pressões sobre os representantes do consórcio Candonga em relação à adequação das novas casas aos padrões costumeiros de residência, em São Sebastião do Soberbo, muitos trabalhadores, sobretudo os pais de “mães solteiras”, viram, na construção da hidrelétrica, a possibilidade de se movimentarem, no social, pela obtenção de casa própria para os filhos sob dependência dos pais, conforme evidenciamos no capítulo 4 desta tese.

O cenário contraditório de projetos de hidrelétricidade, apresentados pelas empresas concessionárias como possibilidade de geração de energia para “todos”, que na prática deixam sem água, energia elétrica e até mesmo sem moradia os trabalhadores das localidades nas quais as usinas são construídas repete-se noutros lugares, conforme evidenciou o professor da UFPA, Rodolfo Salm, morador em Altamira. Salm indica que não há ligações tão automáticas entre geração de eletricidade por grandes empresas e elevação do bem-estar, para os sujeitos históricos:

*Enquanto escrevo, faz quatro dias que não cai água da rua na caixa, porque o sistema de distribuição da cidade, que já era precário, entrou em colapso quando a população da cidade praticamente dobrou ao longo do último ano.*

---

<sup>322</sup> O diálogo com Georges Haupt impôs a necessidade de redefinição de caminhos. A primeira pesquisa empírica que realizei – com o intuito de formular o projeto para participação do processo seletivo do doutorado, no Programa de Pós-Graduação em História, da UFU, foi no acervo documental do MAB, em Ponte Nova – evidenciando o idealismo com o qual eu concebia a noção de movimentos sociais. O MAB era visto, a partir de minhas expectativas, como o único lugar possível para a resistência organizada dos trabalhadores. Ao verificar a historicidade das instituições, Georges Haupt critica a confusão que tendemos a fazer entre “instituição operária” e “movimento operário”, possibilitando-nos avançar na compreensão mais ampla dos “movimentos sociais”. O autor afirma que o “movimento operário” não deve ser reduzido às ações dos sindicatos ou dos partidos políticos: [...] É que seu enfoque não tem como objeto a classe operária, mas suas representações, organizações e ideologias, particularmente as instâncias dirigentes do partido. Ora, essa maneira convencional de conceber a história operária é ainda dominante. Corrigida mas não revista, ela sofreu algumas operações estéticas. Escrita, seja por militantes para militantes, seja por universitários para seus pares, continua a produzir e perpetuar “uma versão esotérica da história”. Se se recusa a ser uma história “vista de cima”, ela se consagra sem discernimento ao estudo das diversas organizações, ou dos grupos muitas vezes marginais, e dispensa-lhes uma atenção e uma importância desproporcionais ao conjunto do assunto. O passado do movimento operário assim miniaturizado em estudos minuciosos, pedantes, privados de toda perspectiva geral, isolados do seu contexto, suscita apenas um interesse limitado. Esses estudos atingem a rigor um círculo de partidários ou de interessados em antiguidades. (Cf. HAUPPT, G. “Por que a história do movimento operário?” In: Produções e Transgressões. Revista Brasileira de História. São Paulo: ANHPUH/Marco Zero, 1985. p.3-4).

*Entre os mais ricos, todos têm água de poço. Então, isso não é problema deles, o resto da cidade que se vire. Hoje mesmo, se quiser tomar banho, provavelmente vou ter que ir nadar no rio. Ainda bem que temos rio! Mas já estão tratando de acabar com ele. Energia elétrica, agora, com o aumento repentino da demanda, também falta com cada vez mais frequência. E isso significa noites intermináveis de mosquitos e calor. É irônico que, por causa justamente deste projeto de produção de eletricidade, a nossa cidade termine tantas vezes sem ela. Se a eletricidade é tão importante como não cansam de dizer os barrageiros (mais do que a água ou até do que o clima do planeta), bem que podiam ter reformado a rede de fornecimento da cidade para que ela não faltasse tanto em Altamira. Aliás, apesar de bem mais grave por aqui, esse é um problema nacional, pois estamos ameaçados pela falta de energia elétrica por falhas na distribuição do que na geração. Mas nada disso tem importância, desde que não afete o bom andamento das obras e seus grandes negócios associados.<sup>323</sup>*

O professor Rodolfo Sam evidencia que o faraônico projeto hidrelétrico de Belo Monte, no qual a Vale do Rio Doce<sup>324</sup> também lança seus tentáculos, camuflada sob a fantasmagórica denominação “Norte Energia” (Norte Energia Sociedade Anônima), tem inviabilizado o acesso à água e energia elétrica para os moradores pobres de Altamira, enquanto proclame o projeto de Belo Monte como solução para a suposta crise energética vivida no país.

Os desdobramentos da privatização, no setor elétrico, não são restritos a Nova Soberbo, ou Belo Monte, mas trata-se de um “problema nacional”, evidenciado em processos de privatização levados a efeito em distintos lugares no Brasil. Embora pululem projetos hidrelétricos em nosso país, há, aproximadamente, “2,5 milhões de brasileiros às escuras”<sup>325</sup>.

O processo de privatização – que implicou a centralização do poder deliberativo em poucos centros econômico-financeiros hegemônicos, nacionais e internacionais – tem representado, na prática, uma ameaça à participação democrática dos trabalhadores expropriados e da sociedade civil nas discussões, decisões e na formulação dos conteúdos das políticas destinadas ao setor. Ao mesmo tempo em que rompe com a axiomática da privatização sem critérios, Pinguelli Rosa elabora projetos alternativos, levando-nos a refletir

<sup>323</sup>SALM, R. Notícias de Belo Monte: uma pequena vitória do Rio Xingu. In: [www.correiodacidadania.com.br](http://www.correiodacidadania.com.br) Acesso em: 23 de maio de 2012.

<sup>324</sup>De acordo com o militante do MAB, Antônio Claret Fernandes, em artigo intitulado “Genocídio Indígena”, a Vale do Rio Doce é uma das empresas privadas concessionárias da hidrelétrica Belo Monte, sob a vaga denominação “Norte Energia Sociedade Anônima”. In: [www.mabnacional.org.br](http://www.mabnacional.org.br) Acesso em: 29/05/2012.

<sup>325</sup>Ildo Sauer, professor e diretor do IEE (Instituto de Eletrotécnica e Energia) da USP, desmitifica a apologética da privatização, que justificava a necessidade de se privatizar, para criar fundos sociais, evidenciando a “falácia” desse discurso e apontando que ainda existem, no Brasil, cerca de “2,5 milhões de brasileiros às escuras”.

sobre a necessidade de se reafirmar o “papel social” dos serviços de fornecimento de energia elétrica:

*A política tarifária deve refletir o papel social da energia elétrica, ainda mais tendo em vista que constitucionalmente incumbe ao Poder Público a prestação deste serviço público e que os rios são bens da União. No Brasil, onde grande parte da população vive em condições de pobreza, é preciso garantir o acesso da população a energia elétrica, bem fundamental para o estabelecimento de condições mínimas de dignidade da vida e para a cidadania. Entretanto, a política social deve ser dirigida à camada social realmente necessitada e não ser apenas definida linearmente em função de quantidades consumidas, visto este critério beneficiar um grande número de consumidores que possuem imóveis fechados ou não plenamente utilizados [...] A política tarifária deve garantir que a energia elétrica não se torne um fator de agravamento das desigualdades regionais, ainda mais tendo em vista ser a União a proprietária dos recursos hídricos.<sup>326</sup>*

Ao investigar a qualidade da prestação de serviços públicos de energia elétrica à população fluminense, pelas empresas privatizadas – Light<sup>327</sup> e CERJ<sup>328</sup> –, Pinguelli nos conduz a indagar em que medida a participação privada, no setor, tem representado maior eficiência administrativa no serviço prestado à sociedade. O autor evidencia que a participação privada, tão defendida pelos apologistas da privatização, tem-se mostrado “eficiente” apenas no que diz respeito ao bolso e às contas bancárias dos acionistas controladores:

*O presente relatório [...] tem por objetivo diagnosticar as causas dos sucessivos problemas que vem ocorrendo no abastecimento de energia elétrica no Estado principalmente na área da LIGHT, e a solução proposta pela empresa em seu Plano Estratégico... A elevação anormal de temperatura, decorrente do fenômeno climático El Niño sempre foi matéria corrente dos meios de comunicação nacionais e internacionais, não podendo funcionar como justificativas para as falhas freqüentes na distribuição de energia aos consumidores; em função mesmo de sua previsibilidade explícita. Além disso, o estatuto jurídico da concessão de serviço público fixa a responsabilidade do concessionário na obrigação de servir. Não se pode aceitar este esperado fenômeno da natureza como desculpa para a ineficiência no atendimento dos consumidores, pois o diagnóstico fundamental que definiu a privatização dos serviços públicos de energia elétrica, alardeado pelos economistas do BNDES [...] era de que o Estado não tinha mais condições de investir na ampliação e melhoria dos serviços públicos. Paradoxalmente, o que se tem observado na prática das empresas privatizadas, tanto LIGHT quanto CERJ, é a concretização de um*

---

<sup>326</sup>Ibidem, p.18.

<sup>327</sup>A Light S.A é uma holding que atua na distribuição, geração e comercialização de energia elétrica, atuando em 31 municípios do estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <[www.light.com.br](http://www.light.com.br)> Acesso em 10 de abril de 2013.

<sup>328</sup>Companhia de Eletricidade do Estado do Rio de Janeiro. Privatizada em leilão, no ano de 1996, passou a ser conhecida pela denominação “Ampla”.

*único objetivo: o aumento da rentabilidade de seus acionistas controladores em detrimento da qualidade dos serviços.<sup>329</sup>*

No tocante aos desdobramentos sociais da privatização do setor energético, em Minas Gerais, poderíamos mencionar, além do processo de desapropriação de trabalhadores, em São Sebastião do Soberbo, outros processos, nos quais a ampliação da participação privada, no setor, ocorreu à revelia dos interesses de muitos trabalhadores da sociedade mineira. A esse respeito, Rosa torna visíveis os desdobramentos da gestão da CEMIG, entre os anos de 1997 e 1999, época em que foi compartilhada entre o Estado de Minas Gerais e os grupos norte-americanos Souther Eletric e AES, além do banco brasileiro Opportunity:

*A gestão compartilhada da CEMIG introduziu uma modificação da filosofia da atuação da empresa, tradicionalmente marcada pela missão de serviço público, desempenhando papel estratégico para o desenvolvimento e integração de Minas Gerais [...] fez parte das diretrizes da gestão compartilhada a não realização de investimentos em transmissão enquanto não ficassem efetivamente claras as regras referentes de sua valoração econômica (tarifas da rede básica, por exemplo) [...] Ao mesmo tempo, neste período, o Conselho de Administração da empresa autorizou o pagamento de generosa remuneração para os acionistas o que representou, na prática, uma redução da capacidade de auto-financiamento da empresa, que seria possibilitado por uma reinversão de lucros nas atividades produtivas. Após a anulação do acordo de acionistas, pode-se verificar uma retomada de diversos projetos, que ficaram paralisados durante os dois anos de gestão compartilhada.<sup>330</sup>*

Além de evidenciar, a partir de indicadores de continuidade dos serviços, a queda significativa da qualidade na prestação de serviços públicos, no Rio de Janeiro, pós-privatização do setor elétrico, o autor nos adverte sobre a retórica da “crise energética”, difundida nos meios de comunicação de massa e em documentos produzidos pelas empresas concessionárias. É preciso avaliar, com cautela e criticidade, a memória hegemônica que dissemina a ideia de “crise energética”, para evitarmos naturalizar ou legitimar a ideia da inevitabilidade da privatização e sua conotação positiva, como se as empresas concessionárias representassem a “solução” para o problema.

Se confrontarmos as narrativas dos trabalhadores expropriados, em Nova Soberbo, com as reflexões de Rosa, tornar-se-á visível que a participação privada, na geração de energia elétrica, seja no Rio de Janeiro ou em Minas Gerais, respeitadas as especificidades,

---

<sup>329</sup>ROSA, L.P. (org.) *Um país em leilão: das privatizações à crise de energia*, v.2.Rio de Janeiro: UFRJ; COPPE; IVIG, 2001. p.92.

<sup>330</sup>Ibidem, p.132.

tem representado o deslocamento da ênfase de “missão pública”, normalmente atribuída ao serviço de oferta de energia, para a ênfase da “otimização financeira”:

*O período de co-gestão foi caracterizado por uma mudança de enfoque estratégico da empresa, na qual a missão pública de serviço público, calcada no aumento da oferta de energia elétrica e no desenvolvimento regional, foi substituída por um enfoque de otimização financeira, caracterizado pelo retorno, no menor prazo possível, dos desembolsos feitos pelos acionistas privados para a aquisição das ações ordinárias na empresa estatal.<sup>331</sup>*

Podemos inferir, a partir da interpretação supracitada, que a privatização não é, em hipótese alguma, a via mais fácil (ou única) para solucionar a suposta “crise”. Há conflitos, divergências de interesses, embates entre projetos político-ideológicos, movimentos de atingidos por barragens e movimentações das pessoas para além das organizações representativas, que impedem uma solução simplificadora e tendenciosa, como o leilão das empresas estatais e a alienação de recursos naturais que constitucionalmente pertencem à União.

Não só os trabalhadores expropriados de Nova Soberbo e regiões vizinhas desconstroem a defesa da privatização como solução para o país, mas também aqueles que se encontram diretamente envolvidos nas atividades de planejamento, coordenação e execução de instalações de energia elétrica nas empresas estatais, como FURNAS, em Itumbiara. Alguns dos trabalhadores da empresa FURNAS constroem outras memórias que apontam a privatização não como a redenção para o Brasil, mas enquanto processo que culmina na descapitalização das empresas estatais e na perda de autonomia no trabalho:

*Profª Gisélia: João, você tocou num ponto muito importante, que é uma questão que eu venho refletindo com meus alunos, que é a questão da privatização dos serviços energéticos no Brasil. Quando você chegou a Furnas, a empresa já havia passado por essa transição, de estatal para economia mista?*

*João: Não, se eu não me engano ela já foi criada com essa condição, só que...eu não sei precisar a data, mas no final...quando teve a eleição em que o Lula ganhou o primeiro mandato dele, Furnas estava sendo preparada para ser privatizada pelo PSDB, entendeu? O governo Fernando Henrique é... se o PSDB continuasse no governo tava tudo preestabelecido pra que Furnas fosse privatizada, como eles fizeram com a Vale [do Rio Doce], que diziam que a Vale era uma empresa que não dava lucro né, e assim que vendeu, a Vale passou a ter lucros exorbitantes e o país ficou chupando dedo. Então Furnas estava sendo preparada pra essa mesma função. Quando o Lula assumiu, ele segurou essa onda e tentou reverter o quadro...Então, assim, Furnas é uma empresa muito boa de trabalhar, só*

---

<sup>331</sup>Ibidem, p.131.

*que ela não consegue concorrer com esse tipo de mercado, porque é especulativo, entendeu? Quem tem dinheiro, quem tem interesse consegue...porque tudo hoje é feito através de pregão eletrônico. Então... quem tá do lado de fora, os países que detêm poder aquisitivo maior, e vê o Brasil nessa condição de dois mandatos do PT e a economia praticamente se estabilizou e o nível de risco Brasil melhorou consideravelmente, o país passou a ser olhado de uma outra forma, então quem tem dinheiro é...canadense, é...espanhol, todo mundo passou a enxergar o Brasil como uma forma de investimento. Então foi aonde que eles tinham o capital, tinha a oportunidade e eles enxergaram uma forma de retorno muito fácil. E aí começaram a investir e ganharam a concessão.*

*Profª Gisélia: a concessão de serviços energéticos?*

*João: É, exatamente... Isso pra gente é muito ruim porque você tem muito...ele aumenta muito o caminho...Por que o que acontece? Se fosse Furnas ou se fosse uma Cemig, por exemplo, detentora de uma área determinada do país, então o trâmite fica muito fácil, porque você tem ONS, Furnas e os...as divisões né dentro da empresa, ou a ONS, Cemig e as divisões dentro da empresa que seria geração, transmissão, manutenção por exemplo, só que o que acontece? Quando você tem outras pessoas, num exemplo aqui de Itumbiara, você tem uma outra empresa que compartilha o mesmo barramento, então tem algumas manobras que você tem que coordenar com eles, tem alguns serviços que eles faz e você não sabe que eles tá fazendo, entendeu? Então acaba que aumentando muito esse caminho, porque se antes você coordenava só com a ONS, hoje de repente você tem que coordenar com a empresa que compartilha, que divide o barramento com você e, coordenar com a ONS. E geralmente, nessas estações, a gente tem estações aqui que tem três acessantes diferentes, entendeu? Então na hora de montar a estrutura Furnas monta, mas na hora do cara pegar e ganhar o pregão eletrônico dele, ele vai lá dentro do seu quintal... repassa um valor insignificativo só pra Furnas, mas ele não tem responsabilidade nenhuma. Ele não tem o quintal dele, ele só tem a empresa dele que se beneficia disso, geralmente é uma empresa pequena né, pequena assim: é...as vezes ela tem 1, 2 linhas [de transmissão] só, ela não tem uma quantidade grande de linhas [de transmissão] igual Furnas tem, e que te tira um pouco a autoridade e a autonomia dentro do seu próprio quintal, entendeu?<sup>332</sup>*

O fragmento da entrevista supracitada, realizada em 2011, refere-se à pesquisa<sup>333</sup> de iniciação científica desenvolvida com os alunos (bolsista CNPq e voluntária) do curso técnico

<sup>332</sup>Entrevista realizada com trabalhador, técnico em eletrotécnica, da empresa Furnas, em Itumbiara, no ano de 2011. A entrevista foi realizada conjuntamente, por professora orientadora e alunos (Fernando Kikuchi - bolsista de iniciação científica e Taine - voluntária) do curso técnico em eletrotécnica, na modalidade integrada do IFG, campus Itumbiara.

<sup>333</sup>O cerne da pesquisa intitulada “Relações de trabalho e políticas energéticas: histórias dos trabalhadores da Eletrotécnica(Itumbiara-GO)”, desenvolvida no PIBIC-EM - Programa de Iniciação Científica para o Ensino Médio do IFG, sob financiamento do CNPq, entre agosto de 2011 e julho de 2012, foi investigar as relações entre os mundos do trabalho e da tecnologia, a partir dos significados que os trabalhadores atuantes no ramo da eletrotécnica, em Itumbiara-GO, atribuem às suas relações de trabalho. Nesse sentido, realizamos entrevistas com trabalhadores atuantes no ramo da eletrotécnica. Em suas entrevistas, os trabalhadores significaram as relações de trabalho vivenciadas nas empresas FURNAS, CELG e BrasilFoods, trazendo-nos indícios relevantes para refletirmos sobre as transformações nas relações de trabalho vivenciadas a partir das transformações das políticas públicas destinadas a planejar o setor elétrico no Brasil. As entrevistas também possibilitaram

em Eletrotécnica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, campus Itumbiara. O trabalhador da empresa FURNAS oferece-nos indícios das perdas advindas da privatização do setor energético, chamando nossa atenção para a descapitalização de Furnas diante da ingerência, cada vez mais intensa, de empresas privadas nacionais e estrangeiras, no setor energético, e dos prejuízos das empresas públicas, a partir da formação de consórcios ou parcerias com o setor privado.

O narrador deixa claro que, nessas parcerias, FURNAS (detentora da maior parte das ações pertencentes ao Estado) assume os riscos dos empreendimentos, enquanto as empresas privadas isentam-se das responsabilidades, ficando apenas com os lucros: ou seja, quando a parceria vai bem, prevalece o interesse das empresas privadas, quando a parceria vai mal, o Estado é utilizado por elas como “bengala”, assumindo os prejuízos dos negócios. O narrador também nos adverte para a alienação vivenciada, no trabalho realizado na empresa FURNAS, como outro desdobramento da privatização do setor elétrico, na medida em que se encontra subjugado diante das demandas e interesses das corporações capitalistas, perdendo autonomia sobre sua própria atividade produtiva.

Interpretando os significados dados pelos trabalhadores ao processo de privatização dos serviços energéticos, somos levados a repensar perspectivas de futuro que avaliem, concretamente, a ideia de “uso comum” e patrimônio da nação associadas ao potencial hidrelétrico no Brasil, para não continuarmos falando, abstratamente, da ideia de “bem comum”.

É usual, entre os agentes estatais que julgam processos jurídicos protagonizados por trabalhadores expropriados, a propagação de uma visão falaciosa do Estado como representante do suposto “bem comum”, conforme apresentado no relato da juíza M.P.<sup>334</sup>. O relato corresponde à decisão da referida juíza de dar continuidade à obra Candonga, que havia sido embargada pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, em virtude das mobilizações dos trabalhadores. Faz-se importante ressaltar que o processo jurídico que embargou a obra Candonga foi protagonizado pela moradora G. A. M, que se utilizou do espaço jurídico para reivindicar o direito a moradia e denunciar a não incorporação das exigências humanas na legislação concedente de serviços públicos de energia. No entanto, o embargo se desfez com a

compreender a própria expansão da rede tecnológica federal, nesse contexto, e as condições de trabalho dos técnicos em eletrotécnica, nos processos industriais e/ou energéticos. O pseudônimo “João” foi utilizado, para o entrevistado, como forma de preservar sua identidade, já que avalia, criticamente, as relações de trabalho vivenciadas na empresa Furnas, citando informações confidenciais inerentes ao funcionamento da empresa.

<sup>334</sup>Tendo em vista o sigilo necessário a processos judiciais em tramitação, optei por utilizar siglas para nomear os sujeitos envolvidos.

decisão da juíza, sob alegação, baseada na linguagem dos “direitos humanos”, de que a usina Candonga é expressão dos interesses da “*coletividade*”.

... é presumido até o risco de dano irreparável, pois estão presentes:

- a) interesse público que prevalece sobre o interesse individual, uma vez que o empreendimento gerará energia elétrica estimada em 140 MW de potência, ajudando o país a evitar o racionamento de energia, além de criar novos empregos, inclusive com mão de obra local, e gerar o desenvolvimento da região;
- b) urgência da inauguração da usina, cuja alegação, por envolver atos da Administração, goza de presunção de legalidade e veracidade, além de estar em atraso o contrato, ante o término do prazo contratado para a geração de energia (f.148), e de já estar incidindo as penalidades previstas no contrato(f.153);
- c) risco de grave prejuízo à coletividade, porque privada dos evidentes benefícios que a usina trará, tais como empregos, maior arrecadação de impostos, melhoria da qualidade de vida da população local, com a nova área urbana criada com total infra-estrutura de saneamento básico, ajuda de custo às famílias prevista no contrato de concessão, desenvolvimento de trabalhos sociais, de reativação econômica, de assistência técnica e de geração de renda, título de propriedade para as famílias que tinham apenas o domínio de seus antigos imóveis, além da ampliação e melhoramento dos imóveis.

*Entretanto, havendo no caso, prevalente interesse público sobre a área questionada, cuja conveniente e urgente posse, com a inauguração.<sup>335</sup>*

Ao se utilizar do argumento “interesse público” para referir-se à apropriação privada dos recursos naturais pela Vale do Rio Doce e Novelis, no intuito de perpetuar suas posições hegemônicas no cenário nacional e mundial, a juíza silenciou sobre um aspecto óbvio, segundo Hobsbawm, do desenvolvimento capitalista, no tempo presente: “*O capitalismo das grandes corporações entrelaçadas com grandes Estados permanece um sistema de apropriação privada e seus problemas básicos se originam desse fato.*”<sup>336</sup>

Constatamos, no discurso que fundamentou a decisão da juíza de aprovar a continuidade do empreendimento Candonga, uma visão reducionista de “desenvolvimento”, compreendido como sinônimo de crescimento econômico. Sua análise da implantação do projeto baseia-se, fundamentalmente, nos índices econômicos, sem uma maior reflexão sobre

<sup>335</sup>Como se trata de processos acessíveis apenas às partes envolvidas, o acesso a eles só foi possível a partir da leitura do livro “Atingidos e Barrados: as violações de direitos humanos na hidrelétrica Candonga”, publicado, conjuntamente, por atores sociais envolvidos nesses processos que militam nas respectivas entidades representativas: MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens, CPT (Comissão Pastoral da Terra), Justiça Global, NACAB (Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens) e que publicizaram, no livro, as ações civis públicas e inquéritos judiciais. Esses documentos judiciais permitem perceber como as lutas hegemônicas vêm ocorrendo, no campo das leis e das políticas governamentais, ao mesmo tempo em que traduzem a multiplicidade de interesses e as relações de forças que marcam o campo das leis.

<sup>336</sup> HOBSBAWM, E. *Mundos do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. p.43-44.

as transformações sociais vividas pelos moradores de São Sebastião do Soberbo, como a violação do direito a moradia.

O processo jurídico protagonizado pela senhora G.A.M. permite-nos perceber que o fato de existirem leis positivadas em códigos escritos, anunciando direitos a alimentação, a moradia, a vida digna, não assegura, automaticamente, que todos os homens em sociedade possam deles desfrutar. Enquanto a sociedade brasileira não for construída de forma a tornar possíveis esses direitos para todos, continuaremos a falar deles apenas abstratamente. Há, portanto, uma inadequação entre a ideia de “coletividade”, respaldada pela linguagem dos “direitos humanos”, utilizada pela juíza, e os resultados visíveis das ações das empresas concessionárias.

Hobsbawm ajuda-nos a compreender o sentido de tal inadequação. Para o autor, a inadequação da linguagem dos direitos humanos, tal como proclamada desde a emergência do liberalismo burguês, reside no fato de que é voltada para os interesses dos “*indíviduos, em leis que especificamente possam garantir-los*.<sup>337</sup>

Para Hobsbawm, só é possível falar em direitos humanos, concretamente, a partir de nova concepção do “humano”, que ultrapasse sua compreensão enquanto “indivíduos abstratos”. O autor afirma que, na linguagem liberal, “*estes direitos são teoricamente universais e iguais [...] Eles (os indivíduos) são encarados, de certa forma, como pessoas que compraram uma entrada comum para o teatro: não importa quem sejam, eles têm o mesmo direito a um lugar.*”<sup>338</sup>

As leis respaldadas na linguagem dos direitos humanos, que preveem o direito de moradia para todos, por se fundamentarem numa concepção liberal de indivíduo, só se tornaram universalmente aplicáveis no campo da teoria. Faz-se necessário, portanto, o deslocamento da concepção de sujeito, enquanto “indivíduo abstrato”, para a nova concepção de sujeito social e historicamente constituído, criado pelas próprias experiências e não por teorias ou conceitos de “direitos humanos” definidos *a priori*. Enquanto as leis estiverem fundamentadas numa concepção de sujeito fechado para dentro de si e para os seus próprios interesses, é impossível mencionar, realistamente, a existência de direitos humanos.

Nessa direção, dialogando no interior do marxismo, Hobsbawm aponta uma incompatibilidade entre os ditos “direitos humanos”, em sociedades democráticas ocidentais,

---

<sup>337</sup>Ibidem, p.434.

<sup>338</sup>Ibidem, p.424.

e a efetivação da justiça social, uma vez que a natureza jurídico-política, nessas sociedades, reduz-se ao indivíduo voltado para dentro de si, em sua perspectiva liberal:

*[...] o marxismo rejeitou especificamente a linguagem dos direitos humanos por diversas razões [...] Marx não foi meramente indiferente aos “direitos do homem”, mas opôs-se a eles com veemência, por serem essencialmente individualistas, pertencendo ao “homem egoísta isolado dos outros homens e da comunidade.”<sup>339</sup>*

As narrativas dos trabalhadores de Nova Soberbo, confrontadas com a leitura realista dos direitos, feita por Hobsbawm, incitam-nos a tomar uma postura crítica, diante da abordagem liberal dos “direitos humanos” realizada pela juíza M.P., em seus posicionamentos diante de processos jurídicos protagonizados pelos trabalhadores, dentro e fora dos movimentos sociais. Repensando tal linguagem à luz das evidências, sobretudo a partir do diálogo com o processo jurídico protagonizado pela moradora G.A.M., em suas reivindicações por moradia, fica evidente que falar de “interesse público”, no processo de construção da hidrelétrica Candonga, significa realizar um exercício de fabulação.

Nesse sentido, o relato da juíza é representativo dos discursos comumente elaborados pelos agentes estatais, para os quais os impactos a serem produzidos pelos empreendimentos hidrelétricos são reduzidos a questões menores, diante da propalada necessidade de produção de energia elétrica, para alavancar o suposto desenvolvimento nacional.

Percebe-se um descaso dos agentes estatais quanto aos impactos sociais e ambientais decorrentes das hidrelétricas, pois consideram que o investimento demandado para a implantação desses projetos torna passível de superação seus efeitos colaterais. Fica evidente, no discurso judicial, que os interesses e demandas dos trabalhadores não devem integrar os propósitos constantes da elaboração inicial dos projetos.

O resumo do empreendimento hidrelétrico “Risoleta Neves” – denominação atual dada à “UHE Candonga” – publicizado no endereço eletrônico da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) –, confrontado com a decisão da juíza M.P de suspender a paralisação da obra, indica o abismo existente entre a perspectiva de “coletividade”, com a qual caracteriza o empreendimento Candonga, e a realidade vivida. Conforme podemos evidenciar, na tabela indicativa do destino da energia gerada na UHE Candonga (Risoleta Neves), há uma negligência da proposta de “missão pública” das empresas concessionárias, fundamentada nas promessas de ampliação da oferta de energia elétrica e desenvolvimento regional. A tabela não nos permite confundir a acumulação econômica para a Cia. Vale do Rio Doce e a multinacional Novelis com “*prevalente interesse público*” e “*desenvolvimento da região*”:

---

<sup>339</sup> HOBSBAWM, E. *Mundos do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. p.432.

**Resumo do Empreendimento de nome "Risoleta Neves (Ex-Candonga)"** A Usina Risoleta Neves (Ex-Candonga) é capaz de gerar **140.000 kW** de potência.<sup>340</sup>

<b>Propriedade</b>			
Proprietário(s)	Destino da Energia	Participação	Potência Compartilhada (kW)
Novelis do Brasil Ltda	PIE	50 %	70.000
Companhia Vale do Rio Doce	PIE	50 %	70.000
Total	-	100 %	140.000

<b>Legenda</b>	
SP	Serviço Público
PIE	Produção Independente de Energia
APE	Autoprodução de Energia
REG	Registro

Embora o relato da juíza negue o caráter classista do empreendimento Candonga, sob o suposto de ser abrangente a todos, as narrativas dos trabalhadores, articuladas às informações sobre o “destino da energia” gerada, conforme tabela citada, tornam visíveis a utilidade privada do empreendimento e a superposição dos interesses capitalistas das referidas empresas sobre as expectativas sociais dos trabalhadores, em relação à construção da hidrelétrica.

O relato da juíza encontra respaldo na Lei de concessão de serviços públicos de energia (Lei nº 9.074/95) que, no artigo 10º, declara “*a utilidade pública para fins de desapropriação[...] das áreas necessárias à implantação de instalações concedidas, destinadas a serviço públicos de energia elétrica, autoprodutor e produtor independente.*”<sup>341</sup>

Nesse sentido, torna-se imperativa a necessidade de problematizar a declaração de “utilidade pública”, que faz parte da legislação concernente à concessão de serviços públicos de energia, uma vez que atribui, às empresas privadas, no caso da UHE Candonga, Vale do Rio Doce e Novelis, o poder de desapropriar famílias inteiras, em prol da ampliação de energia elétrica para os seus próprios parques industriais, sob a suposta “*declaração de utilidade pública da energia elétrica gerada por produtor independente*”.

<sup>340</sup>Disponível em <[www.aneel.gov.br](http://www.aneel.gov.br)> Acesso em 18/03/2011.

<sup>341</sup>VAINER, C.B. Recursos hidráulicos: questões sociais e ambientais. In: *Estudos Avançados* 21(59), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.p.123.

Ao questionar as omissões e concessões presentes nas Leis de concessão de serviços públicos de energia, a partir da análise crítica e criteriosa do artigo 10º da 9.074/95, Vainer permite-nos avançar, significativamente, na dessacralização do sentido “público” atribuído, pelos agentes estatais, aos empreendimentos hidrelétricos protagonizados por agentes privados:

*A declaração de “utilidade pública” concede de fato ao concessionário o poder de impor à margem de qualquer negociação, o valor das indenizações; mesmo porque, se algum proprietário, renitente, decidir submeter o preço a arbitragem em juízo deverá pagar seu tributo à morosidade da justiça. A violência assim exercida é tanto maior quando se tem em vista que esse poder de desapropriação, em nome do interesse público, é transferido pelo Estado a empresas privadas cujo único e exclusivo fim é a maximização de seus próprios lucros. Entende-se a declaração de utilidade pública nos casos de prestação de serviços públicos de luz e energia, mas ainda será necessário um grande esforço dos juriconsultos de plantão para explicar qual pode vir a ser a utilidade pública de um aproveitamento hidrelétrico no qual uma empresa privada utiliza um potencial hidrelétrico, que é patrimônio da nação, para abastecer de eletricidade uma planta industrial de sua propriedade.<sup>342</sup>*

Dessa forma, o autor adverte-nos sobre os desmandos sociais e ambientais das corporações capitalistas privadas, assegurados, pela legislação, sob o invólucro de “utilidade pública”. Além de problematizar o processo político-institucional do setor elétrico, desnaturalizando a ideia de “utilidade pública” associada aos empreendimentos hidrelétricos, pelas agências e agentes estatais, Vainer evidencia a negligência em relação às questões sociais e ambientais, a partir do questionamento da definição do conceito de “aproveitamento ótimo”, tal como disposto no art.5º, § 3º da lei 9.074/95:

*Considera-se “aproveitamento ótimo” todo o potencial definido em sua concepção global pelo melhor eixo de barramento, arranjo físico geral, níveis d’água operativos, reservatório e potência, integrante da alternativa escolhida para divisão de quedas de uma bacia hidrográfica.<sup>343</sup>*

Ao analisar as disputas, no campo da lei supracitada, Vainer remete-nos ao significado contábil/econômico do conceito de “aproveitamento ótimo”, nos termos em que se encontra definido por lei, associado meramente à ideia de “eficiência energética”, não revelando preocupações com “eficiência ambiental e social” do empreendimento. Ou seja, a lei dispõe sobre “eficiência energética”, mas não atenta para a importância de otimizar o empreendimento, em seus aspectos social e ambiental.

---

<sup>342</sup>Ibidem, p.124.

<sup>343</sup>Ibidem, p.123.

As questões colocadas por Vainer contribuem para compreendermos o processo de privatização do setor elétrico, interpretado por ele como uma estratégia do “poder concedente” do licenciamento, no sentido de restringir a participação social nos processos decisórios associados à implementação de projetos hidrelétricos. Ao mesmo tempo, permitem-nos perceber a existência de conflitos entre os mediadores políticos e os agentes estatais em torno da noção de “interesse público” e “privado”, trazendo indícios de que “interesse público” pode ter outro sentido, distinto daquele que o Estado prega, por meio de suas agências e agentes.

Ao confrontar as reivindicações dos trabalhadores com as decisões judiciais temos, portanto, parâmetros para repensar, do ponto de vista social, a privatização e as leis que a respaldam, sob a linguagem dos direitos humanos, e indagar até que ponto ela atende às demandas sociais e contribui, efetivamente, para a minimização das desigualdades sociais, econômicas e regionais, em nosso país.

Nesse sentido, a atenção às movimentações sociais dos trabalhadores, em busca de direitos, foi fundamental na construção de uma visão alternativa e dissidente, em relação aos apologistas da privatização.

## Considerações Finais

*“Não existe pior desperdício do que o da erudição quando gira no vazio, nem soberba mais deslocada do que o orgulho do instrumento que se toma por um fim em si.”<sup>344</sup>*

A frase que selecionei, para finalizar a escrita desta tese, foi a mesma que me motivou a iniciá-la. Com esse propósito, indaguei as diversificadas linguagens, buscando nelas evidências das experiências dos trabalhadores de Nova Soberbo e regiões vizinhas, suas ações, expectativas e projetos de vida. E, ao indagá-las, não tratei de questionar palavras ou “artefatos linguísticos”, mas experiências, esquivando-me dos modismos intelectuais atuais, nos quais percebemos que a construção discursiva e desconstrução de textos substituem o caminho de investigação da “produção material como constitutiva da vida social.”<sup>345</sup>

O período delimitado de quatro anos, para a conclusão de uma tese, é muito breve, diante da complexidade do processo histórico investigado. Por esse motivo, os conhecimentos produzidos e apresentados, nesta tese, além de “provisórios” e “incompletos”, não se mostram capazes de esgotar toda essa complexidade. Apesar das lacunas e incoerências nas interpretações feitas, em todas as etapas da pesquisa intentei perseguir e apreender o vivido.

A condição provisória das formulações feitas intensifica-se, quando temos em mente que o processo investigado continua sendo disputado, no tempo presente, o que impossibilitaria a escrita de uma tese plenamente capaz de acompanhar os conflitos que se intensificam e os projetos de futuro formulados, não obstante as experiências de desigualdade vividas. Antes mesmo de me debruçar, plenamente, sobre evidências já selecionadas, indagando suas propriedades, novas fontes eram produzidas, sinalizando para novas pressões, contradições, expectativas e possibilidades desse processo vivido, invalidando qualquer tentativa de esgotá-lo, na produção de um conhecimento universal.

Enquanto escrevo “as considerações finais”, outras experiências, decorrentes de novos fenômenos em movimento, emergem em Nova Soberbo, impossibilitando-me de transformar essa tese numa interpretação conceitual estática sobre as tensões e conflitos que permanecem, no processo de transformações vivido pelos trabalhadores. Nesse sentido, a escrita desta tese diz respeito a “*fenômenos que estão sempre em movimento, que evidenciam – mesmo num*

<sup>344</sup>BLOCH, M. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p.93.

<sup>345</sup>WOOD, E.M. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011. p.20.

*único momento – manifestações contraditórias [...] cujos termos gerais de análise raramente são constantes...<sup>346</sup>”*

Espero que, ao me identificar com os valores expressos pelos trabalhadores de Nova Soberbo, em suas narrativas, possa contribuir para desafiar categorias constitutivas do capitalismo e sua pretensa universalidade. Que os futuros leitores possam identificar, nas interpretações aqui formuladas, processos reais de expropriação e exploração vividos por trabalhadores pobres, que jamais desejei que ocorressem. E que, ao dialogar com esta tese, possam retomar e renovar os significados de “*destruição*” e “*sacrifício*”, atribuídos pelo senhor Adelson ao processo de transformações vivido: “*como diz o outro: o mundo hoje é o capitalista, gente! É o capitalista, num é não! É, uê! Hoje a gente peleja...a gente vive o ano todo, o mês todo, dez, doze ano pra vê um pé de manga de uma forma dando fruto todo ano, eles vem com as máquina deles ranca aquilo e coloca lá aonde é que eles quer. Uma coisa que a gente demorô tantos anos a fazê eles desfaz ela com quarenta minuto, rapidim eles destrói tudo.*”<sup>347</sup>

Nesta reflexão acadêmica pretendi ampliar as críticas empreendidas por trabalhadores (como o senhor Adelson) às transformações vividas, tendo como pano de fundo as relações sociais capitalistas. Por acreditar na “*vitalidade crítica das reflexões históricas*”<sup>348</sup>, esforcei-me para apresentar uma contranarrativa da modernidade, que seja capaz de evidenciar as contradições da memória hegemônica sobre o processo de transformações investigado, expressas, sobretudo, nas afirmações difundidas pelas empresas Vale e Novelis de que a hidrelétrica Candonga representa, no presente, o coroamento do progresso, da sustentabilidade, do desenvolvimento, da geração de renda, da energia e do trabalho, para Nova Soberbo e também para o Brasil.

Na busca por compreender a historicidade do capitalismo, a fim de criticá-lo, devo ressaltar que o diálogo no interior do marxismo foi condição essencial, uma vez que o materialismo histórico, como nos lembrou Ellen Wood, *aborda o capitalismo de uma forma antitética às modas atuais: a unidade sistêmica do capitalismo em vez de meros fragmentos pós-modernos – e daí a possibilidade de sua superação – e não a inevitabilidade capitalista e o fim da história.*

---

<sup>346</sup> THOMPSON, E.P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p.56.

<sup>347</sup> Entrevista realizada no dia 29 de janeiro de 2010, na residência do senhor Adelson A.

<sup>348</sup> FENELON, D. et al. *Muitas memórias, outras histórias*. SP: Olho d'água, 2004.p.6.

Embora as empresas concessionárias, por meio da publicação de boletins informativos e catálogos, tencionem condicionar as expectativas dos trabalhadores, na ânsia por convencê-los de que a vida está passando por transformações inexoráveis, ao compreender a lógica sistêmica do capitalismo a necessidade de contestar as práticas e valores a ele associados torna-se, cada vez mais, imperiosa.

Para empreender esse exame crítico, questionei não só os sentidos atribuídos às transformações vividas pelos moradores de São Sebastião do Soberbo, mas também as categorias conceituais apresentadas pelas empresas concessionárias para legitimá-las: progresso, democracia, sustentabilidade, desenvolvimento, geração de renda e trabalho, utilidade pública e bem comum.

Ao problematizar categorias convencionais associadas à UHE Candonga, o tom inquestionável com que são apresentadas, pela Vale e pela Novelis, para reafirmarem seu projeto de expansão econômica, é desafiado, sobretudo nas narrativas dos trabalhadores, onde a ideia de que a construção da UHE Candonga representa o desenvolvimento natural e final do capitalismo é dessacralizada.

Nas memórias dos trabalhadores, a expropriação – base sobre a qual o capitalismo forma-se e expande-se – aparece como fruto de relações humanas concretas, e devido às desigualdades que as caracterizam, não é interpretada como o coroamento do progresso.

As expectativas de muitos trabalhadores foram frustradas, nessa imagem de futuro construída para concretizar o empreendimento Candonga. E o que parece ser mais indignante para os trabalhadores não é ver o descumprimento de expectativas, mas constatar as falhas nas previsões de melhoria nas suas condições de vida feitas pelos propagandistas “futurólogos” da Vale e da Novelis.

Após nove anos da operação da UHE Candonga, as previsões da Vale e da Novelis, de uma prosperidade para todos os trabalhadores e para a região, tornam-se cada vez mais distantes. Nove anos de produção de energia elétrica, na usina Candonga, não se mostraram capazes nem mesmo de assegurar, à maioria dos trabalhadores de Nova Soberbo, as condições indispensáveis à sobrevivência, anteriormente garantidas, mesmo que a duras penas, em São Sebastião do Soberbo.

Hoje, os trabalhadores de Nova Soberbo, sobretudo os adultos e idosos, apresentam-se como sobreviventes de pensão, aposentadoria ou de programas assistencialistas do Governo Federal, como “Fome Zero” e “Bolsa Família”.

Os campos de possibilidades para os jovens, em Nova Soberbo, são extremamente restritos, os confrontos e as pressões para seguir a vida permanecem: “*Parece que mais de*

*30% das pessoa da comunidade são aposentado... pessoal mais novo todo mundo fica desempregado*.<sup>349</sup> A agricultura de subsistência, a partir do trabalho familiar - prática constitutiva dos modos de vida dos trabalhadores pobres e iletrados da Zona da Mata mineira -, continua alimentando a dinâmica exploratória do sistema capitalista, pela reprodução liberal da força de trabalho barata, que continua saindo de Nova Soberbo para os grandes centros urbanos do Brasil, conforme evidencia o jovem Tiago, diante da iminência de migração, em busca de alternativas de sobrevivência: “Vô ter que vazá pra fora!”<sup>350</sup>

A denúncia da degradação das condições de vida e trabalho dos trabalhadores expropriados pela construção da hidrelétrica Candonga tornou-se, para mim, prática histórica alternativa às condições atuais de exclusão vividas, já que, ao problematizar as transformações vividas, não pude, efetivamente, converter as expectativas de trabalho, alimentação, moradia e vida digna em realidade para os trabalhadores.

Nas contestações feitas às previsões progressistas dos propagandistas da Vale e Novelis, os trabalhadores nos conduzem a repensar algumas questões concernentes à compreensão de “progresso” e “modernidade”, características de nosso tempo, incitando-nos a reavaliar as possibilidades do presente, sobrevalorizadas pelas empresas concessionárias, e redefinir novos objetivos para o futuro.

Ao repolitizar nossa compreensão sobre o nosso próprio tempo, rompendo com a concepção “hercúlea” do capitalismo como um salto para o desenvolvimento humano, as narrativas também nos possibilitam redefinir a nossa concepção de História, na medida em que ultrapassam a definição da UHE Candonga como culminância do processo histórico de evolução das forças produtivas, ciência e técnica, tal como aparece na apologia da Vale e da Novelis.

Além dessas categorias, vimos, nas campanhas da Vale e da Novelis, outra, que foi intensamente evocada para a construção do hegemônico: “democracia”.

Nas memórias elaboradas pelos trabalhadores sobre o processo de transformações vivido, percebemos como a categoria “democracia” foi invocada, inúmeras vezes, pela Vale e pela Novelis, para permitir-lhes, contraditoriamente, a restrição de direitos democráticos.

---

<sup>349</sup> Entrevista realizada com o senhor Evandro em Nova Soberbo, no dia 25/01/2010.

<sup>350</sup> Entrevista já citada no 2º capítulo desta tese, realizada em Nova Soberbo, no dia 15/12/2012.

A desigualdade social e os interesses conflitantes, nesse processo, convertem as noções de “bem comum” e a ideia de “utilidade pública”, que justificam, legalmente, as desapropriações associadas ao empreendimento Candonga, em “*abstrações míticas*”.<sup>351</sup>

Se analisarmos a democracia moderna, em perspectiva histórica, tornam-se ainda mais claros os limites extremamente reduzidos de seu alcance. A noção de “bem comum” – um de seus princípios constitutivos (evocados pela juíza M.P., em processo jurídico interpretado, no 6º capítulo, para conceder a licença de operação da hidrelétrica Candonga) – derivada da experiência histórica anglo-americana<sup>352</sup> de ascensão das classes proprietárias, constitui fonte primordial da qual deriva a moderna concepção democracia.

Ultrapassar a origem antidemocrática do moderno conceito de democracia configura-se, portanto, um grande desafio que temos de enfrentar, no tempo presente, já que o sentido de liberdade a ela vinculado continua a ser a do proprietário/empreendedor de dispor, como lhe aprouver, de sua propriedade e dos recursos naturais, para acúmulo de capital.

A análise crítica das categorias constitutivas da lógica sistêmica do capitalismo também me permitiu escrever histórias dos trabalhadores de Nova Soberbo mais próximas do social do que das *vivências individualizadas*.<sup>353</sup> Nesse propósito, fui motivada pela “*constante atração da História Social por temas do debate político presente, pelas tentativas de se preocupar com a vida real mais que com as abstrações[...] de tratar... as vivências mais que os eventos sensacionais...*”<sup>354</sup>

Espero que esta tese - apesar de todas as interpretações contraditórias, incoerentes e lacunares – possa ter cumprido o papel subversivo que deveria, a meu ver, ser preocupação e atribuição de toda produção histórica.

A transferência, para a iniciativa privada, dos serviços “públicos”, e as correlatas políticas de “*privadoação*”<sup>355</sup> têm alterado de forma tão profunda as vidas dos trabalhadores, que precisam ser urgentemente questionadas em seus pressupostos redentores, sob pena de se

<sup>351</sup>WOOD, E.M. op cit.p.183. A autora, investigando, em perspectiva histórica, os conceitos de democracia e seus correlatos – “nação ou comunidade cívica” – evidencia que, nos distintos momentos de desenvolvimento do capitalismo, sempre foram tratadas como “abstrações míticas”, socialmente indeterminadas, ou “ficções”, mas nunca como uma realidade histórica.

<sup>352</sup>WOOD, E.M. op cit.p.183.

<sup>353</sup>FENELON, D. R. *Cultura e História Social*: Historiografia e Pesquisa. Projeto História, São Paulo, (10), dez. 1993.p.81.

<sup>354</sup>Ibidem, p.80.

<sup>355</sup>BIONDI, A. *O Brasil Privatizado II*: o assalto das privatizações continua. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. p.39.

reproduzir, nas relações humanas, a lei da natureza: “os peixes grandes devoram os menores”. Acredito que, por possuir uma lógica histórica, as relações capitalistas, alicerçadas na expropriação de modos de vida e na “desapropriação de saberes-fazeres”, podem e devem ser transformadas. Que esta tese possa inspirar outras pessoas “a construir o futuro, na perspectiva transformadora a que sempre nos propusemos.”<sup>356</sup>

---

<sup>356</sup>Ibidem, p.75.

**Fontes:****Entrevistas**

Eleonora – dois filhos - agricultora

Maria – 86 anos – quatro filhos – agricultora/aposentada

João Bosco – aposentado, dois filhos

Maria Marta (mãe do João Bosco) - aposentada

Vitória – 65 anos, oito filhos, garimpeira,

Aurélia – secretária do MAB

Bartolomeu – 69 anos, aposentado

Edwiges – 44 anos, quatro filhos, pensionista

Evandro – garimpeiro – "26 anos de mergulho"

Olívio – 89 anos - aposentado

Adelson – 51 anos – três filhos, três enteados, agricultor.

Josemar – 44 anos – quatro filhos – agricultor

Neuza – 33 anos – quatro filhos – agricultora

Davi – 73 anos – quatro filhos – comerciante

Josias – 74 anos – agricultor

Jovina – 81 anos – aposentada

Vicentina – 26 anos – agricultora

Alberto - analista ambiental consórcio Candonga

Francisco – 54 anos – oito filhos – agricultor

Cleonice – 48 anos – oito filhos – agricultora

José – aposentado

Tiago – 22 anos

**Entrevistas realizadas por outros pesquisadores:**

Entrevista realizada com Padre Antônio Claret Fernandes, militante do MAB.

Entrevista realizada com Ricardo Ribeiro, assessor do MAB.

## **Documento audiovisual**

4 Vídeos produzidos pelo senhor João Bosco (à época da produção dos vídeos residia em São Sebastião do Soberbo) respectivamente intitulados: Vídeo 1 – “Soberbo – Destruição”; Vídeo 2 – “Antigo Soberbo”; Vídeo 3 – “Padre Claret e líderes do MAB com a comunidade reunida”. São Sebastião do Soberbo, MG. 2004.

## **Dados Estatísticos referentes ao município de Santa Cruz do Escalvado (IBGE)**

Censo 2000; Censo 2010.

## **Publicações do Consórcio Candonga**

Catálogo Café com História.

Informativo Candonga, Ano 1, Número 1, Julho de 2002.

Informativo Candonga Ano 1, nº 2, outubro de 2002.

Informativo Papo Aberto, Edição 1, Dezembro de 2012, Ano 1.

Panfleto “Apertando os Nós” – O Boletim da Rede de Desenvolvimento Local de São Sebastião do Soberbo – Dezembro de 2005.

## **Acervo da Biblioteca Municipal de Ponte Nova/MG.**

Jornais “Folha de Ponte Nova”. (Várias Edições)

## **Acervo documental do MAB – regional Ponte Nova/MG**

EIA/RIMA (Estudos Impacto Ambiental)/Relatório Estudos Impacto Ambiental. THEMAG Engenharia e Gerenciamento Ltda.

DRPE - Diagnóstico Rápido Participativo e Emancipador. Ambiente Brasil Centro de Estudos, Equipe técnica da UFV (Universidade Federal de Viçosa), Equipe técnica do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens). Março, 2004.

Carta assinada pelo presidente e vice-presidente da ASPARPI (Associação dos Pescadores e Amigos do Rio Piranga) à FEAM – Fundação Estadual do Meio Ambiente. Ponte Nova(MG), 21 de Março de 2001.

Licença de Instalação da UHE Candonga – Resumo de Parecer – FEAM. MAB Alto Rio Doce.

## **Recortes de Jornais:**

*O Município*, 14 de março de 2003.p. 5.

*Folha de Ponte Nova*, 14 de julho de 2001.p.10.

*Folha de Ponte Nova*, 11 de agosto de 2001.p.3

*Folha de Ponte Nova*, 15 de março de 2003, Ano XV, nº 728.

*Folha de Ponte Nova*, 22 de março de 2003, p.7.

*Estado de Minas*, 4 de maio de 2004, p.25.

*Jornal Listão Ponte Nova*, 24 de maio de 2003

*Jornal Hoje em dia- Minas* – Belo Horizonte, quinta-feira, 14/03/2002

Fotografias

Panfletos

Cartazes

Processos jurídicos publicados no livro: Atingidos e Barrados: as violações de direitos humanos na Hidrelétrica Candonga. RJ: Justiça Global, MAB-Ponte Nova, 2004.

Livro de Poesias “Águas Revoltas: a sensibilidade do atingido irrompe em Movimento e Arte. MAB,Ponte Nova/MG. Maio de 2002.

Cartilha Plataforma Operária e Camponesa para Energia. MAB; MPA-Brasil(Movimento dos Pequenos Agricultores); La via Campesina; Sindieletro-MG; MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra); FUP (Federação Única dos Petroleiros); Sinergia CUT. Brasília, 24/08/2010.

Síntese do Relatório Comissão Especial “Atingidos por Barragens” – Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. “Violação dos Direitos Humanos na Construção de Barragens. MAB, Secretaria Nacional, São Paulo (SP) Março de 2011.

Cartilha O Modelo Energético e a Violação dos direitos humanos na vida das mulheres atingidas por barragens. MAB, Secretaria Nacional, São Paulo (SP), Junho de 2011.

### **Mapas**

Mapa 1 - Vale no Mundo-Brasil

Mapa 2 – Mapa hidrográfico da cidade de Santa Cruz do Escalvado

Mapa 3 – Mapa de localização da cidade de Santa Cruz do Escalvado em relação aos municípios limítrofes e ao estado de Minas Gerais.

Mapa 4 – Planta da Nova Soberbo (Google maps)

### **Sítios da Internet**

[www.unidadenoticias.com.br](http://www.unidadenoticias.com.br)

[www.candonga.com.br](http://www.candonga.com.br)

[www.santacruzdoescalvado.gov.mg.br](http://www.santacruzdoescalvado.gov.mg.br)

[www.novelis.com](http://www.novelis.com)

[www.vale.com.br](http://www.vale.com.br)

[www.samarco.com.br](http://www.samarco.com.br)

[www.iga.br](http://www.iga.br)

[www.prefeituradesantacruz.com.br](http://www.prefeituradesantacruz.com.br)

[www.mabnacional.org.br](http://www.mabnacional.org.br)

[www.mme.gov.br](http://www.mme.gov.br)

[www.maps.google.com](http://www.maps.google.com)

[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

[www.folhadeponenova.com.br](http://www.folhadeponenova.com.br)

[www.feam.br](http://www.feam.br)

[www.semad.mg.gov.br](http://www.semad.mg.gov.br)

[www.sober.org/palestra/12/090433](http://www.sober.org/palestra/12/090433)

[www.aneel.gov.br](http://www.aneel.gov.br)

[www.correiodobrasil.com.br](http://www.correiodobrasil.com.br)

## **Legislação**

Lei nº 8987/95 (referente ao regime de concessão para prestação de serviços públicos)

Lei nº 9074/95 (estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos)

Resolução 01/86 do Conama – Conselho Nacional de Meio Ambiente (regulamenta a obrigatoriedade de realização de EIA/RIMA (Estudos de Impacto Ambiental e Relatórios de Impacto Ambiental))

Resolução 06/87 (estabelece regras para o licenciamento ambiental de obras de grande porte)

### **Referências bibliográficas:**

- ALMEIDA, Monica Piccolo. *Programa Nacional de Desestatização do Governo Collor:uma leitura gramsciana.* Texto de discussão nº 10, POLIS, Laboratório de História Econômico-Social.p.1-9.
- ALMEIDA, P.R. Cada um tem um sonho diferente: Histórias e narrativas de trabalhadores no movimento de luta pela terra. In: MACIEL, L.A. et al. *Outras histórias: memórias e linguagens.* São Paulo: Olho d'água, 2006.
- ALMEIDA, P.R.de.;MORAIS, S.P. Entrevistando Alessandro Portelli, Globalização: Memórias e Resistências. *História & Perspectivas* (46) 13-27, Uberlândia, jan./jun.2012.
- \_\_\_\_\_. Memórias, sindicalismo e organização dos trabalhadores em tempos de globalização: notas sobre a prática sindical na Thyssenkrupp. *História & Perspectivas*, (46): 105-134, Uberlândia, jan./jun.2012.
- ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho:* Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.
- ASSIS, A.A.F.de.; FARIA,A.L.L. de; REIS, M.V. *História de Santa Cruz.* Disponível em <[www.santacruzdoescalvado.gov.br](http://www.santacruzdoescalvado.gov.br)>
- BARROS, J.N; SYLVESTRE, M-E (orgs.). *Atingidos e Barrados:* as violações de direitos humanos na Hidrelétrica Candonga. Rio de Janeiro: Justiça Global, MAB-Ponte Nova, 2004.
- BIONDI, A. *O Brasil Privatizado:* um balanço do desmonte do Estado. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.
- \_\_\_\_\_. *O Brasil Privatizado II:* o assalto das privatizações continua. São Paulo: Fundação Perseu Abramo,2000.
- BLOCH, M. *Apologia da História ou o ofício do historiador.* Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar,2001.
- BOURDIEU, P. *Contrafogos:* táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- BORTOLETO, E.M. A implantação de grandes hidrelétricas: desenvolvimento, discurso e impactos. In: *Geografares*, Vitórias: n.2, junho de 2001.
- BRONTANI, C. História da luta contra as barragens da bacia do rio Uruguai. *Revista Proposta*, n. 46, setembro 1990.
- BRUSEKE, Franz Josef. O Problema do Desenvolvimento Sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis (org.) *Desenvolvimento e Natureza:* Estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez,2001.
- CAMPOS, G.M. “*Vou procurar o melhor lá dentro*”: vivências e memórias de crianças e adolescentes na FUNABEM (Viçosa, 1964-1989). Programa de Pós-Graduação em História, UFU, Uberlândia, 2007.

- CARDOSO, H. P. História Oral: Questões e Indicações para o Debate. *História & Perspectivas*, Uberlândia (45): 527-534, jul./dez.2011.
- \_\_\_\_\_. “Memórias de um trauma: o massacre da GEB”. In: FENELON, Déa. et al. *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Olho d’água, 2004.
- CARDOSO, I. M; JUCKSCH, I. Análise dos Ambientes Naturais da Zona da Mata Mineira Estudados em Projetos Hidrelétricos. In: ROTHMAN, F.D. *Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens*. Viçosa, MG: UFV, 2008.
- CORRÊA, Maria Letícia. Os projetos para o setor de energia elétrica brasileiro do Segundo Governo Vargas: o debate no Instituto de Engenharia de São Paulo. In: MENDONÇA, S.M. et al. *O Estado Brasileiro: Agências e Agentes*. Niterói: EduUFF/Vício de Leitura, 2005.
- COUTINHO, C.N. *A dualidade de poderes*. Introdução à teoria marxista de estado e revolução. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- CRUZ, H.F.; PEIXOTO, M.R.C. “Na oficina do historiador: conversas sobre História e Imprensa.” In: *Projeto História, REVISTA DO PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM HISTÓRIA E DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA*. PUC/SP, nº 35, Julho/Dezembro/07. p.1-43.
- EAGLETON, T. *A ideia de cultura*. Trad. Sandra Castello Branco. São Paulo: UNESP, 2005.
- ESTRELA, E.S. Um rio de memórias: o modus vivendi dos beraderos sanfranciscanos antes da represa de Sobradinho (Bahia). In: *História & Perspectivas* (Revista do Curso de Graduação e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia), nº 41 – jul/dez. 2009, Uberlândia: EdUFU.
- FENELON, D.R. *Cultura e História Social: Historiografia e Pesquisa*. Projeto História, São Paulo, (10), dez.1993.p.73-90.
- \_\_\_\_\_. *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Olho d’água, 2004.
- FONTANA, J. *A história dos homens*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004.
- \_\_\_\_\_. *História: análise do passado e projeto social*. Trad. Luiz Roncari, Bauru, São Paulo: EDUSC, 1998.
- FREITAS, Sheille Soares de. *Por falar em culturas...: histórias que marcam a cidade*. Uberlândia-MG. Tese (doutorado) Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2009.
- GALIZONI, F.M. *Águas da Vida: população rural, cultura e água em Minas Gerais*. Tese (doutorado) – Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campina. São Paulo, 2005.

- GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Novas Teorias dos Movimentos Sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- GRAMSCI, A. Caderno 12 (1932) Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. In: *Cadernos do Cárcere*, v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p.13-53.
- \_\_\_\_\_. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- \_\_\_\_\_. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1968.
- HALL, S. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2009.
- HAUPT, G. Por que a história do movimento operário. In: Produções e Transgressões. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: ANPUH/Marco Zero,1985.
- HOBSBAWM, E. *Bandidos*. São Paulo: Paz e Terra,2010.
- \_\_\_\_\_. *Globalização, democracia e terrorismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária*. Trad. Waldea Barcellos e Sandra Bedran. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- KARPINSKI, C.; MONTYSUMA, M.F.F. Hidrelétricas, legislação e “alternativas”. In: REIS, D.A.;ROLLAND, D. (orgs.) *Modernidades alternativas*. Rio de Janeiro: FGV, 2008. (CD Rom), p.61-81.
- KHOURY, Y. *A problemática da memória como linguagem social e prática política: a experiência de trabalhadores da empresa Thyssenkrupp do Brasil*. *História & Perspectivas*, Uberlândia (46):31-34.jan./jun.2012.
- \_\_\_\_\_. Do mundo do trabalho ao mundo dos trabalhadores: História e Historiografia. In: PORTELLI, A. et al. *Mundos dos trabalhadores, lutas e projetos: temas e perspectivas de investigação na historiografia contemporânea*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2009.
- \_\_\_\_\_.O historiador, as fontes orais e a escrita da história. In: MACIEL, L. et al. *Outras memórias, outras linguagens*. São Paulo: Olho d’água, 2006.
- KOWARICK, L. (org.) *As Lutas Sociais e a Cidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- LAVERDI, R. A cidade que estava lá: tensões urbanas em Porto Velho a partir da construção das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau. *História & Perspectivas*, Uberlândia (44): jan.jun.2011.

\_\_\_\_\_. Sentidos políticos de ser pescador no Lago de Itaipu. In: *Outras Histórias: memórias e linguagens*. SP: Olho d'Água, 2006.

LINEBAUGH, P; REDIKER, M. *A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e história oculta do Atlântico revolucionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

LINEBAUGH, P. Todas as Montanhas Atlânticas estremeceram. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol.5, n.8, 1984.

LUCIANO, F.F. *Vidas e Movimento: sobre Engajamentos Políticos e Políticas de Moradia*. Dissertação (Mestrado), Universidade de Brasília (UnB), 2008. p.71.

MACIEL, L.A. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa – 1880/1920. In: FENELON, D.R. et al. *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'água, 2004.

MACIEL, L.A. et al. *Outras histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho d'água, 2006.

MARTIN-BARBERO, J. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

MARTINS, R.D.F. *O setor elétrico pós-privatização: novas configurações institucionais e espaciais*. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio de Janeiro, IPPUR. Rio de Janeiro, 2009.

MARX, K. *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte*. Trad. Silvio Donizete Chagas. 3. ed. São Paulo: Centauro, 2003.

\_\_\_\_\_. *Manifesto do Partido Comunista*. Frente Revolucionária de Defesa dos Direitos do Povo, 2008.

MASSEI, R. *A construção da usina hidrelétrica de Barra Bonita e a relação homem-natureza: vozes dissonantes, interesses contraditórios, 1940-1970*. (Tese) Doutorado no Programa de Estudos Pós-Graduados da PUC-SP. São Paulo, 2007.

MENDONÇA, S.R. et al. *O Estado brasileiro: Agências e Agentes*. Niterói: EdUFF/Vício de Leitura, 2005.

MONTE, Francisca Silvana de Souza. *O uso e controle das águas no processo de modernização do Estado do Ceará: o caso da Barragem do Castanhão*. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

MUKOLE, Kongolo. *Distribuição de renda de agricultores da Zona da Mata, MG – 1977/1984*. Dissertação (Mestrado). Departamento Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 1984.

OLIVEIRA, Evonir Pontes de. *A importância do café na formação da renda agrícola na Zona da Mata, MG*. Dissertação (Mestrado). Departamento Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG.1985.

PAGLIARINI JÚNIOR, J. *Memórias de Luta, Lutas pela Memória: O Reassentamento São Francisco de Assis.* Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (ONIOESTE). Marechal Cândido Rondon, 2009.

PAULA, D.A. *A cidade submersa:* o processo de destruição de São João Marcos (1930-1945). Dissertação (Mestrado), Rio de Janeiro: UFRJ, IFCS, 1994.

PAULA, D.A.; CORRÊA, M.L. Políticas e Interesses na Implantação de Grandes Aproveitamentos Hidrelétricos: a construção da usina de Furnas em perspectiva histórica (1956-1965). In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA AMBIENTAL E MIGRAÇÕES, 2010, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: Editora UFSC, 2010. (CD Rom).

PAULA, D.A; SOARES, D. *Para não esquecer: a destruição da cidade de São João Marcos (1941-1943).* In: ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS, 1., 2005. Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: UFRJ, 2005. p.01-22 (CD Rom).

PAULA, E.A. La doble cara de la destrucción de los bosques tropicales em Latinoamérica y el Caribe: las revelaciones de la “economía verde” em Acre. In: *Economía verde: El asalto final a los bienes comunes.* Aliança Biodiversidade com o Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais(WRM) e Amigos da Terra América Latina e Caribe (ATALC), 2012.

PEIXOTO, M.do R.C. Saberes e Sabores ou conversas sobre História e Literatura. Revista *História & Perspectivas*, Universidade Federal de Uberlândia (UFU), nº45, jul./dez.2011.

PINHEIRO, A.C; GIAMBIAGI, F. *As empresas estatais e o programa de privatização do governo Collor.* In: Pesq.Plan.Econ., Rio de Janeiro, v.22, n.2. p.241-288, Agosto 1992.

PORTELLI, A. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, M.M; AMADO, J. et al. *Usos & abusos da história oral.* Rio de Janeiro: FGV, 1998.

\_\_\_\_\_. *A filosofia e os fatos.* Revista Tempo. Rio de Janeiro: vol.1, nº2,1996, p.59-72.

\_\_\_\_\_. *Tentando aprender um pouquinho.* Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. Projeto História, São Paulo, (15), abr.1997.p.13-33.

ROTHMAN, F.D.;ZHOURY,A. Assessoria aos atingidos por barragens em Minas Gerais: Desafios, Limites e Potenciais. In: ROTHMAN,F.D. *Vidas alagadas:* conflitos socioambientais, licenciamento e barragens. Viçosa, MG: UFV, 2008.

ROSA, L. P. (org.). *Um país em leilão:* das privatizações à crise de energia. v.2. Rio de Janeiro: UFRJ; COPPE, IVIG, 2001.

\_\_\_\_\_. *Participação Privada na Expansão do Setor Elétrico ou Venda de Empresas Públicas?* 2. ed. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 2001.

RUDÉ, G. *Ideologia e Protesto Popular.* Rio de Janeiro: Zahar,1982.p.13-36.

SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena:* experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

- SAID, E. *Representações do Intelectual*: as Conferências de Reith de 1993. Trad. Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- SAMUEL, R. Teatros da memória. Trad. Maria Therezinha Janine Ribeiro e Vera Helena Prada Maluf. Projeto História. São Paulo: Educ, n.14, fev.1997.
- SANTOS, M. O dinheiro e o território. In: SANTOS, M. et al. *Território, territórios*: ensaios sobre o ordenamento territorial.3. ed. Rio de Janeiro: DP&A Lamparina. 2011.
- \_\_\_\_\_. *Por uma outra globalização*: do pensamento único à consciência universal. 15. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- SANTOS, M.; BECKER, B.K.(orgs.) *Território, territórios*: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: DP&A Lamparina. 3. ed. 2011.
- SARLO, B. *Paisagens Imaginárias*. São Paulo: EdUSP, 1997.
- SCHLESENER, A.H. *Hegemonia e Cultura*: Gramsci. Curitiba: UFPR, 2007.
- SCHREINER, D.F. Terra e Cultura: Resistência Coletiva e Organização Social dos Reassentados de Salto Caxias-PR. In: PORTELLI, A. et al. *Mundo dos trabalhadores, lutas e projetos*: temas e perspectivas de investigação na historiografia contemporânea. Cascavel, EdUNIOESTE, 2009.
- SCHERER-WARREN, I.; REIS,M.J. Do Local ao Global: A Trajetória do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e sua Articulação em Redes. In: ROTHMAN, F.D. *Vidas alagadas*: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens. Viçosa, MG: UFV, 2008.
- SOARES, D. F. *Paisagem e Memória*: dos Saltos de Sete Quedas ao Lago de Itaipu. (Dissertação) Mestrado em Planejamento Urbano e Regional. IPPUR (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional), UFRJ. Rio de Janeiro, 2001.
- SIGAUD, Lygia. Efeitos Sociais de Grandes Projetos Hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho. In: MIELNIK, Otávio; SIGAUD, Lygia.; ROSA, Luis Pinguelli (coords.) *Impactos de grandes projetos hidrelétricos e nucleares*. Aspectos econômicos, tecnológicos, ambientais e sociais. Rio de Janeiro: Marco Zero/CNPq, AIE/COPPE, 1988.
- THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa*. RJ: Paz e Terra, 4<sup>a</sup> edição, 2002.vol.2.
- \_\_\_\_\_. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- \_\_\_\_\_. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. São Paulo: UNICAMP, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Senhores e caçadores*: a origem da lei negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

- \_\_\_\_\_. *Os românticos*: a Inglaterra na era revolucionária. Trad. Sérgio Moraes Rêgo Reis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- THOMSON, A.; FRISCH, M.; HAMILTON, P. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. de M (orgs.) *Usos & Abusos da História Oral*. 5. ed. Fundação Getúlio Vargas.
- VAINER, C.B. *Recursos hidráulicos*: questões sociais e ambientais. In: Estudos Avançados, vol.21, nº59, São Paulo: Jan.Abril 2007.
- VIANNA, A.; LEROY, J-P.; TAVARES, R.; Lutas de resistência ou lutas por um novo modelo de sociedade? *Revista Proposta* nº 46, setembro de 1990.
- VIEIRA, U.G. Paradoxos do Licenciamento Ambiental de Hidrelétricas em Minas Gerais: O Licenciamento Prévio de Irapé e Pilar. In: ROTHMAN, F.D. et al. *Vidas alagadas – conflitos socioambientais, licenciamento e barragens*. Viçosa, UFV, 2008.
- WALLERSTEIN, I. *Capitalismo Histórico e Civilização Capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.
- WILLIAMS, R. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- \_\_\_\_\_. *O campo e a cidade*: na história e na literatura. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- WOOD, E.M. *Democracia contra Capitalismo*: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2011.
- ZOCCAL, R.; SOUZA, A. D. de; GOMES, A. T. *Produção de leite na agricultura familiar*. Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, 2005. 20 p. (Embrapa Gado de Leite. Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento, 17). Disponível em: <[www.sober.org/palestra/12/090433](http://www.sober.org/palestra/12/090433)>. Acesso 11/10/2011.